



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUMA LOUISE SOUSA LOPES

**O ORGANIZAR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO À LUZ DA PERSPECTIVA
HISTÓRICA: A ARQUITETURA DE FERRO NA CIDADE DE FORTALEZA**

FORTALEZA – CEARÁ

2019

LUMA LOUISE SOUSA LOPES

O ORGANIZAR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
A ARQUITETURA DE FERRO NA CIDADE DE FORTALEZA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Administração. Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Silvia Rocha Ipiranga

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Lopes, Luma Louise Sousa.

O organizar das práticas de espaço à luz da perspectiva histórica: a arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza [recurso eletrônico] / Luma Louise Sousa Lopes. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 297 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Ana Silvia Rocha Ipiranga.

1. Práticas de espaço. 2. História. 3. Arquitetura de ferro. 4. Mercado de Ferro de Fortaleza. I. Título.

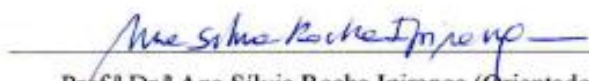
LUMA LOUISE SOUSA LOPES

O ORGANIZAR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
A ARQUITETURA DE FERRO NA CIDADE DE FORTALEZA

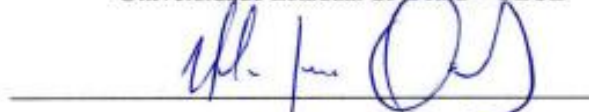
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Administração. Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes

Aprovada em 06 de agosto de 2019.

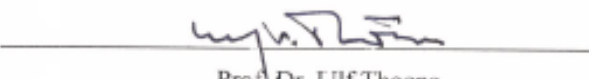
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Ana Silvia Rocha Ipiranga (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Batista dos Santos
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof.ª Dr.ª Cláudia Sousa Leitão
Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR


Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof. Dr. Ulf Thoene
Universidad de La Sabana

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Ao meu marido, Jorge, peça fundamental em todo esse processo. Obrigada por atravessar junto comigo mais esse desafio. Sem você eu jamais teria conseguido. Você é minha fonte diária de inspiração.

A professora Dr.^a Ana Silvia Rocha Ipiranga, orientadora deste trabalho, por toda instrução dada, paciência dispensada, compreensão e apoio largamente fornecidos ao longo de todos esses anos de trabalho juntas. Minha profunda gratidão.

Aos professores Dr.^a Ana Cristina Batista dos Santos, Dr.^a Cláudia Sousa Leitão, Dr. Eduardo Davel, Dr. Hermano José Batista de Carvalho e Dr. Ulf Thoene pelas valiosas contribuições na ocasião da qualificação e defesa deste trabalho.

Aos meus pais, Francisca e Luiz, e meu irmão, Davi, pelos esforços, abdicções, compreensão e incentivo para a construção dessa pesquisa.

A Joelma e Michele, amigas que compartilharam com empatia a intensa jornada. Obrigada pelos ouvidos e olhos atentos quando mais precisei. Vocês certamente fizeram o caminho menos tortuoso.

Aos professores do PPGA/UECE pelo encorajamento depositado em cada palavra trocada nos corredores.

Aos inúmeros amigos que sempre se fizeram presentes com orações e palavras de conforto nos momentos mais cinzentos.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo suporte financeiro concedido para a consecução deste trabalho.

RESUMO

As transformações advindas da Revolução Industrial tiveram diversas implicações simbólicas para as cidades. Uma das mais evidentes foi o sonho da modernidade, refletido na implementação de novas práticas organizativas da cidade, como a arquitetura de ferro. Estas práticas, originadas na Europa, foram gradativamente difundidas em um movimento de *travel of ideas* pelo mundo. Juntamente com a arquitetura de ferro, maneiras de fazer também foram translocadas. Com isso, diversas cidades da América Latina experimentaram essa dinâmica. No Ceará, a arquitetura de ferro foi protagonista do movimento denominado *Belle Époque*, sob o argumento do desenvolvimento urbano. Assim, os espaços da capital, Fortaleza, sofreram um processo de (re)organização e (re)significação não apenas pela arquitetura de ferro, mas também pelas práticas de espaço que foram igualmente translocadas. Em termos teóricos, o espaço da cidade é um campo aberto, resultante de processos de apropriação, produção e (re)significação mediado por práticas de espaço. A prática enquanto maneiras de fazer, reflete instrumentalidades menores e se mostra como uma lente válida para a compreensão do cotidiano. Contudo, no contexto das cidades, as práticas de espaço são perpassadas por temporalidades históricas plurais que são capazes de conectá-las. Essas temporalidades se refletem no organizar das práticas e do espaço da cidade. Contudo, as discussões a respeito da perspectiva histórica imbricada nas práticas carecem de debate. Considerando o exposto, nosso objetivo neste trabalho foi compreender o organizar das práticas de espaço urbano no contexto da arquitetura de ferro à luz da perspectiva histórica. Nossa investigação teve como campo empírico o Mercado de Ferro de Fortaleza, em virtude do seu relevante papel na cidade. Como metodologia, utilizamos a abordagem da etnografia de arquivos e do *shadowing*. Na etnografia de arquivos, consultamos 218 documentos históricos e para o *shadowing*, as técnicas de produção de dados foram a observação direta, realizadas em 14 visitas e, ao todo, 15 entrevistas com atores do contexto do Mercado. Analisamos o corpus empírico utilizando a historiografia e buscamos remontar uma contextualização histórica densa, iluminando as práticas de espaço do Mercado de Ferro de Fortaleza e sua organização. Como resultados, iluminamos o percurso histórico do Mercado permeado por uma malha de práticas que, além de constituírem seu lugar e seu espaço, sinalizam seu papel organizativo no contexto dos espaços da cidade. Esse percurso, contudo, foi também perpassado por desvios operacionalizados pelos atores organizacionais. Nesse entremeio, os documentos históricos refletem vozes e silêncios subjacentes ao percurso histórico do Mercado. No âmbito das práticas, evidenciamos uma rede de maneiras de fazer que são historicamente organizadas e conjugam passado, presente e futuro

do espaço do Mercado. Como resultado, evidenciamos um passado organizador das práticas, onde a história assume papel de nexos conector das práticas e nos permite conjecturar sobre o organizar dessas práticas e seus desdobramentos no presente, bem como as possibilidades de futuro. Por último, com base na trajetória percorrida nesta investigação, refletimos sobre no que esta pesquisa pode apoiar a formulação de políticas públicas considerando o organizar das práticas do Mercado.

Palavras-chave: Práticas de espaço. História. Arquitetura de ferro. Mercado de Ferro de Fortaleza.

ABSTRACT

The changes arising from the Industrial Revolution had several symbolic implications for the cities. One of the most evident was the modernity dream, reflected in the implementation of new organizational practices of the city, such as iron architecture. These practices, originated in Europe, were gradually diffused in a movement of travel of ideas around the world. Along with the iron architecture, ways of doing have also been translocated. Thus, several cities in Latin America have experienced this dynamic. In Ceará, iron architecture was the protagonist of the Belle Époque movement, under the argument of urban development. Thus, the spaces of the capital, Fortaleza, underwent a process of (re)organization and (re)signification not only by the iron architecture, but also by the practices of space that were also translocated. In theoretical terms, the city space is an open field, resulting from processes of appropriation, production and (re)signification mediated by spatial practices. The practice as ways of doing, reflects minor instrumentalities and shows itself as a valid lens for the everyday understanding. However, in the context of cities, spatial practices are permeated by plural historical temporalities that are able of connecting them. These temporalities are able to connect those and organize those practices and the city space. However, discussions about the historical perspective embedded in the practices lack debate. Considering the above, our objective in this work was to understand the organization of urban spatial practices in the context of iron architecture in the light of historical perspective. In this research we investigated, an empirical field, the Fortaleza Iron Market, due to its relevant role in the city. As methodology, we use the approach of archival ethnography and shadowing. In the archival ethnography, we consulted 218 historical documents and for the shadowing, the techniques of data production were direct observation, carried out in 14 visits and, in all, 15 interviews with actors of the Market context. We analyzed the empirical corpus using historiography and seek to reassemble a thick historical description, illuminating the Fortaleza Iron Market spatial practices and its organization. As a result, we highlight the Market historical course permeated by a network of practices that, besides constituting its place and its space, signal the Iron Market organizational role in the city. This course, however, was also influenced by deviants practices made by the organizational actors. In the meantime, the historical documents reflect voices and silences underlying the historical path of the Market. Within the scope of the practices, we show a network of ways of doing that are historically organized and combine the past, present and future of the Market space. As a result, we reveal an organizer past of practices, where history assumes a practices connecting role and allows us to conjecture about the organization of these practices and their unfolding in

the present, as well as the possibilities of the future. Finally, based on the trajectory covered in this research, we reflect on what this research can support the formulation of public policies considering the organizing of market practices.

Keywords: Spatial practices. History. Iron architecture. Fortaleza Iron Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de diferentes teorias da prática.....	37
Figura 2 -	Igreja Pequeno Grande (1949)	123
Figura 3 -	Theatro José de Alencar (não é possível precisar a data).....	125
Figura 4 –	Planta Urbanística da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção por Silva Paulet (1814)	129
Figura 5 –	Primeiro Mercado Público de Fortaleza (1820)	130
Figura 6 –	Localização atual da Praça Carolina, onde foi construído o primeiro Mercado de Fortaleza (2019).....	131
Figura 7 –	Nota de jornal sobre a venda dos pontos do Mercado.....	132
Figura 8 –	Nota de jornal sobre a inauguração do novo galpão para o Mercado (1894).....	135
Figura 9 -	Nota de jornal sobre a inauguração do novo galpão para o Mercado (1894).....	135
Figura 10 –	Nota sobre a liberação do empréstimo para a construção do novo Mercado Público.....	139
Figura 11 –	Catálogo de produtos da empresa Guillot Pelletier	140
Figura 12 -	Nota de jornal sobre a impressão de um estrangeiro frente à construção do Mercado de Ferro	143
Figura 13 –	Nota de jornal crítica a construção do Mercado.....	143
Figura 14 –	Nota de jornal anunciando a inauguração do Mercado	143
Figura 15 –	Mercado de Ferro em Fortaleza (1909).....	144
Figura 16 -	Nota de jornal sobre a ovação recebida por Guilherme Rocha pela inauguração do Mercado de Ferro	148
Figura 17 -	Nota de jornal sobre a repercussão da inauguração do Mercado de Ferro	150
Figura 18 –	Nota de jornal sobre a construção do Mercado de Frutas	152
Figura 19 –	Nota de jornal sobre a construção do novo mercado	153
Figura 20 –	Localização do Mercado de Frutas e Cereais (2019)	154
Figura 21 –	Mercado de Frutas e Cereais, fachada da rua Conde D’Eu (1932).....	154
Figura 22 –	Mercado de Frutas e Verduras, fachada da praça Capistrano de Abreu (1950).	155
Figura 23 –	Localização da parte remanescente do Mercado de Ferro na Praça Visconde de Pelotas, no Centro (2019)	157
Figura 24 –	Parte do Mercado de Ferro montado na Praça Paula Pessoa (1950).....	159
Figura 25 –	Localização de parte remanescente do Mercado de Ferro na Praça Paula Pessoa (Atual Mercado São Sebastião) (2019)	160

Figura 26 – Localização da outra parte remanescente do Mercado de Ferro após desmonte e mudança para o bairro Aerolândia (2019).....	160
Figura 27 – Mercado da Aerolândia após seu restauro (2017).....	161
Figura 28 – Nota de jornal sobre a organização comercial em torno do Mercado.....	164
Figura 29 – Nota de jornal sobre a limpeza do Mercado de Ferro	170
Figura 30 – Nota de jornal sobre a miséria em Fortaleza	171
Figura 31 – Notas de jornal sobre o controle da intendência municipal no Mercado	171
Figura 32 – Nota de jornal sobre o controle da intendência municipal no Mercado.....	172
Figura 33 – Nota de jornal sobre o tabelamento do preço da carne vendida na cidade.....	173
Figura 34 – Notas de jornal sobre a carne verde	174
Figura 35 – Nota de jornal sobre o preço da carne no Mercado.....	175
Figura 36 – Nota de jornal sobre briga praticada no Mercado	176
Figura 37 – Nota de jornal sobre briga no Mercado.....	177
Figura 38 – Nota de jornal sobre a prisão de Antônio Melancia por desordens no Mercado	177
Figura 39 – Nota de jornal sobre roubo no Mercado.....	178
Figura 40 – Nota de jornal sobre grosseria praticada no Mercado	179
Figura 41 – Nota de jornal sobre a cobrança de impostos abusiva no Mercado	181
Figura 42 – Feira Parcecáceas, no Mercado de Ferro (2018).....	187
Figura 43 – Festejos de pré-carnaval (2019)	188
Figura 44 – Interseção espacial do Mercado	192
Figura 45 – Interconexões processuais do organizar histórico das práticas de espaço	193
 Quadro 1 – Algumas abordagens da prática.....	35
Quadro 2 – O conceito de prática de Certeau (2008) e as dimensões articuladas.....	43
Quadro 3 – O espaço nos Estudos Organizacionais	57
Quadro 4 – <i>Historic turn</i> nos Estudos Organizacionais e principais dimensões estudadas	67
Quadro 5 – Aproximações entre etnografia clássica, multissituada e de arquivos	80
Quadro 6 – Arquivos visitados durante a etnografia de arquivos	83
Quadro 7 – Visitas para observação direta no Mercado de Ferro	86
Quadro 8 – Entrevistas ocasionais	87
Quadro 9 – Entrevistas em profundidade.....	87
Quadro 10 – Levantamento preliminar das fontes arquivísticas	91
Quadro 11 – Descritivo dos jornais e documentos consultados.....	103

Quadro 12 – Instituições consultadas em definitivo	106
Quadro 13 – Resumo dos arquivos documentais levantados	108
Quadro 14 – Resumo da história do Mercado de Ferro	163
Quadro 15 – Programação da Economia Criativa do Mercado de Ferro e suas Adjacências (2018)	186

LISTA DE SIGLAS

ACI	Associação Cearense de Imprensa
ADAO	Associação de Desenvolvimento Agropecuário Orgânico
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
IHC	Instituto Histórico do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
MTUR	Ministério do Turismo
NUDOC	Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SECULTFOR	Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza
SETFOR	Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza

SUMÁRIO

1	PROBLEMA DO MUNDO: O PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO URBANA INDUSTRIAL E SEUS EFEITOS NA CIDADE DE FORTALEZA.....	17
1.1	A CIDADE E O ESPAÇO URBANO ENQUANTO CONTEXTO DE PESQUISA	17
1.2	O ESPAÇO DA CIDADE E A ARQUITETURA DE FERRO POR MEIO DA <i>TRAVEL OF IDEAS</i>	20
1.3	POR QUE AS PRÁTICAS DE ESPAÇO À LUZ DA HISTÓRIA?	24
1.4	PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	26
1.5	JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DESTA TESE.....	27
1.6	ESTRUTURA DA TESE.....	31
2	TEORIAS DA ARTE DE FAZER: AS PRÁTICAS NO CONTEXTO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	33
2.1	O <i>PRACTICE TURN</i> NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	33
2.2	UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO <i>PRACTICE TURN</i> NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	41
3	UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA AO RÉ S DO CHÃO: O <i>SPATIAL TURN</i> E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	49
3.1	UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO <i>SPATIAL TURN</i> NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	56
4	A MEMÓRIA E O TEMPO DAS HISTÓRIAS	62
4.1	O <i>HISTORIC TURN</i> E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	63
4.2	UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO <i>HISTORIC TURN</i> NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	66
5	AS INTERCONEXÕES PROCESSUAIS DA TRÍADE PRÁTICAS, ESPAÇO E OS TEMPOS DA HISTÓRIA.....	69
6	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	71
6.1	CAMINHOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS	71
6.2	ENTRE EVENTOS E DOCUMENTOS: DUAS METODOLOGIAS	74
6.2.1	Revirando o baú: o arquivo e a etnografia de arquivo em administração	75
6.2.1.1	Os arquivos na pesquisa histórica em Administração	76
6.2.1.2	Abordagem da etnografia de arquivos	78

6.2.1.3	O <i>corpus</i> da etnografia de arquivos	82
6.2.2	<i>Shadowing</i> das práticas de espaço do Mercado de Ferro e suas adjacências	84
6.2.2.1	O <i>corpus</i> do <i>shadowing</i>	86
6.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DENSE POR MEIO DE UMA HISTORIOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO	88
7	PROCURANDO ALGUMAS AGULHAS NO PALHEIRO: OS DESAFIOS DA ETNOGRAFIA DE ARQUIVO.....	91
8	<i>ALONG AND AGAINST THE GRAIN: UMA RECONSTRUÇÃO DOS PERCURSOS, DESVIOS, SILÊNCIOS E MOVIMENTOS PARADOXAIS DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA DE FERRO</i>	110
8.1	O MOVIMENTO PARADOXAL DE <i>TRAVEL OF IDEAS</i> DA ARQUITETURA DE FERRO NO BRASIL E NO CEARÁ	112
8.2	“MAIS BELLO, CONFORTÁVEL E ELEGANTE MERCADO DO BRASIL”: PERCURSOS, SILÊNCIOS E DESVIOS HISTÓRICOS NO MERCADO DE FERRO DA CIDADE DE FORTALEZA	127
8.3	A HISTÓRIA DO DESLOCAMENTO ESPACIAL DO MERCADO DE FERRO DE FORTALEZA: “A CIDADE ESTENDE-SE PARA TODOS OS LADOS, AINDA QUE LENTAMENTE”	151
9	“NOSSO VELHO E MARTIR MERCADO [DE FERRO]”: CONEXÕES HISTÓRICAS NO ORGANIZAR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO	167
9.1	“VALENTIA VAPOROSA, POLÍCIA SANGUINÁRIA, ABUSOS INQUALIFICÁVEIS”: AS MALHAS DE PRÁTICAS DE ESPAÇO NO MERCADO DE FERRO ENTRE 1890 E 1950	167
9.2	“GRANDES CASCAS VAZIAS ONDE TUDO PODE ACONTECER”: AS MALHAS CRIATIVAS DE PRÁTICAS DE ESPAÇO NO MERCADO DE FERRO DE HOJE. A CRIATIVIDADE COMO FUTURO?	185
10	“PRÉ-EXISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS” NA CIDADE: O PASSADO ORGANIZADOR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO E SEUS DESDOBRAMENTOS CRIATIVOS FUTUROS	194
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERÊNCIAS.....	205
	APÊNDICES	222
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	223
	APÊNDICE B – Carta de apresentação da pesquisadora	224

APÊNDICE C – Carta de autorização para pesquisa	225
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	226
ANEXOS.....	227
ANEXO A – Lista de documentos digitalizados disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Ceará.....	228
ANEXO B – Lista de documentos disponíveis na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.....	249
ANEXO C – Lista de documentos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.....	254
ANEXO D – Lista de documentos do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional que reportaram resultados válidos.	259
ANEXO E – Lista de documentos disponíveis no Instituto Histórico do Ceará.....	262
ANEXO F – Trecho do Código de Posturas Municipais, 1893.....	265
ANEXO G – Recorte histórico da construção do primeiro mercado na Villa da Fortaleza.....	267
ANEXO H - Registro histórico da construção do primeiro mercado na Villa da Fortaleza.....	269
ANEXO I – Nota de jornal sobre a organização do transporte da carne em 1880.	270
ANEXO J – Notas de jornal sobre a de venda de pontos comerciais.....	271
ANEXO K – Notas de jornal sobre a necessidade de melhoramentos no Mercado Público.	272
ANEXO L – Nota de jornal sobre a solicitação de um novo mercado?	273
ANEXO M – Nota de jornal sobre o pedido de empréstimo para a construção de um novo Mercado.	275
ANEXO N – Nota de jornal sobre o discurso de inauguração do Mercado de Ferro.	276
ANEXO O – Nota de jornal sobre a inauguração do Mercado de Ferro.....	279
ANEXO P – Escritura de doação do terreno da praça Visconde de Pelotas para a prefeitura.....	280
ANEXO Q - Notas de jornal sobre a cobrança de impostos no Mercado.	284
ANEXO R – Notas de jornal sobre a venda da carne no Mercado de Ferro	285
ANEXO S – Notas de jornal sobre prisões no Mercado.....	288
ANEXO T – Notas de jornal sobre brigas praticadas no Mercado de Ferro.	289
ANEXO U – Notas de jornal sobre roubos e estelionato no Mercado.	292
ANEXO V – Nota de jornal sobre violência no Mercado	293

ANEXO X – Notas de jornal sobre o linguajar utilizado no Mercado	294
ANEXO Z – Notas de jornal sobre conflitos com o fiscal da prefeitura	295

1 PROBLEMA DO MUNDO: O PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO URBANA INDUSTRIAL E SEUS EFEITOS NA CIDADE DE FORTALEZA

1.1 A CIDADE E O ESPAÇO URBANO ENQUANTO CONTEXTO DE PESQUISA

As cidades, seus dilemas e suas utopias vêm sendo representados em diversas dimensões da vida social. Se por um lado, o espaço urbano se configura como um lugar de articulação de interesses diversos, como o econômico e o tecnológico (BARREIRA, 2003), por outro, também se apresenta como locais de passagem, encontro, convívio e expressão dos atores sociais (OLIVEIRA, 2011). Fruto de uma bricolagem de modos de fazer, as cidades podem ser consideradas como um campo aberto e polissêmico, suscetível às práticas de diversos atores (CERTEAU, 2008). Assim, a cidade, seus espaços e lugares, a partir da lógica do campo aberto (COOPER, 1976), podem ser desvelados por meio de processos que constantemente (trans)formam e organizam o ser e estar na cidade.

Durante o período do século XIX, mudanças estruturais incorridas influenciaram nos processos de (re)significação da trama social da cidade (PAIM; GUIMARÃES, 2012). Para Benjamin (2006), a transformação do espaço da cidade ocorreu, também, como uma consequência dos processos de mudanças estabelecidos pela Revolução Industrial. As (re)modelações sofridas nesse período revelaram uma cidade ambígua e ressignifica, marcada por diversas representações (ir)reais da vida e do cotidiano (SILVA; LIMA, 2014). Posteriormente, essa dinâmica seria considerada uma das chaves para a compreensão da nova lógica social organizada (BENJAMIN, 2006).

Benjamin (2006) lançou mão do conjunto urbano, com suas estruturas e experiências, para tecer uma representação da cidade articulando para tal as complexas relações entre tempo, espaço, o que as pessoas fazem e suas histórias. Além disso, a cidade passou a figurar como um palco de diversas mutabilidades que alteraram sua organização a partir da relação que as pessoas mantinham com esse espaço (GILLOCH, 1996).

Deste modo, o espaço da cidade formou-se como o contexto onde ocorreu uma mudança do *ethos* social, das características comuns que são compartilhadas por um mesmo grupo (BENJAMIN, 2006) por meio da qual “as massas foram submetidas ao enquadramento das racionalidades reveladoras” (CERTEAU, 2008, p. 59). Estabeleceu-se uma nova lógica do cotidiano que perpassou pelas diversas dimensões, como a cultura, a arte, a história, arquitetura e o modo das pessoas se relacionarem com este novo cenário.

Nessa conjuntura, as práticas arquitetônicas, assim como espaços e monumentos que passaram a compor o espaço da cidade, foram tomadas tanto como uma reação aos novos dogmas de vida estabelecidos pela modernidade capitalista, como um fenômeno que refletia padrões de atividade social humana (GILLOCH, 1996). Em decorrência, a cidade se configurou como unidade singular, conjugando as características de estruturas sociais e econômicas relativas à modernidade e o lugar para uma interpretação, muita das vezes, ambígua.

A arquitetura foi uma, dentre as diversas práticas abordadas por Benjamin (2006) em sua crítica à modernidade e os seus processos decorrentes como uma representação da burguesia (QUERIDO, 2013). Um dos *lócus* de análise utilizado pelo filósofo foi o fenômeno das galerias por meio do qual Benjamin (2006) desenvolveu a discussão sobre as passagens. As galerias, que constituíram o símbolo máximo da modernidade capitalista, eram construções em ferro, vidro e vitrais, que surgiram na Paris do século XIX e seriam a solução do problema central do materialismo histórico da época que consistia em conjugar visibilidade com conflitos sociais e formas de trabalho (BENJAMIN, 2006).

A crítica Benjaminiana evidenciou uma questão social implícita por meio da problemática refletida nas passagens no cotidiano urbano e suas relações com aspectos sociais da época. As passagens tornaram-se ícones de uma mudança social e de parâmetros de vida, lançando luzes sobre uma prática que (re)surgiu no contexto urbano e alcançou ênfase: a arquitetura de ferro.

Enquanto símbolo de avanço, civilidade e progresso, as passagens também traziam consigo a deterioração social como um desdobramento da implementação da arquitetura de ferro (BENJAMIN, 2006). Entretanto, essas construções foram consideradas como a “assinatura dos primórdios da modernidade”, refletindo as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade (BENJAMIN, 2006, p. 14). Nessa acepção, as ruas e os edifícios conotavam o sonho da modernidade e, ao mesmo tempo, a fantasmagoria, configurando o limiar entre a realidade e o mundo das ideias, onde era possível encontrar “mundo de singulares afinidades secretas” (BENJAMIN, 2006, p. 17).

Nessa perspectiva, nas passagens, expressas por meio da arquitetura de ferro, atuava como uma espécie de subconsciente externo, não apenas por perpassar as relações sociais, mas também por se fazer presente tanto em espaços públicos, como na rua, quanto em espaços privados, como nas casas (BENJAMIN, 2006). As construções, e seu interior, formavam invólucros para a ação por meio da qual, as pessoas deixam traços, sinais de sua passagem, marcas ou indícios do seu modo de existência (GILLOCH, 1996)

Cada vez mais emblemáticas, as construções de ferro tornaram-se populares ao longo do século XIX. Construções como as Pontes *Iron Bridge* (1781) – em Coalbrookdale, Inglaterra – e *Austerlitz* (1807), a Biblioteca *Saint Genevieve* (1838) e o mais tarde famoso Mercado *Les Halles* (1137) – todos na França – tornaram-se símbolo de um período em que transformações de ordem econômica acarretaram mudanças no estilo artístico e organizacional no mundo todo. Todo um conjunto estilístico utilizou o ferro como elemento protagonista da arquitetura em diferentes cidades (BENJAMIN, 2006).

Em decorrência dessa popularização, as construções de ferro se tornaram símbolo de uma época de ascensão econômica, quando uma nova arquitetura ofereceu perspectivas grandiosas sobre as cidades e provocou a transformação das práticas espaciais que iam além das questões técnicas (COSTA, 1992). Com uma “pretensão enfática do novo” (BENJAMIN, 2006, p. 16) acentuavam velhos arranjos com novos materiais, mas perderam sua função em virtude da obsolescência daquilo que um dia foi a assinatura da modernidade (FREITAG, 2012; BENJAMIN, 2006).

A arquitetura de ferro evidenciou um novo uso da cidade configurando lugares e espaços de circulação em massa, bem como a existência de novos sujeitos e práticas (BENJAMIN, 2006; PAIM; GUIMARÃES, 2012; QUERIDO, 2013). Dessa forma, a arquitetura é equiparada a um texto, ou uma rede de textos, que pode ser lida e considerada em suas diversas nuances. Por consequência, a cidade pode ser concebida como universo gramatológico, onde as ruas são as linhas e os prédios são as letras (BENJAMIN, 2006). É possível ler o espaço da cidade a partir da prática da arquitetura, pois esta é um artefato capaz de fornecer compreensões compartilhada de significados que transcendem a experiência individual e evocam o coletivo (BENJAMIN, 2006; DECKER, 2014). Seu sentido é atribuído quando seus usuários são capazes de extrair experiências que atravessem as práticas mecanizadas do cotidiano (BENJAMIN, 2004).

Com base nestas discussões, observamos que, juntamente com a arquitetura de ferro, novos processos, padrões e práticas foram concebidos e difundidos rapidamente nos espaços da cidade, muitos ainda em formação inicial. Um alinhamento aos padrões de civilização e progresso difundidos pelas metrópoles europeias, especialmente nos aspectos de ordenação de espaços, melhoria dos equipamentos e da infraestrutura urbana, foi sendo objeto de desejo de centros urbanos em diferentes partes do mundo.

No contexto da América do Sul, o uso da arquitetura de ferro também foi percebido. Prioritariamente no âmbito das ferrovias, as primeiras construções de ferro a serem implementadas como a antiga Estação de Mapocho (1912), hoje Centro Cultural de Mapocho,

no Chile; Estação Bartolomeu Mitre (1915), na Argentina, configuraram um movimento complexo que alterou o cotidiano e a maneira como nos relacionamos (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007).

Nesses contextos, a prática da arquitetura de ferro ocorreu de forma associada a um cenário político-econômico, englobando o desenvolvimento tardio da indústria local, a abertura maciça para fornecedores europeus e a transformação da infraestrutura urbana; assim como a conjuntura sociocultural, por meio da ascensão de uma burguesia local que ansiava por uma Europa nos trópicos.

1.2 O ESPAÇO DA CIDADE E A ARQUITETURA DE FERRO POR MEIO DA *TRAVEL OF IDEAS*

No Brasil, a prática da arquitetura de ferro chegou como um subproduto europeu que foi amplamente difundido e considerado como um símbolo de modernidade e progresso (BENJAMIN, 2006; CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 2001). Sempre que novas peças desembarcavam nos portos do país, a população expressava grande entusiasmo, embora tais estruturas de ferro já fossem alvo de críticas em seus locais de origem.

Os indícios dessa nova prática de arquitetura foram inicialmente encontrados na região Sudeste, nos estados de São Paulo – no período cafeeiro –, Rio de Janeiro e Minas Gerais; e na região Norte, nas cidades de Belém e Manaus, onde a população também experienciou o ciclo da arquitetura de ferro. No Nordeste, Pernambuco e Ceará também foram palcos das mudanças arquitetônicas (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007). Construções de ferro como a Estação da Luz (1867) em São Paulo, o Real Gabinete Português de Leitura (1897) no Rio de Janeiro, o Mercado Ver o Peso (1899) em Belém, o Mercado da Carne (1897) em Fortaleza, e as escadarias da Biblioteca Pública de Manaus (1870) são representações da influência cultural britânica e francesa no Brasil (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 2001). Esses artefatos evidenciam que um conjunto de materiais de ferro, de diferentes fabricantes e procedências, foi amplamente difundido para estações de ferrovias, edifícios públicos, moradias, relógios, gradis e mercados (COSTA, 2001).

No Ceará, a arquitetura de ferro aconteceu como uma maneira de expandir a modalidade de transporte, até então rodoviário, na segunda metade do século XIX e, com isso, facilitar o escoamento da produção do algodão (COSTA, 1992). Assim, as pontes sobre os rios,

que antes eram feitas de madeira da flora local, foram substituídas por formas metálicas, com cabeceiras de alvenaria e pedra, onde os perfis de ferro se apoiavam e eram recobertas por tábuas de madeira, com vistas a formar um assoalho (COSTA, 1992).

No caso da cidade de Fortaleza, esse ajustamento à modernidade foi explícito de várias formas, particularmente no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, localmente conhecido como *Belle Époque*. Neste âmbito, a cidade pôde assistir à importação do estilo arquitetônico eclético, por meio de estruturas de ferro pré-fabricadas. Com essa importação, além de todo um conjunto estilístico, veio também o conjunto de matérias primas, como vigas de ferro pré-montadas, mosaicos, entre outros. Mais uma vez, a prática de importar essas estruturas refletia uma tentativa de europeização do espaço da cidade, imitando não só estilos arquitetônicos, mas também de vida (SILVA, 2015).

A construção de alguns equipamentos de ferro causou grande impacto na vida da cidade de Fortaleza. Entre estes citamos as arquiteturas de ferro ainda resistentes ao tempo, do Theatro José de Alencar (1896), da Igreja do Pequeno Grande (1896) e do Mercado de Ferro (1897), cuja estrutura foi desmembrada em 1938. Esse desmembramento reorganizou dois diferentes mercados, o Mercado dos Pinhões, localizado no centro da cidade e o Mercado da Aerolândia, situado no bairro da Aerolândia, os quais hoje permanecem com funcionalidades e usos, sejam estes, comerciais, turísticas, gastronômicas e de lazer (LEAL, 2011).

Após a *travel of ideas* (CZARNIAWSKA, 2004) da arquitetura de ferro da Europa até o Brasil, a cidade de Fortaleza experimentou alterações na sua (re)organização (COSTA, 1992). Surgiu um espaço da cidade (re)significado e (re)organizado por meio da vida social de seus habitantes, que absorveram e se apropriaram de diferentes práticas que viajaram e se espalharam para além dos seus locais de origem (BENJAMIN, 2006; COSTA, 2001).

A arquitetura de ferro é aqui considerada um processo subjacente de translocação, fruto de uma *travel of ideas* (CZARNIAWSKA, 2004). Esse movimento consiste no estabelecimento de uma rede de práticas constituída por conexões polissêmicas, entre dimensões com tempos e espaços distintos e simultâneos, evocando associações simbólicas, materializadas e organizadas a partir de experiências. Nessa perspectiva, a prática da *travel of ideas* tem como prerrogativa a multiplicidade de sentidos e símbolos, e as experiências conjugadas a partir de uma rede de práticas que foram transladadas no tempo e no espaço. Dessa forma, espaço e tempo não são mais consideradas como dimensões estanques e dicotômicas, mas sincrônicas e interdependentes (LYOTARD, 2013).

Em Fortaleza, foram criadas, cultivadas e apropriadas novas maneiras de fazer com discursos relativos e alicerçados na cultura da *Belle Époque*, que se propagaram concomitante

a arquitetura de ferro. Novas maneiras de viver, de comprar, de vender e seus conjuntos de atividades passaram então a imprimir uma nova organização na cidade. Nesse contexto histórico, as pessoas mudaram a forma de se relacionar com a cidade. O espaço da cidade se tornou campo de um jogo de trocas, esboçando um panorama que favorece tanto o surgimento, quanto o esquecimento de práticas, a sua institucionalização e os seus possíveis desvios (CERTEAU, 2008).

Assim, articulou-se no decorrer do tempo uma geografia de práticas espacializadas, capaz de materializar anseios e tecer condições determinantes para a vida social, participando da organização tácita e implícita que permeia os espaços urbanos (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; 2005; 2012). Nesse contexto, uma organização espacial da cidade está baseada em uma textura, composta por uma conexão de diferentes práticas, que juntas conformam um fluxo de transformação capaz de colocá-las em movimento (BENAJMIN, 2006; CERTEAU, 2008; COOPER; FOX; 1990). Essa tessitura carregou diversas nuances e práticas de uma era que, mais tarde, se desdobraram no organizar do cenário hodierno da cidade e suas práticas. Por consequência, compreender a atual textura de práticas implica em uma imersão no passado histórico e na (re)construção daquilo que se conta sobre ele (COOPER; FOX 1990).

A arquitetura de ferro se constituiu em um símbolo positivista, refletindo a dominação política e econômica estabelecida no período entre as nações industrializadas e as assim chamadas dependentes, em sua maioria situadas na América do Sul, na África e na Ásia (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007). Entretanto, devido a prática da *travel of ideas* (CZARNIAWSKA, 2002), não só os elementos relativos à arquitetura de ferro foram difundidos, mas também um conjunto de práticas de comércio, modos e estilos de vida. Tais práticas foram importadas da Europa industrial para que as cidades brasileiras pudessem alcançar uma modernidade civilizadora e, assim, se aproximarem do ideal de organização e beleza que era apregoado no século XIX (COSTA, 2001).

As práticas arquitetônicas refletiam o desejo da burguesia local por progresso e civilização, de fazer parte do seleto grupo de nações ditas adiantadas e evoluídas (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 1992). E se por um lado tínhamos a qualidade, a beleza e a funcionalidade dessa técnica material da arquitetura de ferro, por outro era possível observar um paradoxo: apesar da apreciável técnica e de um apelo estético indiscutível, esses materiais arquitetônicos industriais eram resíduos de uma Europa distante, símbolo de progresso e modernização, correspondendo à expansão colonial e à penetração econômica europeia nos países periféricos (COSTA, 1992; 2001).

Considerando este paradoxo, a arquitetura de ferro, além de ser um reflexo da incongruência e da disparidade do Brasil, frente não só à indústria europeia, mas especialmente a uma cultura de desenvolvimento dependente, mais tarde, tornar-se-ia também símbolo de uma discrepância, interferindo no modo como as pessoas se relacionam com o espaço urbano. Considera-se ainda que as construções de ferro hoje tornaram-se um ponto de referência histórica, artística, cultural, turística e arquitetônica, além de serem protegidas pela gestão patrimonial pública em todas as suas esferas na cidade de Fortaleza.

Ainda em Fortaleza, com base na noção de *travel of ideas* (CZARNIAWSKA, 2004) e semelhantemente ao que Benjamin (2006) observou no processo de transformação da Paris moderna, assistimos durante o processo de apropriação dessa prática arquitetônica a organização de uma rede de práticas diferenciada no tempo e no espaço e influenciadora do organizar de espaços urbanos de Fortaleza, assim como na relação das pessoas com os espaços da cidade, ontem e hoje. E, adentrando ao mote desta tese, tais relações, construídas a partir de uma rede de conexões de práticas que viajou da Europa até a cidade de Fortaleza, remodelaram o vivido e ainda refletem na maneira como as pessoas praticam o espaço urbano da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza (BENJAMIN, 2006; GILLOCH, 1996; SILVA; LIMA, 2014).

Nesta tese, consideramos a problematização das trajetórias históricas da organização dos espaços da cidade por meio da translocação da arquitetura de ferro para a terra do sol (PAIM; GUIMARÃES, 2012). A arquitetura, de forma geral, é um fenômeno repleto de significados que é capaz de comunicar diversas mensagens (DALE; BURREL, 2008; WHYTE, 2006). Nesse sentido, a prática é capaz de dar sentido a arquitetura enquanto um artefato organizacional.

Tendo em vista tal argumento, nosso fulcro de análise nesta pesquisa foi o Mercado de Ferro situado na cidade de Fortaleza. Integrante de um conjunto arquitetônico em ferro, juntamente com a Igreja Pequeno Grande e o Theatro José de Alencar, o Mercado foi o primeiro equipamento construído seguindo este estilo arquitetônico, assim como, foi o primeiro equipamento estabelecido, com vistas a urbanização da cidade. Uma de suas finalidades era organizar e civilizar um conjunto de práticas urbanas locais.

Decidimos focar sobretudo nesta organização, porque o Mercado de Ferro, considerando o conjunto arquitetônico mencionado, é uma organização que se coloca como um lugar de passagens na cidade, e que trouxe uma contribuição para o cenário social e econômico local por meio das atividades comerciais, gastronômicas e turísticas desenvolvidas em seus espaços e adjacências. Além disso, o Mercado de Ferro assumiu um papel significativo na

dinâmica organizacional dos espaços da cidade de outrora. Estas ênfases basearam esta decisão de pesquisa, em face das problemáticas e dos percursos metodológicos adotados.

1.3 POR QUE AS PRÁTICAS DE ESPAÇO À LUZ DA HISTÓRIA?

O espaço da cidade é resultado de um processo constante de praticar, perpetrado pelos atores sociais que conformam este contexto (DOSSE, 2013). Performado por uma tessitura de maneiras de fazer, compreendemos que o espaço da cidade é capaz de revelar diversas formas de organização, emergindo assim como um “lugar de transformação e apropriações” (CERTEAU, 2008, p. 174) que é cotidianamente construído e reconstruído por meio das práticas.

No campo dos Estudos Organizacionais, a cidade enquanto um espaço de produção e reprodução do cotidiano (CERTEAU, 2008) vem sendo debatida a partir de diversas lentes. Ao considerarmos o espaço da cidade enquanto uma malha de práticas que organiza a vida cotidiana, observamos que essa dinâmica estende a compreensão do espaço para além de uma perspectiva cartesiana e revela também a mutualidade constitutiva existente entre prática e espaço (DALE, 2005; DALE; BURREL, 2008; CERTEAU, 2008; COOPER; FOX, 1990; HALFORD, 2004; CLEGG; KORNBERGER, 2006). Nos Estudos Organizacionais há um número significativo de estudos que discutem o espaço enquanto um processo organizado resultante da apropriação (e.g. FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012; SANTOS, 2015; LOPES *et al.*, 2016); produção (GRANZOW, 2017; MARINS; IPIRAGNA, 2017) e (re)significação (COIMBRA; SARAIVA, 2014; HALFORD, 2004; WHAPSHOT; MALLETT, 2011; BRULON; PECI, 2015; KNOX, *et al.*, 2008; ZHANG; SPICER; HANCOCK, 2008; O'DOHERTY *et al.*, 2013) possibilitada pelas práticas.

Considerando a estreita relação entre espaço e práticas, esta associação tem se mostrado uma lente válida para a compreensão do cotidiano, por meio do organizar de práticas de espaço em cidades (CERTEAU, 2008; COURPASSON, 2017). As práticas espaciais refletem ainda um jogo entre instrumentalidades menores, compostas por táticas plurais, resistentes e astuciosas; e estratégias racionalizantes, cujo esforço é de (re)condução a parâmetros normalizadores e normatizadores (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001). Tal relação sinaliza ainda a natureza múltipla, imbricada e antagônica das práticas de espaço. Essas operações práticas concatenadas que, juntas, formam a trama sobre a qual o espaço se evolve. No entendimento de Certeau (2008) as práticas de espaço constituem-se em modos de fazer, procedimentos que reforçam a propagação de ações. Assim, temos a cidade como um lugar

organizado pelo que Certeau (2008, p. 173) denomina de “operações especulativas e classificatórias” que a tornam uma prática viva, moldada através do tempo e do espaço.

Discussões a respeito da (re)constituição e (trans)formação dos espaços por meio da prática (e.g. JOHANSSON; KOCIATKIEWICZ, 2011; MUNRO; JORDAN, 2013; HONORATO; SARAIVA, 2016; IPIRANGA, 2010; JENLIK, 2007; TEIXEIRA; CARRIERI; PEIXOTO, 2015; RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015; MARINS; IPIRANGA, 2017) aproximam as lógicas da prática de espaço, conduzindo a um amplo entendimento de suas dinâmicas relacionais e estruturantes.

Todavia, as discussões traçadas deixam de considerar que, no contexto das cidades, as práticas de espaço são permeadas por múltiplas temporalidades, pressupondo que, de alguma forma, as histórias de ontem, de hoje e do futuro se entrelaçam e, de forma conectada, são refletidas no organizar urbano. Desse modo, uma perspectiva histórica imbricada nas práticas de espaço tem sido pouco discutida no momento de tecer tais articulações. As práticas de espaço configuram uma série de deslocamentos históricos que “estão afixad[o]s em uma região que o passado organizou e lhes dá um papel determinante para a construção de um saber esclarecido” (CERTEAU, 2008, p. 135) e que são manifestos a partir do momento em que os atores (re)performam essas práticas.

Corroborando tal visão, Benjamin (2006) afirmou que “cada época presente deveria estar em sincronia com determinados momentos da história, a tal ponto que todo acontecimento singular do passado só se tornaria ‘legível’ em uma determinada época, [...]” (BENJAMIN, 2006, p. 19). O autor advogou por uma interpretação contemporânea do passado ao considerar que a história observa relações contínuas no tempo, em forma de constelação, onde um fenômeno do passado coincide com o presente, alcançando cognoscibilidade (BENJAMIN, 2006; SNIRVAS, 2012; SNIRVAS; FARIAS, 2015).

Do mesmo modo, por meio da análise do “pequeno momento singular o cristal do acontecimento total”, Benjamin (2006, p. 15) nos instiga a um retorno histórico ao passado para entender os processos organizativos e os fenômenos do presente, em particular àqueles que envolvem a arquitetura das cidades, dado suas alegorias e simbolismos. Benjamin (2006) cunhou a alegoria da ruína, enfatizando o ontem como solução para os enigmas do hoje e evidenciando a necessidade de um engajamento histórico na investigação de fenômenos relativos à cidade. O compromisso com a história se revela quando o passado assume papel de “*pathos* da proximidade”, constituindo-se numa reviravolta dialética (BENJAMIN, 2006; p. 18). Entretanto, ainda é comum que, em certas áreas da Administração as pesquisas ainda não possuam um engajamento com a história (SRNIVAS; FARIA, 2015).

Embora as discussões que conjuguem história e Administração tenham se proliferado nos últimos anos e explorado temáticas como memória (e.g. ROWLINSON, *et al.*, 2010; FOSTER, *et al.*, 2011; ROWLINSON, *et al.*, 2014; OCASIO; MAUSKAPF; STEELE, 2015; COSTA; SILVA; MONTEIRO, 2016; TRINDADE; COSTA, 2017; COSTA; MANCEBO; PESSÔA, 2016; COSTA; PESSÔA, 2016; PERDIGÃO *et al.*, 2015) e cotidiano (e.g. BARROS; CARRIERI, 2015), tais discussões ainda não exploram a interseção entre o tema das práticas de espaço e suas articulações com a perspectiva histórica. Conquanto que a história seja discutida na perspectiva da memória como uma tentativa de debater a respeito do processo organizativo das práticas de espaço (CUTCHER *et al.*, 2016; PETANI; MENGIS, 2016; VAUJANY; VAAST, 2013), ainda persiste um chamado por pesquisas que analisem as práticas de espaço, tendo o olhar histórico temporal como conector no organizar urbano.

Dessa forma, nossa tese problematiza que os **processos históricos se configuram como um nexos conector das práticas de espaço performadas pelos atores, engendrando um processo de organizar urbano**. Para tanto, sustentamos que a prática espacial da arquitetura de ferro, que se estabeleceu fora do berço europeu, ocorreu por meio da translocalização de um conjunto de práticas não locais, sob a égide da expansão colonial, da industrialização e da modernização. Nesse sentido, a história da translocalização da arquitetura de ferro é um símbolo desse processo, ao absorver e apropriar-se de diferentes práticas que viajaram e se espalharam para além dos seus locais de origem, da Europa para as cidades brasileiras, em particular, para a cidade de Fortaleza.

Apesar das ações institucionalizadas da Prefeitura Municipal de Fortaleza para a gestão do patrimônio local, a história da arquitetura de ferro no organizar de diferentes práticas de espaços da cidade tornou-se um tema esquecido e ignorado. Pouco conhecemos a respeito da trajetória histórica desses espaços da cidade, seus usos, produções e apropriações ao longo do tempo. Nesse sentido, problematizamos a relevância de se desvelar a história, enquanto nexos organizador das práticas de espaço urbano, como forma de contribuir para a formulação de políticas públicas sustentáveis para a cidade.

1.4 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir de tais discussões, estabelecemos como questão de pesquisa central: **Como ocorre o organizar das práticas de espaço no contexto da arquitetura de ferro à luz da perspectiva histórica?** Dessa forma, nosso objetivo geral neste trabalho é **compreender o**

organizar das práticas de espaço no contexto da arquitetura de ferro à luz da perspectiva histórica. Para tanto, traçamos, inicialmente, os seguintes objetivos específicos:

- a) levantar os arquivos, imergir nos acervos e mapear o contexto histórico da arquitetura de ferro;
- b) identificar os percursos, os desvios, os silêncios e as malhas de práticas históricas na *travel of ideas* da arquitetura de ferro em termos dos seus desdobramentos e translocalizações;
- c) identificar as práticas de espaço no contexto histórico da arquitetura de ferro e suas redes de conexões no atual contexto da cidade de Fortaleza;
- d) refletir a crítica da dinâmica histórica, dos ciclos, dos processos e do organizar de práticas de espaço paradoxalmente translocadas;
- e) descrever os desdobramentos dessas práticas no organizar de espaços de arquitetura de ferro da cidade;
- f) refletir, em termos de formulação de políticas públicas, sobre o organizar de práticas de espaços na cidade à luz da perspectiva histórica.

1.5 JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DESTA TESE

A justificativa desta pesquisa repousa na sua relevância teórica, metodológica e prática de gestão ao problematizar a questão dos espaços da cidade por meio das práticas compreendidas à luz da perspectiva histórica. Conforme Freitag (2012) sinaliza, o estudo do espaço da cidade deve apresentar pelo menos quatro dimensões, entre estas, o urbanístico-arquitetônico, o socioeconômico, o cultural-histórico. Nesse sentido, almejamos preencher as lacunas teóricas identificadas a partir das revisões que serão apresentadas nas próximas seções, conjugando no âmbito dos Estudos Organizacionais o entrelaçamento entre os eixos da prática, do espaço e do tempo da história, a fim de propiciar novas possibilidades para pesquisas relativas à organização de cidades. Nessa perspectiva, o presente estudo tem sua relevância ao possibilitar recursos críticos e conceituais para que se reflita sobre os recentes movimentos teóricos na área dos Estudos Organizacionais associados às questões urbanas, envolvendo o entrelaçamento das abordagens das práticas de espaço, tendo a história como conector no processo do organizar.

As práticas evocam um movimento histórico temporal no espaço, em uma “sucessão diacrônica de pontos percorridos, e não a figura que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou acrônico”, sendo alcançadas por cortes e remodelações históricas

(CERTEAU, 2008, p. 98). A evocação do passado remoto permite resistir aos efeitos da análise fundamental, mas, muitas vezes, exclusiva e obsessional que procura descrever o agora de forma estática (CERTEAU, 2008). Aqui é considerada enquanto um processo iluminado por maneiras de fazer conformadas a partir de um jogo cotidiano de ações, perpetradas por diversos atores no âmbito do espaço da cidade.

Embora o espaço da cidade enquanto um processo organizado já seja objeto de diversas discussões e abordagens nos Estudos Organizacionais em termos de produção, apropriação e (re)significação, a história ainda é uma dimensão esquecida. Além disso, procuramos ampliar esta discussão trazendo a abordagem da prática de espaço, em uma perspectiva histórica segundo o historiador Michel de Certeau, cuja proposta teórica ainda é sobremaneira negligenciada na sua aplicação e investigação do cotidiano organizacional (NAPOLITANO; PRATTEN, 2007).

De forma concomitante, buscamos também endossar o esforço de pesquisa que vem sendo construído com vistas a articular a dimensão histórica, enquanto discussão esquecida na compreensão dos processos organizativos e organizados existentes. Ressalta-se esta lacuna no contexto do organizar de cidades, embora a virada histórica date de 2004, Zald, (1993, 2002), Burrell (1997) e Clegg (2006) já acenavam para a necessidade de aliar a perspectiva histórica aos Estudos Organizacionais e à Administração.

Ao explorar as interseções entre a história e a abordagem da prática de espaço em cidades, procuramos nos alinhar ao chamado por um maior engajamento da área dos Estudos Organizacionais com a abordagem da História (CLARK; ROWLINSON, 2004; JACQUES, 2006; KIESER, 1994), sob o argumento de que estruturas e práticas do presente são reflexo de desenvolvimento histórico-culturais específicos (ÜSDIKEN; KIESER, 2004). Assim, a identificação de problemas atuais da organização urbana e as soluções mais adequadas não são livres de ideologia, mas, ao confrontar o presente com o passado, podemos melhor posicionar esses problemas, redirecionando as melhores soluções para os desafios urbanos atuais.

Assim, esta tese contribui ao ampliar estas discussões teóricas da virada histórica (*historic turn*) na Administração e nos Estudos Organizacionais para questões que articulem o organizar de práticas espaciais no contexto de uma cidade do Nordeste brasileiro, a capital do Ceará. Nesse sentido, esta pesquisa busca preencher essa lacuna e servir como ponto de partida para as discussões que conjuguem o organizar das práticas de espaço iluminado pela perspectiva histórica. Como será discutido nas próximas seções, a análise histórica de espaços da cidade pode auxiliar os tomadores de decisão a conhecer e implementar novas oportunidades de escolhas, em termos de políticas públicas para a gestão urbana (KIESER, 1994).

Relevamos ainda que o movimento da virada histórica está fortemente associado a uma perspectiva crítica dos estudos sobre gestão (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Nessa lente, a abordagem histórica ajuda a construir uma visão criticamente reflexiva do social (JACQUES, 1996). Nesses termos, destacamos, ainda, a original contribuição crítica dessa tese em sua proposta teórico-metodológica ao articular a etnografia de arquivos históricos (DECKER, 2013; 2014; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014) com o posicionamento ontoepistemológico da álter-antropologia de Viveiros de Castro (2005). Esta proposição apoia as reflexões críticas acerca do paradoxo produzido na translocalização de um conjunto de práticas urbanas não locais, sob a égide da expansão colonial, da industrialização e da modernização, por meio da *travel of ideas* da arquitetura de ferro para o Brasil.

Em relação as contribuições dessa tese em termos práticos e de gestão, verificamos que alguns estudos como o de Petani e Mengis (2016) exploraram o papel da história nos processos de planejamento de novos espaços da cidade. Nessa mesma linha, objetivamos ir além e entregar por meio desta pesquisa uma compreensão de como específicas práticas que foram translocadas por meio da arquitetura de ferro, ocorreram através do tempo e do espaço, iluminando o desenrolar histórico das maneiras de fazer e como estas feitura (re)constroem e (re)organizam histórica e cotidianamente as práticas de espaços da cidade sob estudo. De que forma estas discussões baseiem novas ações de planejamento que alimentem novas formulações de políticas públicas que versem sobre a atual gestão, manutenção, usos e ocupação, preservação e valorização de patrimônios históricos culturais com rebatimento, por exemplo, nas questões da gestão turística na/da cidade?

Ao colocar ênfases sobre a história dos espaços das arquiteturas de ferro da cidade de Fortaleza, as contribuições dessa tese se voltam para as políticas relativas à gestão do turismo e da cultura no sentido de alavancar estes espaços urbanos. A visão da Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza (SETFOR) é tornar a cidade referência nacional e internacional na atividade turística, sendo o turismo a principal fonte de renda da Capital (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

No dia 20 de dezembro de 2018, em meio as comemorações promovidas pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) de um ano de funcionamento do Observatório de Fortaleza, o secretário Régis Nogueira de Medeiros, da SETFOR, denunciou que Fortaleza estava se tornando uma cidade dormitório. Os turistas que chegavam dormiam uma noite na cidade, no dia seguinte partiam para as praias, ao retornarem das praias, dormiam mais uma noite e partiam, no dia seguinte, para seus destinos de origem. Considerando este problema, colocamos a questão sobre como o inegável valor do patrimônio histórico

cultural da arquitetura de ferro presente na cidade de Fortaleza poderia ser reconhecido e proposto como atrativo a ser explorado pela atividade turística?

Consultamos o relatório do Ministério do Turismo (MTur), intitulado Índice de Competitividade do Turismo Nacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015) que tem como principal finalidade possibilitar que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e desenvolver vantagens competitivas, norteadas pela elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística. Por meio do índice de competitividade do destino e dos índices desagregados em 13 dimensões ligadas à atividade turística, o relatório analisou o nível de desenvolvimento de um destino turístico sob a ótica da competitividade. O índice geral de 71,9% alcançado por Fortaleza indica que o destino se situa no nível 4 (entre 5 níveis) de competitividade, registrando evolução em relação ao último ano da pesquisa. Este resultado é superior à média Brasil e à média das capitais. Entre as dimensões e variáveis analisadas que compõem o Índice de Competitividade para a cidade de Fortaleza, julgamos que se destacam pelo menos cinco das treze dimensões e suas respectivas variáveis que estariam relacionadas com ações de políticas públicas, visando a valorização do patrimônio histórico, cultural e turístico da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza. A seguir articulamos uma rápida reflexão sobre a contribuição dessa tese para auxiliar a elaboração de políticas públicas que eliminem entraves ao desenvolvimento da atividade turística na cidade de Fortaleza.

Na primeira dimensão do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015), a dimensão “Atrativos Turísticos” apresenta as variáveis dos “atrativos culturais” e da “diversidade de atrativos”, entre outras. Além dos mercados de ferro, principal objeto de estudo dessa tese, a cidade de Fortaleza reúne um diversificado conjunto arquitetônico de ferro que parece ter seu valor turístico, histórico e cultural subestimado, como por exemplo: o teatro-monumento José de Alencar com a sua estrutura arquitetônica constituída de peças de ferro fundido importadas de Glasgow na Escócia e os pórticos de ferro da Igreja do Pequeno Grande, que junto com o Colégio Imaculada Conceição forma um impressionante conjunto arquitetônico da cidade.

A segunda dimensão de “Políticas Públicas” envolve as variáveis de “planejamento para a cidade” e para a “atividade turística” e a variável da “cooperação regional”. Em relação a estas variáveis, relevamos que esta tese poderá contribuir com possíveis sugestões para o desenvolvimento de projetos de cooperação regional, por meio de um planejamento turístico regional, como por exemplo: a roteirização das histórias das arquiteturas de ferro conectando

diferentes cidades históricas do Ceará, como Aracati, Icó, Camocim, Viçosa do Ceará, Sobral, entre outras.

A terceira dimensão da “Economia Local” envolve as variáveis dos “empreendimentos, dos eventos que alavancam os espaços urbanos” e a variável da “capacidade empresarial”. Para estas variáveis, as contribuições dessa tese se exemplificam em sugestões de projetos que visem o suporte e ou a consolidação dos processos de geração de negócios e pequenos empreendimentos. Entre estes projetos citamos o Mercado Cultural dos Pinhões inaugurado em julho de 2017, situado nas adjacências do Mercado de Ferro dos Pinhões, objeto desse estudo. O Mercado Cultural dos Pinhões objetiva transformar esses espaços adjacentes ao Mercado de Ferro em um ponto de referência da comida cearense, consolidando um polo gastronômico e cultural no Centro de Fortaleza. E, por fim, as duas últimas dimensões dos “Aspectos Sociais”, envolvendo as variáveis dos “usos desses atrativos e equipamentos turísticos pela população”. E a dimensão “Aspectos Culturais”, envolvendo as variáveis da “produção cultural associada ao turismo” e do “patrimônio histórico cultural”.

Em termos de contribuições práticas de gestão e como base para a formulação de políticas públicas, colocamos a questão: Como estas dimensões e variáveis poderiam ser potencializadas por meio da valorização histórica cultural do conjunto da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza? Nesse sentido, almejamos que as decorrências desse trabalho possam contribuir, por exemplo, para fomentar as políticas que tratem das decisões de investimento e valorização no sentido de iluminar o papel da história, enquanto nexos organizador do patrimônio e equipamentos urbanos, considerando o modo como as pessoas têm se relacionado com estes através do tempo e ainda realçando que a história e as práticas de espaço assumem um papel fundamental na preservação de tal patrimônio e equipamentos urbanos.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

Após esta introdução, nos próximos itens apresentamos a revisão dos marcos teóricos discutidos nesta tese, enfatizando, além dos conceitos centrais, as lacunas identificadas no processo de levantamento da literatura e que colaboram para a construção da problemática desta tese. Assim, na seção 2 apresentamos a abordagem do *practice turn*, enfatizando o organizar das práticas nos Estudos Organizacionais. Em seguida, discutimos o *spatial turn*, articulando as principais discussões sobre a abordagem das práticas de espaço no organizar de cidades. Na quarta seção, as discussões iluminam o *historic turn* no contexto dos Estudos Organizacionais e da Administração.

Na sequência, discutimos os pontos de interseção entre estas diferentes viradas teóricas nos Estudos Organizacionais – prática (*practice turn*), espacial (*spacial turn*) e histórica (*historic turn*), de modo a explicitar como a articulação entre essas abordagens contribui para a condução da problemática da presente tese. O percurso metodológico é apresentado na sexta seção, onde delineamos os principais caminhos seguidos. As seções sete, oito, nove e dez se dedicam a construção e interpretação do corpus empírico analítico, em confronto com o suporte teórico e problematizações, indicando, por fim, os avanços dos conhecimentos nas áreas envolvidas que esta tese articulou. Encerramos o trabalho com a seção de considerações finais e os itens das referências e anexos.

2 TEORIAS DA ARTE DE FAZER: AS PRÁTICAS NO CONTEXTO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

2.1 O *PRACTICE TURN* NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A prática não é um conceito plenamente novo nas Ciências Sociais (MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009), suas bases remetem ao final do século XIX e a primeira metade do século XX. Filósofos como Bernstein (1971) se inspiraram na tradição marxista e na fenomenologia de Heidegger para sustentar a ideia de que o mundo e seus significados estão fundamentados em um conjunto de ações e interações que configuram parte da existência humana, dirimindo assim a dicotomia entre idealismo e materialismo, sujeito e objeto (RECKWITZ, 2002; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009).

Ainda outras tradições como, por exemplo, o interacionismo simbólico e a linguagem também deram suporte à construção da noção de prática (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). A corrente interacionista simbólica sustenta a noção de que a ação dos sujeitos é guiada pelos significados que os fenômenos possuem para as pessoas. Tais fenômenos podem ser materiais (pessoas, artefatos) ou imateriais (emoções, sentimentos e experiências, por exemplo). Nesse sentido, os significados assumem posição central como ponto de partida para a ação humana (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Já a linguagem é um elemento tácito que serve como ponte para a prática, ao dar sentido às coisas e ao atribuir-lhes significados por meio dos jogos de linguagem.

A prática é uma discussão com crescente abordagem em campos científicos diversos, como a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Gestão (LUSSAULT; STOCK, 2010; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009). Compreender o que as pessoas realmente fazem tornou-se um ponto chave para a questão da prática. Nessa perspectiva, o retorno às práticas promovido pelo movimento do *practice turn*, representa um marco teórico importante para a ampliação e o refinamento dos conceitos e das características da prática (SCHATZKI, 2001; RECKWITZ, 2002).

Enquanto uma ruptura ampla, o movimento do *practice turn* acompanhou as outras “viradas” que ocorrem quase que concomitantemente no âmbito científico, por exemplo, o *interpretative turn* (RABINOW; SULLIVAN, 1979), o *linguistic turn* (RORTY, 1967) e o *historic turn* (MCDONALD, 1996). Mais especificamente nos Estudos Organizacionais, o *practice turn* se configurou como uma das respostas à crise de representação pela qual a área passou nos anos 80. Este retorno à teoria da prática fomenta uma nova maneira de analisar

diversas dimensões sociais na qual a prática é um modo efetivo de desencadear a transformação organizacional (SCHATZKI, 2001; CORRADI; GHERARDI; VERZELLONI, 2010; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009; EIKELAND; NICOLINI, 2011).

Em termos amplos, a noção de prática foi utilizada como um conceito organizador em campos como a Filosofia (TUOMELA, 2002), a Antropologia (ORTNER, 1994) e a Tecnologia da Informação (PICKERING, 1992). Em Administração, a teoria da prática seguiu variados caminhos, acentuando cada vez mais seu caráter difuso, o que refletiu em uma coleção de autores e abordagens voltadas para a compreensão e a teorização sobre a prática e sua relação com os diversos campos da vida (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; GUZMAN, 2013; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009).

Essa pluralidade gera conceitos sobrepostos, convergentes ou divergentes, que podem levar a uma confusão ontológica, epistemológica e metodológica a respeito da prática (GUZMAN, 2013). Em face dessa multiplicidade não podemos trazer uma definição sobre prática que seja completa e amplamente considerada pelos teóricos, embora existam consensos entre alguns pontos críticos que não podem ser vistos de forma isolada pois são interdependentes (SCHATZKI, 2001; GHERARDI, 2006; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

Em primeiro lugar, as ações situadas são, ao mesmo tempo, relevantes e resultado da e na produção da vida social. O cotidiano é tanto um resultado do que as pessoas fazem, quanto é determinante para a constituição dessas ações. Em segundo lugar, não há espaços para dualismos como forma de teorização. A prática reconhece a relação entre elementos que têm sido frequentemente tratados como dicotomias, por exemplo, mente e corpo, cognição e ação, indivíduo e grupo (RECKWITZ, 2002). Por último, a abordagem da prática estabelece que as relações são mutuamente constitutivas, ao mesmo tempo que são um produto da vida social também são responsáveis pela geração da mesma. Não há prática independente, estas são interdependentes entre si. (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). A prática é também considerada uma epistemologia, uma forma possível de entender o mundo, a partir de uma ontologia construcionista ou mesmo processual (COOPER, 1976; BERGER, LUCKMANN, 1985).

Esse último ponto implica no fato de as dimensões constituintes da vida social não poderem ser concebidas sem a compreensão do papel da ação em produzi-las. Do mesmo modo, a ação não pode ser entendida apenas como algo que as pessoas fazem, mas deve ser compreendida como um fenômeno contextual. Nesse sentido, a vida social é realizada, produzida e transformada em toda instância de ação (GHERARDI, 2006; RECKWITZ, 2002).

Assim, possivelmente, o ponto “guarda-chuva” de consenso entre as diversas abordagens da prática seja a ação, isto é, a prática está diretamente relacionada a uma atividade ou a um conjunto delas que está incorporado nos diversos fenômenos da vida social.

As divergências, entretanto, começam quando tentam explicar como essas ações estão organizadas e conectadas (GUZMAN, 2013). O Quadro 1, adaptado do trabalho de Guzman (2013), apresenta algumas das principais teorias da prática utilizadas em pesquisas no campo da Gestão, indicando como as práticas efetivamente acontecem a partir de cada lente.

Quadro 1 – Algumas abordagens da prática

(continua)

Autor(es)	Conceito(s)	Componentes centrais da ideia de prática	Como a prática ocorre
Argyris e Schon (1978)	Aprendizagem	"governing variables"	<i>Loop</i> simples
		Ações	<i>Loop</i> duplo
		Consequências	
Collins e Kush (1998)	Teoria da ação	Ações intencionais	Ações mimeomórficas
		Resultado das ações	Ações polifórmicas
		Atores	
		Formas sociais de vida	
		Intencionalidade do ator	
Guérin <i>et al.</i> (2001)	Atividade de trabalho	Tarefa	
		Atividade de trabalho	Regulação da atividade de trabalho
		Ações e representações da ação	Confronto entre as tarefas planejadas e realizadas
		Indivíduo	
Raelin (2007)	Epistemologia da prática	Contexto	
		Conceitualização	Uso do conhecimento tácito
		Experimentação	Reflexão crítica
		Reflexão	Maestria
		Experiência	Ações mediadas
Sandberg e Tsoukas (2011)	Lógica da prática		Tentativa
		Engajamento com práticas sociomateriais	Caráter de engajamento
		Práticas sociomateriais	Entrelaçamento
		Vida social e material entrelaçadas	Condições para engajamento com práticas sociomateriais
			Business-as-usual (ações não deliberadas)
			Intervalos temporários

Quadro 1 – Algumas abordagens da prática

(conclusão)

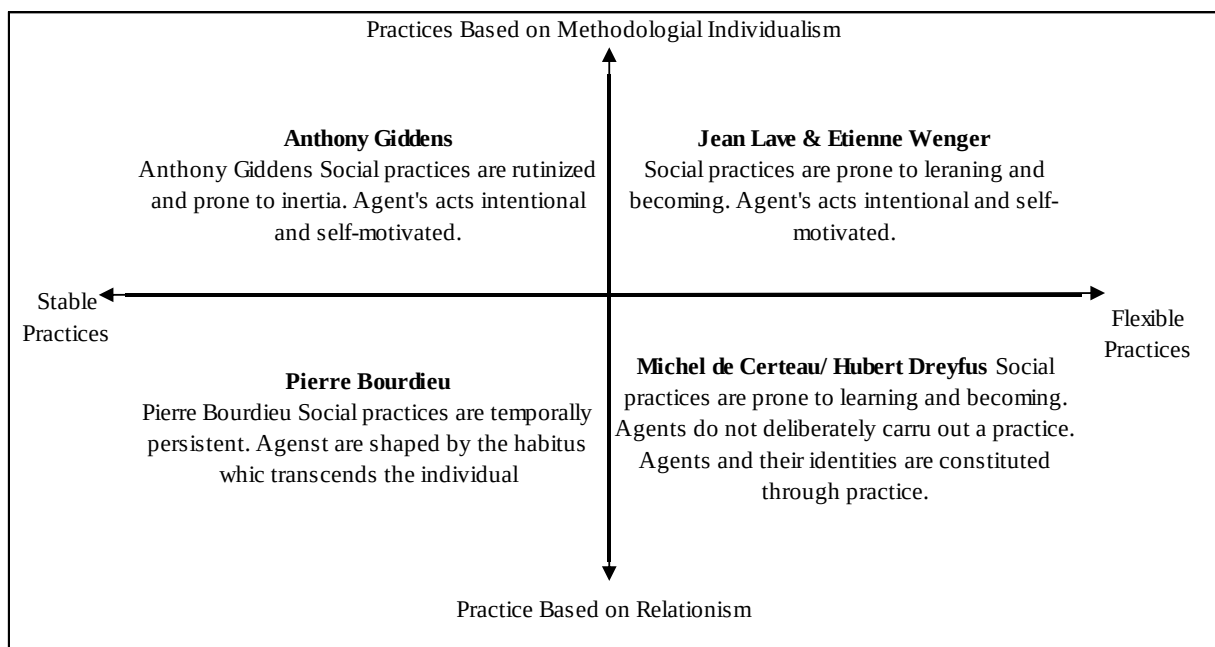
Autor(es)	Conceito(s)	Componentes centrais da ideia de prática	Como a prática ocorre
Gherardi (2006)	Textura de práticas	Perspectivas e discursos pluralísticos	Categorização
		Artefatos	Destacando o saliente
		Praticantes	Produzindo texto
		Práticas	Codificando conhecimento
		Contexto	"Atuando" identidades
		Textura que liga as práticas	Preocupação com a prática
Nicolini (2007)	Práticas de trabalho	Atividades	Redistribuição do trabalho e das tarefas
		Identidades	Reconfiguração de identidades
		Instrumentos	Redistribuição de poder
		Relacionamento entre os envolvidos	
Stacey (2001)	Processo responsivo complexo	Indivíduos	Interação cooperativa
		Ferramentas/artefatos	Interação competitiva
		Contexto	Interação padronizada
		Símbolos	Interação espontânea
Engestron (1987)	Teoria da atividade	Ferramentas e artefatos	Interação entre pessoas
		Sujeitos e objetos	Comunicação
		Comunidade	Ação
		Regras	
Lave e Wenger (1991)	Comunidades de Prática	Ações situadas, contexto	resource-restructuring
		Interação social	order-creating practice
		Reflexão	Participação
		Desenvolvimento de identidade	
Schatzki (2001)	Teoria da prática	Regra	Atividade
		Discursos	Organização
		Ações	
		Arranjos materiais	
		Espaços	
Certeau (2008)	Maneiras de fazer	Cotidiano	Apropriações
		Táticas	Desvios
		Estratégia	Ocasões
		Memória	
		História	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Guzman (2013, tradução nossa).

Anteriormente, Rasche e Chia (2007) também esboçaram uma classificação das práticas por meio de um mapeamento (FIGURA 1) na tentativa de representar as, até então,

diferentes interpretações conceituais sobre a prática. Ao analisar a questão a partir de duas dimensões chave, individualismo metodológico e relacionismo, Rasche e Chia (2007) apontam duas possibilidades de entender os processos geradores da prática. De um lado, a perspectiva individualista metodológica insinua que o ator, ou o agente, da prática é autônomo e está plenamente consciente e automotivado em direção ao objetivo a ser alcançado. Essa perspectiva destaca a intencionalidade da ação. A interpretação dada pela lente do relacionismo relaciona-se às ações humanas que não podem ser explicadas apenas por uma intencionalidade manifesta, mas por uma lógica da prática, que são inerentemente mediadas por um conjunto de outras práticas como a cultura, a memória, a história (RASCHE; CHIA, 2007). Essa perspectiva acaba por fornecer uma alternativa plausível para a compreensão da ação humana, para além do individualismo e da cognição (FIGURA 1).

Figura 1 – Mapa de diferentes teorias da prática.



Fonte: Rasche e Chia (2007, p. 38).

Outro eixo de distinção está situado entre a estabilidade e a flexibilidade da prática. Se, por um lado, um corpo teórico considera que a prática é um elemento estável e substancialmente institucionalizado da vida social, que sofre poucas alterações, por outro, autores (e.g. CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; 2006; 2012) defendem que a prática também é passível de mudanças ao longo do tempo e do espaço. Dessa feita, as práticas estariam num constante movimento de reconfiguração conforme o contexto (RASCHE; CHIA, 2007).

As práticas são concebidas como um conjunto não delimitado de atividades básicas, como os fazeres e os discursos (*open-ended doings and sayings*), espacialmente e temporalmente organizados, que compreendem maneiras de fazer organizadas por microações cotidianas. (SCHATZKI, 2001; 2006; 2012). Tais microações envolvem regras e estruturas que são socialmente construídas e formadas por elementos diversos (formas de fazer, objetivos a serem alcançados, emoções, entre outros) que se relacionam com a prática (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; 2006; 2012).

Essa rede de conexões que dá suporte à prática, em uma espécie de constelação organizada de diferentes atividades humanas, configura-se como uma rede aberta (suas fronteiras de atuação não são delimitadas) e temporalmente organizada (COOPER, 1976; SCHATZKI, 2012). Pressupõe-se que se tais fronteiras são abertas, “as práticas são incorporadas e materialmente entrelaçadas, organizadas em torno de uma compreensão prática compartilhada” (SCHATZKI, 2001; 2002).

Além disso, as práticas são constantemente (re)organizadas nos e para os espaços, sejam eles físicos ou históricos (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2002). Assim, uma matriz de espaços e trajetórias também faz parte da prática. Casas, edifícios e empresas são exemplos dessas matrizes, cuja existência só é possível a partir de uma rede de práticas espaciais que dão sentido e significado à sua existência (SCHATZKI, 2002).

Assim, as práticas constituem procedimentos enunciativos que articulam intervenções no cotidiano (CERTEAU, 2008). Míticas, múltiplas e selvagens, as práticas circunscrevem um saber subjetivo, uma capacidade intuitiva, com estatuto indefinido e, por vezes, considerado ilegítimo diante das práticas institucionalizadas. Além disso, são uma dimensão relevante da vida humana e sua análise pode nos ajudar a alcançar um entendimento da vida organizacional.

Compreender como a prática acontece é como criar uma ponte para explicar o cotidiano e a organização da sociedade e seus grupos, bem como seus sentimentos e significados associados (CERTEAU, 2008; COURPASSON, 2017). Nesse entendimento, o cotidiano emerge como uma miríade de ações desconexas, gestos e encontros, que constituem a rotina natural da existência humana e se revela como um espaço crítico e resistido, onde as subjetividades são afirmadas e autonomia de ação é dada aos sujeitos (CERTEAU, 2008; COURPASSON, 2017; HANCOCK; TYLER, 2008).

As práticas revelam ainda entrelaçamento de comportamentos do dia a dia, que são realizados por meio de “instrumentalidades menores” (CERTEAU, 2008, p. 175), singulares e, ao mesmo tempo, plurais, que são incontrolláveis por qualquer tipo de poder dominante. Esses

movimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem focarem mesmo assim fora do campo onde se exerce” (CERTEAU, 2008, p. 175) criam um jogo “mediante a estratificação de funcionamentos diferente e interferentes” (CERTEAU, 2008, p. 92) e os conhecimentos e os significados atribuídos a um espaço são objeto da manipulação dos praticantes.

Dentro desse arcabouço, as práticas exercem um papel de controle e modificação da vida social e, em particular, do espaço urbano a partir dos processos de apropriação, capazes de transformar espaços em lugares. Algumas práticas são delineadas como operações racionalizantes, outras são constituídas de astúcias manipuladoras, que corrompem e performam os cotidianos físico e social (CERTEAU, 2008). Ocorre uma recondução das práticas racionalizadoras da vida cotidiana, por meio dos jogos e dos desvios que são exercidos como um modo de ludibriar procedimentos tidos como dominantes. Esses processos evidenciam a natureza múltipla e antagônica que as práticas podem apresentar (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; CZARNIAWSKA, 2007).

Essas dinâmicas revelam ainda que algumas práticas são delineadas como uma estratégia de manipulação das relações de força, que torna possível a um sujeito de vontade e poder ser isolado (CERTEAU, 2008; JAMESON; LOVITT, 1980). A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como um próprio, ou seja, a base onde as relações podem ser administradas com uma exterioridade dos alvos ou fraquezas. Como na gestão, toda racionalização estratégica cria para si um lugar próprio de poder e de vontade por meio de gestos cartesianos para circunscrever um mundo próprio. Nesse sentido, a estratégia produz, mapeia e impõe uma ordem, enquanto as táticas as manipulam e alteram (CERTEAU, 2008).

Entretanto, também são desenvolvidas pelos atores sociais outras práticas, que são consideradas táticas calculadas e determinadas pela ausência de um lugar próprio (CERTEAU; JAMESON; LOVITT, 1980). Enquanto um movimento que foge ao controle das operações de poder, as táticas organizam um novo espaço, que passa a ser considerado um lugar praticado. Dessa forma, as táticas resistem e coexistem em um constante conflito com as estratégias, ao eliminarem os discursos operatórios naturais para construir seus próprios sentidos (CERTEAU, 2008).

Além disso, as operações táticas se revelam no ordinário do cotidiano, ou seja, naquilo que é habitual, normal, aos olhos do praticante. Sua lógica é construída tendo desvios cuja origem repousa em acontecimentos históricos e de memória, trazidos à luz pelas ocasiões. Esse conflito reflete sobre estruturas de poder existentes, que se manifestam pelo confronto entre as instrumentalidades multiformes dos desvios praticados pelos sujeitos, que escapam à

disciplina gerencial e as forças dominantes das instituições. Dessa forma, a cidade-espaço emerge a partir de uma rede de práticas de predominância do tipo tático, composta por fragmentos de trajetórias cegas, transformadoras do espaço (CERTEAU, 2008).

Isso revela uma pluralidade de pontos de referência que interferem na constituição de uma tática, incluindo-se aí, também, a referência histórica, (re)construída no cotidiano e na relação das pessoas com o mundo e as suas variadas dimensões, onde também está o espaço (JOSGRILLBERG, 2005).

As táticas são frutos de uma inventividade criativa que envolvem maneiras de fazer particulares, ao nível dos gestos e encontros cotidianos (COURPASSON, 2017; HANCOCK; TYLER, 2008). Essa inventividade é inerente ao próprio cotidiano e possui um potencial libertador e emancipatório das práticas ordinárias de caráter tático (CERTEAU, 2008). Nesse sentido, as táticas, enquanto um movimento de resistência, só são viáveis porque as atividades ordinárias são invisíveis às forças de controle (CERTEAU, 2008). Assim, as pessoas se apropriam de contextos por meio de práticas subalternas que geram expressões de liberdade por meio de gestos da apropriação. Nessa perspectiva, o cotidiano configura-se como um espaço crítico de onde emerge um sujeito político que

cada vez mais coagido e sempre menos envolvidos por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, “dar golpes”, encontrar na megalópole eletrotécnicizada a “arte” dos caçadores ou dos rurícolas antigos. (CERTEAU, 2008, p. 52).

Nesse sentido, as táticas desvelam uma politização do tecido social, a partir das formas de se (re)apropriar de um sistema produzido por uma sociedade deteriorada. Igualmente, as astúcias táticas assumem papel político na (re)produção de um cotidiano multiforme e na constituição de uma “realidade fugidia e massiva [...] que joga com sua ordem” (CERTEAU, 2008, p. 52).

Os movimentos de estratégia e tática sinalizam o caráter de emancipação e alienação subjacente às práticas (COURPASSON, 2017). Assim, as estratégias possuem aspectos de natureza opressiva, que levam a uma condição de abstração da vida. Já as táticas fomentam o desenvolvimento de potenciais criativos, inesperados e surpreendentes. Uma vida opaca e teimosa, enraizada no cotidiano, é revelada pela dança dessas práticas, pelas fatalidades e pelas restrições, e demonstram, ainda, uma intrínseca ligação entre forças antagônicas.

Se, em uma primeira vista, existe a possibilidade de conflito entre essas práticas, elas revelam também sua natureza imbricada, uma tessitura que representa uma dinâmica de interação entre diversos elementos que estão conectados (COOPER; FOX, 1990). Nesse ponto,

as práticas conformam uma textura que é cotidianamente performada de maneira não linear, tampouco superficialmente visível, mas que reflete uma intrincada e complexa rede miscigenada que constitui o todo social (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; COOPER; FOX, 1990).

Nessa perspectiva, as ideias de Certeau (2008) e Schatzki (2001; 2005; 2006; 2012) se aproximam quando consideramos que as práticas congregam um conjunto de procedimentos e esquemas reguladores e manipulatórios que circunscrevem um saber não elucidado, mas carregado de simbolismo. As práticas, ao mesmo tempo, refletem e constroem processos e estruturas do cotidiano por meio de um movimento constante de ação, configurando-se como fluxos de transformação tácito, invisível e complexo (COOPER, 1976; COOPER; FOX, 1990; MORGAN, 1996). Esta forma de abordar das práticas enfatiza o fazer cotidiano e busca, de uma maneira crítica, explicar como esse processo se desenrola (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Tanto Certeau (2008) como Schatzki (2001; 2005; 2006; 2012) se preocupam em explicar as dinâmicas da atividade cotidiana, como são geradas e como operam em diferentes contextos e ao longo do tempo, colocando a prática assume relevância como protagonista de um processo de compreensão e significação do cotidiano.

Assim, estas discussões que elevam a prática a um domínio substantivo de caráter processual e difuso serão utilizadas para sustentar o desenvolvimento deste trabalho. Essa demarcação é importante em virtude da existência de diversas maneiras de abordar as práticas, como será articulado a seguir com a identificação de lacunas desse conhecimento na área dos Estudos Organizacionais.

2.2 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO *PRACTICE TURN* NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Faria e Leite-da-Silva (2016) realizaram um estudo onde apresentaram um levantamento bibliográfico, apontando pesquisas que abordaram a questão das práticas segundo Certeau (2008). No intuito de ampliar este panorama sobre as pesquisas que se valem da abordagem de Certeau (2008) para a questão da prática, realizei um levantamento nas principais bases de dados da área de Administração acessadas através do portal Periódicos CAPES, a saber: *Academic Search Premier*, *Annual Reviews*, *Cambridge Core*, *Emerald Insight (Emerald)*, *Gale - Academic OneFile*, *Highwire Press*, *JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)*, *Now Publishers (Business and Economics)*, *Oxford Journals (Oxford University Press)*, *SAGE Journals Online*, *SciELO.ORG*, *ScienceDirect (Elsevier)*,

SpringerLink e *Wiley Online Library*. Utilizamos para a busca e de forma conjunta os descritores Michel de Certeau, *practice* e *organisation studies*.

O período considerado para o levantamento dos estudos foram os últimos 20 anos (1998-2018). Os fins desse estudo focalizaram, especificamente, além do escopo e interesse desta tese, o objetivo de levantar a literatura até então trabalhada que utilize de modo consistente o conceito de prática elaborado por Certeau estritamente no âmbito dos Estudos Organizacionais. Buscamos realizar um levantamento com o objetivo de apresentar o estado da arte, bem como as articulações estabelecidas com outros temas, tendo como base o conceito de prática apresentado por Certeau (2008). Assim, o rol de textos levantados também acrescenta, de alguma forma, o trabalho de Faria e Leite-da-Silva (2016).

Através deste levantamento e do trabalho de Faria e Leite-da-Silva (2016) pudemos verificar que as ideias de Michel de Certeau concernentes à teoria da prática são amplamente utilizadas em áreas de base prioritariamente social, como a Sociologia (e.g. CHRISTENSEN, 2017; MATHIOT, 2010) ou a Antropologia (e.g. NAPOLITANO; PRATTEN, 2007). Trabalhos também foram encontrados na área da Saúde (e.g. GONZALEZ-SANS, NOREÑA-PEÑA, AMEZCUA, 2017), Literatura e Arquitetura. No terreno da Administração e Gestão, localizamos alguns trabalhos como os já citados anteriormente. Mas, especificamente nos Estudos Organizacionais, poucos são os textos que se apropriam efetivamente da noção de prática Certeuniana. A partir da análise desses textos, as dimensões que mais foram articuladas ao conceito de prática de Certeau (2008) são apresentadas no Quadro 2.

A prática é um conceito articulado em diversas áreas e temáticas (QUADRO 2), o que torna sua discussão ampla e com diversos pontos de interseção. A partir do levantamento elaborado, podemos delimitar algumas áreas com os quais a discussão sobre práticas é entrelaçada e articulada.

No campo da estratégia, a principal conexão proposta é a de *strategy-as-practice*, onde a estratégia é definida como algo que as pessoas fazem - uma prática (WHITTINGTON, 2006). A perspectiva de Certeau (2008) sobre prática sustentou a ideia de que o importante não é o que é feito (a estratégia em si), mas como é feito (o processo de elaboração da estratégia), a partir de um foco antropológico (WHITTINGTON, 2006). Considerar a estratégia enquanto prática adiciona uma dimensão extra para a preocupação tradicional da disciplina, ao considerar a estratégia enquanto um processo criativo.

A proposta do *strategy-as-practice* fomentou outros estudos que exploraram a significância do termo prática social e sua relação para a comunidade de pesquisa sobre *strategy-as-practice*, através da discussão de termos como atividades, ação, práxis e prática

pelas lentes de teóricos que contribuíram ao *practice turn* (RASCHE; CHIA, 2007). Em contextos pluralistas, a prática é discutida a partir de três quadros teóricos alternativos e complementares (teoria ator-rede; teoria convencionalista e perspectiva da prática social) com ênfase na vida cotidiana para compreender a prática da estratégia (DENIS; LANGLEY; ROULEAU, 2007). Essas teorias oferecem uma compreensão multifacetada para as práticas complexas de estratégia.

Ainda no âmbito da estratégia, a prática foi investigada a partir da perspectiva do sujeito enquanto um consumidor do discurso estratégico (ABDALLAH; LANGLEY, 2014). Se apoiando na teoria da prática de Certeau (2008) a pesquisa sinaliza que os membros da organização, enquanto consumidores do discurso estratégico, são livres para fazer uma leitura da estratégia organizacional de forma múltipla e inesperada, o que gera diferentes formas de consumo desse discurso.

Quadro 2 – O conceito de prática de Certeau (2008) e as dimensões articuladas

(continua)

Dimensão	Ideias centrais	Autores
Estratégia	Consumo do discurso estratégico	Abdallah e Langley (2014)
	práticas de estratégia em contextos pluralísticos	Denis, Langley e Rouleau (2007)
	<i>Strategy-as-practice</i> no âmbito de políticas públicas	Farias e Leite-da-Silva (2015)
	Significado de prática social e sua relação com a noção de <i>strategy-as-practice</i>	Rasche e Chia (2007)
	Articulação dos sujeitos na elaboração de estratégias	Sampaio <i>et al.</i> (2014)
	<i>Strategy-as-practice</i>	Leite-da-Silva, Carrieri e Souza (2012)
	Metodologia para estudo da <i>strategy-as-practice</i>	Leite-da-Silva, Carrieri e Junquilha (2011)
	<i>Práticas e estratégia</i>	Leite-da-Silva (2007)
	<i>Strategy-as-practice</i>	Whittington (2006)
Poder	Relações de poder a partir das táticas e estratégias	Quaresma Júnior, Peixoto e Carrieri (2013);
	Micropolíticas das práticas cotidianas	Oliveira e Cavedon (2013)

Quadro 2 – O conceito de prática de Certeau (2008) e as dimensões articuladas

(conclusão)

Dimensão	Ideias centrais	Autores
Trabalho	Resistência no ambiente de trabalho	Ng e Höpfl (2011)
	Ruptura com os processos de alienação	Gouvêia e Ichikawa (2015)
	Relações de trabalho	Vorley e Rodgers (2014)
	Gestão da carreira	Maclean, Harvey e Chia (2012)
Empresas sociais	Mimetismo tático como microrresistência	Dey e Teasdale (2015)
Consumo	Consumo das ideias de gestão	Corbett-Erchevers e Mounoud (2011)
	Consumo a partir das práticas cotidianas	Brownlie e Hewer (2011)
Empreendedorismo	Empreendedorismo como espaço para criatividade e invenção	Hjorth (2005)
Espaço/Cidade	Festivais na criação de uma experiência da cidade	Johansson e Kociatkiewicz (2011)
	Táticas espaciais na transformação do espaço público	Munro e Jordan (2013)
	População em situação de rua e o conceito de cidade habitada	Honorato e Saraiva (2016)
	Desenvolvimento sócio territorial a partir de significados socioculturais atribuídos à cidade	Ipiranga (2010)
	Democracia e a criação de espaços públicos	Jenlik (2007)
	Representação discursiva do cotidiano da cidade	Teixeira, Carrieri e Peixoto (2015)
	Cotidiano da cidade a partir do homem ordinário	Rodrigues e Ichikawa (2015)
	Apropriação do espaço	Marins e Ipiranga (2017)
Gestão	Gestão ordinária	Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014)
	Gestão da educação	Korpiaho, Pääviö e Räsänen (2007)

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa temática, encontramos ainda discussões que desembocam na proposição de uma metodologia para o estudo do conceito de *strategy-as-practice*, enfatizando os níveis micros sociais das práticas, intimamente relacionados aos sujeitos (LEITE-DA-SILVA; CARRIERI; JUNQUILHO 2011); e na ênfase nos aspectos micro e macro de análise relativos à prática no processo de fazer estratégico (LEITE-DA-SILVA; CARRIERI; SOUZA, 2012).

A gestão e política pública também aparece entremeada à discussão de estratégia enquanto prática. O entendimento de que as estratégias são definidas com base em práticas

cotidianas permitiu a avaliação do processo de articulação dos sujeitos organizacionais na realização de estratégias em um programa social governamental (SAMPAIO *et al.*, 2014). Nesse contexto, planejar, decidir, socializar, comunicar, negociar, administrar conflitos e aprender são resultado de maneiras de fazer socialmente construídas. As táticas, conceito relativo à prática de Certeau (2008), também são discutidas enquanto um pilar de sustentação para o processo de elaboração das estratégias que se desdobram na formulação de políticas públicas (FARIAS; LEITE-DA-SILVA, 2015).

Entrelaçada à discussão sobre poder, a prática, através das estratégias e táticas, possibilita compreender as mudanças que ocorreram nas relações de poder em grupos organizados (QUARESMA JÚNIOR; PEIXOTO; CARRIERI, 2013). Com ênfase na dimensão micropolítica, as práticas evidenciam o cotidiano como um contexto permeado por micropolíticas e narrativas subjacentes aos processos de gestão (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013).

A temática trabalho é discutida, juntamente com a prática, no âmbito da resistência latente a práticas de modificação do espaço de trabalho, que acalentam a condição de exílio e, ao mesmo tempo, funcionam como uma forma de resistência no contexto do trabalho (NG; HÖPFL, 2011). Ainda com enfoque da resistência, a prática emerge como um elemento de ruptura com os processos de alienação existentes em contextos organizados (GOUVÊIA; ICHIKAWA, 2015). Nessa esfera, ambos os textos evidenciam a ideia de que o cotidiano é um espaço de invenção e resistência, onde as pessoas tecem suas próprias histórias e podem quebrar a uniformidade típica do cotidiano com as práticas que manifestam microrresistências (CERTEAU, 2008).

Já enfatizando a gestão de carreiras na esfera do trabalho, a prática é discutida no âmbito da narrativa e legitimação carreira de executivos (MCLEAN; HARVEY; CHIA, 2012). Aqui, a ideia de prática é abordada a partir das lentes do *sensemaking* e do *storytelling*. Nesse sentido, é possível evidenciar uma geografia de ações a partir das práticas desenvolvidas pelos executivos e que dão sentido a suas experiências dentro e fora das organizações. Aqui a prática é uma perspectiva plausível para o entendimento das relações de trabalho a partir das manifestações do sujeito. Essa abordagem desloca o foco unicamente organizacional dado à temática e desloca-o para o indivíduo.

Corbett-Erchevers e Mounoud (2011) e Browlie e Hewer (2011) utilizaram a abordagem de Certeau (2008) relacionando-a com o consumo. Corbett-Erchevers e Mounoud (2011) considerara a ideia de prática de consumo como ponte para a compreensão sobre como

as ideias sobre gestão são consumidas. Nesse aspecto, as práticas revelam formas múltiplas, interativas e contínuas de consumo dessas ideias.

Brownlie e Hewer (2011) também estudaram o consumo, mas sob a ótica das práticas cotidianas. Assim, buscaram entender sobre o consumo em práticas de pertencimento e diferenciação na vida cotidiana. Para Brownlie e Hewer (2011) o trabalho de Certeau configura como uma alternativa ao discurso reducionista que tem vigorado, onde as práticas de consumo são formatadas dentro de uma lógica puramente racional. Por esse ângulo, Certeau (2008), ao revelar o caráter material e emergente das ações e o ordinário como o terreno das práticas de consumo improvidas.

O empreendedorismo é discutido à luz das práticas nos trabalhos de Hjorth (2005), Vorley e Roger (2014), Dey e Teasdale (2015). As práticas cotidianas perpetradas por empreendedores interferem na formação de *home-based business* (HBB) na indústria criativa (VORLEY; RODGERS, 2014). Relacionada ao empreendedorismo social, a prática do mimetismo tático - e aqui a tática é abordada como um tipo de prática conforme Certeau (2008) - funciona como gatilho para a obtenção de recursos financeiros ou *status* (DEY; TEASDALE, 2015). Novamente o conceito de tática e estratégia de Certeau (2008) é utilizado para definir o empreendedorismo como um contexto que depende da criatividade e inventividade dos sujeitos (HJORTH, 2005). Essa concepção coloca em evidência o uso das táticas, tanto como subversão como inovação. Os principais achados evidenciaram que o ponto forte das políticas para empreendedorismo social repousa sobre os aspectos financeiros e simbólicos; o mimetismo tático como uma forma de resistência que pode gerar resultados positivos e, por último, apontaram a existência de uma relação intrínseca entre o espaço e a produção do mimetismo tático, especialmente no âmbito das microrresistências.

Em relação aos espaços da cidade há um número expressivo de trabalhos que discutem, em várias nuances, as práticas. As práticas, enquanto forma de criação de espaços públicos por meio da ideia de lugar praticado, auxiliam na compreensão do significado de democracia e sociedade civil, em relação ao processo de criação dos espaços da cidade (JENLIK, 2007). Com base teórica em Lefebvre (espaço) e Certeau (lugares praticados), a pesquisa sinalizou que existe uma interação entre prática e discurso no processo de reconfiguração do espaço como um lugar praticado. De forma subjacente, a democracia e a sociedade civil desempenham um papel integral na produção desse espaço.

Na análise do espaço da cidade a partir dos espaços intermediários (bares e restaurantes), os significados culturais imbricados nas práticas figuram como lente de investigação (IPIRANGA, 2010). Nesse contexto, a prática foi discutida de maneira conjunta

com a constituição do espaço, aliada a ideias de tempo, memória e cultura, e revelou entre lugares a partir dos quais emergem espaços intermediários no contexto de uma cidade dividida em duas. Aqui, a prática, ao lado de outros aspectos, é evidenciada como um elemento importante da constituição do espaço.

Os festivais figuram ganham destaque no estudo das práticas. Pesquisas como de Johansson e Kocieatkiewicz (2011) e Munro e Jordan (2013) articulam a discussão entre prática e espaço a partir da compreensão desses eventos. Johansson e Kocieatkiewicz (2011) enfatizaram as tensões que existem na gestão do espaço urbano a partir do entrelaçamento entre práticas de produção de imagens controladas, um festival carnavalesco e seus significados. Em uma discussão crítica, o festival emerge como uma possibilidade de remodelar as práticas urbanas. Aqui, a concepção de práticas de Certeau (2008) suporta a noção de que as práticas urbanas sustentam o dia a dia da cidade, enquanto os festivais ocorrem de forma paralela, tornando esse espaço em um processo pela circulação, pela combinação e pela recombinação de pessoas e coisas (JOHANSSON; KOCIEATKIEWICZ, 2011).

No trabalho de Munro e Jordan (2013) as táticas perpetradas pelos artistas em um festival de rua funcionam como pontes para a criação de espaços híbridos dentro de espaços públicos. Os artistas empregam um conjunto distinto de táticas espaciais para criar um espaço suave (*smooth space*) e para apropriar e socializar um espaço de trabalho híbrido. No trabalho fica evidente o desenvolvimento de uma percepção processual de como os espaços de trabalho híbridos são criados por artistas por meio de práticas incorporadas, e como essas táticas exploram ambiguidades nas fronteiras espaciais do espaço urbano existente.

No âmbito do cotidiano, a prática é agora analisada no território do discurso veiculado em revistas (TEIXEIRA; CARRIERI; PEIXOTO, 2015). Aqui o espaço da cidade é discutido em termos simbólicos, como um sujeito anônimo e universal. A prática é então refletida no discurso propagado pela revista e reforça a existência de estratégias dominantes e táticas de resistência. Nessa perspectiva, ao passo que a racionalização mitifica, outras práticas não relacionadas ao poder vigente subvertem a cidade-conceito e estabelecem o vivido sobre o planejado. Essa pesquisa sinaliza a possibilidade do entendimento da constituição do espaço da cidade a partir das práticas veiculadas na escrita midiática, iluminando novos caminhos para a pesquisa.

O cotidiano também é objeto de reflexão nos textos de Rodrigues e Ichikawa (2015) e Honorato e Saraiva (2016), que tecem suas discussões a partir das percepções e práticas do homem ordinário. Nesse campo, o espaço da cidade é discutido em termos de sua relação com o homem invisível, seja ele o catador (RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015) ou o morador em

situação de rua (HONORATO; SARAIVA, 2016) e suas práticas. Esse debate amplia a discussão sobre o cotidiano a partir e evidencia uma série de práticas inerente à atividade de coleta de materiais recicláveis, bem como a condição de homem ordinário em que se coloca o catador, foco do estudo.

Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014) apresentaram a gestão ordinária como uma possibilidade enquanto modelo gerencial. Nesse sentido, os autores questionaram a perspectiva da gestão unicamente baseada nos conhecimentos racional, universal e excludente, e apresentam as contribuições de dimensões como a histórica, social e cultural que diferenciam os sujeitos no fazer cotidiano.

A forma como a prática é abordada nos estudos apresentados é delimitada, principalmente, pelo uso dos conceitos de tática e estratégia de Certeau (2008) (e.g. MUNRO; JORDAN, 2013; HJORTH, 2005; VORLEY; ROGER, 2014; DEY; TEASDALE, 2015; QUARESMA JÚNIOR; PEIXOTO; CARRIERI, 2013; FARIAS; LEITE-DA-SILVA, 2015) ao mesmo tempo em que figuram como uma espécie de catalisador para outras diferentes práticas como a da estratégia (e.g. WHITTINGTON, 2006), do empreendedorismo (e.g. HJORTH, 2005; VORLEY; ROGER, 2014; DEY; TEASDALE, 2015), de resistência (e.g. NG; HÖPFL, 2011; GOUVÊIA; ICHIKAWA, 2015) e da produção de espaços (e.g. IPIRANGA, 2010; MARINS, IPIRANGA, 2017).

Os textos que compõem o repertório de pesquisas envolvendo a questão das práticas cotidianas, acenando para diversas lacunas. Embora o espaço já seja uma discussão apropriada pelo campo das práticas, ainda é escassamente compreendido como a história se engaja a partir da prática no processo de produção, transformação e organização dos espaços da cidade. Aqui, nosso enfoque é prioritário nos espaços da cidade que sofreram o processo de *travel of ideas* que, conforme já discutimos, não se limitou apenas ao deslocamento de um conjunto arquitetônico, mas também de práticas que foram engajadas ao cotidiano da cidade receptáculo.

Certeau (2008) afirma que as práticas têm como base um passado organizador que as conduz e significa. A cidade, além de ser um lugar de transformações e apropriações estabelecidas por meio das práticas, autentica as práticas que estão ancoradas no passado (CERTEAU, 2008; DOSSE, 2013). Nessa pesquisa enfatizamos as práticas que produzem, transformam e organizam espaços da cidade por meio da *travel of ideas* incorporadas na prática da arquitetura de ferro. Nas próximas seções pretendemos explorar a interseção teórica da abordagem da história em relação a questão da prática e do processo de organização dos espaços nas cidades.

3 UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA AO RÉS DO CHÃO: O *SPATIAL TURN* E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Na década de 80, assistimos ou (re)surgimento do espaço enquanto temática de pesquisa a partir do movimento do *spatial turn*. Essa virada, ocorrida entre os anos 70 e 90 a partir da geografia humana, sinalizou uma mudança na forma de conceber o espaço e seu papel no contexto social. A virada espacial representou o marco do renascimento conceitual e metodológico do espaço que passou a ser considerado uma dimensão dinâmica, informativa e influenciadora, especialmente no âmbito das Ciências Sociais (LÖW, 2008; SOJA, 1993).

Esse movimento, entretanto, não ficou restrito à Geografia Humana, mas também repercutiu em outras áreas como Economia, História, Antropologia, Linguística e Administração (LÖW, 2008; 2013). Cada um, em sua perspectiva, traz a ideia de espaço enquanto uma construção social importante para compreender as diferentes histórias e trajetórias dos sujeitos humanos e a construção de suas culturas (LÖW, 2008, 2013; WARF, ARIAS, 2009). Além disso, o movimento do *spatial turn* faz emergir uma ressignificação da espacialidade em uma perspectiva onde o espaço é uma parte tão importante quanto o tempo nos desdobramentos das questões relativas ao homem (WARF; ARIAS, 2009).

Existem diversas correntes que abordam o espaço nos Estudos Organizacionais. de maneira distinta, sinalizando que esse tema é trabalhado de múltiplas formas (DALE; BURREL, 2008). De modo particular, a abordagem socio materialista do espaço (e. g. BEYES; STEYAERT, 2011; DALE, 2005; DALE; BURREL; 2008; HALFORD, 2004; HALFORD; LEONARD, 2005; ORLIKOWSKI, 2010; VAUJANY; MITEY, 2013, entre outros) carrega uma crítica às pesquisas que focalizam o espaço como “ambientes neutros, contêineres fixos, mortos e imóveis” (TAYLOR; SPICER, 2007, p. 325) e defende a existência de um entrelaçamento constitutivo do social e do material no processo de (re)constituição do espaço.

Em meados da década de 1970, e coincidindo com a publicação de *A Produção do Espaço*, por Henri Lefebvre (1991), o historiador Michel de Certeau (2008) propôs uma abordagem de análise das transformações espaciais na sociedade e na cultura contemporânea. Enquanto para Lefebvre (1991), o espaço é compreendido a partir da tríade representacional constituída por como o espaço é percebido, concebido e vivido; para Certeau o espaço nunca é dado, mas sim fruto de uma construção por meio da prática (CERTEAU, 2008; CONLEY, 2001).

Recentemente, outras abordagens alternativas para a compreensão do espaço têm sido constituídas. Beyes e Steyaert (2011) discutem a ontologia do espaço, sustentando a ideia

que espaço é um fenômeno para além da representação defendida por Lefebvre (1991), mas sim um processo que abarca diversos elementos como as práticas e a estética organizacional. Nesse mote, o espaço não deve ser concebido como um produto, mas sim um processo (*spacing*) compostos por uma série de movimentos geradores e transbordantes que o performam (BEYES; STEYAERT, 2011). Nessa abordagem, são compreendidas todas as formas pelas quais um espaço pode ser performado, não apenas aquelas concretas (arquitetura, decoração etc.), mas também as sensíveis, como o tato, a audição, a memória e a narração, que refletem uma apreensão corpórea do espaço e do cotidiano.

Nesta mesma linha, Orlikowski (2010) e Vaujany e Mitev (2013) defenderam uma abordagem alternativa, que postula o entrelaçamento constitutivo do social e do material na vida cotidiana. Eles sugeriram que uma reconfiguração de nossas suposições convencionais de materialidade ajudaria a entender as múltiplas, emergentes e mutáveis arranjos sócio materiais implicados na organização. O foco deste debate tem sido as práticas no contexto de organizações que são moldadas, produzindo dinâmicas materiais e sociais conjuntamente, qual seja, a socio materialidade.

Conscientes da multiplicidade de perspectivas pelas quais se pode acessar o espaço, nos aprofundamos de modo particular neste trabalho na lente trazida por Certeau. Tal escolha se deve ao isolamento que é submetida a abordagem para o estudo do espaço no contexto dos Estudos Organizacionais (CONLEY, 2011; NAPOLITANO; PRATTEN, 2007). A abordagem Certeuniana apresenta o espaço como uma dimensão organizada por práticas, mas que também é capaz de organizá-las, refletindo assim uma mutualidade constitutiva (CERTEAU, 2008; CONLEY, 2001; WARD, 2001). Dessa forma, sai a concepção de pano de fundo ou apenas uma arena de disputas e entra a ideia de um artefato socialmente construído e organizado. Essa compreensão está fundamentalmente alicerçada na prática de espaço, compreendidas como modos táticos de proceder da criatividade cotidiana, pelos quais os usuários constroem e (re)apropriam o lugar organizado pelas forças dominantes institucionalizadas (CERTEAU, 2008).

Para sustentar tal ideia, Certeau (2008) recorre tanto à física quanto à linguística para explicar seu entendimento sobre o espaço. Na Física, a métrica para compreender o espaço percorrido é a medida sobre a trajetória descrita do movimento. Para calculá-lo é preciso levar em conta vetores de direção, medidas de velocidade e tempo. Essa analogia é utilizada para dar sentido à ideia que o espaço é um “cruzamento de móveis”, resultado produzido pelas práticas que “o orientam, o circunstanciam, o temporalizam” (CERTEAU, 2008, p. 202).

Na Linguística, o espaço se assemelha à palavra falada/escrita, que pode ser percebida e compreendida de várias formas, conforme o entendimento do ouvinte, e é capaz de gerar ambiguidades, perder ou ganhar sentido devido a proximidades sucessivas e contextuais. Tais analogias reforçam que o espaço é uma dimensão fugidia, que se transforma conforme as práticas que o articulam. Assim, o espaço não assume um lugar próprio, nem estabilidade, tampouco admite apenas uma única interpretação (CERTEAU, 2008).

A dinâmica do processo de prática de espaço é análoga ao funcionamento de figuras de linguagem como a sinédoque¹, o assíndeto², a elipse³ e a metonímia⁴ (CERTEAU, 2008). O ponto em comum de todas essas figuras é a alteração de sentido que seu uso provoca no discurso. De modo semelhante, prática de espaço pode ser entendida como uma figura ambulatória, onde o praticante que a utiliza (ou seja, aquele que caminha) seleciona e fragmenta o espaço percorrido, evidenciando suas partes e omitindo outras, “as variações ou as improvisações [da prática] privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (CERTEAU, 2008, p. 178).

As analogias estabelecidas refletem a tensão existentes entre as ideias de lugar e espaço. O lugar é uma dimensão caracterizada pela ordem conforme a qual se distribuem elementos que coexistem, sendo que duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar (CERTEAU, 2008). Assim, cada coisa tem o seu próprio e distinto lugar, sendo isso o que diferencia um elemento do outro. Nesse sentido, o lugar pode ser analogamente comparado ao espaço disciplinar, entendido a partir de suas divisões ou elementos que nele estão distribuídos (KORNBERGER; CLEGG, 2004).

¹ Figura de linguagem, considerada uma espécie de metonímia, que se baseia na relação quantitativa entre o significado usual da palavra e seu conteúdo criado na mente, mais abrangente e extenso. Os casos mais comuns são: a) o gênero pela espécie: O homem destrói a natureza (homem por raça humana); b) a parte pelo todo: Andei nas asas da extinta Panair (asa por avião); c) o singular pelo plural: É preciso ajudar o necessitado (necessitado por todas pessoas pobres), ou vice-versa, o todo pela parte: O Brasil jogou bem na Copa de 84 (Brasil por time brasileiro) etc. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sin%C3%A9doque/>> Acesso em 23 out. 2018.

² Elipse de conjunção coordenativa entre frases ou elementos da frase: Sorri, gesticula, canta, declama. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ass%C3%ADndeto/>> Acesso em 23 out. 2018.

³ Linguística: Omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente subentender. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/elipse/>> Acesso em 23 out. 2018.

⁴ Figura de linguagem que tem por fundamento a proximidade de ideias, havendo o uso de um vocábulo fora de seu contexto semântico. Trata-se do uso de uma palavra por outra, explorando-se a relação existente entre elas. Há metonímia quando se toma a causa pelo efeito ou vice-versa, o autor pela obra produzida, o continente pelo conteúdo ou vice-versa, o lugar pelo produto, o símbolo pela coisa simbolizada, o abstrato pelo concreto. A metonímia não estabelece uma relação comparativa, como ocorre com a metáfora. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/meton%C3%ADmia/>> Acesso em 23 out. 2018.

A ideia Certeuniana de lugar remete a uma noção de estabilidade, compreendo que cada coisa possui sua posição (física ou simbólica) e, por conseguinte, não pode ocupar o posicionamento de outra. Uma espécie de oposição entre lugar e espaço faz emergir, tanto os lugares, pela força das estratégias de dominação e contenção, quanto os espaços, como resultado do movimento de sujeitos históricos. Essa apreensão também é vivenciada pela abordagem representacional, onde o lugar é tido como uma parte privada do espaço, enquanto espaço é liberdade e abertura (DALE; BURREL, 2008).

Já Tuan (1977) defende que espaço é sinônimo de movimento e lugar, de pausa. Qualquer alteração no movimento pode fazer um espaço se tornar um lugar e vice-versa. O fato é que lugar e espaço possuem um próximo e entrelaçado conjunto de conexões (DALE; BURREL, 2008) e isso reflete uma certa hierarquia funcional entre estas dimensões, mas que pode ser alterada em termos das práticas realizadas em cada contexto.

O lugar é dado e estabelecido conforme normas e regras, onde o observador identifica os sujeitos e práticas por meio da sua localização (CERTEAU, 2008; WARD, 2001). Assim, todas as coisas só existem na medida em que são perceptíveis a esse ente que observa, controla e domina o lugar (WARD, 2001). Nesse contexto, os sujeitos não são considerados como parte do lugar, mas como unidades autônomas, expectadoras, que julgam e vêem o lugar como algo independente.

O lugar figura, então, como uma “utopia racional” que resulta de “uma bola do poder panóptico e classificador, modelo de aprisionamento que possibilita a produção de uma ordem” (WARD, 2001, p. 502, tradução nossa). Analisar o lugar é compreender as estruturas atemporais e sua organização, considerando que cada lugar é composto por elementos inertes cujas identidades são declaradas apenas pela força da sua existência (CERTEAU, 2008; WARD, 2001). Dessa forma, o lugar pode ser mais bem compreendido e mapeado à luz das diversas dicotomias como corpo/alma, público/privado, externo/interno, destacando a materialidade implícita no conceito de lugar.

Nesse ponto de vista, as práticas não são uma atividade com um fim em si mesmas, mas um ato criativo que abre novas possibilidades para o espaço (WARD, 2001). Por essa ótica, o espaço figura enquanto um lugar praticado, sujeito a transformações que os usuários podem imprimir nele e alheio a qualquer tipo de topologia racionalista (CERTEAU, 2008). As práticas, na qualidade ações envolvidas em uma troca complexa de símbolos, abrem as portas para a ideia de espaço de operações (WARD, 2001). Nesse sentido, Certeau (2008) defende que o espaço é, na verdade, organizado por práticas, ao invés do primeiro configurar como uma arena onde as práticas apenas acontecem.

Certeau (2008) aprofunda sua discussão sobre as práticas no contexto do espaço urbano da cidade, incluindo suas nuances e organização a partir das práticas. Transposto ao contexto urbano, a cidade figura para além de uma arena de disputas e resistências, mas se apresenta como um contexto também antropológico, fruto de um processo constante de praticar, perpetrado pelas pessoas que participam desse espaço (DOSSE, 2013). Cotidianamente, os lugares e espaços da cidade são (re)organizados por um jogo de práticas que tentam equilibrar a tensão existente em uma rede de práticas cotidianamente performada (CERTEAU, 2008).

Nessa ótica, quando práticas estratégicas são operacionalizadas, a cidade passa a ser um lugar construído com vistas a manutenção da ordem. Um lugar geométrico, proporcional, perfeitamente articulado com um conjunto de funcionalidades e normatividades que são impostas para garantir a existência de um lugar absoluto, compartilhado com todos mediante a performance de práticas que são legitimadas pelas instituições que gerenciam a cidade. Essa primeira compreensão reflete o que chamaremos aqui de cidade-lugar.

Assim, uma organização racional é tecida sobre as esferas da vida urbana, como parâmetros ambientais (poluição, ruídos, entre outros), de deslocamento (tráfego, mobilidade urbana, entre outros) e de lazer, entre outros, e é alcançada pelas leis e nas normas criadas pelos órgãos reguladores da cidade. Essa normatividade reflete as estratégias erguidas para a manutenção da ordem e esconde ou subjuga tudo que foge a esse padrão.

Nesse arcabouço, há uma sistemática rejeição daquilo que é considerado como embarço, anormalidade, desvio ou doença, devendo ser eliminado para garantir a constituição de um sujeito único e comum (a cidade-lugar) (CERTEAU, 2008; DOSSE, 2013). A mesma racionalidade, que se propõe organizar a cidade, também é responsável por nivelar os comportamentos que são esboçados pelos habitantes da cidade. A partir de um conjunto de práticas especulativas e classificatórias, observamos a combinação de estratégias de gestão e eliminação, onde o que está fora dos parâmetros é colocado à margem da cidade organizada.

A cidade-lugar pode ser concebida como um lugar que é racionalmente organizado pelas forças dominantes (leia-se, nesse contexto, as instituições públicas que administram a cidade), pelo uso de uma série de estratégias que limitam ou reduzem a ação dos sujeitos (CERTEAU, 2008; CERTEAU, JAMESON, LOVITT, 1980). O propósito dessa organização racional é constituir a cidade como um sujeito universal e anônimo, organizado por operações teorizadas e classificatórias, por meio da mescla entre gestão e eliminação.

Contudo, a despeito de todo este esforço para a constituição de uma cidade-lugar, não é possível a eliminação dos atores, dos sujeitos e suas subjetividades. Assim, de forma paralela a esse processo de organização a partir de práticas disciplinadoras e racionalizadoras,

vemos também coexistir aspectos que um projeto urbanístico funcional inicialmente excluiu (CERTEAU, 2008).

Para tal, táticas são empreendidas como “[...] uma recusa radical ao estatuto da ordem que se impões como natural [...]” (CERTEAU, 2008, p. 77). Caracterizada como uma arte, um lance, um golpe ou jogo, estas práticas são desenvolvidas por aqueles que anseiam um lugar próprio, um espaço que é sustentado por um conjunto de operações fundamentadas sobre o desejo e sobre um conjunto desigual de relações de poder (JOSGRILLBERG, 2005).

Nesse contexto, a cidade emerge como um espaço social que, embora seja modelado por funcionalidades e normatividades, também é constantemente alterado por processos desenvolvidos a nível individual, que transformam e ressignifica o espaço da cidade e sua organização. Aqui, configura-se o que convencionamos denominar cidade-espaço. Ressaltamos que tais compreensões não coexistem de modo isolado, mas, na verdade, permanecem constantemente entrelaçadas, de modo a dar sentido ao espaço da cidade.

Com isso, uma cidade-espaço surge, a partir das ressignificações performadas pelos sujeitos, onde o sentido do lugar é deslocado. As práticas performam desvios relativos ao sentido denotativo do lugar, geralmente determinando pelo sistema dominante (no caso da cidade, o sistema urbanístico). E, com isso, são capazes de (re)organizar os significantes do lugar, que são deslocados pelos usos que as pessoas fazem dele, gerando desvios que (re)arranjam um espaço singular.

A cidade-espaço, assim, desponta como uma arena que revela “movimentos contraditórios que se combinam fora do poder”, onde inúmeras maneiras de fazer são constantemente engajadas pelos atores (CERTEAU, 2008, p. 174). Nesse ponto, deixamos o nível institucional de gestão da cidade para nos determos ao nível de micropráticas, das táticas, das astúcias e das artimanhas ordinárias perpetradas pelos sujeitos que, no seu fazer cotidiano, apropriam os lugares da cidade e constroem novos espaços, ressignificados por suas práticas (CERTEAU, 2008; BENJAMIN, 2006).

Esse processo é instituído pela constante realização de práticas que extrapolam ou burlam o gerenciamento da cidade-lugar. Tais maneiras de fazer, na verdade, se espalham de forma veloz e insinuada, por meio da combinação de táticas ilegíveis que se organizam de maneira informal, mas estável, a ponto de conformarem uma espécie de regulação do cotidiano (CERTEAU, 2008). Há uma certa (i)legitimidade nas práticas de espaço, uma vez que precisam viver ocultas ao poder dominante, garantindo assim sua existência e sua multiplicação. Dessa maneira, toda uma criatividade se esconde, se arrasta e vive à sombra da “organização

observadora” (CERTEAU, 2008, p. 175), promovendo um conflito entre o modo existente de gestão e o modo individual de (re)apropriação.

Nessa discussão, as práticas de espaço assumem um papel protagonista ao permitir aos praticantes fazer “outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa[r] os limites que as determinações do objeto fixavam para o seu uso” (CERTEAU, 2008, p. 178). As pessoas organizam o espaço urbano enquanto desenvolvem suas maneiras de fazer, transformando, eventualmente, o lugar em algo descontínuo e o desloca por meio do uso que faz dele “[...] o [praticante] transforma em outra coisa cada significante espacial”.

Assim, o espaço é permeado por um arranjo de práticas, mutuamente construído por relações de poder, limites e permissões, criadas ou dificultadas pelas próprias práticas (DALE; BURREL, 2008; KORNBERGER; CLEGG, 2004; VINCE, 2011). Esse arranjo revela ainda práticas peculiares pelas quais os espaços podem ser organizados. Justaposições, desdobramentos, eliminações, fazem emergir distinções que revelam dinâmicas das mais variadas naturezas, como emocionais, políticas, simbólicas e históricas, as quais interferem na constituição e (re)significação do espaço (FORD; HARDING, 2004; VINCE, 2011). Essa concepção concorda com a ideia do espaço enquanto um lócus de negociações e barganhas, intermediadas pelas práticas que refletem dimensões corpóreas, políticas, materiais, sociais e imaginárias (CERTEAU, 2008; DALE; BURREL, 2008).

A existência de uma mutualidade constitutiva entre as práticas e os espaços, o que, em dados momentos pode colocar este último na posição de agente (CERTEAU, 2008; DALE; BURREL, 2008; SCHATZKI, 2001; 2005; 2006), permite à prática assumir um caráter flexível em face do seu constante movimento de (re)configuração e (re)organização (RASCHE; CHIA, 2007), bem como dos diversos nexos totalizadores que também participam desse processo organizativo.

As práticas enunciam a ação e organizam a vida cotidiana de diferentes maneiras, onde cada prática circunscreve um conhecimento, em alguns casos ainda não esclarecido, mas que preenche o cotidiano com significado e simbolismo (CERTEAU, 2008). No contexto dos espaços urbanos, a prática também assume um poder organizacional crítico, exercido por meio de uma rede heterogênea que é estabelecida pela interação entre os atores, materiais e recursos, fornecendo uma compreensão básica do mundo (BEYES; STEYAERT, 2011; CERTEAU, 2008; DALE; BURRELL, 2008; VAUJANY; VAAST, 2011; THRIFT, 2007).

Esse pensamento possibilita o entendimento da cidade praticada e modificada pelas pessoas que, de forma constante, a ressignificam. Por meio da prática, a cidade extrapola os

parâmetros geométricos de construção e tornar-se um espaço ao ser performado pelas ações e discursos dos sujeitos.

3.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO *SPATIAL TURN* NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Na área de Administração, apesar do *spatial turn* e do seu renascimento conceitual, espaço é uma questão que ainda tem muito o que ser debatida no estudo das organizações (CLEGG, KORNBERGER, 2006; STRATI, MONToux, 2002; PANAYIOTOU, KAFIRIS, 2011, HERNES, 2004). Entretanto, as dificuldades metodológicas de investigar o espaço (YANOW, 1998) e, também, em certa medida, a desvalorização de outras dimensões da vida organizacional como a estética (GAGLIARDI, 1990) e a prática (SCHATZKI, 2002; CERTEAU, 2008), dificultam a ampliação do entendimento sobre o papel do espaço na vida organizacional.

A produção acadêmica sobre a questão do espaço em Administração é relativamente recente. No final da década de 70, Steele (1973) demonstrou preocupação com os possíveis impactos que o espaço, ainda que em uma perspectiva puramente funcional, poderia ter no desempenho organizacional. Seu foco foi o entendimento do espaço físico enquanto uma dimensão importante para o desenvolvimento organizacional.

Outros autores compreenderam o espaço organizacional alinhado à questão da cultura organizacional, considerando artefatos (GAGLIARDI, 1990), *design* (HATCH, 1990) e estética do espaço físico (STRATI, 2007) como elementos carregados de simbolismo. Ressaltamos que, nesse contexto, as pesquisas não se dedicavam a compreender o espaço por ele mesmo, mas o consideravam apenas como uma arena onde as coisas acontecem.

Com o objetivo de traçar um panorama sobre as pesquisas a respeito do espaço em Administração, especialmente nos Estudos Organizacionais, realizamos um levantamento nas principais bases de dados da área de Administração acessadas através do portal Periódicos CAPES, a saber: *Academic Search Premier*, *Annual Reviews*, *Cambridge Core*, *Emerald Insight (Emerald)*, *Gale – Academic OneFile*, *Highwire Press*, *JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)*, *Now Publishers (Business and Economics)*, *Oxford Journals (Oxford University Press)*, *SAGE Journals Online*, *SciELO.ORG*, *ScienceDirect (Elsevier)*, *SpringerLink* e *Wiley Online Library*. Utilizamos os descritores *spatial turn* e *organisation studies*, conjuntamente, considerando o período dos últimos 20 anos (1998-2018). Ressaltamos

que o objetivo principal foi detalhar as discussões sobre a temática do espaço nos Estudos Organizacionais e delinear possíveis lacunas e caminhos.

O Quadro 3 apresenta, resumidamente, como o espaço vem sendo colocado em discussão nos Estudos Organizacionais. Destacamos que, apesar de crescentes, alguns debates ainda permanecem encobertos, ou apresentam lacunas sobre as quais podemos nos debruçar.

Quadro 3 – O espaço nos Estudos Organizacionais

(continua)			
Dimensão	Conceito	Ideias centrais	Autores
Simbolismo na compreensão do espaço	Arquitetura	O estudo da arquitetura pode trazer contribuições para os Estudos Organizacionais, com crítica ao ponto de vista cartesiano	Kornberger e Clegg (2006)
		A arquitetura é capaz de (re)significar os espaços e seus usos	Peltonemm (2011)
Espaço como um resultado da socio materialidade	Controle	A materialidade é uma das possibilidades para compreender as formas de controle na vida organizacional.	Dale (2005)
	Gênero	Relação entre performatividade de gênero e espaço organizacional	Tyler e Cohen (2010)
		A forma como o espaço é utilizado pode revelar	
	Identidade	Como o espaço contribui para a construção da identidade organizacional	Panayiotou (2014)
		Dimensão espacial nos estudos sobre identidade no processo organizativo.	Pimentel e Carrieri (2011)
Compreensões alternativas do conceito de espaço	Spacing	Espaço entendido como um processo dinâmico e contínuo	Beyes e Steyaert (2011)
	Tempo-espaço	Relação entre o tempo e o espaço nas dinâmicas organizacionais	Vieira (2003)
	Territorialidade	A ideia de território extrapola a noção de espaço	Maréchal, Linstead e Munro (2013)

Quadro 3 – O espaço nos Estudos Organizacionais

(continuação)			
Dimensão	Conceito	Ideias centrais	Autores
Espaço como um processo organizado, resultante de diversas práticas	Apropriação do espaço	Apropriação do espaço privado de uma organização por grupos sociais diversos	Figueiredo e Cavedon (2012)
		Apropriação das galerias comerciais	Santos (2015)
	Produção do espaço	Práticas envolvidas na produção espacial de um parque público	Granzow (2017)
		Práticas de espaço de uma organização e sua relação com a circunvizinhança	Marins e Ipiranga (2017)
	(Re)significação do espaço	Como as pessoas (re)significam os sentidos da produção e da distribuição do espaço da cidade	Coimbra e Saraiva (2014)
		Maneiras pelas quais os significados dos espaços e das práticas espaciais são construídos	Halford (2004)
		Como os espaços são ressignificados a partir da prática de <i>homeworking</i>	Whapshott e Mallett (2011)
		Transformação do espaço (favelas) por processos organizativos de representantes do estado (forças policiais)	Brulon e Peci (2015)
		O organizar de um aeroporto	Knox, <i>et al</i> (2008)
		Espaços hiper-organizacionais	Zhang, Spicer e Hancock (2008)
		Organização dos espaços para além das instituições	O'Doherty, <i>et al.</i> (2013)
		Construção dos espaços limiares a partir das experiências vivenciadas pelas pessoas	Shortt (2014)
Metodologias para estudo do espaço	Etnografia	Etnografia no estudo do espaço organizacional	Figueiredo e Oliveira (2015)

Quadro 3 – O espaço nos Estudos Organizacionais

(conclusão)			
Dimensão	Conceito	Ideias centrais	Autores
Espaço esteticamente organizado	Experiência estética	A compreensão do espaço organizacional por meio da experiência estética	Marrewijk (2011)
	Práticas de espaço e experiência estética	Organizar das práticas de espaço urbano a partir do ponto de vista estético	Ipiranga e Lopes (2017)
Representação do espaço no discurso e vice-versa	Discurso e Representação social	Relação entre representação social do espaço e sociabilidade	Serrate e Fantinel (2014)
		Relação entre o discurso e a representação do espaço da cidade	Xavier e Carrieri (2016)
	Interpretação do discurso a partir do espaço	Como o espaço interfere na forma como o discurso gerencial é compreendido no processo de mudança organizacional	Halford e Leonard (2006)
História e memória	Comemoração	Espacialidade envolvida nas práticas de comemoração	Cutcher <i>et al.</i> (2016)
	Memória na construção do espaço	Papel da memória e da história no planejamento de novos espaços urbanos	Petani e Mengis (2016)

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas apresentadas no Quadro 3 refletem o estado da arte do espaço nos Estudos Organizacionais. Ao todo, foram delimitadas 8 categorias, nas quais encaixamos os trabalhos conforme o debate central atrelado ao espaço. Considerando que o espaço é um elemento fundamental para as organizações (CARR; HANCOCK, 2006), esse levantamento aponta um número expressivos de estudos apoiados na ideia da socio materialidade (DALE, 2005; DALE; BURREL, 2008), onde o espaço é compreendido como um processo de natureza intersubjetiva em que aspectos materiais e sociais, bem como seus atores, são concebidos e compreendidos agindo concomitantemente e exercendo papel fundamental no organizar e gestão das organizações (VIEIRA, 2003; CARR; HANCOCK, 2006; BEYES; STEYAERT, 2011).

Esse caminho trilhado pelas pesquisas reforça a ideia de o espaço precisa ser pensado para além de uma forma cartesiana e puramente funcional, que o torna limitado, mas também é uma compreensão limitante (HALFORD, 2004; CLEGG; KORNBERGER, 2006).

Daí a necessidade de um olhar que articule dimensões como as práticas de espaço, as experiências subjetivas, memórias e identidades e como elas se entrelaçam e reverberam no espaço (HALFORD, 2004).

Assim, o espaço é capaz de refletir aspectos socio materiais da vida organizacional como, por exemplo, a forma como as questões de gênero são performadas nas organizações (TYLER; COHEN, 2010). Aqui, o espaço é concebido enquanto uma materialização do gênero, que organiza as subjetividades em um determinado contexto de trabalho. Em outra perspectiva, o espaço é considerado como um resultado de práticas de gênero que, ao modificarem a forma como a mulher é inserida e percebida no contexto organizacional, também transforma e (re)significam o espaço (PANAYIOTOU, 2014). As práticas de gênero podem tornar esses espaços híbridos, tirando-os da marginalidade e transformando-os em espaços abertos.

O espaço também emerge enquanto um contexto importante para a compreensão e interpretação do discurso gerencial, haja vista que ele é uma dimensão importante que influencia na subjetividade apresentada pelos colaboradores durante processos de mudança organizacional (HALFORD; LEONARD, 2006)

Entre outras possibilidades, o espaço pode figurar como: a) uma categoria analítica para revelar aspectos inerentes às dinâmicas do processo organizativo (PIMENTEL; CARRIERI, 2011); b) como um ator ativo no processo de materialidade do espaço organizacional por meio da arquitetura (KORNBERGER; CLEGG, 2006) e o ressignifica (PELTONEMM, 2011); c) uma forma de controle imbricada no cotidiano organizacional (DALE; 2005); dimensão que existe a partir da experiência estética a partir de um processo de mutualidade constitutiva (MAREWIJK, 2011; IPIRANGA; LOPES, 2017).

Em uma interseção com a história, algumas pesquisas já têm explorado o espaço para além das fronteiras temporais (DECKER, 2014; O'DOHERTY, *et al.*, 2013; PETANI; MENGIS, 2016). O organizar dos espaços pode estar relacionado a uma presença ausente, cujo processo organizativo é resultado de outros processos que não são fisicamente visíveis, mas cujos efeitos podem ser percebidos a partir das presenças (GIOVANNONI; QUATTRONE, 2017).

Nos últimos 10 anos, o organizar dos espaços tem sido explorado por algumas investigações. Hospitais (HALFOR; LEONARD, 2006), universidades (BEYES; MICHELS, 2011), aeroportos (KNOX, *et al.*, 2008), a casa transformada em espaço de trabalho por meio das práticas (WHAPSHOTT; MALLET, 2011), espaços hiper-organizacionais (ZHANG; SPICER; HANCOCK, 2008). Essas pesquisas exploram como os espaços estão organizados para além das demarcações institucionais (O'DOHERTY, *et al.*, 2013).

Contudo, levando em conta o exposto no Quadro 3, observamos que as pesquisas a respeito do espaço no contexto do Estudos Organizacionais não deixam claro a forma como a história perpassa as práticas (trans)formadoras de espaço. Assim sendo, nesta pesquisa pretendemos entrelaçar essas perspectivas. Essa discussão será tratada mais adiante.

4 A MEMÓRIA E O TEMPO DAS HISTÓRIAS

O papel organizativo das práticas guarda estreita relação com o tempo. Quando mencionamos aqui tempo, nos referimos não exatamente ao tempo cronológico, mas a um tempo histórico, capaz de iluminar as práticas, dar-lhes sentido e justificativa. Esse tempo histórico é refletido e entremeado ao fazer dos sujeitos de modo que toda prática também é organizada pelas histórias construídas sobre ela ou sobre os nexos relacionados a ela (CERTEAU, 2008). O autor sugere um retorno a uma história sobre as práticas espaciais e de memória nas cidades: “fazer história é uma prática” (CERTEAU, 1988, p. 69).

As práticas são um reflexo de desdobramentos históricos que se ajustam com o passar do tempo (histórico e cronológico) (CERTEAU, 2008). Assim, podemos entender a prática como uma rede de nexos entrelaçados, onde uma polifonia de temporalidades e espacialidades distintas em um mesmo “corpo” são conjugadas constantemente (DOSSE, 2013; BENJAMIN, 2006). Esse movimento permite ao passado ser trazido, vivenciado e conjugado no presente enquanto um nexo conector das práticas, por meio das diversas formas de memória.

Assim, a memória, enquanto tempo histórico, assume um protagonismo importante para explicar como as práticas são (re)organizadas, ao lado de outros elos existentes e possíveis que atuam neste processo. A memória reflete uma articulação do tempo em um espaço organizado, capaz de transformar as situações onde se insere (CERTEAU, 2008). A memória também é a junção de fragmentos privatizados pelos sujeitos, que media a articulação do tempo no (re)organizar das práticas e do espaço, onde “a ocasião é ‘aproveitada’, não criada” (CERTEAU, 2008, p. 162), funcionando como uma ponte, entre passado e presente, que consegue interligar um conjunto de circunstâncias atuais à realização das práticas.

É importante destacar que a memória é uma prática que está relacionado a existência do outro, pois “desenvolve aptidão para estar sempre no lugar do outro, mas sem apossar dele, e tirar partido dessa alteração, mas sem se perder aí” (CERTEAU, 2008, p. 161; ROWLINSON *et al.*; 2010; CUTCHER *et al.*, 2016). Isso significa que a memória é produzida em nós pelo outro no instante da ocasião, como resposta às circunstâncias, nas relações entre os sujeitos, humanos ou não. Assim, o outro (humano ou não) é parte importante da produção e atuação da memória uma vez que engendra uma “reviravolta que se deve ao regresso do tempo que era ignorado pela distribuição espacial [...]. Tem-se uma forma policial, onde o passado, voltando, abala os dados de uma ordem hierárquica” (CERTEAU, 2008, p. 161).

Além disso, a memória possibilita e legitima o constante (re)organizar dos espaços (e suas práticas) ao tornar possível “uma inversão, uma mudança de ordem ou lugar, uma

passagem a algo diferente [...]” (CERTEAU, 2008, p. 163; ROWLINSON *et al.*; 2010; CUTCHER *et al.*, 2016). Essa ideia evidencia a capacidade mobilizadora e organizativa da memória, pois “ela não está em si mesma e sim noutro lugar, e ela desloca” (CERTEAU, 2008, p. 163; CUTCHER *et al.*, 2016). Tal pensamento sustenta que, não podemos tomar a memória como um objeto estático, tampouco como totalidade ou estabilidade, mas dinamismo organizativo, também responsável pelas constantes transformação da prática.

Frequentemente, a ideia de memória nos levar a pensar em quadro pré-estabelecidos, que figuram apenas como lembrança (ROWLINSON, *et al.*, 2010). Contudo, a memória também é dinâmica de transformação, circunscrita no passado com desdobramentos no presente, revelando assim uma conjunção de tempos organizados. Assim, a memória, enquanto tempo histórico, reverbera na prática e participa de um constante processo de (re)organização do espaço (HALFORD, 2004; CERTEAU, 2008; PETANI; MENGIS, 2016; ROWLINSON *et al.*; 2010; CUTCHER *et al.*, 2016).

Essa dinâmica frequentemente produz efeitos de estabilidade e continuidade, além de criar significados compartilhados entre os membros de um determinado grupo e reflete relações de poder existentes em um contexto (BELL *et al.*; ROWLINSON *et al.*, 2010; CUTCHER, *et al.*, 2016). Embora ainda seja constantemente vista dentro de uma perspectiva funcional, como um depósito de conhecimento sobre o passado (ROWLINSON *et al.*, 2010), que negligencia quem a produz e como ela é (re)produzida, a memória enquanto elemento organizativo da prática, pode contribuir para a construção de uma compreensão histórica a respeito do organizar das práticas em variados contexto, especialmente o espaço. Assim, entender a história e a memória na dinâmica de mutualidade constitutiva juntamente com o espaço e a prática é uma forma de não negligenciar as subjetividades exercidas dentro de um contexto envolvidas e isso é uma contribuição. A memória é uma “cola” que conecta as pessoas, as práticas e, nesse contexto, os espaços.

4.1 O *HISTORIC TURN* E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Nos últimos 20 anos, muito se fala em um apelo para que a História venha a integrar com mais força o escopo do estudo das organizações na área da Administração. Teóricos como Barthes, Foucault, White e Rorty já trouxeram em seus escritos a discussão sobre o passado e a História (DOWN, 2001). Nesse contexto, a História tem duas possibilidades de conceituação: 1) eventos passados ou 2) narrativas que construímos sobre eventos passados (DOWN, 2001). Nesse sentido, as histórias que são contadas (e aqui há uma íntima relação com a construção de

narrativas a partir dos fatos) têm a possibilidade de colonizar o passado (DOWN, 2001). Nessa perspectiva, depreendemos que não há um passado real, objetivo, mas uma construção social de histórias. E esse caráter de prática social também influencia no modo como a história em si é construída (MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2013).

Em julho de 1993, Alfred Kieser apresentou no EGOS *Colloquium* uma palestra sobre a importância da análise histórica das organizações, ao mesmo tempo que apontou a ausência desta perspectiva no campo contemporâneo da Administração. O debate enérgico da ocasião culminou então em um convite do editor-chefe do periódico *Organization Science* para que Kieser submetesse um trabalho sobre esta temática para a revista. Kieser (1994) afirma que o interesse em história das organizações desapareceu e no início dos anos 90, pesquisas em Administração que adentrassem no campo da história eram raras. Uma das justificativas para esse desinteresse pela disciplina é fruto, também, da tentativa da ciência da Administração de gerar uma identidade independente de outras disciplinas (KIESER, 1994).

Esse clamor por um maior engajamento da gestão com a história é, em grande parte, uma reação ao caráter amplamente a-histórico que a Administração ganhou durante seu desenvolvimento como uma ciência independente, na metade do século XX, permanecendo distante das possíveis ligações com a História (ÜSDIKEN; KIESER, 2004; ZALD, 1996; BOOTH; ROWLINSON, 2006; MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2013).

A profusão de caminhos seguidos pela História aliada à Administração e aos Estudos Organizacionais leva a uma diversidade sobre a forma como o passado é visto (WEATHERBEE *et al.*, 2012; MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2013). Desde o *historic turn*, há a presença de um debate epistemológico simbolizado pelas seguintes questões: “Como podemos saber a respeito do passado?” e “O que significa explicar eventos históricos?”. Nesse ponto, se destaca a distinção ontológica entre passado e história. A história consiste no estudo de traços dos eventos passados, pois estes são a matéria prima do discurso histórico ao invés dos eventos em si mesmo (MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2013).

Por esse ponto de vista, diferenças entre organizações de diversas culturas só poderão ser elucidadas se a dimensão histórica for incluída na análise. A identificação dos problemas atuais da organização e as soluções mais adequadas não são livres de ideologia. Ao confrontar o presente com o passado podemos identificar justificativas para práticas atuais. Com o olhar sobre os mecanismos que são discutidos no presente, podemos entender que estes têm uma raiz no passado, frequentemente em circunstâncias que não gostaríamos de reintroduzir (KIESER, 1994; ÜSDIKE; KIESER, 2004). Tais circunstâncias que almejamos baseiam-se nos silêncios e nos desvios ainda latentes na história. Se considerarmos que os

desvios também fomentam as práticas, poderemos, ao estudá-las, revelar parte do que ainda se esconde por detrás das históricas contadas.

Além disso, análises históricas nos ensinam a interpretar as estruturas organizacionais existentes não como determinadas pelas leis, mas como o resultado de um conjunto de decisões passadas, tomadas com base em escolhas intencionais ou implícitas ou silenciosas. Nessa perspectiva e como comentamos anteriormente, a análise histórica pode auxiliar os tomadores de decisão a utilizar as boas formas das oportunidades de escolha (KIESER, 1994). Outros escritos contemporâneos a Kieser (1994), como Zald (1993), Jacques (1996) e Burrell (1997), também argumentaram sobre a necessidade de fazer a história presente no campo dos Estudos Organizacionais e da Administração. Após o trabalho de Kieser (1994), considerado um dos precursores da interseção entre História e Administração, alguns outros textos (e.g. MCDONALD, 1996; ÜSDIKEN; KIESER, 2004) também se posicionaram diante dessa junção e ampliaram suas possibilidades de discussão.

Em 2004, Clark e Rowlinson (2004) também reconheceram o aumento da necessidade de abordar a perspectiva histórica no estudo das organizações. Nesse sentido, o termo *historic turn* aparece pela primeira vez representando a transformação que estava ocorrendo nos diversos ramos das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente na Administração. É importante ressaltar que, embora tenha sido apenas em 2004 que o termo tenha, de fato, aparecido, Zald, (1993, 2002), Burrell (1997) e Clegg (2006) já acenavam para a necessidade de aliar a perspectiva histórica aos Estudos Organizacionais e à Administração. No campo da História como ciência, essa “virada histórica” está relacionada ao uso da hermenêutica, o *linguistic turn* e o ressurgimento da narrativa. No âmbito da Administração, o termo *historic turn* se mostrou útil para sustentar o apelo por mais pesquisas históricas, bem como pelo uso de diferentes abordagens históricas na área de Estudos Organizacionais para além de perspectivas simplificadas que não notabilizem o aspecto histórico de fato (CLARK; ROWLINSON, 2004).

Por essa ótica, segundo Clark e Rowlinson (2004), o *historic turn* representou uma transformação nos Estudos Organizacionais em três sentidos. Primeiramente, o fenômeno representou uma virada contra a visão de que os Estudos Organizacionais devem constituir um ramo das ciências da sociedade. Por segundo, o *historic turn* envolveria uma volta ao passado, seus contextos e processos. Ou seja, um retorno ao passado distante e não aquele mais recente que, geralmente, remete a história da organização. Tampouco o passado poderia ser considerado como uma mera variável.

Por último, o *historic turn* implica também em um retorno ao debate historiográfico e teorias históricas de interpretação que reconheçam o caráter ambíguo do termo história em si,

que pode se referir à totalidade de ações humanas passadas e à narrativa que construímos a partir dela. Ou ainda, precisamos trazer também a narrativa histórica para o âmbito dos Estudos Organizacionais e da Administração. O *historic turn* também está fortemente associado a uma perspectiva crítica dos estudos sobre gestão (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Nesse sentido, a virada histórica é uma forma de reação às consequências do processo de busca de uma identidade própria enquanto ciência, o que a fez com que a Administração se afastasse das questões sensíveis levantadas pelas Ciências Humanas, em que também se inclui a História (ZALD, 2002). Nessa perspectiva, a abordagem histórica ajuda a construir uma visão criticamente reflexiva do social (JACQUES, 1996).

4.2 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS PESQUISAS A PARTIR DO *HISTORIC TURN* NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Atualmente, o progresso do *historic turn* tem sido maior do que inicialmente se imaginou (ROWLINSON, 2013), especialmente no tocante à aceitação que os principais *journals* na área da Administração e dos Estudos Organizacionais têm apresentado em relação a trabalhos que abordem as organizações a partir da perspectiva histórica. Entretanto, ainda é comum que, em certas áreas da Administração, as pesquisas não possuam um engajamento com a história (SRNIVAS; FARIA, 2015).

De modo semelhante às outras revisões realizadas, aqui também propomos uma busca pelos trabalhos já publicados com a intenção de retratar o estado da arte da pesquisa histórica na Administração, especialmente nos Estudos Organizacionais. Realizamos um levantamento nas principais bases de dados da área de Administração, acessadas através do portal Periódicos CAPES, a saber: *Academic Search Premier*, *Annual Reviews*, *Cambridge Core*, *Emerald Insight (Emerald)*, *Gale - Academic OneFile*, *Highwire Press*, *JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)*, *Now Publishers (Business and Economics)*, *Oxford Journals (Oxford University Press)*, *SAGE Journals Online*, *SciELO.ORG*, *ScienceDirect (Elsevier)*, *SpringerLink* e *Wiley Online Library*. Utilizamos os descritores *historic turn* e *organisation studies*, conjuntamente, considerando o período dos últimos 20 anos (1998-2018). Os resultados relevantes dessa busca são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – *Historic turn* nos Estudos Organizacionais e principais dimensões estudadas

(continua)		
Dimensão	Ideias centrais	Autores
Passado	Como uma organização lida com os relatos sobre o passado	Booth, <i>et al.</i> (2007)
	Teorização sobre o passado (past-as-history)	Durepos, Mills e Weatherbee (2012)
	Teorização sobre o passado a partir dos estudos institucionais e pós-coloniais	Snirvas (2012)
História Virtual	Uso da história virtual nos estudos sobre gestão	Mackay (2007)
Estratégia	como os atores organizacionais fazem referência a história e como eles usam a história propositalmente para influenciar o fazer estratégico	Brunninge (2009)
	Inserção da história nos processos e práticas estratégicos	Vaara e Lamberg (2015)
Gênero da história	identificar e definir o gênero da história corporativa dentro do discurso histórico generalizado produzido por e sobre organizações que conta o passado de uma organização por meio de uma multiplicidade de textos	Delahaye, <i>et al.</i> (2009)
Memória	Propõem o uso de uma abordagem social construcionista para o estudo da memória organizacional	Rowlinson, <i>et al.</i> (2010)
	Narrativa como forma de construção social da memória organizacional	Foster, <i>et al.</i> (2011)
	Conexões entre memória, história e estudos organizacionais a partir da prática de “lembança” organizacional	Rowlinson, <i>et al.</i> (2014)
	como a memória coletiva forma instituições societais e a lógica que as governa	Ocasio, Mäskopf e Steele (2015)
Narrativa	evidenciaram e defenderam a relevância do papel da narrativa no fazer histórico	Keulen e Kroeze (2012)
	<i>Historical break</i> através das narrativas	Weatherbee (2012)
	Estudo da história de empresas familiares por meio do uso das narrativas.	Hjorth (2016)

Quadro 4 – *Historic turn* nos Estudos Organizacionais e principais dimensões estudadas

(conclusão)		
Dimensão	Ideias centrais	Autores
História e Estudos organizacionais	Contribuição da pesquisa histórica para os estudos organizacionais no Brasil e no exterior	Fontoura, Alfaia e Carrieri (2013); Greenwood e Bernardi (2013); Zickar (2015); Vizeu (2007; 2010a; 2010b); Costa, Barros e Martins (2010)
Mudança Organizacional	história com um lugar simbólico de lutas discursivas	Ybema (2014)
	Perspectiva histórica na teorização sobre mudança organizacional.	Suddaby e Foster (2016)
Cotidiano	Possíveis contribuições a partir da interseção entre história e cotidiano	Barros e Carrieri (2015)
Identidade	Reconstrução da identidade de uma galeria	Carrieri <i>et al.</i> (2016)
Educação e escolas de negócios	O papel da história na organização de escolas de negócios.	Alcadipani e Bertero (2014), Fernandes, Bezerra e Ipiranga (2016); Barros (2017); Barros, Alcadipani e Bertero (2018)

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Quadro 4 ilustra, a história tem sido amplamente debatida e articulada na área da Administração e dos Estudos Organizacionais. Contudo, as interconexões processuais dessa tríade entre a história e as práticas de espaço no contexto urbano revelam uma escassez de estudos e, portanto, algumas lacunas foram evidenciadas nas bases teóricas analisadas, problematizando e justificando a relevância dessa pesquisa de doutoramento.

5 AS INTERCONEXÕES PROCESSUAIS DA TRÍADE PRÁTICAS, ESPAÇO E OS TEMPOS DA HISTÓRIA

As práticas de espaço são dimensões indissociáveis. Além disso, e em uma perspectiva processual (COOPER, 1976), algumas recentes discussões (e.g. BEYES; STEYAERT, 2011; PETANI; MENGIS, 2016; VAUJANY; VAAST, 2013) evidenciam a relevância da contextualização histórica enquanto estratégica de planejamento urbano, bem como na compreensão dos mecanismos de (re)apropriação urbanos, enquanto base para uma (re)organização espacial.

Em particular, Vaujany e Vaast, (2013) propuseram as discussões acerca da legitimidade organizacional com base em uma perspectiva histórica. Nesse contexto, as práticas atuam na (des)construção de legados espaciais, (re)organizando a sua legitimidade no espaço. Conforme demonstrado nos itens anteriores, essas discussões revelam lacunas teóricas que se alinham com as questões que essa tese propõe, ao problematizar a perspectiva histórica, enquanto conector para a compreensão do organizar das práticas de espaços urbanos.

Baseados na ideia de mutualidade constitutiva (CERTEAU, 2008), consideramos que as práticas de espaço que atuamos e entendemos hoje, são, também, fruto de uma construção histórica, permeada por desvios, paradoxos e silêncios. Esses percursos históricos são (trans)formados ao longo do tempo e se manifestam através de uma memória prática, articulando e refletindo diferentes temporalidades em espaços simultâneos. Desse modo, esta tese problematiza a história como um nexos conector entre as práticas de espaço, seu passado e suas persistentes memórias, que carregam em si a capacidade de alterar a dinâmica das maneiras de fazeres e de organizares urbanos (pré)existentes.

A mobilização do tempo passado, por meio da história e da memória, implica na alteração do espaço, seja ele físico, material, cultural e ou social, já que uma das características das temporalidades é de ser “deslocável, móvel, sem lugar fixo” (CERTEAU, 2008, p. 162). O passado não desaparece, mas se transforma ao persistir na sua evocação mnemônica, atuando no tempo presente e se abrindo para o futuro. Essa problematização se constrói na já sinalizada relevância do entendimento do espaço urbano por meio de seu passado e da forma como ele é compreendido e se manifesta através das práticas. Essa problematização é igualmente corroborada pela ideia de que o espaço não é um fenômeno estático, mas um processo dinâmico, permeado por "composição heterogênea de forças, processuais e performativas, abertas e múltiplas, praticadas e do cotidiano" (BEYES; STEYAERT, 2011, p. 47, tradução nossa).

Além disso, enfatizamos os processos de deslocamentos e translocalizações históricas, atuando nos processos do organizar de novas práticas de espaços (CERTEAU, 2008; MASSEY, 1995; PETANI; MENGIS, 2016). Não há uma linearidade homogênea do espaço-tempo, mas uma variedade de desdobramentos históricos temporais e interpretações que afetam o presente, se abrindo para um futuro com suas práticas organizadoras correspondentes. Esses desdobramentos espaço-temporais estabelecem entre si uma relação conectiva que se reflete na forma como o lugar é praticado (CERTEAU, 2008).

Conforme anteriormente colocado, compreender em uma abordagem processual das práticas de espaço, qual o papel da história no seu organizar é uma reivindicação que começa a tomar lugar nos Estudos Organizacionais. Esse movimento de retornos teóricos se baseia na discussão epistemológica denominada de relativismo, antifundacional, no qual o conhecimento não é mais obtido de maneira instrumental, mas com base em um processo temporal, intencional e histórico (GODOI, *et al.*, 2006). Trata-se do reconhecimento da superação da compreensão newtoniana (HAWKING, 1996), de que espaço e tempo não são dimensões relacionadas, o que leva em direção ao desenvolvimento de pesquisas que reconhecem que o espaço e o tempo (e em consequência a sua história) possuem nexos conectores que os entrelaçam, conformando uma dimensão organizadora espaço-temporal.

Estas discussões ainda sugerem como a história de um espaço possa vir a atuar no planejamento de hoje e de futuros novos espaços, evidenciando a relação espaço-tempo no organizar urbano (MASSEY, 1995; HALFORD; LEONARD, 2005; NAPOLITANO; PRATTEN, 2007; CHARTIER, 2011; HATCH; SCHULTZ, 2017; CERTEAU, 2008; CUTCHER *et al.*, 2016; PETANI; MENGIS, 2016; VAUJANY; VAAST, 2013). Nesse sentido, buscamos como contribuição primeira nesta tese a ampliação da compreensão do organizar das práticas com base em uma perspectiva histórica, onde é possível enxergarmos a natureza relacional entre tempo e espaço refletida nas maneiras de fazer.

6 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

“[...] somos escravos de uma epistemologia que separa o conhecedor do conhecimento, a velha divisão sujeito-objeto sistematizada e promulgada por Platão em seu falho programa de fazer o homem autônomo”

(COOPER, 1976, p. 1010)

6.1 CAMINHOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS

A reflexão crítica vivenciada pelas Ciências Sociais no final da década de 80, desencadeou importantes discussões a respeito da natureza das organizações. Até então, em uma visão antropocêntrica, as organizações eram consideradas como símbolos da ordem e da dominação exercida pelo homem. Tal perspectiva era sustentada por uma lógica burocrática, onde a organização era um metadiscurso, prático e controlador, cujo papel era assegurar a estabilidade do sistema.

Contudo, a partir de um debate crítico, essa visão racionalista passou a ser questionada e outras possibilidades de entendimento das organizações foram apontadas (COOPER; BURREL, 1988). A estabilidade e rigidez burocrática passou a ser interrogada por uma perspectiva de fluxos de transformação, onde o ponto central deixa de ser a organização em si, mas os seus epifenômenos de constituição (COOPER, 1976). Tais dinâmicas ocorrem em um nível mais aprofundado, como parte da racionalização e organização da vida social.

Esse entendimento nos permite acionar novas lentes em termos de ontologia e epistemologia das organizações (CHIA, 1995; 1998; COOPER; BURREL, 1988). A natureza da realidade social e a forma como a conhecemos passam a ser baseadas na ideia de que a vida social e a teoria do conhecimento são processos circulares e inseparáveis (CHIA, 1998). Essa nova lente permitiu apreender as organizações enquanto um constante deslocamento de fazeres, responsável pelo seu organizar. Esse entendimento deslocou a ênfase nos processos que a constituem. Dessa forma, as organizações não apenas “são”, mas passam a um *status* de “sendo”, salientando os processos que emergem a partir de práticas em constante transformação.

Assim, as organizações emergem como um campo aberto e flexível (*open field*), constituído por fluxos de transformação em uma lógica processual (COOPER, 1976; SCHATZKI, 2006). Não mais existem estruturas fixas, mas sim operações de construção entre as práticas e os sujeitos que desembocam no que vemos como organizações. Esses movimentos só são possíveis graças a ausência de fronteiras rígidas entre sujeitos e práticas.

Essa perspectiva constitui a base para uma ontoepistemologia de processos, em que as organizações são compreendidas e conhecidas como um campo aberto, constantemente (re)organizado por fluxos de transformação. Essa lente ainda coloca em posição de relevância o papel das pessoas no contexto organizativo. Neste paradigma, a ação humana, em termos difusos, adquiriu importância para a construção do entendimento das organizações (COOPER, 1976; COOPER; BURRELL, 1988). Isso desemboca na necessidade de pensar as organizações como um campo não delimitado em si mesmo, mas um território de fronteiras abertas onde epifenômenos se desenrolam e dão origem ao que percebemos como organização.

A maneira como as pessoas agem, no contexto organizacional enquanto campo aberto, dão forma a diversas texturas (*texture*) e contexturas (*contexture*) (COOPER; FOX, 1990). A ação humana faz com que as ideias se movam entre fronteiras distintas, estando permeáveis aos objetos e às dinâmicas existentes no cotidiano. A dinâmica desse uso está baseada em como nós nos organizamos no cotidiano (COOPER, 1976).

A textura e a contextura resistem a uma definição operacional, pois, tratam de uma qualidade tácita do campo de ação social, indo além do alcance explícito em relação à compreensão da ação instrumental. A contextura interpenetra e corta através das fronteiras organizacionais de tal forma que “a organização” se dissolve como um sistema distinto (COOPER, 1999, p. 581). Nesse sentido, a contextura representa o descentrar das organizações como objetos de estudo, iluminando as indeterminações e as contradições intrínsecas às ações organizacionais.

Nesse deslocamento de foco de uma epistemologia clássica, a contextura da organização aparece como um local agonístico, da luta e do monopólio de certos domínios da realidade e do discurso. Em suma, para Cooper e Fox (1990), a ação organizada (*organizing action*) está focada no “texto da textura” (*the 'text' of texture*) e não em alguma meta pré-estabelecida. As organizações devem, portanto, serem vistas como ambientes (*environments*) para a ação organizada que emergem continuamente para além dos recalcitrantes campos sociais, sendo estes simplesmente a base que nos permitem imaginar o fluxo contínuo de interações sociais.

Além da perspectiva processual, também baseamos este trabalho em uma premissa teórico-prática de descolonização permanente do pensamento (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 23). A abordagem de uma antropologia teórica-prática de decolonização permanente do pensamento, segundo Viveiros de Castro (2015), apoiou análises e reflexões críticas acerca do paradoxo problematizado nesta tese pela translocalização de um conjunto de práticas urbanas

não locais, sob a égide da expansão colonial, da industrialização, da modernização, a partir da *travel of idea* da arquitetura de ferro de países europeus para o Brasil.

Viveiros de Castro (2015) articulou um conjunto de ideias de uma antropologia reversa e de uma semiótica da invenção (WAGNER, 1981); de uma estética e análise indígena (STRATHERN, 2006); da discussão transontológica de coletivo; da abordagem ator-rede de Latour (1994) e da ideia do movimento paradoxal de um “jamais ter sido moderno”, para propor os conceitos de “perspectivismo ameríndio” e de “multinaturalismo” no contexto de uma “metafísica da predação”, sob o signo de uma “alteridade canibal” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 33-34).

Para o autor, esses são os três vértices de um alter-antropologia indígena, enquanto uma transformação simétrica (LATOUR, 1994) e inversa (WAGNER, 1981) da antropologia ocidental. A tarefa simétrica consiste em descobrirmos o que é um ponto de vista para o nativo, sendo esta uma relação de deslocamento reflexivo: “qual o ponto de vista nativo sobre o conceito antropológico de ponto de vista?”. O conceito de perspectivismo propõe, portanto, uma inversão, uma virada para o nativo (*the turn of the native*) (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 72, 88). Viveiros de Castro (2015) complementa esta discussão com o conceito do “xamanismo ameríndio” como um certo ideal de conhecimento, implicando um modo de conhecer.

Assim, consideramos que o pesquisador é, ao mesmo tempo o narrador da história. Entre os que transcreveram as histórias, sobressaem aqueles cuja transcrição pouco se destaca dos relatos dos muitos narradores desconhecidos: “a narrativa é por assim dizer uma forma artesanal de comunicação, (...) sua intenção primeira não é transmitir a substância pura do conteúdo (...). Pelo contrário, imerge essa substância na vida do narrador para, em seguida, retirá-la dele próprio” (BENJAMIN, 1975, p. 69).

Estas discussões se coadunam com a postura analítica crítica que optamos por desenvolver nesta pesquisa relacionados as colocações de Viveiros de Castro (2015, p.85) ao iluminar um princípio que nos acompanhará durante o inteiro procedimento de construção dos relatos históricos, inclusive na análise, interpretações e discussões. Com base na antropologia perspectivista ameríndia, o autor propõe a noção de equivocidade para reconceitualizar o procedimento emblemático da antropologia euroacadêmica, qual seja a ‘comparação’. O autor se refere à comparação como uma regra constitutiva do método. Trata-se do procedimento implicado na tradução dos conceitos práticos e discursivos do ‘observado’ nos termos do dispositivo conceitual do ‘observador’. Esta comparação, continua o autor:

(...) é, o mais das vezes subentendida, implícita ou automática – sua explicitação ou topicalização é um momento essencial do método -, que inclui necessariamente o discurso do antropólogo como um de seus termos, e que começa a se processar a partir do primeiro minuto de trabalho de campo ou da leitura de uma monografia etnográfica. (...). Em suma: contrariamente da *doxa* erudita, a simetria interna do objeto produzida pela sua pluralização comparativa (...) *implica* o observador em sua relação com o observado. Esta implicação tem por nome “tradução” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 86, 86 – grifos do original).

O autor cita também Walter Benjamin para explicar que traduzir é sempre trair, pois, a boa tradução é aquela que consegue fazer com que os conceitos alheios deformem e subvertam o dispositivo conceitual do tradutor, para que a *intentio* do dispositivo original possa ali se exprimir, e assim transformar a língua de destino. Nesse sentido, traduzir no contexto do perspectivismo ameríndio seria lançar mão da imagem da tradução como um “movimento de equivocidade controlada”, entre diferentes posições perspectivas e, portanto, como condição da possibilidade e limite da empresa antropológica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 87).

Tal ideal se desloca ao inverso da epistemologia objetivista da modernidade ocidental ao enfatizar que conhecer é ‘personificar’, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. Enfim, o xamanismo ameríndio pode ser definido como a habilidade manifestada por certos indivíduos de cruzar deliberadamente as barreiras corporais entre as espécies e adotar a perspectiva de subjetividades ‘estrangeiras’, de modo a administrar as relações entre estas e os humanos. O encontro ou o intercâmbio de perspectivas é uma arte política, pois a boa interpretação xamânica é aquela que consegue ver cada evento como sendo, uma ação, uma expressão de um agente. Por esse ponto de vista, os xamãs são capazes de assumir o papel de interlocutores ativos no diálogo, porque eles são capazes de voltar para contar a história (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 49).

6.2 ENTRE EVENTOS E DOCUMENTOS: DUAS METODOLOGIAS

Sustentados por estes eixos ontoepistemológicos, os procedimentos metodológicos aconteceram por diferentes caminhos, espaços e tempos. Em um primeiro momento, percorremos a trilha da **etnografia de arquivos** (DECKER, 2013; 2014; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014), com o intuito de mapear, à luz da perspectiva histórica, a dinâmica da *travel of ideas* (CZANIAWSKA, 2004) no contexto da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza e seu conjunto de práticas. A metodologia utilizada consistiu em uma imersão no campo do material arquivado a fim de compreender as presenças e as ausências, bem como desvelar os percursos, os silêncios e os desvios paradoxais e reconstruir as múltiplas

camadas de significados do contexto histórico de translocalização da arquitetura de ferro e de suas práticas históricas correspondentes.

Em um segundo momento, também realizamos procedimentos de **shadowing das práticas** operacionalizadas atualmente na arquitetura de ferro em Fortaleza. O *shadowing* consiste em uma metodologia onde o pesquisador fica junto à um ator, processo, evento ou objeto com o intuito de elucidar questões relacionadas ao campo (CZARNIAWSKA, 2007; 2014; VÁSQUEZ *et al.*, 2012; RENNSTAM, 2012; MCDONALD, 2005; MCDONALD; SIMPSON, 2014). Ambos os procedimentos metodológicos foram detalhadamente descritos nas páginas seguintes.

Como contexto desta investigação, consideramos como campo para aprofundamento o contexto histórico-espacial da arquitetura do Mercado de Ferro (atual Mercado dos Pinhões) e suas adjacências, situado na cidade de Fortaleza. Conforme anteriormente colocamos na introdução, e embora o conjunto da arquitetura de ferro da cidade seja composto também por outras edificações, como a Igreja Pequeno Grande (1896) e o Theatro José de Alencar (1908), escolhemos ater-nos ao espaço do Mercado pois envolve uma estrutura de ferro considerada mais significativa em termos sociais, econômicos e turístico da cidade. Atualmente, tem exercido papel importante no cenário microempreendedor da cidade, organizando eventos e feiras destinados a exposição de produtos, artesanais e culturais, além de variados setores, entre estes, os bares e restaurantes. O Mercado é considerado um ponto de encontro da boemia local, sendo fomentado ainda pelas atividades gastronômicas que se desenvolveram no seu entorno. A dinâmica organizativa desses grupos confere ao Mercado status de organização, por meio da prática de seus atores.

6.2.1 Revirando o baú: o arquivo e a etnografia de arquivo em administração

A integração ente História e Administração se consolidou nos últimos 20 anos a partir do *historic turn*, movimento que reagiu ao caráter a-histórico que a Administração construiu ao longo do seu estabelecimento enquanto ciência (BOOTH; ROWLINSON, 2006; CLARK; ROWLINSON, 2004; MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2013; KIESER, 1994; ÜSDIKEN; KIESER, 2004; ZALD, 1996). No Brasil, o potencial e a necessidade da interseção entre História e Administração já são reconhecidos por diversos trabalhos (e.g. BARROS; CARRIERI, 2015; COSTA, 2014; 2015; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; SOUZA; COSTA, 2013; WANDERLEY, et al., 2016; VIZEU, 2007; 2010a; 2010b).

Nesse processo de consolidação, vários debates foram levantados e discutidos pela comunidade acadêmica. Um dos dilemas que ainda permanece é relativo ao caminho metodológico para a condução de pesquisas de caráter histórico. Booth e Rowlinson (2006), ao sugerirem uma agenda para debates, elencaram entre os tópicos a necessidade de se ampliar a compreensão sobre os métodos e estilos de escrita histórica, além do acesso a diferentes fontes e arquivos com uma preocupação com as novas formas de narrar as trajetórias históricas nas organizações. Assim, a questão metodológica na pesquisa histórica em Administração tornou-se, ao mesmo tempo, uma necessidade e um desafio (CLARK; ROWLINSON, 2004).

Conforme articulado nos itens anteriores do referencial teórico, e embora reconheçamos as contribuições oriundas das discussões entre História e Administração organizadas por diversos trabalhos, a questão metodológica sobre os caminhos para o desenvolvimento de estudos históricos na Administração e nos Estudos Organizacionais ainda permanece pouco abordada nas pesquisas dessas áreas do conhecimento.

6.2.1.1 Os arquivos na pesquisa histórica em Administração

Quando tratamos de pesquisa histórica, inevitavelmente passamos pelos arquivos. Em uma primeira perspectiva, que perdurou até o fim dos anos 90, os arquivos eram considerados como um mero repositório, neutro e despido de interesses, mantidos por grupos públicos ou privados (CARTER, 2006; SCHWARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002) e as instituições arquivísticas eram vistas como um depósito de papéis velhos, que representavam apenas o resultado estanque de um trabalho burocrático, ou registros passivos de fatos considerados neutros (COOK, 2012; MCKINLAY, 2013; SPIEKER, 2008). Aqui o arquivo era apenas uma fonte e a preocupação do pesquisador se resumia a questões de acesso, escassez ou abundância do material a ser pesquisado.

No início dos anos 2000, os arquivos sofreram um processo de resignificação crítica onde sua formação e interpretação ganharam novo entendimento. Os arquivos saíram da posição de fontes para configurarem sujeitos na produção de conhecimento, além de caracterizarem arenas de poder, capazes de dar voz ou silenciar acontecimentos ou grupos (CARTER, 2006; COOK, 2012). Esse movimento marcou a transição de uma perspectiva moderna, onde os arquivos são considerados objetos estáticos, para um ponto de vista pós modernista, onde são tomados como uma prática dinâmica da vida e sujeitos ativos na construção da memória (CERTEAU, 2011; COOK, 2012; SPIEKER, 2008).

Hoje, arquivos são considerados uma construção social que englobam aspectos da vida cotidiana, refletem conhecimento, legitimam atos ou atores e colaboram para a constituição da memória coletiva moderna (DECKER, 2013; FEATHERSTONE, 2006; SCHWARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002, 2009; CARTER, 2006; DECKER, 2014; MILLS; MILLS, 2011). Esse processo construcionista revela a existência de uma rede de vozes e silêncios que sustentam os arquivos (CARNEIRO; BARROS, 2017; SCHWARTZ; COOK, 2002). Essas vozes são todos os discursos, práticas e símbolos preservados de modo a proteger uma narrativa específica ou realçar a posição de um ator social, por exemplo (SCHWARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002; 2009).

Entretanto, essas presenças contidas nos arquivos implicam na existência do seu oposto: as ausências, silêncios e os desvios (CARTER, 2006; CERTEAU, 2011; DECKER, 2013; STOLER, 2002). Esses silêncios são construídos ao longo do tempo e, geralmente, refletem motivos tão silenciados quanto os próprios materiais (CARTER, 2006; DECKER, 2013, 2014). Os não ditos podem revelar escolhas não feitas e opções potenciais que não foram realizadas, comunidades imaginadas, enfatizando não-eventos e a história no subjuntivo (ANDERSON, 1991; STOLER, 2002). A voz do que é posto à margem pode ser ouvida se examinarmos os documentos que refletem, por exemplo, a interação entre o cidadão e o estado, as pessoas e as organizações, etc. (CARTER, 2006). Essa dinâmica de presenças e ausências reforça a necessidade de compreensão dos arquivos como espaços de disputa de poder (BARROS, 2016; CARTER, 2006, FOUCAULT, 2008; SCHWARTZ; COOK, 2002).

Essa dinâmica de vozes e silêncios pode ser tomada enquanto uma metáfora para explicar como os arquivos são capazes de refletir variados aspectos da vida cotidiana, por meio do entrelaçamento de vozes e silêncios e, assim, colaborar para a construção de uma memória coletiva (COOK, 2002; DECKER, 2013; FEATHERSTONE, 2006; MILLS; MILLS, 2011; SCHWARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002, 2009). Portanto, os arquivos podem ser compreendidos como um processo epistemológico resultante das tramas de poder estabelecidas (STOLER, 2009).

Tais considerações refletem o papel e a relevância dos arquivos para a construção de pesquisas históricas. Contudo, nas pesquisas em Administração, os arquivos ainda costumam ser utilizados de forma fragmentada, onde seu potencial de produção ativa de conhecimento é subestimado (DECKER, 2014; MCKINLAY, 2002, 2013; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; SCHWARZKOPF, 2012; STOLER, 2002).

Em face dessas questões, as reflexões sobre o tratamento metodológico dos arquivos costumam ser escassas, pois ainda há uma tendência de apego a discussão sobre acesso

ou como os materiais foram coletados, subjugando seu conteúdo e sua capacidade de produção de conhecimento (DECKER, 2013; 2014; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014). Nesse âmbito, abordagem etnográfica de arquivos se coloca como uma forma de ampliar o debate sobre as estratégias de pesquisa específicas para lidar com os arquivos históricos no contexto dos Estudos Organizacionais (DECKER, 2014).

No Brasil, o debate sobre a abordagem metodológica dos arquivos em Administração e nos Estudos Organizacionais ainda está se constituindo. Discussões sobre os documentos históricos (CARNEIRO; BARROS, 2017) e arquivos (BARROS, 2016; CARNEIRO; BARROS; WANDERLEY, 2018; WANDERLEY; COSTA, 2016) fazem parte do esforço para sinalizar as contribuições, possibilidades e dificuldades de operacionalização da pesquisa histórica. É transversal a ideia de que a pesquisa histórica pode em muito avançar ao questionar o material arquivado, assim como as instituições que os abrigam, através de metodologias adequadas ao processo de construção do conhecimento e reflexão sobre o tempo.

6.2.1.2 Abordagem da etnografia de arquivos

A etnografia de arquivos é uma abordagem amparada pela noção de etnografia multissituada, que consiste em uma tendência metodológica que possibilita o estudo de campos distribuídos, tanto no tempo como no espaço (MARCUS, 1995). Conhecida por sua capacidade de cruzar múltiplos lugares e tempos simultâneos onde ocorrem os fenômenos, desfazendo a dicotomia sujeito-mundo, a etnografia multissituada amplia as possibilidades até então oferecidas pela etnografia clássica (e.g. GEERTZ, 2011; MALINOWSKI, 1976), ao apresentar uma rede de interrelações formada por múltiplas dimensões, possibilitando a participação do pesquisador em diferentes níveis, locais e através de diferentes formas, como o virtual e documental (CZARNIAWSKA, 2004, 2014; DECKER, 2014; HAMILAKIS, 2011; MARCUS, 1995; 1998; 2011).

Nesse âmbito, a etnografia de arquivos históricos consiste em uma imersão no campo constituído pelo material arquivado a fim de compreender as presenças e ausências, bem como desvelar sujeitos, atores, percursos e desvios paradoxais, reconstruindo as múltiplas camadas de significados de um determinado contexto histórico, considerando os arquivos como sujeitos ativos na produção de conhecimento (DECKER, 2013; STOLER, 2002; 2009). Aqui os arquivos extrapolam a ideia de fontes, mas são considerados sujeitos ativos no processo de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, esses arquivos também se constituem parte de

processos de dominação (política ou social) que podem ocorrer em diversos contextos (STOLER, 2002).

Essa abordagem cultiva alguns pontos de aproximação com a etnografia clássica (QUADRO 5) como o contato direto com sujeitos/atores por meio do processo de imersão, na tentativa de constituir um estranho familiar, olhando de perto e de dentro e a construção de uma interlocução com os sujeitos nativos (FREHSE, 2005; GEERTZ, 2011; MAGNANI, 2002). Na etnografia de arquivos, diante da óbvia impossibilidade de o pesquisador exercer uma observação participante, o campo e o conjunto de fontes, acessados muitas vezes por processos de observação direta por meio de arquivos, são capazes de nos contar e ou imaginar como era estar lá (ANDERSON, 1991). Essa possibilidade é sustentada pela ideia de que a vida social pode ser interpretada como um texto – não exatamente como ele é construído, mas como ele é lido (GEERTZ, 2011).

Os arquivos constituem inscrições que carregam em si significados daquilo que já existiu e possibilitam, por meio da imersão e do diálogo do pesquisador com esse material, tecer narrativas e desvelar significados, vozes, silêncios e desvios que, até então, passaram despercebidos. É importante ratificar que o material arquivado, além de dar suporte para as notas de campo do pesquisador, onde ele exerce sua reflexividade, também são as próprias notas, bem como se constituem em sujeitos.

Assim, o processo de interlocução esperado com aqueles que a etnografia clássica denomina de nativos, sujeitos participantes de determinado contexto, pode ser pensando nos moldes do perspectivismo (VIVEIROS DE CASTRO, 2015), onde o contexto se posiciona como um interlocutor da realidade social. Dessa forma, não há um nativo a ser descrito, mas se estabelece um processo de construção desses sujeitos e o que eles podem nos contar em termos de significações e perspectivas. O papel do nativo, aqui, será representado pelos materiais arquivados, que agora assumem posição de sujeito/ator ativo da pesquisa, especialmente no processo de geração de conhecimento (STOLER, 2002).

Nesse caso, o processo interlocução com os atores se dá de forma indireta ao acessar o conjunto arquivístico, através do processo de imersão, o que também difere a etnografia de arquivos de uma pesquisa documental (DECKER, 2014; STOLER 2002). Os arquivos são os sujeitos da etnografia e dão margem para a construção de outros atores, que são revelados na medida em que vamos nos aprofundando no diálogo com os documentos. Não por meio apenas de uma participação física, mas através dos processos de observação e da postura da imaginação etnográfica (ANDERSON, 1991; CLIFFORD, 2014; GEERTZ, 2011).

Quadro 5 – Aproximações entre etnografia clássica, multissituada e de arquivos

Dimensões / Procedimentos	Etnografia Clássica	Etnografia multissituada	Etnografia de Arquivos
Constituição do campo etnográfico	Imersão presencial, por meio da participação do pesquisador no campo.	Imersão presencial ou virtual, por meio da participação do pesquisador em campos distribuídos, tanto no tempo como no espaço.	Imersão do pesquisador em um campo constituído por material arquivado; campo imaginado.
Uso de métodos auxiliares à etnografia	Observação participante; entrevistas; notas de campo e reflexividade do pesquisador, entre outros.	Observação direta; entrevistas; notas de campo e reflexividade do pesquisador, entre outros.	Observação direta; constituição dos arquivos como notas de campo; reflexividade do pesquisador, entre outros.
Sujeitos/atores/ Práticas	Interlocação com os sujeitos/atores/ práticas <i>in loco</i> , por meio do posicionamento “estranhamento familiar”.	Interlocação com sujeitos (atores, práticas, artefatos) distribuídos no tempo e no espaço.	Interlocação com sujeitos/atores/ práticas constituídas por meio dos arquivos; atores envolvidos na constituição e preservação dos acervos.
Descrições e narrativas	Construção densa por meio das participações, discursos e relatos dos sujeitos/atores.	Problematização do nativo, ampliação as fronteiras das diferenças nas construções narrativas.	Problematização por meio dos registros históricos e mnemônicos, vozes, silêncios e desvios, reconstruindo as múltiplas camadas de significados de um determinado contexto histórico.

Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de operacionalização da etnografia de arquivos passa por algumas fases. A primeira é o **acesso a coleção**. Geralmente, as organizações dão pouca importância para a constituição de um acervo histórico capaz de remontar seu passado, seja por considerar a história irrelevante ou por falta de recursos financeiros para o estabelecimento dessas coleções (CORAIOLA, 2012). As que ainda o fazem, em muitas das vezes, utilizam critérios de arquivamento enviesados, desde o que é mantido até como é armazenado, muitas vezes reflete as relações de poder subjacentes à prática de arquivar (MCKINLAY, 2013).

Outra questão relativa ao acesso é a negociação da pesquisa. Algumas organizações eventualmente criam barreiras para aproximação do material arquivístico, podendo delimitar um intervalo de datas que podem ser consultadas, autorizar ou restringir o acesso a determinados conjuntos de materiais ou mesmo estabelecendo taxas de consulta. Em caso de documentos abrigados em instituições públicas de arquivamento, o entrave pode ser a existência desse material, especialmente se se tratar de um país colonizado, onde há uma forte tendência de deterioração dos arquivos (DECKER, 2014; STOLER, 2002;).

A respeito do que deve ser selecionado, não há técnicas diretas para amostrar ou pesquisar o material relevante (DECKER, 2014). Aquilo que vai ser considerado importante está, em um primeiro momento, estreitamente relacionado aos objetivos de pesquisa. Contudo, a chance de nos depararmos com uma rede de materiais para explicar um dado acontecimento é considerável. Nesse sentido, é importante não levar em conta apenas textos como arquivo, mas qualquer material é válido enquanto arquivo (MCKINLAY, 2013). O campo de fotografias, vídeos, edificações, artefatos, monumentos, materiais sobre eventos, jornais antigos, entre outros, também devem ser considerados. Ao final, espera-se que o pesquisador construa uma coleção de materiais relativos ao estudo e que servirão de base para a elaboração dos relatos do campo, complementados com as observações do pesquisador (DECKER, 2014).

Uma vez acessado os arquivos, precisamos **entender a estrutura da coleção**. Questões como “o que dá forma àquela coleção de arquivos?” devem ser levantadas. Essa reflexão sobre as práticas que (possivelmente) a legitimam e em que medida elas estruturam a coleção podem nos ajudar a refletir sobre o arranjo e as intencionalidades da organização (DECKER, 2013; STOLER, 2009). Esse trabalho é prioritariamente desenvolvido durante o processo de imersão no material coletado. Neste momento, também são estabelecidas as interlocuções com os diversos sujeitos de pesquisa, quando os arquivos funcionam como uma metáfora, capaz de modelar o conhecimento, a memória e as tessituras de poder, devendo permanecer sempre abertos ao debate (FOUCAULT, 2008; SCHWARTZ; COOK, 2002).

Durante esse processo, o pesquisador deve ponderar sobre as possíveis explicações que um documento pode trazer sobre outro, dado que as referências em arquivos são, geralmente, extensas e complexas, lembrando as peças de um quebra-cabeça (DECKER, 2014). Os arquivos se comportam como redes que refletem, além de estruturas de poder, modos de ação e legitimação que fazem sentido em um determinado contexto. A compreensão do material arquivado muitas vezes se apresenta de forma entrelaçada, o que exige de nós pesquisadores um olhar acurado na compreensão do significado polifônico e contingencial de cada material.

Além disso, essa rede de materiais sinaliza temporalidades múltiplas (CUNHA, 2005), representadas em eventos, práticas e estruturas sociais que foram reduzidas a narrativas em um contexto mais amplo que o de uma cronologia histórica, por meio de critérios de classificação sobre o que deve ser ou não mantido. Depreender um acontecimento a partir dos arquivos implica em, necessariamente, um processo de transformação que torna os arquivos um território onde algumas verdades podem ser buscadas e outras, contestadas, desviadas e ou ainda silenciadas. Nessa fase, materiais de apoio como um diário de campo são importantes para ajudar na compreensão da rede de arquivos que se forma, além de evitar retrabalhos.

Ademais, a etnografia de arquivos também compartilha outras características com a etnografia clássica, a saber: Não é possível se certificar de ter observado ou tomado conhecimento de todo o processo (DECKER; 2014). Os arquivos podem ser em grande número, terem acesso restrito, estarem estruturados de uma forma não organizada do ponto de vista de armazenamento ou mesmo, nos dias de hoje, serem constituídos por materiais não digitalizados, o que dificulta o trabalho de busca. Nesse sentido, é precipitado afirmar que observamos tudo o que era possível a respeito de uma determinada prática ou acontecimento arquivístico. Antes, é prudente reconhecermos as limitações de campo, assim como em qualquer outro trabalho de investigação científica.

Assim, enquanto contribuição, a etnografia de arquivos traz como possibilidade, além da elucidação de aspectos da história organizacional, a oportunidade de discutir como as práticas de memória organizacional são criadas e transformadas ao longo do tempo. Além disso, essa abordagem metodológica nos leva a uma compreensão sobre como as práticas, de forma geral, são estabelecidas e alteradas ao longo do tempo e do espaço. Aqui, a etnografia de arquivos traz seu potencial e sua contribuição ao possibilitar o entendimento dos deslocamentos das práticas organizacionais de forma crítica.

6.2.1.3 O *corpus* da etnografia de arquivos

Em **termos operacionais**, o *corpus* dos arquivos foi constituído por meio de processos próprios à etnografia de arquivos (DECKER, 2013; CERTEAU, 2011). Inicialmente, foi realizado o **levantamento das coleções de documentos** disponíveis. No caso desta pesquisa, os documentos estudados foram de domínio prioritariamente público. Durante o levantamento das coleções, já conseguimos delinear algumas interpretações iniciais sobre como se lida com aquele material a partir da sua localização e da estrutura do acervo.

Em segundo momento, foi efetivado o **acesso e levantamento do material arquivado** para, então, **constituir uma rede própria de documentos**. Após todo o material coletado e a rede estabelecida, demos continuidade com o processo por meio da **imersão nos arquivos**. Nesse caso, não há um grupo “nativo” para se investigar, mas o “nativo” em questão foi o próprio documento arquivado, que assumiu posição de sujeito ativo da pesquisa, especialmente no processo de geração de conhecimento (STOLER, 2002). Essa imersão foi relevante para obtermos uma melhor compreensão do contexto histórico e uma apreciação das alteridades do passado, entendendo que a realidade é constituída por tramas que são remontadas desde o pregresso. Todas as etapas e procedimentos pertinentes às fases de levantamento e constituição da rede própria de documentos foram detalhadamente descritos na seção 7 e subseções. O Quadro 6 apresenta de forma resumida o perfil dos acervos pesquisados.

Quadro 6 – Arquivos visitados durante a etnografia de arquivos

Locais	Endereço
Arquivo Público do Estado do Ceará	Sede: Rua Senador Alencar, 348 Centro, Fortaleza/CE Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro Fortaleza/CE
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Ceará	Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro, Fortaleza/CE
Acervo do Jornal O Povo no Ceará	Av. Aguanambi, 282
Instituto Histórico do Ceará	Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro, Fortaleza/CE
Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional	http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
Portal da História do Ceará	http://www.ceara.pro.br/Hemeroteca/Index_Hemeroteca.php
Acervo Digital de Fortaleza	http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/
Comunidade Virtual Fortaleza Antiga	https://www.facebook.com/groups/Fortalezantigaoficial

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta primeira fase da pesquisa teve ênfase em cumprir os seguintes objetivos específicos: a) Levantar os arquivos, imergir nos acervos e mapear o contexto histórico da arquitetura de ferro; b) Identificar os percursos, os desvios, os silêncios e as malhas de práticas históricas na *travel of ideas* da arquitetura de ferro em termos dos seus desdobramentos e translocalizações; c) Identificar as práticas de espaço urbano no contexto histórico da arquitetura de ferro e suas redes de conexões no atual contexto da cidade de Fortaleza e; d)

Refletir a crítica da dinâmica histórica, dos ciclos, dos processos e do organizar de práticas urbanas paradoxais translocadas. O alcance dos demais objetivos específicos foi possível com a consecução de um segundo momento da pesquisa, compreendido pelo *shadowing*.

6.2.2 *Shadowing* das práticas de espaço do Mercado de Ferro e suas adjacências

Em um segundo momento da pesquisa, e com base na história das malhas de práticas translocadas e dos relatos arquivísticos acerca dos percursos paradoxais, silêncios, desvios e conexões acontecidas na *travel of ideas* da arquitetura de ferro até os dias de hoje, foram realizados um conjunto de procedimentos metodológicos com o intuito de alcançar os objetivos específicos relacionados: e) Descrever os desdobramentos dessas práticas de espaço no organizar atual da cidade; e f) Refletir, em termos de formulação de políticas públicas, sobre o organizar de práticas de espaços urbanos na cidade à luz da perspectiva histórica.

A etnografia realizada em sociedades modernas – e por sociedade ela entende qualquer grupo com um conjunto de práticas próprias, incluindo as empresas – padece de quatro problemas importantes (CZARNIAWSKA, 2007, p. 13). O primeiro é a realização da observação participante, que precisa contar com a “sorte” de o pesquisador já estar engajado ou conseguir permissão da organização. Desse modo, a observação não participante se mostra uma alternativa possível, especialmente no âmbito das organizações espaciais, dadas as prerrogativas contextuais.

Outro aspecto levantado é a necessidade de tempo em campo, que nem sempre pode ser de um período tão longo, mas o suficiente para observar como as práticas se desenvolvem e são organizadas (CZARNIAWSKA, 2007). O terceiro elemento discute sobre a questão do espaço de interesse dessa pesquisa. As redes de ações se desenvolvem em múltiplos espaços que, se tomarmos uma etnografia tradicional, não conseguem ser contemplados. Por último, emerge a questão da visibilidade em campo. Nem sempre é necessária a presença física do pesquisador em campo, pois a trama de práticas pode acontecer em lugares onde só é possível uma presença virtual como, por exemplo, uma troca de e-mails (CZARNIAWSKA, 2007).

Nessa perspectiva, Czarniawska (2007) propõe o uso do *shadowing* enquanto uma abordagem para estudar objetos, sujeitos e organizações que se movem rápida e frequentemente de lugar em lugar. O *shadowing* é uma técnica de pesquisa onde o pesquisador acompanha de perto um ator, processo, evento ou mesmo objeto organizacional em períodos consecutivos ou não (CZARNIAWSKA, 2007; 2014; VÁSQUEZ, GROLEAU, 2012; RENNSTAM, 2012; MCDONALD, 2005; MCDONALD; SIMPSON, 2014). Durante o período de

acompanhamento, o pesquisador atua ainda por meio de entrevistas ocasionais, de modo a captar as participações dos atores organizacionais envolvidos no campo metodológico do *shadowing*, bem como constituir no sentido de construção de suas próprias notas de campo para posterior análise (MCDONALD, 2005).

O *shadowing* enquanto abordagem de pesquisa já é amplamente debatido e utilizado em outras áreas do conhecimento (e.g. educação sociologia, entre outros), mas nos Estudos Organizacionais, embora estudos como os Sclavi (1989), Capote (1975) e Mintzberg (1970) tragam o emprego do *shadowing*, o método ainda carece de aplicação e discussão (CZANIAWSKA, 2007; MCDONALD, 2005; MCDONALD; SIMPSON, 2014).

O *shadowing* é mais do que uma técnica, reflete uma atitude de exterioridade do pesquisador, no sentido paradoxal de não se tornar um nativo, apesar de sermos, mas buscar os pontos de distanciamentos e aproximações entre aquele que observa e aqueles que são observados. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador começa quando ele compreende que as pessoas vivem em espaços e temporalidades distintas e, por isso, é necessário estabelecer uma compreensão a partir das diferenças existentes baseada em uma postura de interioridade, reflexão e exterioridade, e não apenas de total imersão como prega a abordagem etnográfica na visão antropológica clássica (CZARNIAWSKA, 2007).

Além disso, o *shadowing* contribui para a pesquisa em Estudos Organizacionais ao possibilitar uma análise aprofundada e holística do material empírico, onde a prática pode ser contextualizada com outros elementos do cotidiano. Ademais, o método também oferece uma nova perspectiva a respeito das organizações, onde o olhar dos atores e pesquisadores podem ser apresentados de forma entrelaçada (MCDONALD, 2005).

Nesta investigação, partimos da premissa que as práticas de espaço investigadas no contexto da arquitetura de ferro configuram uma rede de movimentos fragmentados em múltiplos contextos e tempos diferenciados (CZARNIAWSKA, 2007). Além da vantagem metodológica do *shadowing* relacionada a possibilidade de mobilidade em campo, o *shadowing* também possibilita a adoção de uma postura simétrica em campo, onde o pesquisador pode problematizar o “nativo”, buscando assim ampliar as fronteiras das diferenças (CZANIAWSKA, 2007, p. 12), como também preconizado pela alter-antropologia de Viveiros de Castro (2005).

6.2.2.1 O *corpus* do *shadowing*

A consecução do *shadowing* se deu com base na imersão no contexto do Mercado de Ferro (atualmente também conhecido como Mercado dos Pinhões), por meio da realização de observações diretas, próprias ao método, assim como em nossas enunciações pedestres (CERTEAU, 2008) que foram registradas nos diários de campo. Foram ainda realizadas 12 (doze) entrevistas ocasionais e relacionais com os atores atuantes nesse contexto (GIARD, 2012).

Conforme Certeau (2008), caminhar é enunciar. O autor evidencia a relevância da caminhada por parte daquele que pretende compreender como as práticas de espaço estão moldadas e organizadas, além de enfatizar o conhecimento apreendido de forma tátil, próprio da estética do caminhar. Nesse sentido, foram realizadas 14 visitas ao Mercado de Ferro, no período de 2016 a 2018, com o objetivo de empreender as observações diretas, a partir da caminhada, acompanhadas das entrevistas e dos registros nos diários de campo. O Quadro 7 apresenta uma visão geral dessas visitas.

Quadro 7 – Visitas para observação direta no Mercado de Ferro

Número	Data	Ocasião
1	17/05/2016	Feira de produtos orgânicos
2	08/06/2016	Quarta Coletiva
3	05/11/2016	Afins de Vitrola
4	16/09/2017	Mercado Coletivo
5	26/09/2017	Mercado dos Quadrinhos
6	11/06/2018	Mercado Coletivo
7	01/09/2018	Afins de Vitrola
8	08/09/2018	Mercado Coletivo
9	15/09/2018	Feira Parcecácia
10	10/11/2018	Mercado Criativo
11	08/12/2018	Mercado Criativo
12	12/01/2019	Mercado Criativo
13	23/02/2019	Pré-carnaval
14	13/04/2019	Mercado Coletivo

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto as entrevistas ocasionais e relacionais, estas foram realizadas a partir de um roteiro aberto, com o objetivo de orientar os diálogos e as conversas, segundo um esquema flexível, pois, conforme sublinha Giard (2012, p. 25), a coleta das conversas exige “uma atenção nunca diretiva e uma capacidade de empatia fora do comum”. Ao todo, foram entrevistados 12 atores, envolvidos direta ou indiretamente nas atividades desenvolvidas no contexto do Mercado de Ferro. Os nomes dos entrevistados foram omitidos conforme solicitado por eles. O Quadro 8 apresenta de forma sucinta o perfil dos atores entrevistados, com seus nomes omitidos a pedido dos mesmos.

Quadro 8 – Entrevistas ocasionais

Código	Descrição	Data
E1	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E2	Diretora da Associação Cearense de Chefs	12/01/2019
E3	Auxiliar de restaurante em funcionamento no Mercado dos Pinhões	12/01/2019
E4	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E5	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E6	Auxiliar de restaurante em funcionamento no Mercado dos Pinhões	12/01/2019
E7	Morador do entorno	12/01/2019
E8	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E9	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E10	Chef com restaurante em funcionamento no Mercado Cultural dos Pinhões	12/01/2019
E11	Responsável por restaurante no entorno	12/01/2019
E12	Responsável por restaurante no entorno	12/01/2019

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 9 – Entrevistas em profundidade

Código	Descrição	Data
E13	Agente envolvido na elaboração de políticas públicas para a cidade	22/02/2019
E14	Professor do departamento de arquitetura e urbanismo da UFC; superintendente do IPHAN à época do tombamento do Mercado de Ferro	05/04/2019
E15	Coordenador de ações culturais da prefeitura, responsável por organizar as atividades desenvolvidas mensalmente no Mercado.	23/04/2019

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, foram coletados depoimentos orais organizados por meio da realização de entrevistas em profundidade (Quadro 9) com um agente da área das políticas para a cidade (E13), um professor da área da arquitetura e urbanismo (E14) e o coordenador de ações culturais da prefeitura de Fortaleza (E15). Essas entrevistas foram mediadas por um roteiro semiestruturado, com vistas a direcionar o diálogo (APÊNDICE A).

6.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DENSE POR MEIO DE UMA HISTORIOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO

Os procedimentos de análise que realizamos percorreram um caminho essencialmente historiográfico (CERTEAU, 2011), onde buscamos expressar uma escrita da história capaz de revelar as ausências e presenças nas práticas que organizam os espaços. Nesse sentido, consideramos a história enquanto uma prática que expressa relação entre o mundo real, representado pelas maneiras de fazer, e suas interpretações e, assim, traça possíveis narrativas. “A história oscila, então, entre dois polos. Por um lado, remete a uma prática, logo, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado, o texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade” (CERTEAU, 2011, p. 6), por isso carrega em si múltiplos modos de compreensão da realidade, de forma que uma historiografia revela apenas uma das linhas possíveis de entendimento.

Dessa forma, nosso foco analítico foi a construção de uma contextualização densa (DECKER, 2013), entendendo que esta faz parte de uma pluralidade de relatos que confere forma a própria história. Essa dinâmica permite a construção de uma trama historiográfica, onde se circunscrevem, ao mesmo tempo, a pluralidade das histórias e uma realidade contínua permeada de sentido. Os discursos e relatos não apenas falam sobre, mas estão e são a própria história, porque estão ligados a ela por uma rede de significados, que expressam interpretações históricas.

Denominamos em rede pelo fato de a história ser inevitavelmente imbuída de uma posição interpretativa ou ideológica que, de forma consciente ou não, dirige o trabalho do pesquisador por que “É impossível eliminar do trabalho historiográfico as ideologias que nele habitam” (CERTEAU, 2011, p. 17). Assim, ao longo deste relato, revelamos nosso olhar, trajados de suas concepções e capaz de apresentar determinado sentido, que é implicado por operações interpretativas operacionalizadas por nós. Com isso, buscamos iluminar a relação da prática com o mundo real, almejando descrever as diferenças desse processo de translação de

práticas (CZARNIAWSKA, 2003). Além dessa questão anterior, há também a intrínseca relação entre passado e presente, que influencia sobremaneira a interpretação histórica.

“[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. Elas são conformadas por premissas, quer dizer, por “modelos” de interpretação ligados a uma situação presente [...]” (CERTEAU, 2011, p. 8).

Diante destas características, a historiografia é uma prática que opera na frágil e necessária fronteira entre uma prática do passado e outra do presente, que se movimenta e é onde a história acontece, no jogo das fronteiras, evidenciando que a análise historiográfica é um trabalho sobre e no limite (CERTEAU, 2011, p. 29). Quase paradoxal, a historiografia exige que nos posicionemos sobre os discursos já estabelecidos, mas também requer de nós a costura de uma continuidade, pois é nas fronteiras entre passado e presente que se articula toda uma sociedade.

Ambas as características da historiografia sugerem que ela não é um caminho isento, nem almeja revelar uma verdade intransponível, mas iluminar possibilidades constituídas a partir das nuances interpretativas que a compõe. Dessa forma, e alinhado com o que discutimos até aqui, a posição epistemológica que a historiografia ocupa é permeada por conjuntos de interpretações do passado e do presente, assim como perpassa o que pensa e entende o pesquisador sobre o fato histórico, aqui, a prática. O que dá significado ao processo de análise historiográfico está assentado nas estruturas interpretativas que, por sua vez, são alteradas por um referente exterior (as práticas do presente).

Em termos operacionais, a contextualização densa, produto da historiografia, é um texto, organizado a partir de unidades de sentido, que apresenta uma combinação de significações articuladas e apresentadas em termos de fatos e ou indícios. Das relações estabelecidas entre esses, são revelados os processos de significações, enunciando os sentidos. Dessa maneira, definimos como unidades de sentido iniciais o processo de *travel of ideas*, que promoveu uma tradução e translação histórica de um conjunto paradoxal de práticas de espaço ditos modernos ao Brasil e, mais especificamente, a Fortaleza.

Dada a natureza interpretativa desta pesquisa, podem surgir outras unidades de sentido ao longo do processo de interpretação histórica. Assim, o *travel of ideas* configura como um ponto de partida, mas não um destino final. Durante o processo de análise em si e, entendendo que o fazer história está relacionado com aquilo que faz história (CERTEAU,

2011), neste caso, a prática histórica, procuramos organizar os relatos em torno das práticas espaciais sob estudo, também aqui considerados como um ato histórico gerador de sentido.

Com vistas ao objetivo deste trabalho, a operação historiográfica realizada aconteceu em dois momentos entrelaçados (CERTEAU, 2011; TAYLOR; BELL; COOKE, 2009). 1) A análise do acervo próprio dessa pesquisa, bem como da construção dos relatos, ambos resultantes do processo de etnografia de arquivos; 2) das notas de campo, fruto do processo de *shadowing* e dos relatos das entrevistas foi o primeiro momento. Aqui todo o *corpus* empírico foi revisado tendo como fio condutor as práticas e uma categorização inicial destas foi mediada pelo *software* MaxQDA. Essa categorização, que agrupou as práticas em estratégias e táticas, conforme preconiza Certeau (2008), buscou mapear as práticas de espaços e atores refletidos pelos documentos e notas de campo. Assim, nos debruçamos sobre esse material e deles buscamos levantar tanto as vozes como os silêncios que permearam todo o *corpus* empírico, tendo em vista a finalidade desta investigação.

De modo concomitante, ocorreu o processo de elucidação e compreensão das malhas de práticas de espaço identificadas no momento anterior. Durante esse processo, precisamos compreender que este conjunto de prática de espaço identificado muitas vezes possui múltiplos sentidos, em diferentes períodos históricos, mas estão ligadas entre si, revelando que o passado frequenta o presente (CERTEAU, 2011). O produto da operação historiográfica foi, portanto, uma contextualização densa, que tem como finalidade desvelar a organização das práticas de espaço do Mercado de Ferro em uma perspectiva histórica.

7 PROCURANDO ALGUMAS AGULHAS NO PALHEIRO: OS DESAFIOS DA ETNOGRAFIA DE ARQUIVO

O processo de operacionalização da etnografia de arquivos ocorreu em algumas etapas, todas de certa forma interligadas. A primeira delas consistiu no levantamento das coleções de documentos. É importante esclarecer que, nesta seção, as ações concernentes ao campo de pesquisa, serão tratadas em primeira pessoa do singular, haja vista que o trabalho de campo esperado em uma tese é uma atividade solitária, especialmente durante o processo de imersão, e que perpassa as reflexões do pesquisador enquanto um ator envolvido no processo de investigação. Nesse sentido, o pesquisador se posiciona enquanto um narrador que considera o ponto de vista do nativo, dentro de uma abordagem perspectivista (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Assim, a primeira tarefa foi fazer o levantamento preliminar das possíveis fontes arquivísticas disponíveis localmente. Com isso, meu objetivo era obter uma lista com os locais onde, provavelmente, eu encontraria arquivos relevantes para a pesquisa. Durante o período de setembro de 2017 realizei buscas na internet sobre as instituições que oferecem abrigo a este tipo de material histórico. Como disse, considerei todas as possibilidades até então. Essa etapa da pesquisa resultou em uma lista, que apresento no Quadro 10.

Quadro 10 – Levantamento preliminar das fontes arquivísticas

(continua)

Locais	Endereço
Arquivo Público do Estado do Ceará	Sede: Rua Senador Alencar, 348 Centro, Fortaleza/CE Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro Fortaleza/CE
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Ceará	Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro, Fortaleza/CE
Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará	Av. da Universidade, 2762 Benfica, Fortaleza/CE http://www.nudochistoria.ufc.br/
Arquivo e Museu de Comunicação Nirez Cearense	Rua Professor João Bosco, 560 Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE http://arquivonirez.com.br/
Acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará	Av. Barão de Studart, 410 Meireles, Fortaleza/CE
Acervo do Museu da Indústria do Estado do Ceará	Rua Dr. João Moreira, 143 Centro, Fortaleza/CE http://www.museudaindustria-ce.org.br/

Quadro 10 – Levantamento preliminar das fontes arquivísticas

(conclusão)

Locais	Endereço
Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	Rua Liberato Barroso, 525 Centro, Fortaleza/CE
Acervo do Museu da Fotografia em Fortaleza	R. Frederico Borges, 545 Varjota, Fortaleza/CE
Acervo da Casa de Cultura Christiano Câmara	R. Baturité, 162 Centro, Fortaleza/CE
Acervo do Jornal O Povo no Ceará	Av. Aguanambi, 282
Portal da História do Ceará	http://www.ceara.pro.br/Hemeroteca/Indice_Hemeroteca.php
Biblioteca Carlos Câmara	Teatro Morro do Ouro – anexo do Theatro José de Alencar

Fonte: Elaborado pela autora.

De posse dessa listagem, comecei então o trabalho de contato com estas instituições. A primeira com a qual mantive contato foi a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Ceará. Fundada em 25 de março de 1867 e mantida pela secretaria de cultura do estado, é uma das instituições mais antigas do estado. Seu acervo é composto por obras gerais, de referência, obras raras, audiovisual, iconografia, jornais e microfilmes. Atualmente, o prédio está em reformas, desde 2015, sem previsão de reabertura oficial ao público.

Meu objetivo nesta primeira visita era conhecer o espaço e, principalmente, acessar a coleção de jornais que a biblioteca dispunha. Antes da visita, fiz contato por telefone e fui informada de que a biblioteca ainda se encontrava em reformas e, por esse motivo, apenas o acervo físico de jornais estava disponível no prédio principal. Os exemplares microfilmados haviam sido remanejados para um prédio anexo à biblioteca, o Espaço Estação, localizado no Centro da cidade. Na ocasião do telefonema, fui informada também sobre os horários de funcionamento (segunda a sexta, de 9h às 15h).

Com as informações básicas em mãos e alguns marcos temporais, como o ano de inauguração do Mercado de Ferro (1897), símbolo da arquitetura de ferro em Fortaleza onde concentrei a pesquisa, fui à campo. Ao chegar na biblioteca, no período da manhã, me deparei com um prédio que, embora novo, parecia abandonado. No espaço que deveria ser uma recepção, apenas um vigilante solitário sentado em uma cadeira. Indaguei a ele sobre a área de pesquisa e ele me indicou o segundo andar do prédio. Fui de escada, apesar da presença do elevador. Ao chegar no local indicado, me dirigi ao setor indicado como “obras raras”, onde

havia um balcão e por trás dele uma mulher, provavelmente alguma funcionária da biblioteca, me cumprimentou e perguntou no que poderia ajudar.

Expliquei então a ela que gostaria de consultar o setor de jornais antigos. “Mas exatamente o que você procura?” Disse então que, naquele momento, gostaria de maiores informações a partir desses jornais sobre o Mercado de Ferro. “Mas qual a data você quer?” Respondi afirmando que gostaria de ver os jornais do ano de 1897. Ela então me acompanhou até uma sala bem ampla, com algumas mesas disponíveis e várias estantes. Em uma das mesas, mais ao fundo, um rapaz folheava um jornal. Nas prateleiras, era possível ver os jornais, encadernados e classificados, aparentemente por título e data. Inicialmente, me surpreendi, pois nunca havia visto um jornal tão antigo de perto. Imediatamente, também, meu sistema respiratório notou a presença dos jornais. Era inevitável entrar naquele ambiente e não espirrar ou coçar o nariz.

“Eu não vou ter com essa data tão antiga. Talvez você encontre no setor de microfilmes.” Enquanto caminhávamos, eu e a funcionária da biblioteca, entre algumas estantes e a ela me mostrava, apontando com o dedo, quais os jornais mais antigos ela dispunha para consulta. Eram bem poucos e a maioria dos jornais acessíveis eram do início do século XX. Isso me deixou um pouco apreensiva pois, se na biblioteca não eu não encontrasse o que procurava, onde mais eu poderia encontrar esse acervo de jornais? Diante desse impasse, pedia ela que localizasse algum jornal do ano de 1938. O período era referente a outro marco temporal cronológico do Mercado, quando este foi transferido de lugar dentro da cidade.

A funcionária pegou então um dos cadernos e levou até uma das mesas. “Você pode ficar aqui. Pode ficar à vontade tá? Ah, você trouxe luva e máscara?” Nesse momento, muito provavelmente, eu fiz alguma expressão de interrogação pois não havia sido informada da necessidade desses equipamentos. Respondi que não e logo perguntei se a biblioteca não disponibilizava. “Nós não temos aqui”, respondeu ela. Por último, ainda questionei sobre a existência de algum sistema de busca, que a funcionária informou não existir, especialmente porque a biblioteca ainda está em reformas. “Mas vai ficar mais organizado quando voltar a funcionar”, finalizou ela.

O jeito era manusear o jornal da forma como estava, sem esses equipamentos que, de alguma forma, ajudariam na conservação do acervo e da minha saúde respiratória. Ressalto que em nenhum momento me foi dada alguma orientação sobre como manusear os jornais, o que (não) fazer, etc. Nesse sentido, a Biblioteca se mostrou bastante precária em termos de instrução ao usuário. Essa visita também me levou a uma outra reflexão e consequente preocupação: a conservação do acervo pela instituição (Biblioteca Municipal Governador

Menezes Pimentel). Eu achei muito estranho, até surpreendente, uma biblioteca não possuir um sistema de digitalização de materiais antigos, especialmente os jornais, através da tecnologia de microfilmagem, que ajuda tanto na preservação do documento como no seu armazenamento, afinal os microfilmes ocupam muito menos espaço do que os exemplares de jornais.

Também refleti sobre a quão difícil e trabalhosa poderia ser a pesquisa no material original. A medida em que eu folheava o exemplar que a funcionária da biblioteca havia me entregado, mais eu percebia a dificuldade própria da pesquisa em arquivos históricos. Dar conta de ler aquele material, onde cada exemplar possuía pelo menos 4 páginas, localizar o que me interessava, considerando que o modo de diagramação dos jornais da época pesquisada era bem diferente do modelo atual, seria uma tarefa árdua e demorada, com chances menores do que eu esperava de sucesso.

Folhear os jornais era uma tarefa bastante complexa, haja vista que qualquer movimento mais brusco poderia rasgar a folha. Enquanto manuseava os exemplares, fiquei refletindo sobre a situação da biblioteca que, atualmente, se encontrava à beira do abandono. Além disso, agora tive uma real visão sobre como seria pesquisar neste material, uma missão difícilíssima, já que teria que olhar página a página, notícia por notícia. Agora a dimensão do que me esperava se apresentava de forma integral e assustadora. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017)

Não encontrei nada neste exemplar que estava folheando. Fechei-o e, conforme orientação da funcionária da biblioteca, deixei em cima da mesa onde estava. Retornei às estantes em busca de algum outro, com a esperança de encontrar algo relevante em suas páginas. Embora eu não tivesse encontrado nada ainda, me perguntava “se eu achar alguma coisa, como vou tirar cópia?” Não havia mecanismo de cópia daquele material, a não ser fotografá-lo com a câmera do celular.

Passei na biblioteca todo o período da manhã (9h às 12h). Saí de lá pensativa e, ao mesmo tempo, pensando em outras possibilidades de obter os registros contidos desses jornais. Na ocasião, me agarrei a possibilidade dos jornais microfilmados que estavam abrigados no anexo da biblioteca, conforme informação recebida ao telefone. Nesse momento eu ainda não conhecia a situação do arquivo público, que descobri depois ser bem pior que a da biblioteca.

Eu fiquei muito consternada com o abandono que se encontra a biblioteca. Como pode uma instituição pública de tamanha magnitude e relevância simplesmente estar fechada há anos e não haver sequer um sistema de busca capaz de auxiliar os pesquisadores? No meu entendimento, isso reflete um pouco da preocupação (ou falta dela) por parte do governo do estado, que é o poder responsável pela biblioteca, de investir em preservação da história e memória local. O material que é necessário a consecução de uma pesquisa histórica local acaba sendo bastante escasso e torna-se quase que uma atividade de garimpo achar algo relevante no meio de tanta desorganização. Além da falta de preservação do material que, como se vê em outros

lugares, os jornais são microfilmados, digitalizados de alguma forma, para que não se percam. Na minha opinião é quase um crime o que estão fazendo com a memória local (DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Na semana seguinte, fui ao local considerado um anexo da biblioteca, a Biblioteca Espaço Estação, que fica localizada em um dos antigos galpões da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFSa), no Centro da cidade de Fortaleza. Lá também está situado, provisoriamente, o Arquivo Público do Estado do Ceará, que é a instituição pública responsável pelo armazenamento de documentos relativos à história do estado. Contudo, o prédio original do mesmo foi fechado para reformas em 2015, com previsão de entrega do prédio pronto em 1 ano, ou seja, em 2016. No período da visita, em 2017, o prédio novo ainda não havia sido entregue.

Cheguei ao espaço pela manhã. Ao entrar, me deparei com uma pequena recepção onde questionei a funcionária pelo departamento de microfilmagens. Ela me indicou então a primeira porta a direita em um pequeno corredor. Segui até a sala que tinha uma placa “setor de microfilmes”. A porta estava aberta e no interior da sala dois homens, já idosos, conversavam. Cumprimentei-os e expliquei o motivo da visita. Munida com algumas datas, como a inauguração do Mercado de Ferro (1897) e sua transferência para a praça Visconde de Pelotas (1938), perguntei sobre os jornais microfilmados.

“Mas qual jornal você quer?” perguntou ele. “Quais os jornais estão disponíveis?”, repliquei. Ele coçou a cabeça e foi procurar algo. Voltou com um caderninho já surrado e amarelado, com algumas folhas caindo. Aquele era o catálogo. “veja aqui quais os jornais que têm”. Fiquei um pouco perplexa com o estado do catálogo, mas comecei a folhear e com cuidado para não deteriorar ainda mais o material. O material parecia datilografado e datava do final dos anos 90.

Perguntei a ele se eu poderia tirar uma cópia desse índice, ele disse que não. Escolhi então, o jornal O Povo de 1938, que estava disponível em microfilme. O funcionário então abriu uma espécie de gaveteiro arquivo e de lá tirou um rolo, semelhante aos rolos de filme. Em seguida me conduziu a um espaço da sala onde estavam as máquinas de visualização da microfilmagem. Tudo era muito velho e malconservado. Eu sequer sabia como utilizar aquele equipamento. Foi então que o funcionário, de forma rápida e sem muitos detalhes, me explicou como colocava o microfilme e como passar as páginas. Indaguei se, em caso de interesse em alguma página, havia como imprimir ou copiar o material. Ele disse que não, mas se eu quisesse poderia tirar fotos.

Fui então ver o jornal. A tela do equipamento para leitura do microfilme não abarcava a página inteira do jornal. Dessa forma, eu precisava ver primeiro a metade superior, para então ler a metade inferior da mesma página. Além disso, a tela do leitor de microfilmes era amarelada, o que dificultava muito mais a leitura das letras diminutas. Não havia nenhum tipo de sistema de busca por descritor ou palavra-chave. O trabalho consistia em folhar todas as páginas de todos os jornais que eu precisasse ver para, talvez, achar algo. Esse trabalho se mostrou bastante difícil e demorado.

Folheei, também com alguma dificuldade, outros exemplares do O Povo do ano de 1943 (3, 5, 6, 7, 19, 20 e 27 de abril de 1943). No mesmo procedimento demorado, ainda não encontrei nada de relevante para a pesquisa. Isso me deixou frustrada, preocupada e pensativa sobre as minhas fontes para a etnografia de arquivos. Pelo que tinha visto, até então, não seria uma tarefa nada fácil e tampouco executável dentro do tempo que eu dispunha em virtude das dificuldades no processo de busca do material. Quanto mais eu adentrava neste universo, mais eu percebia o quanto a ideia de que países (e consequentemente estados e cidades) em um contexto pós-colonial tem uma tendência a não preservação do seu material histórico, especialmente os documentos (DECKER, 2013).

Já era próximo do horário de 12h quando eu decidi deixar os microfilmes de lado, pois não havia encontrado nada, e resolvi ir embora. Ao retornar à recepção, perguntei novamente a funcionária que lá estava se o material do arquivo público também se encontrava abrigado ali. Ela afirmou que sim e indicou a sala, no piso superior. De fato, havia, lá em cima, uma porta com uma placa “arquivo público”. Subi, então, as escadas e fui.

Ao chegar lá o local parecia abandonado. Quis acreditar que esse estado era devido ao fato de ser horário de almoço. Caminhei no corredor estreito que estava do outro lado da porta. Desse corredor era possível ver algumas salas, com caixas. Em uma delas, que estava com a porta aberta, um senhor bem idoso me recebeu. Indaguei a ele se sabia sobre o material do Arquivo Público. Me levando mais adentro da sala ele disse “é esse daí”, acenando com a cabeça para uma quantidade imensa de papéis, todos dispostos desorganizadamente em estantes e pilhas pelo chão.

Incrédula, questionei se aquele era realmente o material do arquivo e ele informou que sim. Eu estava com dificuldades de acreditar que parte relevante da história local se encontrava, literalmente, jogada no chão. Não sei o estado que encontrei o material se era uma condição intencional do poder institucionalizado, ou não passava de fruto do acaso e de uma certa ingenuidade, desconhecimento do valor ou mesmo desinteresse no tratamento daqueles documentos.

Aqui, já se pode falar em um tipo de silêncio dos arquivos. O silêncio no processo de constituição das fontes (DECKER, 2013). A dificuldade de encontrar fontes arquivísticas é um sinal de que o processo de (re)construção destas foi, de alguma forma, silenciado por agentes dominantes. No caso do Arquivo Público, o poder institucionalizado pela gestão pública é parte ativa (direta ou indiretamente) do processo de silenciamento das fontes arquivísticas.

Perguntado se havia algum mecanismo de busca, o senhor que me atendia foi categórico ao dizer que não e que, se eu quisesse dar uma olhada, deveria trazer o assunto, as datas que me interessavam e olhar caixa por caixa, pilha por pilha de papel, pois não existia sistema de busca tampouco as caixas estavam, de alguma forma, catalogadas de maneira a facilitar, ao menos, o acesso físico a elas.

Eu fiquei estarelecida com a situação do material “arquivado”. Arquivado entre aspas porque, na verdade, tudo estava jogado. Tudo muito empoeirado, fora de caixas, sem nenhuma forma de catalogação ou mesmo localização do material. Seria um esforço hercúleo fazer a busca desse material sem qualquer pista de onde ele pudesse estar. Sequer daria tempo de finalizar, pois era como procurar uma agulha no palheiro. Isso me deixou muito preocupada na ocasião.

Essas visitas exploratórias iniciais me foram muito esclarecedoras, pois deram uma noção muito clara do que seria o trabalho com o material arquivado pelas instituições públicas. Aqui, em Fortaleza, os arquivos ainda são contemplados pela lente do paradigma estático, sendo enxergados, compreendidos e tratados apenas como papéis velhos, resultado de um trabalho burocrático de conservação, sem outras finalidades relevantes (COOK, 2012; MCKINLAY, 2013; SPIEKER, 2008).

Quanto ao que é arquivado por essas instituições, há aqui uma grande preocupação com a ação inicial de arquivar. Percebi que, em ambos os locais, é dada importância mínima aos registros históricos. É como se houvesse um descolamento entre a memória, sua conservação e compreensão, e a realidade atual. A preservação da história, por meio dos arquivos, é vista como algo enfadonho e sem sentido (COOK, 2012). Assim, as instituições visitadas têm, até então, cumprido de forma inconsistente seu papel na constituição e manutenção da memória da cidade e ainda não avançaram em termos de uma compreensão crítica dos arquivos (CARTER, 2006; COOK, 2012).

Diante desse cenário, fui compelida a procurar alternativas que viabilizassem, de alguma forma, a pesquisa nos arquivos. Comecei então a vasculhar a internet em busca de informações sobre possíveis materiais digitalizados, a começar por alguns poucos materiais

disponíveis nos sites oficiais do governo do estado. Encontrei pouquíssimos documentos digitalizados, apenas algumas revistas dos anos 20 e algumas leis, mas nada que remetesse o Mercado de Ferro (ANEXO A).

Comecei então a fazer buscas pelos jornais da época. Na ocasião da visita ao Espaço Estação, mesmo não podendo tirar cópia impressa, eu consegui fotografar o índice que havia disponível para consulta local. Por meio dessas imagens, eu pretendia gerar uma lista editável (ANEXO B) e, assim, construir uma compreensão mais clara a respeito dos jornais armazenados que se referiam ao período que me interessava, como se dava sua dinâmica de organização, pois isso facilitaria minha busca por estes materiais impressos na biblioteca. Foram levantados, ao todo, 166 documentos catalogados. Destes, foram destacados apenas os documentos referentes à cidade de Fortaleza, somando 71 documentos.

De posse dessa lista, minha intenção inicial era ir à Biblioteca em busca desse material. Contudo, movida pela curiosidade e esperança, resolvi buscar aleatoriamente na internet, por meio do Google, o primeiro jornal que aparecia na lista. Ao iniciar esse processo, me deparei com um site que me redirecionou a uma página digitalizada do jornal que eu pesquisava. Imediatamente eu busquei ver que link era esse, qual site, etc. Eis que me deparei com o site da Biblioteca Nacional, na seção Hemeroteca.

Essa descoberta era como um oásis no deserto. Estaria eu perto de encontrar minha agulha no imenso palheiro que me encontrava? Diante do achado, busquei maiores informações sobre a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O projeto faz parte da Biblioteca Digital Nacional e disponibiliza, por localidade, período ou título do jornal, diversos documentos digitalizados. Explorando a página, vi que havia um mecanismo de busca onde eu poderia utilizar descritores, bem como determinar local e período. Confesso que nessa hora fiquei até emocionada, pois eu não tinha expectativa alguma de achar nada digitalizado. Agora eu já podia sentir uma fagulha de esperança.

Após um levantamento inicial de quais os períodos e jornais existentes relativos ao Ceará, fiz outras buscas utilizando o descritor “mercado de ferro” para testar a ferramenta. E funcionava muito bem! Quando o termo era encontrado, ele aparecia grifado em verde, com a localização exata de data e edição do jornal. Comparando os documentos digitalizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com os apresentados no catálogo das instituições locais, percebi que a maioria dos jornais indicado no índice amarelado da biblioteca estava disponível digitalizada e com mecanismo de busca em funcionalidade.

Inicialmente, fiz um levantamento dos títulos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ao todo, se encontravam disponíveis 263 (ANEXO C). Em uma

comparação com os documentos disponibilizados pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e o Arquivo Público do Estado do Ceará (ANEXO B) constatei que, dos 71 documentos disponíveis de forma física nessas instituições, 50% (35) também se encontravam digitalizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em face desse achado e das dificuldades apresentadas pelo campo empírico da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e do Arquivo Público do Estado do Ceará, eu decidi então começar a fase de levantamento do material arquivado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa foi feita utilizando os descritores “mercado de ferro” e “mercado público”, considerando os períodos disponibilizados pela hemeroteca (1820 a 1969 e 1980 a 1989. A década de 70 não estava disponível).

O levantamento do material arquivado e disponibilizado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi bastante demorado. Iniciado em junho de 2018 e finalizado em dezembro do mesmo ano, investiguei, ao todo, 200 documentos digitalizados e disponibilizados pela plataforma, com 2243 resultados reportados inicialmente, considerando os descritores utilizados. Dos documentos disponíveis, apenas 65 retornaram resultados para os descritores utilizados (ANEXO D). Depois de localizados os fragmentos, realizei um trabalho de filtro para separar o que era realmente necessário e relevante para a pesquisa. Em alguns jornais, muitas menções ao Mercado se repetiam e, para este fim, foram consideradas apenas uma menção e as repetidas foram descartadas. De forma sucinta, foram 200 títulos consultados, com 2243 resultados reportados e 194 resultados válidos. O resumo detalhado deste refinamento pode ser consultado no Quadro 6, mais adiante.

Paralelamente ao trabalho de busca desses fragmentos, também entrei em contato ao longo do ano de 2018 com outros possíveis acervos para verificar a possibilidade de pesquisa em seus documentos. Esses contatos foram, inicialmente, feitos via telefone e, em caso de acessibilidade, eu realizava a visita pessoalmente. Dessa forma, entrei em contato com o Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará (NUDOC), a Associação Cearense de Imprensa (ACI), o Instituto Histórico do Ceará (IHC) e o jornal O Povo no período de agosto a dezembro de 2018.

Em setembro de 2018 telefonei para o NUDOC/UFC, departamento que gerencia alguns arquivos e é coordenado pelo curso de história da Universidade Federal do Ceará. No contato telefônico, fui informada que o NUDOC estava em reforma e fechado para consultas, sem previsão de reabertura. Assim sendo, descartei essa fonte arquivística em face da impossibilidade de consultá-la.

Ainda em setembro, entrei em contato, também por telefone, com a ACI, pois ela se apresentava como uma possível fonte arquivística. A atendente informou que a hemeroteca possuía alguns jornais antigos para consulta, mas apenas na modalidade impressa. Entretanto, ela foi clara ao informar que jornais com datas muito antigas (final do século XIX, por exemplo) não faziam parte do acervo. Como eu já estava envolvida em um trabalho de levantamento dos fragmentos veiculados pelos jornais através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, julguei adequado continuar esse trabalho e optei por não consultar os exemplares impressos, que demandariam muito tempo e poderiam não reportar nenhum tipo de resultado relevante.

Em novembro de 2018, entrei em contato telefônico com o IHC, instituto fundado em 1887 com o objetivo de difundir o conhecimento acerca da história, geografia e antropologia do Ceará. Neste contato, fui informada pela atendente que o instituto dispunha de acervo para pesquisa, inclusive com alguns materiais digitalizados. Ao ouvir sobre a digitalização eu me animei, pois isso agilizaria o processo de pesquisa e poderia trazer coisas novas ao acervo da tese.

Assim, fiz uma visita ao instituto no período de dezembro de 2018. Ao chegar lá, o recepcionista me informou que, na verdade, a maioria dos jornais eram impressos, havendo apenas alguns poucos digitalizados. Ele informou também que, caso eu precisasse de cópia o IHC dispunha desse serviço, mediante pagamento. Outro ponto foi a instrução a respeito do uso de máscara e luvas para manusear os jornais impressos, caso eu desejasse consultá-los. Aqui vejo uma pequena diferença, ao menos quanto à orientação de manuseio do material em relação a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Pedi, então, a ele para ver o material digitalizado. Esses títulos eram em menor número (o recepcionista disse que apenas o jornal Nordeste estava digitalizado) e estavam armazenados em CDs. Fui conduzida então ao computador para pesquisa local. O método de pesquisa era bem arcaico. Era um sistema Adobe Reader, onde era possível usar descritores, mas apenas de palavras como “mercado” e não de expressões como “mercado de ferro”, como no sistema disponibilizado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dei uma olhada nos títulos digitalizados e nada referente ao Mercado foi encontrado. Na verdade, o material digitalizado consistia nos jornais O Bond (1890), O Diário (1892) e O Norte (1892). Esses números já estavam em fase de consulta por mim na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. De toda forma, consegui uma cópia digitalizada do catálogo da hemeroteca do Instituto Histórico do Ceará com o objetivo de fazer um confronto com as outras listagens que eu já tinha em mãos.

Nesse ponto, eu me desanimei um pouco pois esperava encontrar novidades em termos de arquivos, mas, o que achei, foi mais do mesmo. Era mais lógico, naquele momento, continuar o trabalho de refino dos fragmentos que iam surgindo à medida que eu pesquisava no material digitalizado. O IHC, a semelhança da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e do Arquivo Público do Estado do Ceará, também dispunha localmente, e na internet, de um catálogo de material abrigado em sua hemeroteca. De posse da lista com 125 obras catalogadas (ANEXO E), pude verificar, de forma clara, qual material estava arquivado lá e fazer uma checagem com o catálogo levantado da Hemeroteca. Assim, foi possível identificar duplicidades e diminuir um pouco o esforço intrínseco a esse levantamento. Do cruzamento de informações, restaram apenas 12 documentos inéditos, mas pouco promissores em termos de resultados relevantes para a pesquisa em face das datas e do escopo restrito da publicação.

Até aqui, eu pude perceber que todo armazenamento da memória local é bastante precário. Comparações com outros locais (no Brasil e no mundo) são inevitáveis e isso reforçou o quanto estamos distantes, enquanto sociedade, de uma preservação e compreensão digna desse material, que reflete a memória local, capaz de nos ajudar a entender as especificidades locais. Se o processo de arquivamento reflete a construção de uma narrativa (SCHWARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002; 2009), em muito ainda carecemos da constituição desta.

Estabeleci também contato com o Jornal O Povo para saber a respeito da consulta nos bancos de dados. Fui informada que a consulta aberta ao público havia sido encerrada e não seria possível pesquisar. Insisti com o rapaz que me atendeu ao telefone e ele disse que faria uma tentativa com a diretoria para abrir uma exceção. Ele me pediu que enviasse um ofício, explicando o motivo da consulta. Assim o fiz. Enviei um e-mail com o ofício detalhando os objetivos da pesquisa e quais eram as minhas necessidades em relação ao banco de dados do jornal.

Em aproximadamente 24 horas recebi uma resposta do responsável pelo banco de dados do jornal informando que a diretoria abriu uma exceção e que eu poderia sim realizar a consulta. Contudo, todo o processo se daria no mesmo parâmetro das consultas que anteriormente eram realizadas. Assim, cada hora de pesquisa seria cobrada bem como cada impressão, tudo conforme uma tabela de preços enviada logo abaixo do corpo do texto do e-mail.

Minha primeira reação foi de espanto pois eu não imaginava que o jornal me cobraria por esse tipo de pesquisa. Em seguida, também fiquei boquiaberta com os preços, que eram nada convidativos. A mensagem finalizava com um pedido para, em caso de interesse sob

essas condições, agendar uma visita em uma janela de tempo estipulada pela instituição, em 4 dias no período da tarde (14h às 17h), conforme orientação da instituição.

Respondi agendando a visita. Ao chegar ao jornal, sou recebida pelo responsável da área de banco de dados. Ele então me apresenta como funciona o sistema de busca, onde os arquivos podem ser encontrados digitalizados. O jornal *O Povo* eram um dos acervos mais recentes (a primeira edição datava de 1928, bem posterior à inauguração do Mercado), mesmo assim achei que valeria a pena fazer esse levantamento.

No primeiro dia, consegui 19 arquivos, mas não dei conta de levantar todo o material e precisei agendar uma nova visita. O João (nome fictício), pessoa responsável pelos bancos de dados, foi muito solícito e prontamente marcou a nova visita. Nessa segunda ocasião foram levantados mais 5 arquivos. O processo de pesquisa foi rápido (cerca de 3h) em face da existência de um sistema de busca informatizado.

A pesquisa neste acervo revelou um dilema: a possibilidade de acesso a um acervo organizado mediante pagamento *versus* o acesso a um acervo público e gratuito, mas malconservado. Em face da carência de materiais, julguei mais conveniente pagar o acesso à um material mais organizado e, principalmente, pesquisável, do que perambular pelas instituições públicas e despendar um esforço de pesquisa que poderia ser em vão.

O trabalho de levantamento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi feito da seguinte forma: A busca inicialmente restringia o estado (Ceará) e, depois, um intervalo de datas. Para efeitos desta pesquisa, foi considerado o período entre 1830 a 1989. Os intervalos eram disponibilizados a cada 10 anos, assim, foram considerados intervalos como 1830-1839; 1840 -1849; 1850 -1859; 1860 – 1869; 1870 – 1879; 1880 – 1889; 189 – 1899; 1900 – 1909; 1910 – 1919; 1920 – 1929; 1930 – 1939; 1940 – 1949; 1950 – 1959; 1960 – 1969 e, por fim, 1980 – 1989. O intervalo entre 1970 e 1979 não foi localizado.

Os jornais selecionados ao final do processo de levantamento foram aqueles que reportaram resultados válidos. Como resultados válidos foram considerados fragmentos de documentos onde o Mercado era mencionado na notícia. Fragmentos repetidos, mas que apareciam em edições diferentes não foram considerados para efeito da contagem apresentada mais adiante.

Em face de todo o processo de levantamento descrito acima, as fontes que foram consideradas nesta pesquisa podem ser consideradas plurais. Além das instituições arquivísticas propriamente ditas, vários jornais e compilações de documentos reportaram resultados válidos para este estudo. Isso torna múltiplas as vozes das fontes arquivísticas o que, segundo Decker (2013), pode contribuir para o processo de compreensão das vozes e silêncios que permeiam os

arquivos, ao refletirem os vieses subjacente aos documentos arquivados, às instituições e aos interlocutores, no caso dos jornais. Estes últimos não deixam de ser, também, uma fonte, perpassada por diversas questões, especialmente a política.

O Quadro 11 apresenta uma breve descrição de todas as fontes documentais consideradas para esta pesquisa. Esse detalhamento busca trazer mais informações sobre as fontes e, com isso, ampliar o entendimento do perfil de cada veiculação de informações. Aqui fica clara a existência de uma questão política implícita nas vozes que falam através dessas fontes, o que se reflete de forma consistente nos fragmentos veiculados e preservados a respeito do Mercado de Ferro e me faz entender por que algumas fontes são mais ricas em informações do que outras.

Quadro 11 – Descritivo dos jornais e documentos consultados

(continua)

Jornal	Descrição	Período de publicação
O Sol: jornal literário, político e crítico	A primeira edição foi publicada em 1856 em Fortaleza, por Pedro Pereira da Silva Guimarães. O jornal fazia oposição ao presidente da província Dr. João Silveira de Souza (1857 a 1858). Após 10 anos, em 1866, o periódico desapareceu e ressurgiu em 10 de janeiro de 1876, com a redação comandada por João Brígido dos Santos.	1856 -?
A Ordem: trabalho e justiça	Jornal dirigido por Plínio Pompeu, em Sobral	1916 - 1933
Libertador: Órgão da sociedade cearense libertadora	Jornal da Sociedade Cearense Libertadora de Fortaleza, redigido por Antônio Martins, Antônio Bezerra de Menezes e Telles Marrocos. O jornal desaparece por força de um acordo entre o Centro Republicano e a União Republicana, em 1892, e surge em seu lugar o título A República, agora como jornal do novo partido, o Federalista.	1881
O Combate		1934 - 1935
A Cidade	Jornal político, publicado por Álvaro Ottoni	1899
Jornal do Ceará: político, comercial e noticioso	Jornal político, comercial e noticioso publicado pela Tipográfica Cearense. Possuía vários colaboradores e era chefiados por João Brígido, que fazia oposição política a Antônio Nogueira Aciolly e seu sucessor, Pedro Borges.	16 de março de 1904
A Lucta	Jornal de propriedade de Deolindo Barreto Lins. Foi encerrado em 1924 com o assassinato do seu diretor.	1914

Quadro 11 – Descritivo dos jornais e documentos consultados

(continuação)

Jornal	Descrição	Período de publicação
O Figarino: Revista humorística e Ilustrada	Periódico satírico e humorístico, fundado por Antônio de Lafayete, João de Albuquerque e Nicéforo Moreira.	05 de maio de 1895 a 1896
A Esquerda	Jornal de orientação ideológica que teve como redator o jornalista Jáder de Carvalho; redator-secretário Torres de Melo e gerente, Carvalho Holanda.	25 de janeiro 1928 a 16 de agosto de 1928.
O Ceará		1928
A Razão: Independente, Político e Noticioso	O jornal era propriedade do Cel. Vicente Carneiro e tinha como redator chefe Alpheu Aboim	1929 a 1936
Revista Trimestral do Instituto do Ceará	Revista editada pelo Instituto Histórico do Ceará, com o objetivo de divulgar aspectos históricos, geográficos e antropológicos do estado.	1887
Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará	Compêndios que tratam de assuntos pertinentes às sessões realizadas na Assembleia Legislativa do Ceará e registradas em atas.	
Gazeta do Norte: Órgão liberal	Jornal político da facção liberal conhecida na província do Ceará pelo nome de Pompeus e chefiada por Nogueira Accioly. Com o advento da república, quando passou a se chamar Estado do Ceará, tornou-se jornal republicano. Sua posterior fusão com o Libertador resultou no A República.	08 de junho de 1880
O Cearense	Jornal do partido liberal fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu, que também foram seus redatores.	4 de outubro de 1846 a 25 de fevereiro de 1891
A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará	Jornal essencialmente político que resultou da fusão do Libertador e do Estado do Ceará, jornais respectivamente do Centro Republicano e da União Republicana. Pertencia a uma sociedade anônima denominada Ceará-Libertador. Desde o seu início até desaparecer foi responsável pela veiculação do governo	9 de abril de 1892 a 22 de janeiro de 1922
A Cidade	Redator-chefe era Álvaro Ottoni, de Sobral.	1899
Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Leterario	Compêndio elaborado por João Câmara, tinha função informativa, por meio de dados oficiais, e não de entretenimento. .	1896 a 1902
O Diabo: órgão infernal	Jornal de Fortaleza, se intitulava como jornal das areias e ter como redator o “cão coxo”	09 de janeiro de 1904

Quadro 11 – Descritivo dos jornais e documentos consultados

(conclusão)

Jornal	Descrição	Período de publicação
Revista da Academia Cearense	Dirigida por Pedro de Queiroz, Henrique Theberge e Guilherme Studart, foi a primeira publicação da atual Academia Cearense de Letras. Seu cunho era informativo.	1896 a 1901
O Pão da Padaria Espiritual	Publicação da Padaria Espiritual, sociedade literária que existia em Fortaleza. Seu redator foi Antônio Sales.	1892
Mororó: jornal neutro entre os partidos políticos	A publicação semanal dizia-se neutra em posicionamento político e era redigida pelo Major Raymundo Peixoto	1899
A Gazetinha: literário e noticioso	Jornal veiculado em Fortaleza, de propriedade de José Carolino	20 de outubro de 1900
Diário da manhã	Jornal político e noticioso, gerenciado por J. R. da Costa. Posicionava-se a favor da gestão local à época.	1929
Nação	Dirigido por J. de Matos Ibiapina.	1932
Legionário: Semanário nacional sindicalista	Jornal pertencente a entidade política Legião Cearense do Trabalho, onde os trabalhadores eram agremiados. Tinha como lema a confraternização e libertação do trabalhador.	1933 a 1934
Correio de Juazeiro: Semanário independente e noticioso		1949
O Povo	Fundado por Demócrito Rocha. A logomarca inicialmente utilizada era um chicote, que fazia alusão às lutas políticas travadas à época. O nome O Povo foi escolhido mediante um concurso e tinha como objetivo aludir à postura democrática do jornal.	07 de janeiro de 1928

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações constantes no catálogo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Instituto Histórico do Ceará e Jornal O Povo.

Sucintamente, o levantamento definitivo das instituições se deu conforme o exposto no Quadro 12. Estas foram as instituições, de fato, consultadas e visitadas para levantamento do material considerado relevante para esta tese. Destaco aqui que vivi na pele as dificuldades de pesquisa em arquivos elencadas por Coraiola (2012), Decker (2014) e Rowlinson, Hassard e Decker (2014) no tocante a (in)existência de material ou impossibilidade de acessá-los ou, quando acessíveis, de pesquisá-los.

Dentre os diversos embaraços que vivi, os mais impactantes foram **a ausência de documentos relevantes; a conservação precária dos documentos arquivados**; concernente ao processo de conservação desses materiais está implícita a **não digitalização dos arquivos**, que compromete a busca (**ausência de mecanismo de pesquisa**) e compreensão desse material.

Quadro 12 – Instituições consultadas em definitivo

Locais	Endereço
Arquivo Público do Estado do Ceará	Sede: Rua Senador Alencar, 348 Centro, Fortaleza/CE Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro Fortaleza/CE
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Ceará	Endereço provisório: Rua 24 de Maio, 60 Centro, Fortaleza/CE
Acervo do Jornal O Povo no Ceará	Av. Aguanambi, 282
Instituto Histórico do Ceará	Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro, Fortaleza/CE
Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional	http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
Portal da História do Ceará	http://www.ceara.pro.br/Hemeroteca/Indice_Hemeroteca.php
Acervo Digital de Fortaleza	http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/
Comunidade Virtual Fortaleza Antiga	https://www.facebook.com/groups/Fortalezantigaoficial

Fonte: Elaborado pela autora.

Tais complicações exigem de nós pesquisadores um esforço de investigação que muitas das vezes pode não caber no tempo previsto para construção do *corpus* e discussão desse material. Além disso, todo esse cenário também sinaliza a forma como a preservação da memória local tem sido encarada e gerenciada pelas esferas responsáveis. Essas questões fazem com que o material arquivístico relacionado à memória da cidade seja escasso e pulverizado, consequentemente dificultando o processo etnográfico (DECKER, 2013).

Dessa maneira, concentrei parte considerável do processo de levantamento dos arquivos nas instituições que, de alguma forma, possuíam e disponibilizavam seus acervos digitalizados. Não se tratou de uma escolha deliberada por estes acervos, mas fui, em certa medida, levada a esta opção em face da escassez de material nos arquivos locais. Essa carência de material nas instituições locais também explica a pluralidade de acervos (físicos e digitais) consultados.

Essa diversidade de fontes contribuiu para a construção de uma rede polifônica de arquivos e, a partir das quais empreguei esforços para narrar uma história tão polifônica quanto suas fontes. Ainda, a multiplicidade de fontes também foi benéfica para a constituição de uma rede de documentos referentes ao Mercado de Ferro e discuti-lo a partir de diferentes perspectivas.

Todo documento é reflexo de um momento político cultural (STOLER, 2002). Assim, as instituições arquivísticas funcionam como uma metáfora para qualquer corpus de coleção de achados (STOLER, 2002). Assim, as notas de jornal também conformam um arquivo que refletem aquilo que pode ser dito (e é legitimado pelas forças dominantes) e o que deve ser silenciado, por meio do processo de qualificação de algumas falas e desqualificação de outras.

Dessa forma, os jornais apresentados no Quadro 13 foram as fontes sobre as quais imergi e me debrucei na tentativa de costurar as falas (e os silêncios) manifestadas pelos fragmentos localizados. De alguma maneira, ainda que em um cenário de escassez documental, o que foi divulgado através desses veículos de informação é capaz de refletir diversos aspectos da vida cotidiana que são perpassados pelas práticas de espaço e, nesse sentido, também contribuem para a consolidação da coletividade (DECKER, 2013; FEATHERSTONE, 2006; MILLS; MILLS, 2011; SCWHARTZ; COOK, 2002; STOLER, 2002, 2009).

O processo de levantamento das instituições e do material de arquivo foi bastante exaustivo. Localizar instituições acessíveis para a pesquisa e conseguir um material pesquisável foi um grande desafio. Essa condição é própria da pesquisa em arquivos, exigindo um esforço considerável do pesquisador para localizar e reunir o material relevante, ainda mais quando o objeto da pesquisa se trata de um bem público.

O processo de imersão no material coletado ocorreu concomitante à organização dele. Como eram muitos fragmentos, estabeleci o período entre novembro/2018 a janeiro/2019 para organizar todo o material e, à medida que ia separando cada fragmento, busquei me familiarizar com cada contexto, inclusive histórico temporal, assim como as práticas de espaço relatadas. Durante esse processo, foi bastante interessante ver como o Mercado de Ferro era uma presença constante no cotidiano da cidade de Fortaleza. Além disso, também foi interessante manter contato com as práticas da época que em muito ajudavam a compreender as práticas de espaço que identifiquei ao longo desse processo de imersão.

É importante destacar que, quando falo em imersão no material coletado, já não me refiro às dificuldades mencionadas acima, mas sim ao tratamento metodológico que foi dado a todo esse *corpus* arquivístico constituído, que me permitiu, eu como pesquisadora nativa, conversar com os atores nativos envolvidos, no intuito de identificar as práticas de espaço e

suas histórias. A pluralidade de jornais foi importante porque cada título apresentava o Mercado de Ferro, direta ou indiretamente, de forma muito particular (Quadro 13).

Quadro 13 – Resumo dos arquivos documentais levantados

Tipo	Acervo	Qtde.
Jornais	O Figarino	2
	A Ordem	5
	O Ceará	19
	O Sol	1
	Revista Trimestral do Instituto do Ceará	4
	Annaes da Assembeia Legislativa	1
	Gazeta do Norte	8
	A República	36
	O Cearense	7
	Libertador	33
	A Cidade	1
	Almanach Administrativo	3
	O Diabo	1
	Revisa da Academia Cearense	1
	O Pão da Padaria Espiritual	1
	Mororó	1
	A Gazetinha	1
	Jornal do Ceará	12
	O Combate	1
	Nação	3
	Legionário	1
	Correio de Juazeiro	1
	A Razão	51
	O Povo	16
Acervo Digital de Fortaleza		6
Comunidade Virtual Fortaleza Antiga		2

Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de imersão exige de nós pesquisadores o estabelecimento de uma de interlocução com os atores que serão construídos a partir dos arquivos. Nesse ponto, entra em jogo o processo de imaginação etnográfica (GEERTZ, 2011; CLIFFORD, 2014; ANDERSON, 1991; VIVEIROS DE CASTRO, 2015) onde a minha tarefa foi identificar e fazer uma leitura desses atores sociais, suas práticas e histórias. A história é uma disciplina essencialmente artesanal, onde as metodologias aplicadas frequentemente têm o papel de reconstruir o material

de arquivo e fornecer uma historiografia baseada em uma contextualização densa (CERTEAU, 2011; DECKER, 2013).

Dessa forma, consideraremos a rede de atores, práticas, histórias e materiais envolvida neste processo de imersão etnográfica nos arquivos, dado que os arquivos sinalizam temporalidades múltiplas (CUNHA, 2005), representadas em eventos, práticas e estruturas sociais que foram reduzidas a narrativas em um contexto mais amplo que o de uma cronologia histórica por meio de critérios de classificação sobre o que deve ser ou não mantido. Depreender um acontecimento a partir dos arquivos implica em, necessariamente, um processo de transformação que os transforma em um território onde alguns eventos podem ser buscados e outros, contestados, desviados ou ainda silenciados.

O Quadro 13 apresenta a quantidade de documentos, conforme suas fontes, que foram selecionados para compor o acervo desta pesquisa. Com esse material em mãos, pude, então, me aprofundar em suas falas a fim de identificar as vozes históricas, bem como os eventuais silêncios e desvios atinentes.

8 *ALONG AND AGAINST THE GRAIN: UMA RECONSTRUÇÃO DOS PERCURSOS, DESVIOS, SILÊNCIOS E MOVIMENTOS PARADOXAIS DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA DE FERRO*

O caminho que trilhei na tentativa de elucidar os percursos, desvios e silêncios intrínsecos às práticas históricas construídas no processo de *travel of ideas* da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza, iniciou-se considerando os arquivos obtidos não apenas como uma fonte, mas como atores dotados de agência em um processo de criação de conhecimento sobre o espaço da cidade (STOLER, 2002). É importante destacar que essa percepção não rejeita a ideia de que os arquivos são, também, uma fonte de informação sobre fatos do passado, mas estende esse entendimento e as possibilidades de construção de conhecimento a partir do material arquivísticos.

Essa dinâmica me exigiu enfatizar os arquivos enquanto um processo cumulativo de produção cultural (STOLER, 2002). Assim, me debrucei sobre esse material em um processo de imersão etnográfica, evitando considerar os arquivos de forma fragmentada, mas buscando construir uma narrativa história a partir de leituras *along the grain*, para evidenciar os percursos paradoxais da arquitetura de ferro em Fortaleza e *against the grain*, em um trabalho de mapeamento dos movimentos, silêncios, paradoxos e desvios (STOLER, 2002; DECKER, 2013).

Há ainda que se considerar que nem sempre arquivos remanescentes são resultado de um processo de produção de conhecimento consciente sobre determinado fenômeno ou prática (DECKER, 2013). Isso é bastante visível ao considerarmos o material veiculado pelos jornais, que são arquivados mais como uma forma de preservação da memória comunicacional do que pelo recorte sobre a translocalização do Mercado de Ferro em si. Assim, durante o acesso e a coleta desse material, foi notória a ausência de um processo consciente de manutenção da memória coletiva sobre o Mercado de Ferro por meio dos arquivos. Poucos são os documentos armazenados que fazem menção a ele de forma direta e específica, refletindo um processo de silêncios e desvios.

Esse processo de silenciamento se mostra presente desde a criação das fontes, que no contexto dessa pesquisa foram raras e de difícil acesso, passa pela criação e manutenção dos próprios arquivos e, conseqüentemente, subsidia a constituição de um silêncio em termos de narrativa. Tais categorias de silêncio (DECKER, 2013) encontradas em campo enfatizam a premência da discussão e do resgate da história a partir de pesquisas com base arquivística.

Nesse sentido, entendemos também o silêncio de uma memória histórica, continuamente silenciada desde a constituição das fontes.

Considerando que a memória tem papel importante para esclarecer a organização das práticas de espaço, pois a legitima em um processo de mutualidade constitutiva (CERTEAU, 2008; ROWLINSON, *et al*, 2010; CUTCHER, *et al.*, 2016), a ausência de arquivos reflete, também, um processo de desconstrução da memória, que repercute na compreensão das dinâmicas organizativas do espaço e suas práticas históricas correspondentes.

Durante todo o processo de imersão, procurei sempre lidar com os arquivos enquanto atores ativos no processo de produção de conhecimento sobre o Mercado (STOLER, 2002; DECKER, 2013), evitando colocá-los de forma fragmentada dentro do contexto da pesquisa. Nesse sentido, a busca pelos percursos, desvios e silêncios narrados por estes materiais revelou-se paradoxal. Documentos históricos frequentemente ainda são invocados de forma fragmentada para confirmar práticas realizadas por pela parte dominante de alguma relação ou para endossar ou silenciar aspectos culturais (STOLER, 2002).

Aqui se segue uma “contextualização densa” (DECKER, 2013, p. 159, tradução nossa) dos percursos, desvios e silêncios evidenciados ao longo do processo de imersão nos arquivos. Por percurso, tomei toda a leitura histórica que é feita *along the grain* (STOLER, 2002), ou seja, seguindo uma das possíveis trilhas narrativas desvelada por meio dos documentos com o intuito de fazer uma reconstrução do contexto onde emergiu a arquitetura de ferro do Mercado (DECKER, 2013).

O percurso é permeado de vozes que qualificam e dão caminho a certos conteúdos dos arquivos em detrimento de outros. Ou ainda, refletem o que julgam como conhecimentos válidos e legítimos, bem como expressam relações de dominação que podem indicar a forma de distribuição do poder ao longo dos arquivos (STOLER, 2002). Estas vozes representam ainda controle e silenciam aqueles que emergem enquanto atores subalternos, que deliberam sobre suas próprias práticas e, assim, tornam-se alvo da disciplina dominante (DECKER, 2013; STOLER, 2002; CERTEAU, 2011).

As vozes dos arquivos são tidas como metáforas, que sinalizam os entrelaçamentos políticos, econômicos e sociais imbricados nos processos e fenômenos aos quais os arquivos se referem (STOLER, 2002). As vozes que reverberam dos arquivos também permitem a escuta de silêncios e interditos estabelecidos na sua construção. Em um processo constante, tanto vozes como silêncios são mobilizados e contribuem para a constituição das práticas.

Assim, essa centelha que ilumina uma dentre muitas possibilidades de passado também dá pistas sobre silêncios imbricados nos arquivos. Esse processo nos leva à uma

narrativa paralela àquela materialmente desvelada a partir dos arquivos, desembocando no que Stoler (2009) define como uma leitura *against the grain*, capaz de revelar silêncios construídos de forma consciente ou não. É necessário primeiro ler a(s) história(s) escrita(s) para então se aprofundar naquela(s) contrária(s) à orientação dos arquivos.

Dessa maneira, os silêncios podem ser ouvidos, por exemplo, na forma de não eventos transgressivos, que desafiam a lógica das normas institucionalizadas; nos processos de (re)construção das fontes, dos documentos em si, das narrativas e da significância histórica do material, bem como da própria historiografia que ele permite (DECKER, 2013). Contudo, levando em consideração o material que o pesquisador tem em mãos, nem sempre será possível estabelecer de forma clara como e onde se dá o silêncio, mas é possível ouvi-lo (DECKER, 2013).

É importante salientar ainda que toda reconstrução de contexto histórica é fundamentalmente intersubjetiva, em face do caráter artesanal da disciplina (DECKER, 2013). Além disso, a reconstrução histórica, a partir de uma contextualização densa, assim como toda e qualquer reconstrução, pode padecer de explicações desiguais, complexas e múltiplas, além do viés inerente ao quadro teórico utilizado para a pesquisa. Dessa forma, as reconstruções podem sofrer de ausências inexplicáveis ou significados que concorrem entre si a partir de uma mesma fonte.

8.1 O MOVIMENTO PARADOXAL DE *TRAVEL OF IDEAS* DA ARQUITETURA DE FERRO NO BRASIL E NO CEARÁ

A arquitetura pode ser considerada como um fenômeno permeado de significados (WHYTE, 2006). Por isso, definir o que é arquitetura nem sempre é uma tarefa simples. Podemos compreendê-la como uma prática de espaço, executada por atores sociais (DALE; BURREL, 2008; DALE, 2005); ou como um texto, que pode ser interpretado a partir de várias lentes (WHYTE, 2006). Independente da interpretação que se faz, a arquitetura é capaz de comunicar diversas mensagens, desde a intenção do arquiteto, até suas funções – aquilo para o qual foi feita, a sua finalidade - e seus usos – como de fato é utilizada, seja dentro dos parâmetros inicialmente estabelecidos ou não (DALE; BURREL, 2008).

Também pode ser entendida como um aspecto cultural, instrumental ou social, intimamente relacionado a políticas e perspectivas de ordenação do espaço. Nessa última lente, a arquitetura funciona como interseção entre o espaço e a organização, capaz de revelar as nuances, tensões e práticas de tempos e espaços particulares (DALE; BURREL, 2008). Nesse

sentido, devemos considerar que o aspecto arquitetônico de uma construção só se torna real a partir da mediação realizada pela ação de atores.

Nesse ponto, a prática emerge enquanto processo responsável por preencher uma estrutura de significados e sentidos, que podem ser amplos, difusos e heterogêneos (WHYTE, 2006). Para iluminar essa compreensão, o entendimento do contexto econômico e social onde a arquitetura está inserida é importante, principalmente quando apreendemos que não é útil olharmos para a construção arquitetônica de forma isolada, mas sim compreendendo que ela faz parte de uma rede, repleta de conexões e interseções com várias dimensões, inclusive a histórica e espacial (DALE, 2005; DALE; BURREL, 2008). Assim sendo, e alinhando esta escrita com o objetivo desta pesquisa, faz-se necessário um resgate do contexto onde se inseriu a arquitetura de ferro no Brasil, destacando, além do seu papel social, econômico e turístico, bem como os diversos sentidos a ela atribuído desde a sua implantação nos espaços da cidade de Fortaleza.

O período compreendido entre o final do século XVII e início do século XIX ficou marcado por acontecimentos que mudaram profunda e irreversivelmente a dinâmica econômica e social mundial. Através da Revolução Industrial o mundo experimentou avanços tecnológicos que transformaram os meios de produção pela aplicação de novas tecnologias e materiais. Essas mudanças inevitavelmente provocaram consequências na forma de organização da sociedade e no modo de vida das pessoas.

Dentre as alterações decorrentes da Revolução Industrial, o uso do ferro fundido na construção foi uma das que causou um acentuado impacto na sociedade, juntamente com o uso da energia a vapor e do carvão de pedra para extração do minério de ferro. Embora o ferro já fosse um material utilizado desde 2000 a.C., no Oriente Médio, e seu processo de fundição, já fosse conhecido desde a idade média, até meados do século XVIII, obter ferro fundido demandava um processo artesanal, caro e demorado (SILVA, 1987).

Além disso, o ferro também era considerado um material de alto custo, o que limitou seu uso a fabricação de armas e equipamentos de guerra e o fez pouco presente nas casas e na vida cotidiana até meados do século XVIII. Somente com o progresso técnico alcançado através da Revolução Industrial para obtenção do ferro fundido, com a invenção do alto forno e seu uso maciço no período denominado de primeira Revolução (1760-1830), foi que o acesso ao ferro se popularizou e alcançou condições de se tornar competitivo com outros materiais, como a madeira e a pedra. Em 1709, a tecnologia de produção do ferro fundido já estava em parte

desenvolvida, mas seu estabelecimento definitivo aconteceu pelas mãos de Abraham Darby, quando ele substituiu o carvão vegetal pelo coque⁵ como combustível (COSTA, 2001).

Este desenvolvimento tecnológico permitiu o barateamento dos custos de produção do ferro fundido, que pôde ser oferecido em larga escala para a fabricação de diversos utensílios, máquinas e construções (SILVA, 1987). A popularização do ferro gerou rumores a respeito de seu potencial como matéria-prima para a construção civil, ao ponto de substituir a madeira e a pedra, que eram, até então, utilizados também para este fim. Juntamente com a otimização do processo de obtenção do ferro fundido, características como maior resistência, reprodutibilidade e baixa combustibilidade, o revelaram como uma importante conquista material do final do século XVIII e desvelaram a possibilidade do seu uso na construção civil e novas soluções em arquitetura (COSTA, 1992).

Nesse sentido, o ferro ganhou importância no processo de transformação da ordem na sociedade do século XIX, conotando o fascínio de toda uma era pelo movimento industrial que surgia (SILVA, 1987; BENJAMIN, 2006). A Inglaterra foi o primeiro país a produzir ferro fundido em larga escala e soube se utilizar as relações comerciais existentes e vindouras, à época, para prosperar economicamente e estender seu poder de dominação (SILVA, 1987).

No século XVII, peças passaram a ser inteiramente confeccionadas deste material para grandes obras como a *Iron Bridge* (1781), sobre o rio Severn, em *Coalbrookdale*, no ano de 1779.. Nesse período da história, o ferro ainda não era utilizado em construções residenciais, mas seu uso era predominante nas edificações com fins transitórios, como pavilhões e estações de trem (BENJAMIN, 2006).

Este marco revelou todo o potencial que o ferro tinha para a produção em maior escala. Posteriormente, construções como a Ponte *Austerlitz* (1807), a Biblioteca *Saint Genevieve* (1838) e o mais tarde famoso Mercado *Les Halles* (em funcionamento desde 1137 e reformado em 1854, quando sua estrutura passou a ser de ferro e vidro), todos na França, tornaram-se um símbolo de uma era onde mudanças profundas na economia acarretaram, também, mudanças no estilo artístico e organizacional no mundo todo, respeitadas as escalas de desenvolvimento local (BENJAMIM, 2006).

Nesse contexto,

⁵ QUÍM Produto residual sólido, poroso, cinzento com lustre metálico, proveniente da destilação seca da hulha em um forno ou câmara fechados, servindo muito bem para processos metalúrgicos, quando seu teor de carbono está em torno de 90%. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/ZA8x/coque%3CEi%3E3%3C/Ei%3E/>> Acesso em 02 Jan. 2019.

Na arquitetura, foi no século XIX que o ferro começou a se popularizar enquanto material possível e contribuiu com acréscimos fundamentais à arquitetura enquanto arte, permitindo a reprodução de diversos estilos em larga escala (COSTA, 2001; SILVA, 1987). Mais tarde, no final do século XIX, este material protagonizou um processo paradoxal de estranhamento e familiaridade no âmbito arquitetônico. Quando eram observadas as vigas de ferro de uma fábrica, elas lembravam moradias; as estações de trem lembravam chalés, habitações típicas desse período. Nesse sentido, as construções funcionavam como uma espécie de subconsciente externo, que levava as pessoas a refletir sobre o espaço em que estavam inseridas (BENJAMIN, 2006).

A arquitetura de ferro nasceu de forma concomitante ao processo organizativo das cidades europeias, também fruto das mudanças da Revolução Industrial (BENJAMIN, 2006). No processo de (re)modelação do espaço da cidade, o uso do ferro emergiu enquanto um novo material para a construção, aliado ao emprego de um novo estilo artístico que era expresso, também, por meio das obras arquitetônicas. Com isso, as construções em ferro se tornaram paulatinamente um símbolo de desenvolvimento econômico, que foi gradativamente associado ao progresso e modos de vida considerados civilizados.

Uma crítica tecida a esse movimento é de que a arquitetura de ferro simbolizou a fantasmagoria do urbano, uma espécie de aparência que produz na mente falsas ideias ou impressões, bem como evidenciou um novo uso da cidade e a existência de novos atores e práticas (BENJAMIN, 2006; PAIM; GUIMARÃES, 2012; QUERIDO, 2013). No contexto da cidade-lugar, a arquitetura, de forma geral, é um espaço performado por suas práticas, ocupando posição privilegiada (DALE; BURREL, 2008). Através da arquitetura podemos entender o desenrolar de diversas dinâmicas paradoxais que foram e são importantes para a forma como os atores sociais se relacionam com a cidade.

Além da alteração estrutural propriamente dita proporcionada pela arquitetura, aconteceu também uma mudança do *ethos* social que estabeleceu uma nova lógica do cotidiano (BENJAMIN, 2006). Com isso, novos padrões de vida foram difundidos pelas metrópoles europeias, especialmente nos aspectos de ordenação de espaços, melhoria dos equipamentos e da infraestrutura urbana.

Essa difusão reflete um processo onde não apenas aspectos relativos ao desenvolvimento tecnológico e incremento científico foram propagados. Juntamente com esses aspectos, também se espalhou por diversos locais do mundo, e aqui se faz uma ênfase especial aos países que estavam na situação de colônia nas duas últimas décadas do século XIX (Índia, África do Sul e Brasil, por exemplo), práticas e modos de vida que eram julgados como

adequados e civilizados para usufruir desses melhoramentos que surgiam a medida em que a indústria avançava. Contudo, e em muitas das vezes, tais padrões colidiram paradoxalmente com a lógica do local que os recebia.

Esse movimento de apropriação de elementos externos ao nosso contexto local, em diversas esferas, sinaliza um processo de *travel of ideas* (CZARNIAWSKA, 2004). O cerne do *travel of ideas* é o estabelecimento de conexões a partir de um processo de translocalização, que une espaços e tempos distintos de modo a conectar lugares e práticas em uma rede de significados (CZARNIAWSKA, 2002). O *travel of ideas* sinaliza também uma polissemia, muitas vezes paradoxal, daquilo que era translocado. Neste caso, não apenas a arquitetura, mas todos os seus desdobramentos, inclusive as práticas, conotam associações simbólicas e históricas, materializadas por meio da arquitetura, que se organizam e são organizadas nos espaços da cidade.

Além das questões sociais imbricadas nesse processo de *travel of ideas*, a difusão da arquitetura de ferro também ocorreu de forma atrelada a questões de ordem político-econômico, que englobaram o crescimento e a manutenção da indústria siderúrgica europeia, apoiado no desenvolvimento tardio da indústria local, a abertura maciça para fornecedores europeus e a transformação da infraestrutura urbana de diversos países colonizados.

Esses fatores facilitaram a expansão do mercado consumidor de produtos, ideia e costumes europeus, especialmente aqueles localizados na América Latina e nas Índias Orientais, que absorvia as mercadorias vinda de países como Inglaterra, França e Bélgica. Na América Latina, as primeiras construções em ferro a serem implementadas foram no âmbito das ferrovias, como a antiga Estação de Mapocho (1912), hoje Centro Cultural de Mapocho, no Chile e a Estação Bartolomeu Mitre (1915), na Argentina. Essas e outras construções configuraram um movimento complexo que alterou sobremaneira o cotidiano e a forma como nos relacionamos com os espaços da cidade (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 2001).

No Brasil, a arquitetura de ferro aliava desenvolvimento tecnológico a uma certa convencionalidade estilística encontradas, por exemplo, na Estação da Luz (1867), em São Paulo e nas escadarias da Biblioteca Pública de Manaus (1910), formando parte da influência cultural britânica, escocesa e francesa no Brasil. Assim, um conjunto de materiais de ferro de diferentes fabricantes e procedências, foi amplamente difundido para estações de ferrovias, edifícios públicos, moradias, relógios, gradis e mercados (COSTA, 2001).

A adoção da arquitetura de ferro no Brasil foi simbólica e paradoxal em muitos sentidos, pois as construções quase sempre eram colocadas como um ícone de modernidade e

progresso local, embora a sociedade como um todo ainda permanecesse em uma situação econômica que não era condizente com a ideia que se desejava passar por meio da arquitetura (BENJAMIN, 2006; CASTRO, 1992; COSTA, 2001). Sempre que novas peças desembarcavam nos portos do país, a população expressava grande entusiasmo, embora tais elementos de ferro já fossem alvo de críticas em seus locais de origem. De alguma forma, essa translação da arquitetura de ferro da Europa para outros locais do globo também refletiu o processo de dominação europeia do qual os países não industrializados eram alvo.

Economicamente, o ferro era mais barato do que a madeira (embora o Brasil tivesse madeira em abundância), além de ser vendido como durável, funcional e racional (COSTA, 2001). Somado a isso, no período entre o século XIX e XX a siderurgia brasileira ainda estava no plano das ideias. Apesar da abundância de matéria-prima em solo brasileiro, o país ainda mantinha sua condição agrária e comercial. Além disso, era do interesse dos fornecedores europeus manter seus mercados consumidores além-mar.

Com esse objetivo de manter a relação comprador-vendedor existente, o ofício de ferreiro chegou a ser alvo de perseguição pelo governo brasileiro. Quem fosse pego fundindo ferro, por exemplo, estava sujeito a severas punições (COSTA, 2001). Assim, o Brasil caminhava na contramão da industrialização, ao passo que as nações europeias empenhavam todas as suas forças no desenvolvimento de suas fábricas.

Somente no final do século XVIII as primeiras fundições foram autorizadas. Entretanto, o movimento era lento e logo não resistiria a concorrência desleal dos produtos ingleses, por exemplo, que podiam ser comercializados a taxas irrisórias ou mesmo livre delas. Assim, era inviável um desenvolvimento industrial sadio e consistente desse ramo da indústria. Nesse sentido, a arquitetura de ferro é, também, o reflexo da incongruência e disparidade econômica do Brasil, frente não só à indústria europeia, mas também a toda uma cultura de desenvolvimento que, mais tarde, tornar-se-ia também símbolo de uma discrepância (quase) insolúvel.

Os primeiros indícios de uma nova arquitetura foram inicialmente encontrados em São Paulo, no período cafeeiro, com a abertura das estradas de ferro para escoar a produção. Isso foi importante para a cidade de São Paulo, pois contribuiu para o seu destaque como centro econômico nacional tempos depois. No Rio de Janeiro, além das estradas de ferro, uma construção marcante foi o Real Gabinete Português de Leitura (1887) e os chalés, concentrados no centro e no subúrbio da cidade.

Em Minas Gerais, a arquitetura barroca colonial pouco a pouco foi transformada com a chegada das ferrovias e os imigrantes europeus, em sua maioria italianos. Em termos de

edificações, destaca-se também o Mercado Municipal de Belo Horizonte, importado da Bélgica, e as residências que ostentavam adornos de ferro.

Já no Nordeste, em Recife, a introdução da arquitetura de ferro ocorreu por meio dos chalés, amplamente empregados no subúrbio da cidade. Ressalta-se que durante esse processo a presença de britânicos na cidade era forte. Destacou-se também enquanto edificação o Teatro Santa Isabel (1850) e o Mercado de São José, importado da França e remontado em Recife em 1875.

Em Belém, o ciclo da arquitetura de ferro está relacionado estreitamente com o da borracha e a necessidade de adaptar a cidade para o desenvolvimento da atividade de extração do látex. Por isso, uma ampla gama de produtos importados podia ser encontrada na cidade. Isso fez com que Belém se tornasse uma das cidades brasileiras de destaque em termos de arquitetura de ferro. Dentre as edificações se sobressaem o Mercado Ver o Peso (existente desde 1625, mas construído em ferro em 1901), Mercado da Carne (1908), ambos importados da Inglaterra, e os chalés.

Como se vê, a arquitetura de ferro foi um dos subprodutos europeus mais difundidos nos países da América Latina e marcou um período de “europeização da vida brasileira”, quando Brasil e países europeus estreitaram efetivamente uma aproximação econômica e social (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; CASTRO, 1992, p. 71).

Socio culturalmente, o Brasil também era um cliente interessante para esse comércio. Com a proclamação da república, em 1889, a burguesia brasileira se engajou em um movimento que refletia o desejo de se equiparar as sociedades europeias. Tal desejo foi expresso, também, através de um anseio por progresso e civilização e, assim, aproximar o Brasil dos países considerados adiantados (COSTA, 1992). Esse grupo, em uma tentativa de alcançar o que eles consideravam o progresso, encantava-se por tudo aquilo que vinha de fora, considerando superior e adequado as aparências do seu estilo de vida. Assim, tudo era importado, do grampo de cabelo as colunas dos teatros (COSTA, 2001). E tudo era muito atrativo, aliás.

No contexto da arquitetura, a promessa era de poder montar sua casa em um lugar e depois desmontá-la e removê-la para onde se quisesse era muito interessante à época. Contudo, além desses aspectos técnicos, as edificações em ferro também funcionavam, implicitamente, como “palco para a exibição de novos hábitos sociais, marcados pelo uso de equipamentos alinhados às últimas conquistas tecnológicas” (CASTRO, 1992, p. 71).

Esse fenômeno reforça a dinâmica do *travel of ideas* e revela também um paradoxo: apesar da apreciável técnica e de um apelo estético indiscutível, o ferro arquitetônico era

considerado um resíduo de uma Europa distante, símbolo de progresso e modernização, correspondendo à expansão colonial e penetração econômica europeia nos países periféricos (COSTA, 2017).

No Ceará, o percurso da arquitetura de ferro foi permeado de simbolismos paradoxais (COSTA, 1992). Entretanto, para uma melhor compreensão de como se deu esse processo, é necessário entender os aspectos econômicos, políticos e sociais subjacentes a ele. Até 1799, o Ceará era uma região submetida à capitania de Pernambuco. Seus sertões eram fracamente ocupados por habitantes que desenvolviam a pecuária como atividade econômica principal.

Já no final do século XVIII, iniciou-se em terras cearenses o cultivo do algodão, cuja produção cresceu aceleradamente, principalmente para servir aos interesses de exportação (CASTRO, 1994). Esta também aumentou em face da necessidade da matéria-prima pela indústria têxtil europeia. Países como Inglaterra e França começaram a consumir o algodão brasileiro pois seu principal fornecedor, os Estados Unidos, interrompeu o fornecimento deste insumo em virtude da guerra de Secessão, o que induziu o aumento da produção e consequente exportação do algodão cearense (CAPELO FILHO; SARMIENTO, 2003).

O protagonismo algodoeiro do Ceará fez com que os insistentes pedidos de capitães-mores e ouvidores fossem considerados pelo governo geral e o Ceará ganhasse, em 17 de janeiro de 1799, via Carta Régia, a sua independência da capitania de Pernambuco (CASTRO, 2005; 2014). Essa medida política fez da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção a capital de uma capitania independente que, mais tarde, se transformou em centro administrativo e ponto de escoamento da produção algodoeira local, processo que anteriormente acontecia através da capitania de Pernambuco.

Em 1808, os portos foram abertos por D. João VI, o que reforçou o papel econômico da Villa da Fortaleza e favoreceu o estreitamento das relações da Villa com a Europa, especialmente a Inglaterra. Essas transformações tiveram desdobramentos, tanto no âmbito econômico como social e contribuíram de forma específica e determinante para a organização de Fortaleza enquanto cidade (CASTRO, 1994; CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; CAPELO FILHO; SARMIENTO, 2003).

A nova condição de centro exportador de algodão acarretou uma expansão rodoviária, que foi realizada mediante o uso do ferro. Nesse âmbito, as primeiras alterações visíveis se deram no sistema viário, que se tornou o marco transformador da Villa (CASTRO, 1994; CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; CAPELO FILHO; SARMIENTO, 2003). As primeiras pontes rodoviárias (por volta de 1867, na administração

provincial do presidente João de Sousa de Mello Alvim, sobre os rios Pacoty, Guayuba, Acarape, Canoa, Putiu e Maranguapinho) foram construídas. Outras, agora ferroviárias, também foram estabelecidas (Estrada de Ferro de Baturité, em 1873, ponte ferroviária sobre o rio Coreaú, 1881/1882); bem como um tipo de trapiche onde atracavam pequena embarcações, conhecido como ponte metálica (iniciada em 1902 e inaugurada em 1906), além de caixas d'água no perímetro urbano (aproximadamente 1912).

Em 1811, se instalou na Villa da Fortaleza a primeira casa comercial inglesa para intermediação do comércio de algodão com a cidade de Liverpool, onde se situava sua base. O processo exportador algodoeiro, aliado à abertura dos portos, foi determinante para o estreitamento das relações entre Ceará e Europa. Não demorou muito, a permanência de europeus na Villa começou a tornar-se algo comum, especialmente visível com o estabelecimento das casas comerciais estrangeiras.

Em 1812, a Villa da Fortaleza recebeu seu primeiro plano de desenvolvimento, esboçado por Antônio José da Silva Paulet⁶, com o traçado xadrez, bastante semelhante ao modelo português de urbanização (CASTRO, 2014). Assim, a capital do Ceará começava a ganhar forma. Na primeira década do século XIX alguns melhoramentos estabelecidos pelo planejamento da cidade já foram realizados. Entre estes está a construção de um Mercado, para formalizar as trocas comerciais e favorecer o controle institucional da prefeitura sobre os impostos (CASTRO, 1994). Tais alterações de cunho organizacional da Villa refletiam, em certa medida, desejos sociais que eram cancelados pela Câmara Municipal.

Com o tempo, o intercâmbio não só de mercadorias, mas também de práticas paradoxais e modos de vida, tornou-se uma constante. A *Belle Époque*, termo francês que refletiu o estado de euforia com o qual as camadas sociais de várias cidades brasileiras absorviam as inovações e descobertas científico-tecnológicas decorrentes da 2ª Revolução Industrial (1850-1870), assim como todas as novidades em termos de moda, arte e produções culturais ocorridas no período de 1880 a 1920, aproximadamente, foi um processo que estruturou essas transformações paradoxais na já cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (PONTE, 2006).

Nesse período, Inglaterra e França foram os centros catalizadores de todos os novos valores, padrões e práticas que rapidamente se espalharam pelo mundo, com ênfase especial nos centros urbanos. No Brasil, A *Belle Époque* rapidamente se proliferou, suportada também pelos avanços em termos econômicos com as exportações e a pelas novas gerações de políticos

⁶ Tenente-coronel que era ajudante de ordens do 4º governador da Capitania (CASTRO, 1994, p. 98).

e especialistas (engenheiros, médicos sanitaristas, entre outros) que se levantavam. O avanço da *Belle Époque* no Brasil, em algumas cidades, resultou em um processo local de remodelação do urbano, conforme os parâmetros modernistas europeus. Essa dinâmica evocou o caráter paradoxal do processo de organizar histórico da cidade.

No período, podemos observar, por meio dos arquivos, um espaço da cidade sendo construído e organizado a partir de conexões polissêmicas entre aquilo que era local e o que vinha de fora. Tais conexões perpassaram inclusive o âmbito prático e estético da cidade. Com isso, revela-se a materialização de associações simbólicas que transladaram tempos e espaços distintos de modo a constituir uma rede de práticas e artefatos que foram cotidianamente traduzidos para o contexto fortalezense (CZARNIAWSKA, 2004; BENJAMIN, 2006).

Os hábitos, ideias e práticas que viajaram e se estabeleceram em Fortaleza foram entremeados aos elementos locais de tal forma que se estabeleceu um paradoxo. O bom e o ruim, o feio e o bonito, o local e o estrangeiro se acomodaram nessa rede de significados plurais de modo que contradições e incoerências começaram a se manifestar, especialmente no âmbito das práticas de espaço. Por isso, podemos inferir que ocorreu a formação de uma malha de práticas paradoxais que trouxe consequências para a apropriação dos espaços da cidade.

Remodelar a cidade e seu conjunto social implicou na implantação de edificações, equipamentos e serviços urbanos considerados modernos, assim como implementação novas práticas em relação a vida no trabalho, a higiene, a estética com um todo, sempre com medidas disciplinares a tudo aquilo que colocava em risco a nova ordem social emergente em confronto com os padrões das práticas de espaço e de vida nos trópicos (PONTE, 2006). Isso é refletido na publicação do Código Municipal de Posturas (ANEXO F), em 09 de abril de 1893, que consistia em um conjunto de normas e regras a serem seguida pelos habitantes da cidade, tanto do ponto de vista médico-sanitário como no aspecto social.

Esse código também influenciou o processo de transformação de Fortaleza em um centro urbano nos moldes europeus. Dessa forma, a *Belle Époque* só foi de fato bela para aqueles que se enquadravam em seus parâmetros, ou seja, as camadas mais abastadas da sociedade. Paralelamente, aqueles que não se enquadravam nos padrões estabelecidos institucionalmente eram apagados ou sancionados do contexto urbano, configurando práticas de espaço e modos de vida europeizados nos trópicos.

Em Fortaleza, o ápice das exportações de algodão, na década de 1860, levou a uma expansão da cidade em diversos aspectos, fazendo de Fortaleza o principal centro urbano do Ceará e um dos oito maiores do Brasil (PONTE, 2006). Em face da hegemonia que a cidade construía, sua elite intelectual - leia-se os estrangeiros proprietários das casas comerciais

residentes em Fortaleza, médicos, engenheiros, entre outros - expressou o anseio de modernizar a cidade tropical por meio de reformas (físicas e sociais) de modo a deixá-la mais próxima das metrópoles europeias.

Assim, a *Belle Époque* fortalezense se estabeleceu em sua máxima expressão a partir dos idos de 1880 (PONTE, 2006). Como marcos reveladores, houve a rápida absorção de equipamentos e práticas já existentes na Europa, mas ainda desconhecidos no Ceará. Equipamentos urbanos como o Passeio Público (1880), serviam de palco para uma sociabilidade europeizada, juntamente os cafés afrancesados instalados na Praça do Ferreira, que contava ainda com um jardim (PONTE, 2006). Esse movimento paradoxal perdurou pela década seguinte, 1890, quando a capital cearense recebia mensalmente navios europeus carregados de novidades como o fonógrafo⁷ (1891) e o Mercado de Ferro (1897).

A cidade que serviu como referência para esse processo de modernização sofrido por Fortaleza foi Paris. Em outras palavras, ser moderno era ser o mais parecido possível com a capital francesa, tanto no ordenamento da cidade e uso de seus espaços como nas práticas cotidianas. Assim, o modo de vida dos atores sociais locais foi permeado por uma malha de práticas paradoxais que foram translocadas da Europa para o Ceará (CZARNIAWSKA, 2004). A *Belle Époque* fortalezense refletiu, também, de forma bastante acurada como uma conexão entre tempos e espaços distintos pôde ser estabelecida a partir de uma rede organizada de processos e práticas espaciais históricas.

Foi nesse processo de modernização da cidade que a arquitetura de ferro encontrou terreno propício (CASTRO, 1992; 1994; PONTE, 2006). No período da *Belle Époque* foi intenso o fluxo de importações de estruturas de ferro pré-fabricadas, bem como seus conjuntos estilísticos e outros materiais como vigas de ferro pré-montadas, mosaicos, entre outros. A prática de importar essas estruturas reforçava a tentativa de europeização do espaço da cidade de Fortaleza, e implicou, também, na importação de estilos de vida tipicamente europeus (SILVA, 2015).

No contexto da arquitetura de ferro, a construção de alguns equipamentos causou grande impacto na vida da cidade de Fortaleza. Obras como as da Igreja do Pequeno Grande (1896), do Theatro José de Alencar (1896) e do Mercado de Ferro (ou Mercado da Carne, 1897), transformaram o cotidiano da cidade e contribuíram para o estabelecimento de novas práticas paradoxais no âmbito social, especialmente no que diz respeito ao uso dos espaços da cidade.

⁷ OBSOL V toca-discos. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fon%C3%B3grafo/> > Acesso em 15 fev. de 2019.

As obras da **Igreja Pequeno Grande** (ou Capela do Colégio Imaculada Conceição) (Figura 2) iniciaram em 27 de novembro de 1896, entretanto, foi inaugurada apenas em 21 de novembro de 1903 (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2001; CASTRO, 1992). Por isso, em certa medida, é considerado um contemporâneo do Mercado de Ferro. Sua menção histórica oficial, entretanto, data de 5 de agosto de 1856, na lei municipal 759 que criava em Fortaleza uma casa para abrigo de meninos órfãos.

Figura 2 -Igreja Pequeno Grande (1949)



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em:

<<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=imaculada+concei%C3%A7%C3%A3o&autor=&categoria=&tema=&ano=&tipodocumento=&fonte=&local=>>

Em 1866, o primeiro espaço deu lugar ao Colégio das Órfãs Imaculada Conceição. Neste período, o colégio estava sob a direção das Irmãs da Caridade, religiosas francesas ligadas à Congregação de São Vicente de Paulo. Quando chegaram ao Ceará, em 1865, elas ficaram responsáveis pelos cuidados na Santa Casa de Misericórdia e no então Colégio das Órfãs (CASTRO, 1992). Posteriormente, o colégio foi transformado pela burguesia local em uma espécie de centro de transmissão dos costumes franceses onde buscavam educar as meninas de famílias abastadas (CASTRO, 1992; SILVA, 2015)

A pedra fundamental da igreja foi lançada em 1896, pelo padre Chevalier, como capelão do Colégio. As obras sofreram paralisação um ano depois, 1897, sendo reiniciadas em 1898, até sua conclusão em 1903 e inauguração no dia 23 de novembro do mesmo ano. O

projeto da edificação foi de autoria de Isaac Correia de Amaral⁸, cearense que estudou na Alemanha. A estrutura metálica foi trazida da Bélgica e a montagem esteve a cargo do mestre de obras Deodado Leite da Silva. A obra teve um custo total de, aproximadamente, 280 contos de réis e foi financiada por meio de doações (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2001; CASTRO, 1992).

Enquanto construção, a Igreja do Pequeno Grande faz parte do conjunto arquitetônico da Praça Figueira de Melo, composto pelo Colégio Imaculada Conceição, a Escola Normal Justiniano de Serpa e a Escola Jesus, Maria e José que se encontra na lateral oeste. A documentação sobre a construção da igreja é praticamente inexistente. O que se sabe é o que está registrado nos livros.

O **Theatro José de Alencar** (Figura 3) representou toda a efervescência e renovação cultural vigente na cidade. Na *Belle Époque* do Ceará algodoeiro, os teatros eram considerados “símbolos de progresso e desenvolvimento social” (BARROSO, 2002, p. 33). Indo ao encontro dos anseios sociais expressos através das reivindicações por um teatro que, em 1896, na então praça Marquês de Herval (hoje praça José de Alencar) foi lançada a pedra fundamental do Theatro José de Alencar.

Um teatro era um desejo manifesto por alguns moradores da cidade da Fortaleza desde os tempos antigos, pois a ausência de um teatro de qualidade fazia com que a então província do Ceará passasse despercebida pela rota de espetáculos do Brasil (CASTRO, 2010). Embora alguns projetos arquitetônicos para a construção desse teatro já tivessem sido elaborados (em 1859, 1864 e 1872), a iniciativa sempre esbarrava na falta de recursos financeiros para dar seguimento a obra.

O primeiro projeto, em 1859, foi apresentado por Adolf Herbster, no qual o teatro chamava-se Santa Teresa e se localizaria na Praça do Ferreira. O segundo projeto, em 1864, foi pensado por Antônio Gonçalves da Justa Araújo e, em 1872, Adolpho Herbster e José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti propuseram um teatro com localização onde hoje é situado o Theatro José de Alencar, na praça José de Alencar. Nenhum destes projetos chegou a sair do papel.

⁸ Desenhista e estatístico cearense responsável pelo desenho da Igreja Pequeno Grande e o Parque da Independência (hoje Cidade da Criança), todos em Fortaleza. Também foi um convicto abolicionista e fundador da Sociedade Cearense Libertadora. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2220&catid=293&Itemid=101 Acesso em 08 jun. 2019.

Em 1895, o então governador da província José Freire Bezerril Fontenelle, o General Bezerril, iniciou o trabalho de construção do teatro, segundo projeto de Isaac Amaral e Robert Gow Bleasby⁹ (CASTRO, 2010). Em 1896, a gestão da província mudou para as mãos de Antônio Pinto Nogueira Accioly, que suspendeu a obra em andamento e posteriormente demoliu o que já havia sido erguido, sob alegação de inconsistências de engenharia e arquitetura.

Figura 3 -Theatro José de Alencar (não é possível precisar a data)



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em: <

<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=theatro+jos%C3%A9+de+alencar&autor=&categoria=&tema=&ano=&tipodocumento=&fonte=&local=>>

Accioly, entretanto, mantinha viva a ideia de um teatro na cidade. Tanto é que, em 1897, o governador da província patrocinou um concurso de âmbito internacional para a apresentação de projetos arquitetônicos de um teatro (CASTRO, 2010). As propostas foram ouvidas, mas nenhuma foi escolhida como vencedora. Em 1900, Accioly encerrou o seu governo sem conseguir levar a diante sua ideia.

Em 1904, Nogueira Accioly retornou para outro mandato e, como uma de suas primeiras medidas, aprovou orçamento de 400 contos de réis, através de lei 608, para a

⁹ Desenhista escocês que veio para o Ceará em 1893. Foi autor do desenho da Estrada de Ferro de Baturité, ajudante na construção da ponte de Quixeramobim; ponte de desembarque em frente à Alfândega. Foi autor do projeto do Theatro José de Alencar. (ESTRANGEIROS NO CEARÁ, REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ 1918, p. 231)

construção do empreendimento. Contudo, mesmo com a verba pública liberada, o teatro permaneceu por mais quatro anos, até o fim do mandato de Accioly, apenas no papel.

Em 1908, Accioly regressou para novo mandato e decidiu, enfim, construir o teatro. Como o orçamento já havia sido aprovado anteriormente, o governo provincial não teve grandes problemas para o início da obra. Para tanto, o governador instituiu uma diretoria de construção, que era chefiada por Raimundo Borges, seu genro, e cuidava de todas as questões relativas à construção do teatro. Já Bernardo José de Mello foi, segundo escritos da época, o autor do projeto e dirigente técnico da obra, que começou apenas em 06 de agosto de 1908 (CASTRO, 2010).

Em mensagem à assembleia, Bernardo José de Mello descreveu a aparência e aspectos técnicos do teatro em construção, bem como detalhou a decisão do governo provincial de encomendar um teatro de ferro aos comerciantes irmãos Boris. Estes tiveram um papel importante no comércio local e nos processos de organização da cidade, estando envolvidos em outras construções e melhoramentos de equipamentos como o Lyceu e o Mercado de Ferro. Como os irmãos Boris tinham uma forte influência comercial na cidade no tocante a exportação de produtos brasileiros para a Europa e a importação de diversos artigos para Fortaleza, a aquisição da estrutura metálica que deu forma ao Theatro foi feita por intermédio deles.

Assim, uma estrutura metálica foi importada da empresa escocesa Walter Macfarlane & C. ^o, proprietária da *Saracen Foundry*, organização responsável pela fundição de ferro à época. Esta mesma empresa também enviou ao Brasil a estrutura que compõe a Estação da Luz, em São Paulo e o Mercado Ver-o-Peso, em Belém (CASTRO, 2010). A escolha dessa firma se deu por questões incertas, mas especula-se que as condições de negociação estabelecidas entre a *Saracen Foundry* e os irmãos Boris tenham sido as melhores possíveis.

Findas as obras de construção e acabamento, o Theatro José de Alencar foi inaugurado no dia 17 de junho de 1910, em cerimônia com direito a banda de música e oratórias diversas (BARBOSA, 2011; CASTRO, 2010; LIMA, 2011). Contudo, o Theatro permaneceu inoperante até agosto do mesmo ano, quando concertistas de São Paulo e Portugal vieram à capital cearense para apresentações. Entretanto, o *quorum* de espectadores foi muito baixo, em face da impossibilidade de grande parcela dos moradores da capital pagarem para assistir um espetáculo de música erudita (CASTRO, 2010).

Com o passar do tempo, o Theatro passou a fazer parte da vida social, cultural e política de Fortaleza (CASTRO, 2010). Em 1964, o Theatro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse tombamento é considerado como a

consagração do Theatro em termos de sua significância, tanto como obra arquitetônica e como espaço de sociabilidades locais.

Uma outra edificação, contemporânea à igreja e ao teatro também emergiu neste mesmo período temporal (aproximadamente 1890), com um papel bastante específico. Essa construção foi o Mercado de Público da cidade, ou simplesmente, Mercado de Ferro, como ficou conhecido. Como já mencionado nos itens anteriores, esta pesquisa de tese se debruçou de forma específica e aprofundada no percurso histórico das práticas de espaço inerente ao Mercado de Ferro. Deste modo, o que se segue nas próximas seções é um esquadramento analítico e interpretativo em termos de percursos, silêncios e desvios que permearam a constituição histórica do Mercado e suas interconexões com o organizar de práticas de espaço.

8.2 “MAIS BELLO, CONFORTÁVEL E ELEGANTE MERCADO DO BRASIL”: PERCURSOS, SILÊNCIOS E DESVIOS HISTÓRICOS NO MERCADO DE FERRO DA CIDADE DE FORTALEZA

O Mercado é um ponto de referência histórico para o entendimento do organizar das práticas de espaço na cidade. É, ao mesmo tempo, um lugar de passagens, do comércio e feiras, do turismo e de festas, inclusive gastronômicas, entre as pequenas e as grandes permutas urbanas. O Mercado tem suas próprias formas de organização (CERTEAU, 1998).

O embrião do Mercado em Fortaleza foi a organização das feiras livres. Em 10 de julho de 1808, se estabeleceu a primeira feira semanal da Villa da Fortaleza, cuja realização também contribuiu para o desenvolvimento da então capitania do Ceará, pois tornava a capital um polo de barganhas comerciais. “Não havia até então um mercado público. A pequena e grande permuta eram feitas em lojas e vendas, que se encontravam na antiga Rua dos Mercadores (hoje Senna Madureira) e na Rua do Rosário¹⁰” (ANEXO G). Conforme a feira cresceu em tamanho e relevância socioeconômica da e na Villa, Barba Alardo, o então governador da capitania (1808 a 1811), determinou em sessão da Câmara de 15 de junho de 1809, a construção de um mercado público para a venda dos gêneros de primeira necessidade, com funcionamento específico aos sábados.

Contudo, a determinação do governador da província não surtiu efeitos práticos inicialmente por motivos financeiros, ou seja, não havia verba para custear a construção do mercado. Em 2 de janeiro de 1810, novamente a Câmara Municipal estabeleceu a edificação de

¹⁰ Revista Trimestral do Instituto do Ceará, n. 9, p. 179, 1895. Documento original no Anexo G.

um mercado cujo objetivo, além de organizar a venda dos gêneros alimentícios, também era evitar um possível monopólio da venda de produtos locais, como a farinha. Além disso, um mercado público serviria também como fonte de renda, por meio dos impostos cobrados, que poderiam se reverter em outras melhorias na província, conforme expressou a Câmara.

A obra não chegou a ser realizada durante a administração de Barba Alardo, mas foi Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, o Governador Sampaio (1812 a 1820), o responsável administrativo pela construção do mercado. Um dos motivos para o atraso da obra eram os custos envolvidos, pois havia, além da execução do edifício, a necessidade de reformar a praça da cidade que iria abrigá-lo. Não dispondo de valores em caixa para tal empreendimento, a Câmara recebeu como empréstimo de Lourenço da Costa Dourado¹¹, a quantia de 1.200 réis, enquanto Antônio José da Silva Castro arcou com os materiais a serem utilizados. Essas operações foram formalizadas na sessão da Câmara de 2 de abril de 1814¹² (ANEXO G).

A planta urbanística deste mercado ficou por conta de Antônio José da Silva Paulet, a pedido do governador da província. O português Silva Paulet, como ficou popularmente conhecido, era o ajudante de ordens de Governador Sampaio, uma espécie de secretário geral do governador. Em face da sua formação em engenharia, Silva Paulet foi o responsável pelo primeiro plano urbanístico da Villa da Fortaleza. O desenho original, traçado em xadrez, era fortemente inspirado no modelo urbano português (CASTRO, 1992; 1994). Em 19 de dezembro de 1814, a Câmara recebeu de Silva Paulet a planta da nova praça do mercado, em conformidade com um plano maior de reedificação da Villa como um todo (Figura 4).

Em 1815, as obras foram iniciadas e o primeiro mercado público da cidade foi inaugurado em 12 de setembro de 1818 (Figura 5). Um aspecto interessante é que na mesma praça onde foi planejada a construção de do mercado também estava situada a Câmara Municipal. Nisso, ficou determinado por meio de deliberação da própria Câmara que, antes de começar a obra, as janelas da sala que davam vista para o espaço urbano onde seria construído o mercado fossem cobertas de modo a não “desformosear sobremodo a obra e mesma a casa e villa”¹³.

O primeiro mercado público era de madeira e se situava na então Praça Carolina (Figura 6), que se tornaria ponto central da cidade tempos depois. A praça chamava-se Carolina

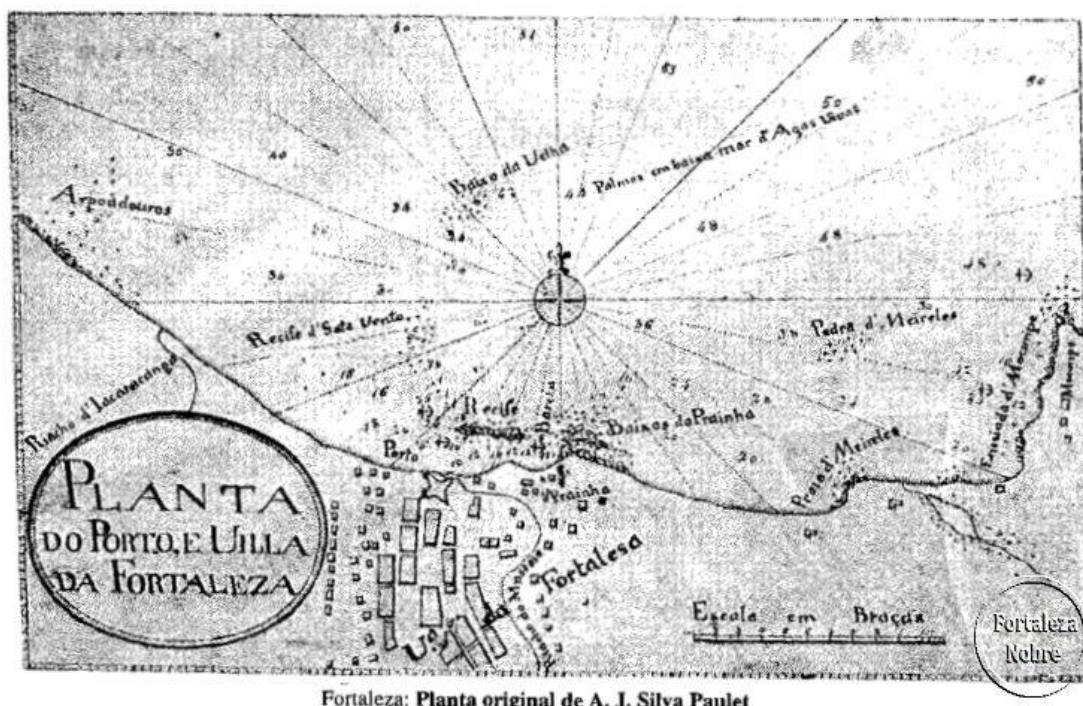
¹¹ Lourenço da Costa Dourado era sócio da empresa Barroso, Martins, Carvalho & Dourado, intermediários portugueses em Londres que agilizavam o comércio do algodão brasileiro. Dourado tornou-se um dos homens mais ricos da capitania, chegando a financiar a construção de obras públicas e o tráfico negreiro (FARIAS, 2015).

¹² Revista Trimestral do Instituto do Ceará 3º/4º trimestre, n. 9, p. 179, 1895.

¹³ Revista Trimestral do Instituto do Ceará 3º/4º trimestre, n. 9, p. 179, 1895. Documento original no Anexo H.

em homenagem à arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena, recém-casada com D. Pedro I. A referida praça teve seu nome modificado ao longo do tempo, sendo denominada Praça da Assembleia (1871); Praça do Mercado (aproximadamente 1897); Praça Conselheiro José de Alencar (1881); Praça Capistrano de Abreu (1929) e atualmente nomeada Praça Waldermar Falcão (entre 1940 e 1960).

Figura 4 – Planta Urbanística da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção por Silva Paulet (1814)



Fonte: Ponte (2005).

Após inaugurado, e como forma de atribuir mérito às pessoas que colaboraram para a construção do mercado, a Câmara Municipal mandou fazer uma inscrição¹⁴ sobre o portão que dava para a Praça Carolina (que nessa época já havia mudado de nome e chamava-se Conselheiro José de Alencar):

“Em 12 a praça pelo Cruz fundada;
Em 15 por Sampaio edificada”
Sobre o portão que dava saída para a Rua Senna Madureira foi escrito:
“Aqui Dourado e Castro permanecem.
Cidadãos generosos nunca esqueçam”¹⁵

¹⁴ Revista Trimestral do Instituto do Ceará, n. 10, p. 403 e 404, 1896.

¹⁵ Revista Trimestral do Instituto do Ceará, n. 10, p. 403 e 404, 1896. A transcrição de trechos dos documentos históricos preservou a grafia original do texto.

Antônio Bezerra de Menezes¹⁶ o descreveu como um

Pequeno quadro com saídas para a rua Senna Madureira e praça do conselheiro José de Alencar. Tem três ordens de quartos dos lados do sul, leste e norte com frentes para o pátio e uma, a do poente, para a praça Alencar, a qual comunica com o mesmo pátio, cujo centro é ocupado por insignificante barracão para a venda de peixe.¹⁷

Figura 5 – Primeiro Mercado Público de Fortaleza (1820)



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em: <http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=mercado>

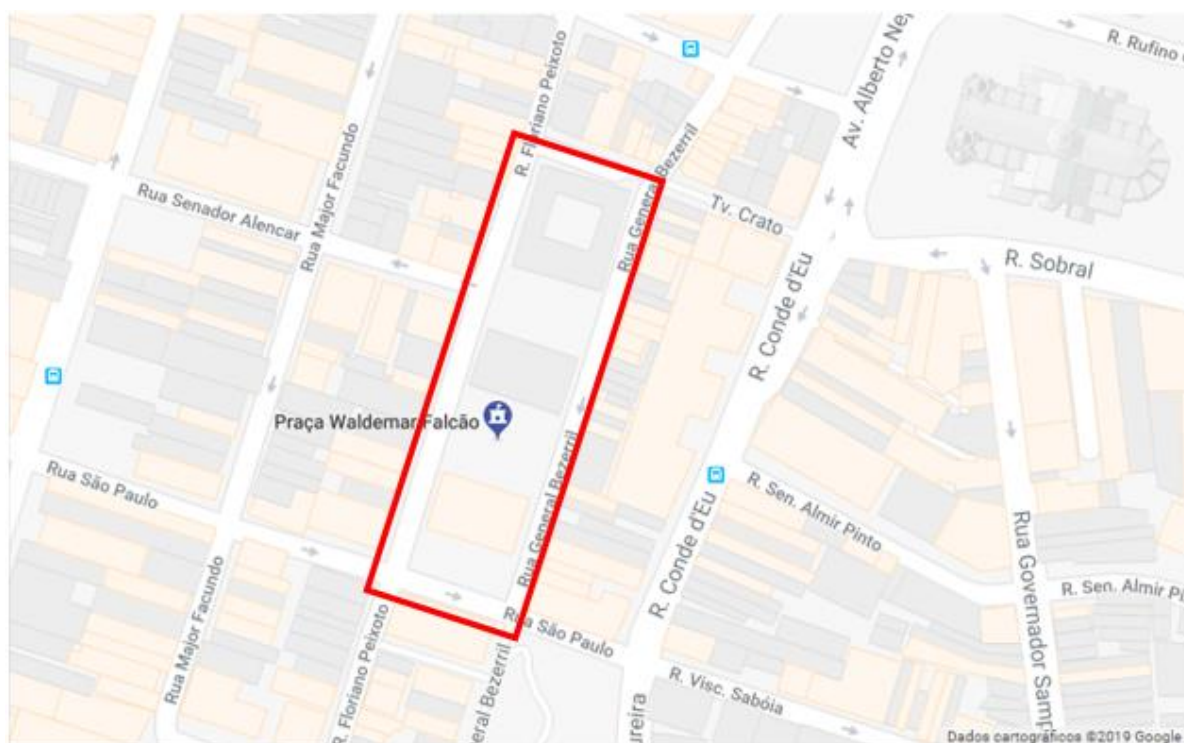
Os espaços do mercado público, chamados de quartos, eram alugados mediante contrato com a Câmara Municipal. O valor poderia ser anual ou mensal, conforme acordo entre inquilino e secretário da Câmara e tinha vigência de 1 a 3 anos¹⁸. Nesses quartos, eram comercializados diversos tipos de produto, desde gêneros alimentícios até itens como meias e chapéus. A carne, um dos gêneros mais procurados e escasso, era transportada do Matadouro Modelo para o mercado público pela companhia ferroviária Ferro Carril, que recebia 800 réis por cada res transportada (ANEXO I). Essa medida fazia parte de um conjunto de posturas municipais que eram implementadas a medida em que era percebida pela administração municipal a necessidade de controle dos processos da vida na cidade.

¹⁶ Historiógrafo cearense que viveu entre 1841 e 1921. Disponível em: <
http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1221&catid=292&Itemid=101>
Acesso em 03 Fev. 2019.

¹⁷ Revista Trimestral do Instituto do Ceará n. 9, p. 179, 1895.

¹⁸ Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará, 12 de julho de 1887.

Figura 6 – Localização atual da Praça Carolina, onde foi construído o primeiro Mercado de Fortaleza (2019)



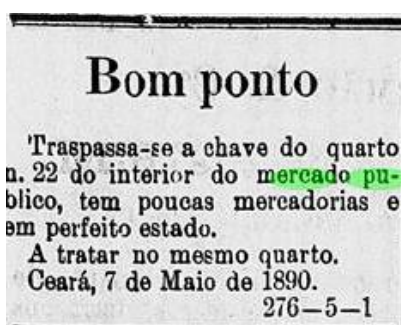
Fonte: Google Maps.

Estes percursos históricos refletem práticas que se desdobraram ao longo do tempo em com um conjunto de outras práticas que vão além dos espaços do mercado. Nesse sentido, o mercado emergiu como um marco regulador das relações institucionais entre a municipalidade e outros atores. Essa regulação é observada por meio de práticas como a normatização dos aluguéis cobrados no mercado e a própria venda da carne, enquanto um gênero de alta procura.

Assim, o primeiro mercado foi um espaço inicialmente moldado por funcionalidades e normatividades que regiam seu uso e seus fins, refletindo uma organização da cidade-lugar onde as ações dos atores envolvidos eram claramente demarcadas e tudo que fugia a essa organização imposta era convidado a se retirar (CERTEAU, 2008; CERTEAU, JAMESON, LOVITT, 1980). Nesse momento se formava um lugar na cidade, definido conforme as deliberações organizativas de um poder dominante que, por meio de sua força, procurou imprimir uma ordem regulatória. É possível colocar que o mercado foi um dos primeiros lugares da cidade (CERTEAU, 2008).

A medida em que a atividade comercial realizada no mercado foi tomando proporções maiores, era comum encontrar anúncios com a prática de transferência dos pontos (quartos) do mercado (Figura 7; ANEXO J). É importante frisar que esses pontos eram locados e negociados pela intendência municipal e, tecnicamente, não poderiam ser vendidos ou repassados. Dessa forma, de maneira sub-reptícia, os trabalhadores do mercado burlavam a lógica imposta pela municipalidade e operacionalizavam práticas de negociação dos lugares do mercado que, até então, não estavam previstas pela intendência.

Figura 7 – Nota de jornal sobre a venda dos pontos do Mercado



Fonte: O Cearense, 8 de maio de 1890.

Muitas foram os relatos localizados quanto às queixas em relação a higiene e conservação do lugar do mercado. O mercado como um símbolo de sujeira e precariedade começou a ser praticado de forma mais intensa. Muitos registros se referiam ao mercado e às práticas que nele aconteciam como uma ofensa a beleza e elegância da cidade. O lugar, segundo os registros históricos, não atendia mais às demandas higienistas que vinham sendo implementadas. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a reclamar de falta de limpeza (ANEXO K) e organização nas ruas da província. Nesse mote, a praça do mercado foi adjetivada como “sobre maneira immunda¹⁹” Assim, um a malha de práticas direcionadas ao repúdio ao lugar do mercado foram operacionalizadas. O objetivo dessas práticas era o estabelecimento de um novo lugar, a altura da Villa.

Para intendência:

Quem, como nós. Conheceu alguns anos atraz a formosa capital do Ceará, ao visital- a agora certamente notará na physionomia geral da cidade, si podemos assim exprimirnos, uma certa mudança que impressiona desagradavelmente ao espírito.

Não é que ella tenha perdido inteiramente a sua antiga elegância.

Não; o seu movimento é o mesmo: os seus prédios continuam a ser cuidados com zelo de out’ora; a edificação, si não progride como em Manaos e Belém não está paralysada

¹⁹ Libertador, 20 de abril de 1887.

de todo; ao contrário, a cidade estende-se para todos os lados, ainda que *lentamente*, como em Maranhão.

Mas aquela limpeza clássica das suas ruas e praças, nas quaes a qualquer hora se não encontrava uma casca de fructo, uma palha podre, um cisco, nada que ferisse desagradavelmente a vista ou o olfacto do transeunte; em cujos passeios e calçadas a gente podia assentar-se sem receio de sujar-se; aquelle aceio, enfim, que fazia dela a Petrópolis do norte, e aquella garridice alegre que lhe dava uns ares de moça faceira em dia de festa, infelizmente desapareceram.

Com a estação invernosa, este anno demasiadamente tardea, a herva crece por entre as pedras do calçamento, mesmo nas mais frequentadas e melhores ruas; o lixo amontoa-se nos cantos e em quase todas as praças, notadamente a da Feira ou Mercado Público, que é sobre maneira immunda; e os fiscaes do município, d'antes tão severos e vigilantes, já passam por tudo isto indiferentes e descuidosos, como poderiam passar os fiscaes de Manaos, os mais philosophos e diogenicos de todo o mundo.²⁰

Nesse contexto, em 1873, surgiu a primeira ideia de construção de um mercado público com uma arquitetura de ferro (CASTRO, 1992). Essa foi uma forma da municipalidade responder aos protestos da população por um novo lugar para o comércio local. Mais uma vez, é possível observarmos uma operação de *travel of ideas*, que procurava, de maneira subjacente, translocar e traduzir uma lógica externa ao contexto da Villa (CZARNIAWSKA, 2004). Uma das manifestações máximas e concreta desse processo foi a própria prática da arquitetura de ferro, que possibilitou a constituição de um novo mercado.

Pelo Snr. Justa foi proposto, em consequência de achar-se a Camara autorizada pela Assembleia provincial, que se mandasse construir, na praça Visconde do Herval, um novo edificio para mercado público. Sendo aprovada esta indicou o Sr. Coelho da Fonseca, que se mandasse levantar uma planta daquela obra, e a vista dela se consultasse para a Europa afim de verificar-se si conviria antes ser construída de ferro com cobertura de vidro, pedindo-se o competente desenho: foi approvada, ficando o architecto da Camara incumbido de levantar uma planta e confeccionar o orçato. (CASTRO, 1992).

Contudo, esse interesse inicial ficou apenas no plano das ideias e dos documentos. Apesar das plantas da cidade, elaboradas por Adolfo Herbster,²¹ fazerem alusão a um mercado na dita praça, nada mais foi registrado nos documentos a respeito dessa construção (CASTRO, 1992). Contudo, o fragmento histórico documental sinaliza, além da ignorância em termos técnicos da prática de construções arquitetônicas em ferro, bem como um desejo de assemelhar-se à Europa, especialmente ao *Crystal Palace* (1851), quando os vereadores sugerem uma cobertura de vidro para o desejado mercado (CASTRO, 1992). Além disso, é possível notar uma dependência dos parâmetros europeus quando se vê a necessidade de consultar a Europa para sua confecção. Contudo, a partir dos anos de 1870, a ideia da arquitetura de ferro para a

²⁰ A República, 17 de junho de 1892, grifo do autor. Documento original no Anexo K.

²¹ Adolpho Herbster elaborou três plantas da cidade de Fortaleza, datando de 1859, 1875 e 1888 (CASTRO, 1994).

construção de um mercado começou a habitar o imaginário e os discursos dos atores na urbe. Novamente, um processo de translocalização de artefatos é observado, concretizando o *travel of ideas* já destacado anteriormente (CZARNIAWSKA, 2004).

Essa tradução de ideias, costumes e artefatos contribuiu para a constituição de uma cidade estranha e familiar, onde seus habitantes se aproximavam cada vez mais de lugares ao mesmo tempo distantes e presentes no seu cotidiano. A própria proposta da construção de um novo mercado, todo em ferro trazia claramente a necessidade de que “se consultasse para a Europa afim de verificar-se si conviria antes ser construída [a obra do Mercado] de ferro com coberta de vidro” (CASTRO, 1992, p. 73). Nesse momento, é possível também ver refletida nos discursos dos diversos atores o originar-se de um processo paradoxal, onde práticas transladas foram absorvidas ou adaptadas pelo contexto local..

Em 18 de fevereiro de 1894, levando em conta as críticas constantes às condições do mercado vigente e o desejo por um novo espaço para as práticas comerciais da cidade, um novo mercado, agora em formato de galpão, na praça José de Alencar foi inaugurado (Figura 8), com a presença dos então intendente municipal, coronel Guilherme Rocha e presidente da província Nogueira Aciolly. O evento foi de tal importância para a comunidade local que até a Banda Militar do Batalhão de Segurança participou da ocasião. O galpão foi denominado Nictheroy “[...] em honra á valorosa cidade, a moderna Sparta, que há quase 6 meses luta com heroísmo indiscriptível contra as bordas de piratas que infestam a formosa bahia do Guanabara.”²² (Figura 9), e conotando o heroísmo com o qual ele vem substituir o antigo e insalubre mercado anterior.

No registro do evento de entrega desse equipamento à cidade, nota-se novamente à recorrência às práticas traduzidas, que eram externas à cidade e a sua identidade local para se referir aos atributos do novo espaço. O mercado foi batizado como Nictheroy, em referência à então capital do Rio de Janeiro que, na época, vivenciava dias de combate contra piratas na Baía de Guanabara. Isso é um indicativo de que o processo de construção do espaço da cidade enquanto símbolo perpassava com muita frequência por elementos externos aos costumes e práticas locais, como se o que fosse local tivesse menor *status* do que aquilo que vinha de fora.

Por outro lado, os documentos revelam um movimento paradoxal ao também enfatizarem práticas de construção do mercado galpão por meio de uma “elegante” arquitetura local, adaptada as condições do clima da cidade: “[...] muito elegante e planejad[o] de acordo

²² A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará, 19 de fevereiro de 1894. (FIGURA 7)

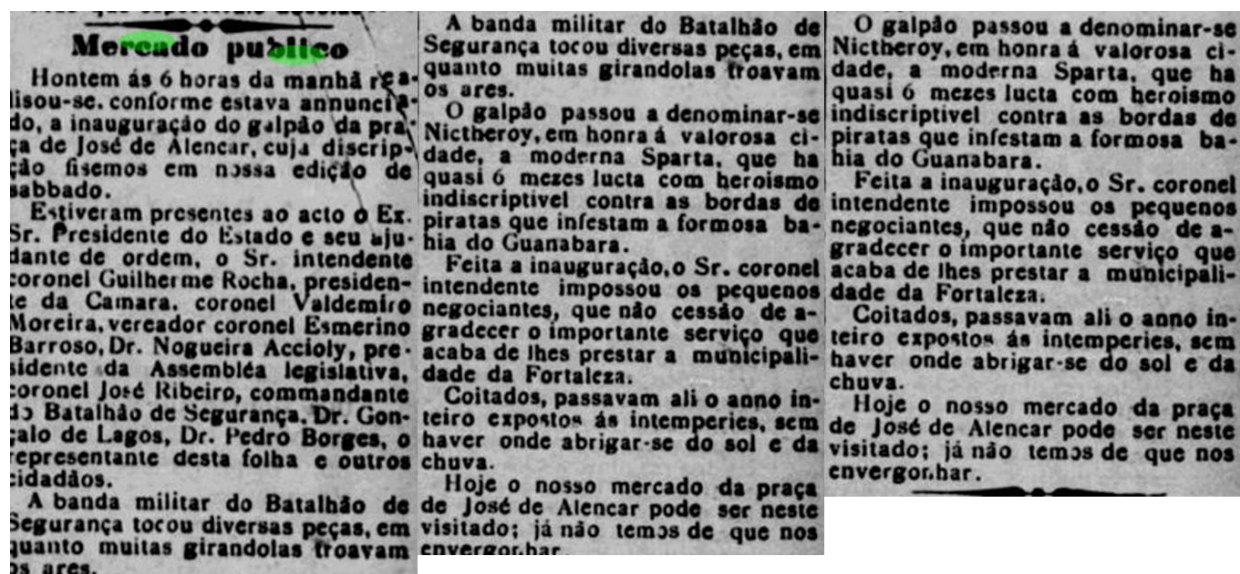
com as condições climatológicas da terra [...], de construção leve, [...] porém de necessária solidez, lectados de elegantes telhas de zinco puro”²³. Estas práticas arquitetônicas locais estão relacionadas ao formato da organização do mercado galpão que antecedeu a construção do mercado de arquitetura de ferro, enfatizando, além da elegância, seus usos e funcionamentos

Figura 8 – Nota de jornal sobre a inauguração do novo galpão para o Mercado (1894).



Fonte: A República, 17 de fevereiro de 1894.

Figura 9 -Nota de jornal sobre a inauguração do novo galpão para o Mercado (1894)



Fonte: A República, 19 de fevereiro de 1894.

²³ A República, 17 de fevereiro de 1894.

[...] um quadrilátero, cujas faces correm paralelas às respectivas ruas, ensombrando uma área de 830 metros quadrados, e comportando 800 vendedores [...] no centro desse galpão há um outro de forma hexagonal que ensombra uma área de 50 metros quadrados. O primeiro está designado para venda de fructas, hortaliças, etc., e o do centro é para a venda de aves.²⁴

Contudo, em agosto de 1894, os espaços deste mercado galpão foram considerados inadequados e insuficientes para atender as práticas comerciais, políticas, sociais e estéticas que eram demandadas pelos atores da cidade, sendo considerado um: “um arcabouço em ruínas repelentes é a negação absoluta da hygiene como o é da esthetica”. Assim, Guilherme Rocha enviou à Câmara Municipal um documento, em 1894 (ANEXO L), no qual reivindicava verbas públicas para a consecução de um novo espaço para o mercado. Os argumentos foram o aumento quantitativo da população, que implicava na necessidade de um espaço maior para as trocas comerciais, bem como as ênfases das práticas de higiene e a “[...] marcha paralela da civilização [...]”²⁵. Segundo o intendente:

O nosso actual mercado, repito é nunca é demais faze-lo, é uma vergonha e deixa-lo permanecer um crime. Nas condições em que se acha, sem asseio e sem conforto, incapaz de corresponder aos fins de sua criação [ilegível] nutrido de elementos deletérios, um arcabouço em ruínas repelentes é a negação absoluta da hygiene como o é da esthetica.²⁶

A elegante arquitetura do mercado galpão adaptada ao lugar se encontrava em estado de deterioração e permeado por elementos danosos às atividades que ali deveriam ser desenvolvidas. No local, conforme os fragmentos, se encontravam péssimas práticas de higiene e era um atentado ao desenvolvimento urbano de Fortaleza, por ainda conservar formas primitivas de práticas comerciais. Assim, era premente a necessidade de um novo espaço, “[...] feito com toda a arte que venha satisfazer o grande interesse do município [...]”²⁷.

Na tentativa de atender a esses anseios, em 16 de agosto de 1894, o intendente municipal Guilherme Rocha enviou à Câmara de vereadores uma mensagem solicitando que o município contraísse um empréstimo para a construção de um novo mercado público, mais moderno e condizente com o contexto atual da cidade.

“Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza
A instante necessidade de um mercado público nesta capital se afirma cada vez mais de dia para dia pela progressão continua da população e pela marcha paralela da civilização a que lhe é dada seguir no curso evolutivo do seu natural desenvolvimento. O mercado público existente se é licito denominar se assim um pardieiro repulsivo

²⁴ A República, 17 de fevereiro de 1894.

²⁵ A República, 20 de agosto de 1894. Documento original no anexo L.

²⁶ A República 20 de agosto de 1894. Documento original no anexo L.

²⁷ A República, 17 de fevereiro de 1894.

todos os seus aspectos, é um documento bem triste para todos nós e cujo valor exacto pode mui bem ser aquilatado pela simples inspecção visual do mais vulgar observador. Não sou afeito ao exagero e ao desmedido, o que avanço é uma verdade de evidência sensível como a própria luz, a luz que nos fere a retina e nos dá a visão nítida das coisas.

O nosso actual mercado é uma vergonha, duro assim qualifica lo; é um atestado da nossa incúria ou indiferença pelos interesses públicos, que já vai tocando as raías além das quaes só se pode encontrar o aniquilamento desolador.

O nosso actual mercado, repito é nunca é demais faze-lo, é uma vergonha e deixa-lo permanecer um crime. Nas condições em que se acha, sem asseio e sem conforto, incapaz de corresponder aos fins de sua criação [ilegível] nutrido de elementos deletérios, um arcabouço em ruínas repelentes é a negação absoluta da hygiene como o é da esthetica.

Melhorá-lo, é uma medida improfícua, pois tudo quanto nelle existe contribue harmonicamente para torna-lo inservível. Só nos resta portanto uma providência, que não se deve esperar, sem gravíssimo detrimento, e é a construção desde já de um novo mercado, feito com toda a arte que venha satisfazer o grande interesse do município, posto em causa.

Sei que a Câmara Municipal não dispõe de recursos financeiros para tentar, por si mesma, independente de um esforço extranho, tamanho empreendimento; mas pode lançar mão de operações de crédito, que tragam elementos de vida para sua iniciativa e para seu sucesso final, que deve hoje constituir o nosso principal e ardente desideratum.

Provoquemos, com ânimo resolutivo e audaz firmeza esse esforço por meio do crédito. E como havê-lo nas ciscumstâncias econômicas dominantes em todo o paiz, quando os capitães, em movimentos de concentração, se retrahem na mais meticulosa desconfiança?

Os cofres do Estado estão ahí repletos de numerário, em completa immobildade, e tudo denuncia que o aumento d'elle se vai fazendo de um modo progressivo, attenta a prosperidade crescente das nossas indústrias, fontes da sua receita, e attenta a tendência pronunciadamente econômica do executivo, na observância integral e rígorosamente justa do respectivo orçamento.

Não é por consequência fora de proposito , e antes pelo contrario muito curial, solicitarmos dos poderes legislativos do Estado um empréstimo, resgatável em amortizações parciais e passível de uma taxa razoável de juros, da quantia de trezentos contos de réis, quanto se faz preciso para termos um bom mercado, capaz de figurar n'uma capital como a nossa; e como medida complementar, solicitarmos igualmente a reversão para este município do imposto que incide sobre o abatimento de gado vaccum para o consumo, por um certo e determinado prazo, sufficiente para que a título de auxílio, possamos com brevidade solver o débito contrahido.

Quando digo que a quantidade de trezentos contos de reis é a precisa para o novo mercado, é por que os estudos orçamentários, e bem assim os trabalhos gráficos, já se acham devidamente feitos, por minha própria iniciativa.

A confiança na solvabilidade do município reside sobretudo nos rendimentos peculiares do novo mercado, que sem duvida alguma terá de atingir uma cifra bastante lisonjeira, se atendermos a cifra dos rendimentos do actual mercado, que a despeito das suas más acomodações e disposições, dá uma terça parte da receita municipal.

O empréstimo, que de que trata, pode ser effectuado, sem nenhum prejuízo, por qualquer face que seja enfrentado, e não pode jamais repugnar aos interesses collectivos do Estado.

Se os poderes legislativos do Estado, compenetrarem se do assumpto proposto, estou certo que não se negarão em proporcionar ao município de Fortaleza, sede do Estado, um dos melhoramentos mais úteis, dado ao poder executivo autorização para emprestar ao dito município a quantia necessária para sua plena realização, mediante as condições que forem previamente ajustadas, em bem dos interesses em jogo.

O que não padece dúvida é que o mercado actual é uma excrescência nociva, que não pode ser mais tolerada em nosso organismo social, cuja eliminação constitue uma necessidade irresistível, e para a qual todos devem concorrer, na medida de suas faculdades.

Felizmente, para o bom desempenho de semelhante commettimento que se projecta, representa o poder executivo o Estado um militar distincto, que por seus nobres sentimentos e ideias grandiosas, orienta-se, na intuição e na gestão dos públicos negócios de um modo digno de geraes e sinceros applausos, estímulos fecundantes para os seus futuros sucessores.

Aguardo a vossa deliberação, que não pode deixar de ser senão uma affirmativa solemne de tudo quanto tenho expedido, em prol do mais alto interesse do município, que é áquele que se liga ao magno assumpto da hygiene pública.

Saúdo-vos.

Guilherme Cezar da Rocha

Intendente Municipal²⁸

No discurso de Guilherme Rocha percebemos de forma implícita que a questão não se limitava exclusivamente à uma limpeza física, mas também refletia o desejo de uma limpeza social, a fim de que a cidade pudesse progredir. Há indicativos de que a miséria e a pobreza também eram sinalizadas como uma ‘sujeira’ que deveria ser higienizada. Limpeza, beleza e progresso estavam diretamente associados, de modo que havia a necessidade desses três elementos para constituir um ambiente então considerado desenvolvido.

Para tanto, ciente de que a Câmara Municipal não dispunha de tais recursos, Guilherme Rocha, além de explanar a situação do atual mercado, sugeriu a prática de operações com títulos de crédito (borós²⁹) emitidos pela Câmara Municipal para este determinado fim (LEAL, 2011). Em novembro de 1894, por meio do artigo 24, parágrafo 5 da lei nº 33, a Câmara Municipal autorizou o dispêndio de até 300 contos de réis através de operações de créditos, para aquisição e construção do novo mercado público.

Os empréstimos foram concedidos (Figura 10; ANEXO M) e a instalação de um novo mercado, mais moderno e organizado, dentro de um ideal urbano pôde, então, ser constituída. “[...] Para se promover o engrandecimento do Estado, é preciso garantir a vida da collectividade por meio de todos os melhoramentos defensivos que tragam, de modo directo ou indirecto, a saúde pública e o consequente bem estar geral – synthese da hygiene social. [...]”³⁰. O discurso de Guilherme Rocha associa o desenvolvimento da cidade com uma (re)organização social, pautada no progresso higienista refletido na construção do novo mercado.

As práticas de construção do novo Mercado de Ferro começaram com as obras de alvenaria, necessárias ao preparo da praça da cidade para receber a estrutura metálica que

²⁸ Fonte: A República, 20 de agosto de 1894. Documento original no anexo L.

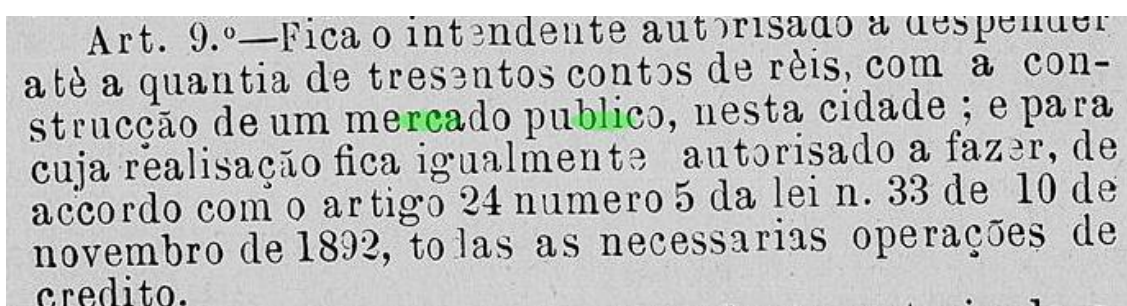
²⁹ Boró era uma espécie de título de crédito que dava direito ao seu portador receber a quantia descrita em dinheiro. Foi emitido pela primeira vez pela câmara municipal de Fortaleza para a execução das obras do Mercado Público da cidade, em 1896. Disponível em: < <http://www.fortalezanobre.com.br/2014/02/os-boros.html> > Acesso em: 03 dezembro de 2018.

³⁰ A República, 20 de agosto de 1894. Documento original no Anexo M.

tiveram início em 5 de fevereiro de 1896. Em 18 de abril do mesmo ano, a pedra fundamental que serviria de base para a arquitetura foi lançada (LEAL, 2011).

A estrutura de ferro pré-fabricada que comporia o mercado foi projetada pelo arquiteto Lefèvre e encomendada pelos irmãos Boris à oficina Guillot-Pelletier, localizada na cidade de Orléans, na França. Alguns fragmentos apresentam o nome da empresa como Juillatet Pelletier, entretanto ao pé das colunas do mercado está gravado Guillot Pelletier, o que leva a crer que esse era o nome correto. A oficina foi fundada em 1850 na referida cidade e, no período de 1880 a 1903, exportou uma série de estruturas de ferro pré-fabricadas para diversos lugares do mundo (LEAL, 2011). A Figura 11 representa a capa do catálogo por meio do qual as estruturas de ferro fabricadas pela Guillot Pelletier eram comercializadas.

Figura 10 – Nota sobre a liberação do empréstimo para a construção do novo Mercado Público.



Art. 9.º—Fica o intendente autorizado a despende até a quantia de trescentos contos de réis, com a construção de um mercado publico, nesta cidade ; e para cuja realisação fica igualmente autorizado a fazer, de accordo com o artigo 24 numero 5 da lei n. 33 de 10 de novembro de 1892, todas as necessarias operações de credito.

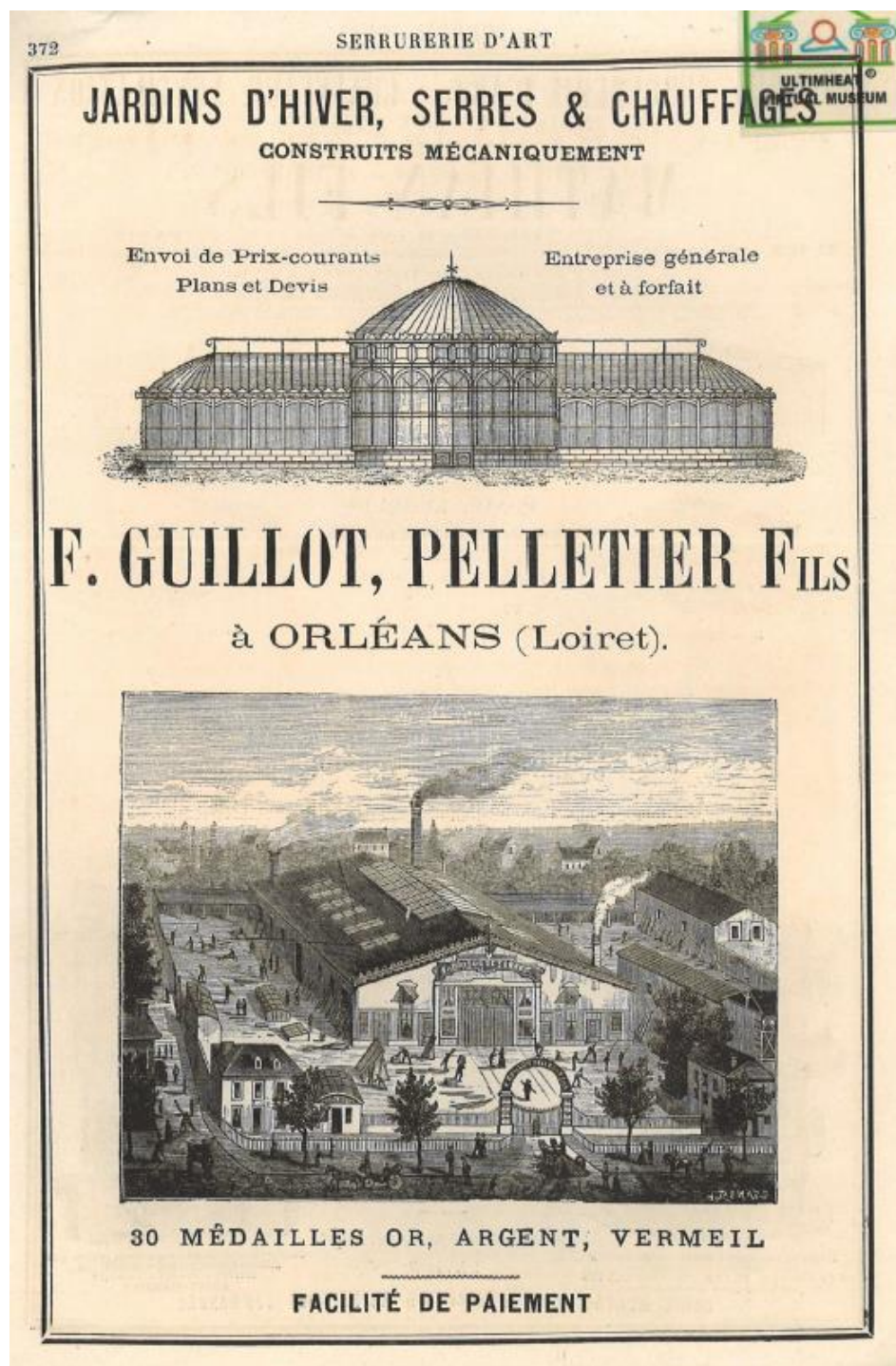
Fonte: Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1895.

Nesse momento, é importante destacar o papel de estrangeiros na constituição do Mercado. Os irmãos Boris, como eram conhecidos, eram uma família de comerciantes franceses que se estabeleceu em Fortaleza com o objetivo de fazer um reconhecimento local visando a possibilidade de estreitar o comércio entre a capital cearense e países europeus, principalmente França e Inglaterra (MOTA, 1982). Alphonse Boris foi o primeiro a chegar, em 1865. Dois anos depois, em 1867, Theodore desembarcou em Fortaleza. Juntos os irmãos fundam a Theodore Boris & Irmão, em 1869.

Em 1870, já de volta à Paris, Alphonse e Theodore, juntamente com o irmão Isaie, abrem a Boris Frères. Na sequência, Theodore, Achilles e Adrien desembarcam no Ceará e estabelecem uma filial da Boris Frères. Em 1878, Isaie também veio residir no Ceará. No período entre 1878 e 1893 a Boris Frères teve papel fundamental no cotidiano da cidade de Fortaleza, seja planejando a expansão ferroviária da cidade (o projeto da estrada de ferro de Baturité, em 1890, é também atribuído a eles), realizando melhoramentos urbanos em termos da instalação de novos e modernos equipamentos públicos como o Mercado e o colégio Lyceu,

ou mesmo resolvendo questões cotidianas entre a população que envolviam produtos importados (perfumes, tecidos, etc). A influência dos irmãos Boris na cidade era tamanha que, em muitos momentos, eles chegaram a custear obras públicas, em face do *déficit* do estado (MOTA, 1982).

Figura 11 –Catálogo de produtos da empresa Guillot Pelletier



Fonte: Dados da pesquisa.

Não localizei arquivos que dessem conta do trajeto físico dessa estrutura de ferro a cidade de Fortaleza. Em visita ao Arquivo Público Provisório, lugar onde, teoricamente, os documentos passam por processos de análise de relevância e catalogação para, então, prosseguir para o arquivo definitivo, encontrei algumas caixas com cartas comerciais recebidas pelos irmãos Boris no período de 1894 a 1904.

Embora em péssimo estado de conservação, essas cartas funcionavam como documentos fiscais dos produtos recebidos no porto de Fortaleza pelos comerciantes. Manuscritas, a maioria em francês e inglês, com apenas um ‘bilhetinho’ indicando data (ano) e cidade de procedência, essas cartas representam relevantes transações comerciais que eram feitas no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, nenhuma delas trouxe informações a respeito dos movimentos de importação da estrutura de ferro do Mercado. Como parte da história da cidade, esse material carece de uma atenção maior em termos de preservação, sob o risco de perdermos parte da memória local caso ele não seja conservado.

Esse episódio envolvendo os irmãos franceses reforça ainda mais a existência de práticas relacionadas a uma espécie de marco civilizatório da urbanização e das práticas cotidianas em Fortaleza. Tal processo reflete ainda a dinâmica do *travel of ideas*, permeado por processos de tradução de práticas que se instalaram em Fortaleza, amparadas em uma rede de práticas translocadas da Europa para o Brasil. O *travel of ideas* possibilitou o amalgamar de simbolismos locais e externos através das práticas apregoadas de desenvolvimento, higiene e progresso, bem como pela importação de matéria e modos de vida. Assim, nesse contexto, vemos um espaço da cidade que emerge a partir de uma rede de práticas polissêmicas, sincrônicas e interdependentes (CZARNIAWSKA, 2004; LYOTARD, 2013) Em Fortaleza, são vários os indícios históricos que remetem ao estereótipo dos países colonizadores, sendo a prática da arquitetura de ferro que viajou da Europa para o Brasil, organizando o novo mercado de ferro e suas práticas correspondentes, um dos exemplos desse processo.

Embora no final do século XIX já existisse a prática de fundições no Brasil (CASTRO, 2010), além de pessoas qualificadas para dar andamento a um empreendimento de tal grandeza, era preferível da parte do proponente verificar junto à Europa se seria possível construir tal obra. Essa ‘necessidade’ era endossada pelo clamor oriundo da classe mais abastada da cidade, refletindo o processo já instalado com base nas práticas civilizatórias da *Belle Époque* que ocorreu em Fortaleza no mesmo período.

Assim, o Mercado de Ferro, ainda em construção, era um elemento simbólico de uma época onde o fascínio por progresso e desenvolvimento era uma dinâmica constante na cidade de Fortaleza. Além do desenvolvimento tecnológico que a construção em ferro

representava, também havia implícita uma expectativa quanto às maneiras de fazer que, à medida em que as ‘novidades’ chegavam a Fortaleza, aumentava. Essa expectativa teve como grande fonte de inspiração as Exposições Universais (1889), evento convocado em Paris em alusão aos 100 anos da Revolução Francesa (CAPELO FILHO; SARMIENTO, 2003; CASTRO, 1992; 1994). Na ocasião, foram apresentadas diversas práticas de melhoramentos urbanos, sendo um dos mais famosos a Torre Eiffel que, conforme algumas fontes dispersas, também foi fabricada pela Guillot-Pelletier.

No tempo oportuno, as peças do Mercado, pré-fabricadas em ferro, desembarcaram de navio na cidade acompanhadas por uma maquete para orientar sua montagem. À medida que a arquitetura de ferro ia sendo montada, tomava forma uma estrutura ampla, adaptada ao clima local (seguindo a ideia da arquitetura do mercado galpão), já que era todo gradeado, composta de dois ambientes, unidos por uma por uma avenida coberta, que permitia a entrada de luz e ventilação natural. Importante destacar que no período da construção do Mercado ainda não havia luz elétrica em Fortaleza. Por isso, à noite, toda iluminação era feita a gás (LEAL, 2011).

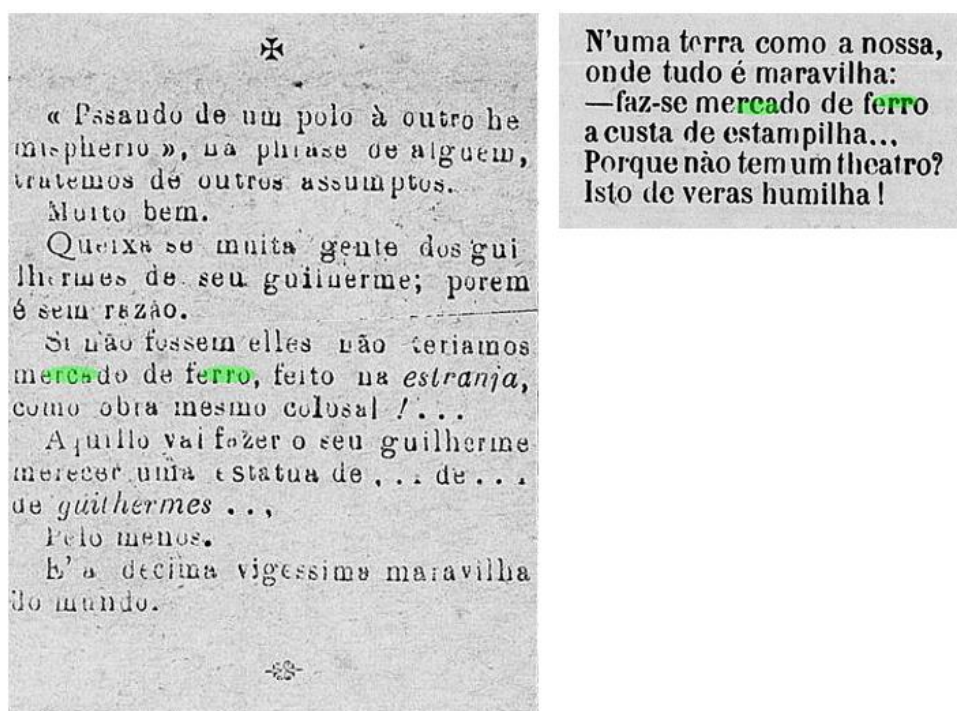
A engenhosidade do equipamento era tal que um estrangeiro, ao visitar o Ceará, faz uma descrição do Mercado de Ferro, quase finalizado. “Hontem, depois de uma visita ao Mercado Público, que depois da construção do vasto e elegante pavilhão de ferro, quase terminado, será um dos melhores, senão o melhor do Brasil [...]”³¹ (Figura 12).

Entretanto, a “colossal” arquitetura de ferro do mercado também foi criticada. Aqueles que se opunham aos governantes da situação expressavam sua indignação com a construção de um Mercado em Ferro ao invés de um teatro que, segundo o fragmento, seria muito mais útil a vida da cidade. Críticas foram veiculadas de forma anônima na revista ilustrada *O Figarino*, conhecida por um humor crítico a administração municipal e provincial (Figura 13). Nesse sentido, o Mercado também se revela enquanto uma prática política, que foi combatida por grupos adversários àqueles da situação.

A inauguração (Figura 14) do novo mercado público com arquitetura de ferro (Figura 15) aconteceu no dia 18 de abril de 1897, na gestão do intendente municipal Guilherme César da Rocha e do presidente da província Antônio Pinto Nogueira Accioly, que também era líder da oligarquia Accioly no estado. Assim como o mercado galpão, a finalidade primeira do novo Mercado de Ferro era organizar na cidade o comércio de gêneros alimentícios como carnes, frutas e verduras, além das práticas de higienização.

³¹ O Pão da Padaria Espiritual, 30 de setembro de 1896.

Figura 12 - Nota de jornal sobre a impressão de um estrangeiro frente à construção do Mercado de Ferro



Fonte: O Pão da Padaria Espiritual, 30 de setembro de 1896

Figura 13 –Nota de jornal crítica a construção do Mercado

Hontem, depois de uma visita ao Mercado Publico, que depois da construcção do vasto e elegante pavilhão de ferro, quasi terminado, será um dos melhores, senão o melhor do Brasil—fui a uma casa onde se vendem artefactos de palha de carnahuba.

Fonte: O Figarino, 26 de janeiro de 1896 (esquerda) e O Figarino, 8 de junho de 1896 (direita)

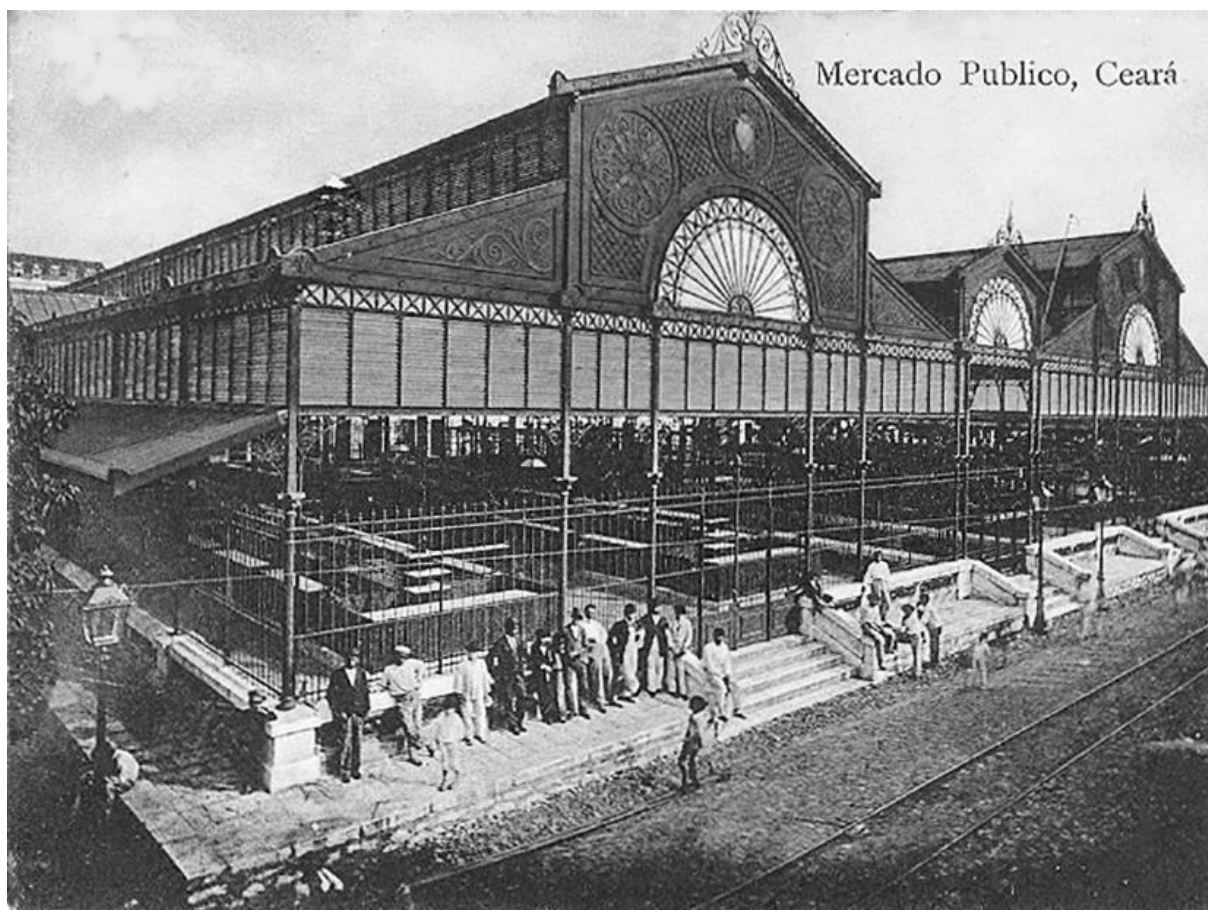
Figura 14 –Nota de jornal anunciando a inauguração do Mercado

Mercado Publico

No domingo, 18, ás 9 horas da manhã será inaugurado o novo Mercado Publico, á praça José de Alencar.

Fonte: A República, 15 de abril de 1897.

Figura 15 – Mercado de Ferro em Fortaleza (1909).



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em: <<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=mercado>>

A inauguração foi um evento que movimentou toda a cidade (ANEXO N):

Com toda solenidade e perante um numeroso concurso de senhoras e cavalheiros realizou-se hontem a inauguração do sumptuoso mercado público d'esta cidade que é o mais bello e talvez o mais confortável da América do Sul e para sua discrição que vae em outro lugar chamamos a atenção dos leitores.

A's 9 horas em ponto, em presença do exm.º sr. Presidente do Estado do exm.º sr. D. Joaquim José Vieira, bispo d'esta diocese e muitas autoridades civis e militares teve lugar a solenidade da benção, oficiando s. ex.º redv.º o sr. Bispo do Ceará.

Ao centro de um espaçoso vão do edifício, estava colocada uma mesa ricamente adornada, onde tomaram lugar o exm.º sr. Presidente do Estado o benemérito senador Accioly, ocupando o centro o virtuoso prelado e em roda muitas pessoas gradas da sociedade cearense.

Num brilhante discurso o intendente coronel Guilherme Rocha fez o histórico do esforço empregado, do trabalho despendido, sendo ouvido com muita atenção pelo numeroso auditório.

Ao concluir o honrado intendente s. ex. o ilustre dr. Accioly, declarou inaugurado o mercado e se congratulou com a população pelo melhoramento realizado.

Em nome do commercio falou então, o negociante João Ricardo, da casa << Sobral >>, que concluiu seu discurso, oferecendo uma rica caneta cravejada de brilhantes e uma pena d'ouro para assignaturas da acta d'aquella solenidade, que foi encerrada com algumas palavras de saudação, dirigidas ao povo do município pelo chefe do Estado senador Accioly.

Levantada a sessão um ligeiro *lunch* foi oferecido às pessoas presentes.

Durante todo dia foi o edificio muito visitado e à noite a música do batalhão de Segurança tocou lindas peças de seu repertorio no edificio do novo mercado.

Fogos de vista

Hoje à noite serão queimados na praça José de Alencar lindas peças de fogos de artifício, mandados fabricar pelo commercio daquela praça, em regozijo pela inauguração do novo mercado.

O mercado que ontem foi inaugurado e que redonda em enormes benefícios para esta cidade, pelas condições hygiências que oferece, manda a justiça que confessemos, é um producto da inabalável força de vontade de um homem que um dia imaginou e realizou bella obra.

Esse individuo que perpetuou tão honrosamente seu nome e que tão relevantes serviços ha prestado à causa pública no Ceará é o coronel Guilherme Cesar da Rocha, actual intendente municipal a cujo esforço, dedicação deve a Fortaleza contar em uma de suas praças o mais bello, confortável e elegante mercado do Brasil.

Do nosso illustre amigo dr. Theodorico Filho Recebemos os interessantes dados que se seguem concernentes a parte technica e descriptiva do novo mercado:

Nada há mais difficil do que idealizar-se monumentos públicos e executar-os em todos seus detalhes; aliar o útil ao agradável, a solidez com a economia, a beleza architectural com as regras que nos ensina a hygiene pública, a commodidade com a perfeita harmonia em todas as suas formas.

Felismente para orgulho do povo cearense é o novo mercado uma destas obras que preenche todas aquellas condições e em que a concepção humana poude manifestar-se com grande brilhantismo.

Situado em uma das mais belas praças da Fortaleza é esta obra a mais bem acabada dentre todos os edificios quer público quer particulares desta cidade e em seu gênero nenhuma na América do Sul e bem raras na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte lhe levam a palma.

De forma perfeitamente quadrada, tendo cada lado quarenta metros de comprimento, abrange portanto o novo mercado uma área de mil e seiscentos metros quadrados.

Está ele dividido em três grandes secções, uma das quaes, a central, com largura de cinco metros sobre quarenta de comprimento serve de avenida ou entrada geral e duas outras secções iguaes, cada uma medindo uma área equivalente a setecentos metros quadrados, onde estão [ilegível] oito compartimentos de treze metros de comprimento sobre quatro de largura cada um, destinado ao commercio de carnes, peixes e miúdos, ficando todos eles separados entre si por grandes e espaçosas vias. Estes compartimentos se achão por sua vez subdivididos em oito cubículos cada um, sendo portanto, de sessenta e quatro o número delles.

E' todo o mercado cosntruido de ferro, tendo a sua coberta de zinco apoiada sobre quarenta e outro colimnas internas, trinta e duas das quaes são de forma architectonica a mais bela possível, afora quarenta e quatro columnatas externas.

O embasamento que circunda o edificio é formado por elegantes columnas de cantaria empedra calcarea do Itapahy.

O edificio tem oito entradas, três em cada uma das frentes e duas partes lateraes.

Todos os melhoramentos, como gas, agua em abundancia, exgoto para aguas servidas forão plenamente executados de maneira à satisfazer as condições as mais rigorosas, impostas pela hygiene.

Sua altura máxima é de dose metros, tendo seus paraiaos que o isolam completamente.

Esta obra, que vem prestar os mais incontestáveis serviços a Fortaleza e que há muito era reclamada como uma necessidade palpitante, foi executada administrativamente pela Camara Municipal desta cidade sob a direção do engenheiro A. Theodorico Filho, sendo administrador da mesma obra o hábil artista Manoel da Villa Nova.

As obras de alvenaria tiveram começo a 5 de fevereiro de 1896; a 18 de abril do mesmo anno foi lançada a pedra fundamental e a 18 de abril de 1897 foi inaugurado o grande mercado.

Motavão suas despesas geraes a cerca de trezentos e sessenta contos de réis.

Damos em seguida a alocação proferida pelo sr. Coronel intendente Guilherme Rocha:

Meus senhores.

Sinto-me feliz vendo hoje realizada uma das minhas mais ardentes aspirações de homem público.

Sinto-me feliz, repito; porque para conseguil-a, as dificuldades transpostas no afan foram tantas, assumiram proporções tamanhas e aspectos tão desoladores, que rememoral-as não me é dado n'este momento de expansão jubilosa.

Afinal venci e venci porque lutei. Lutei reunidamente, sem tréguas e nem repouso. A victoria, porém, não me cabe inteira ou melhor não me pertence. Se obtive-a, compreendendo uma grande necessidade, devo -a aos meus digníssimos colegas da Camara Municipal, passados e presentes, que nunca hesitaram um só instante sequer em alentar-me com o almo vigor, que constitue-se medula de leão dos combatentes, e sem a qual todas as conquistas por melhor empreendidas se malogram como simples tentamens.

Por mais tremendas que fossem as emergências sobrevindas, cada qual mais preponderante, nunca desfaleci, é certo; porque havia sem cessar da bôa vontade; homogênea e solidária de todos eles, como n'uma fonte de indefectível energia, o esforço vibrante e preciso para que a idea por mim traduzida em facto, sob o signo fatídico de uma benéfica inspiração, tivesse em breve, a despeito da ousadia de sua execução, a mais cabal e definitiva objectivação, em honra d'esta terra, cujos destinos serão grandes, por mais que tratem de vilmente deprimil-a.

Os sacrifícios por mim experimentados, em sucessão ininterrupta, no percurso de uma verdadeira via dolorosa, acham-se totalmente compensados.

Sinto-me feliz, ainda uma vez repito, esquecendo-me de todas as agruras que me pungiram, de modo inexhoravel, para só me lembrar que a nossa bella Fortaleza, possui hoje, sob o ponto de vista artístico, o primeiro mercado do Brazil e quiçá da América do Sul.

É digno de vós, de vossos filhos, de vossos netos; utilizai-vos d'elle, como de um vosso domínio, que o é, porque ele exprime concretamente, na sua mais elevada significação, o produto comum de uma iniciativa patriótica, fecundada e levada a efeito pela colaboração generosa de todos vós, na convivência fraternal do bem publico.

As grandes obras monumetaes de um povo são escolas de virtude cívica e tem missão civilizadora. N'ellas se aprende a amar o progresso, que se afirma pela solidariedade [ilegível] geral dos espíritos e dos corações.

Eu felicito à cidade da Fortaleza pelo seu novo mercado, um bello momumento, que atesta o seu valor como povo culto, esplendida prova documental de quanto merece no conceito universal do progresso.

N'uma só palavra se resume todo o [ilegível] de honra da nobreza cívica: O dever.

A luta pela sua supremacia exige hoje a maior de todas as coragens.

N'esta obra, que vêdes erguida só por vós e para vós, concidadãos, eu tive a coragem do dever cumprido.

Estou satisfeito. É todo o meu galardão.

Eu tenho a distincta honra de pedir a s. exc. o sr. Presidente do Estado, senador Antonio Ponto Nogueira Accioly, se digne declarar inaugurado este mercado.³²

O Mercado Público e a sua arquitetura de ferro, então inaugurado, além de aprimorar a higiene pública, abrigaria as práticas comerciais de Fortaleza, especialmente dos gêneros alimentícios, como a carne, o peixe e a farinha. Entretanto, não eram apenas esse tipo de produtos que eram comercializados. Os quartos, como eram chamados os boxes de venda, se dedicavam ao comércio de toda sorte de produtos, como chapéus de palha de carnaúba, roupas, sapatos, artigos para casa, pães, doces e bebida alcoólica. A Instrução de Tombamento

³² A República, 19 de abril de 1897. Documento original no Anexo N.

do Mercado (2006) esclarece a sua composição da organização original em termos de práticas arquitetônicas:

Apresentava planta quadrada, tendo cada lado quarenta metros de comprimento e uma área de 1600m². Era dividido em três grandes secções; a central, com largura de 5 metros, que servia de avenida ou entrada geral, e duas outras alas iguais, cada uma com uma área de 700m², com oito compartimentos internos de 13 metros de comprimento e 4 de largura cada, que eram destinados ao comércio de carnes, peixes e miúdos, separados entre si por grandes e espaçosas vias. Esses compartimentos eram subdivididos em 8 cubículos cada um, sendo 74 o número de boxes. O mercado era todo em ferro fundido, com a sua cobertura apoiada sobre 48 colunas internas e 14 colunatas externas. O embasamento que circundava o edifício era formado por colunas de cantaria em mármore branco. O edifício tinha 8 entradas, 3 em cada uma das frentes e 2 nas laterais. Sua altura máxima era de 12 metros, tendo 6 para-raios que o isolavam completamente. Possuía uma caixa d'água de 20 metros cúbicos do lado de fora do edifício. A estrutura e os adornos das fachadas (em sua maioria fitomórficos) eram em ferro fundido e os elementos de vedação em ferro laminado unidos e fixados, ora com parafusos, ora com rebites. Sua cor original era verde

Uma malha de práticas políticas atuou quando da construção do Mercado de Ferro, assim como as demais estruturas de ferro que foram aportadas na cidade. O recorte documental que apresenta a inauguração do Mercado é permeado por discursos políticos e exaltação de figuras da administração institucional local. Os objetivos primeiros de estabelecer um mercado eram controlar o comércio e se abastecer com os impostos a serem cobrados e fortalecer as figuras políticas dos gestores municipais e estaduais. De forma subjacente, o estabelecimento do Mercado de Ferro na cidade evidenciava a afirmação do poder político por parte do então governador Nogueira Accioly e seus aliados, que se exaltavam e eram comemorados como responsáveis pelo progresso de Fortaleza. Isso se reflete na ovação feita pelo intendente Guilherme Rocha (Figura 16):

Guilherme Cezar da Rocha

Ovação merecida

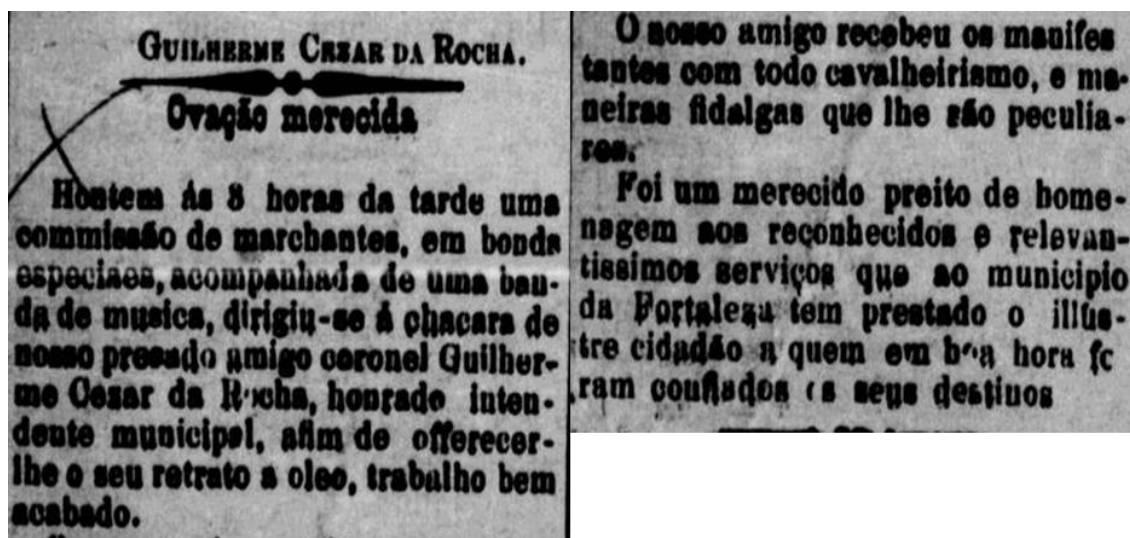
Hontem às 8 horas [?] da tarde uma comissão de marchantes, em bonds especiaes, acompanhada de uma banda de música, dirigiu-se à chácara de nosso presado amigo coronel Guilherme Cezar da Rocha, honrado intendente municipal, afim de oferecer-lhe o seu retrato a óleo, trabalho bem acabado.

O nosso amigo recebeu os manifestantes com todo cavalheirismo, e maneiras fidalgas que lhe são peculiares.

Foi merecido preito de homenagem aos reconhecidos e relevantíssimos serviços que ao município da Fortaleza tem prestado o ilustre cidadão a quem em boa hora foram confiados os seus destinos.³³

³³ A República, 19 de abril de 1897.

Figura 16 - Nota de jornal sobre a ovação recebida por Guilherme Rocha pela inauguração do Mercado de Ferro



Fonte: A República, 19 de abril de 1897.

Assim, a arquitetura do Mercado de Ferro foi associada a pessoa do intendente municipal, Guilherme Rocha, em um gesto de afirmação política que, de alguma forma, influenciou sua relação com o então presidente da província, Nogueira Accioly. Entretanto, conforme noticiado pelos fragmentos documentais, a partir da execução da obra do Mercado de Ferro, Guilherme Rocha foi cada vez mais tolhido pela administração da província em suas tentativas de trazer novos melhoramentos à cidade. Isso porque, segundo o recorte, Guilherme Rocha teria ferido os brios de Nogueira Accioly ao alcançar uma posição de destaque político na cidade. “As glórias, sejam embora arranjadas com fumo de uma lisonja de aluguel, só devem recahir sobre os representantes dos *acciolys* [...]”³⁴. Novamente, o Mercado se manifesta como uma prática política de espaço operacionalizada por diversos atores da cidade

Embora estas práticas políticas não tenham sido silenciadas, estas foram desviadas e mantidas de forma subjacente a construção e organização do Mercado de Ferro, enquanto travestidas de melhoramento urbano. Nesse sentido, a arquitetura de ferro do Mercado foi a materialização de uma prática política do governo local da época. Contudo, esse processo só encontrou terreno fértil para sua consecução a partir da questão social que emergia na cidade de Fortaleza a medida em que as práticas translocadas da Europa e relacionadas à *Belle Époque*

³⁴ Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso, 23 de dezembro de 1907.

se estabeleciam. O reconhecimento pela prática de estabelecer o Mercado na cidade se deu através congratulações pela execução da obra que vieram, inclusive, de outros estados do Brasil.

Um mercado modelo

Da Gazeta Commercial e Financeira do Rio:

Recebemos pelo último paquete do norte diversas fotografias do mercado público de Fortaleza (Ceará) um dos edifícios sumptuosos do continente sul-americano, sem rival entre os da sua natureza que no nosso território, quer no Rio da Prata, onde os mercados gozaram outro'ora de uma certa celebridade.

Durante a nossa rápida permanência na bela capital cearense, tovermos ocasião de apreciar de perto o adiantamento da construção e o bom gosto artístico dos filhos d'aquella gloriosa terra, revelado ainda nos mais pequenos detalhes, n'uma ostentação de progresso que muito diz em favor da cultura d'aquêle povo.

E não vai n'isto lisonja descabida é a impressão nítida de que ainda conservamos indelével recordação, produzida mais do que pela beleza natural da cidade pelo esforço que os cearenses fazem para eleval-a no conceito unanime de todos os que a visitam,

A's municipalidades de Fortaleza devem-se todos os melhoramentos alli existentes e tratando se de uma capital relativamente pequena e de um estado que tantos reveses tem sofrido pela crueldade do destino, causa justa surpresa encontrar-se tão importantes emprehendimentos.

Isso prova quanto vale a iniciativa municipal quando applicada em obras de interesse publico e quando não se preocupa em absoluta de outra qualquer tendência senão a de procurar o bem estar do povo.

O mercado recém inaugurado cuja fotografia pode ver-se na sala de nossa redacção, tem todas as [ilegível] d'um verdadeiro monumento. O seu corte e a sua estrutura impõem e deixam ver, desde logo, que se procurou reunir-lhe à beleza da forma e á convenção do estylo, umas das essenciaes condições requeridas em construções d'aquella natureza: a hygiene. Este desideratum foi cumprido á risca, pois basta um golpe de olhar para se formar uma ideia completa da limpeza do edificio e da facilidade com que circula o ar em todas as suas vastissimas dependências.

Pelos seguintes dados, os leitores ficarão orientados:

<<De forma perfeitamente quadrada, tendo cada lado quarenta metros de comprimento, abrange portanto o novo mercado uma área de mil e seiscentos metros quadrados.

Está ele dividido em três grandes secções, uma das quaes, a central, com largura de cinco metros sobre quarenta de comprimento serve de avenida ou entrada geral e duas outras secções iguaes, cada uma medindo uma área equivalente a setecentos metros quadrados, onde estão [ilegível] oito compartimentos de trese metros de comprimento sobre quatro de largura cada um, destinado ao commercio de carnes, peixes e miúdos, ficando todos eles separados entre si por grandes e espaçosas vias. Estes compartimentos se achão por sua ves subdivididos em oito cubículos cada um, sendo portanto, de sessenta e quatro o número delles.>>³⁵

Todas as honras do estabelecimento do Mercado de Ferro foram entregues as autoridades locais. Mas onde estavam os atores do cotidiano da cidade e que iriam utilizar-se do Mercado nesse processo? Suas vozes não são audíveis nessa dinâmica, mas tomam lugar na medida em que o Mercado escapa ao controle institucionalizado do governo municipal. Sobre a inauguração do Mercado, o que é legitimado e qualificado enquanto documento são as notas jornalísticas que dão ênfase aos discursos do governo municipal.

³⁵ A República, 18 de junho de 1897. Documento original no anexo O.

Esse enredo é construído desde o encaminhamento do pedido de financiamento à Câmara Municipal até o momento posterior à inauguração do Mercado de Ferro. Não se sabe, ao certo quais os entendimentos dos outros atores direta ou indiretamente envolvidos no processo de construção e inauguração do Mercado. Nesse sentido, revela-se aí um silêncio, onde a voz de outros atores, provavelmente, foi suprimida em face daqueles que detinha o poder no momento.

Mercado Público

Ainda hontem o novo Mercado foi o *great attraction* da população desta capital. Desde a tarde começou a fluir povo para a praça José de Alencar. Às 7 horas da noite uma onda enorme movia-se com dificuldade na praça. Cerca de 3000 pessoas viam-se ali reunidas.

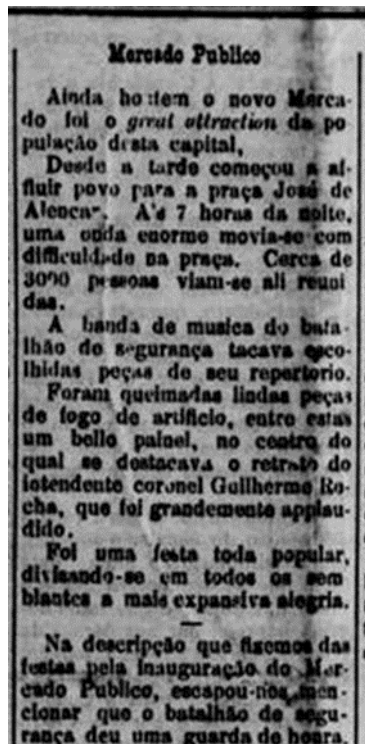
A banda de música do batalhão tocava escolhidas peças de seu repertório.

Foram queimadas lindas peças de fogos de artifício, entre estas um bello painel, no centro do qual se destacava o retrato do intendente Guilherme Rocha, que foi grandemente aplaudido.

Foi uma festa toda popular, divisando-se em todos os semblantes a mais expansiva alegria.

A descrição que fizemos das festas pela inauguração do Mercado Público, escapou-nos mencionar que o batalhão de segurança deu uma guarda de honra.³⁶

Figura 17 - Nota de jornal sobre a repercussão da inauguração do Mercado de Ferro



Fonte: A República, 20 de abril de 1897, grifo original

³⁶ A República, 20 de abril de 1897, grifo original.

Vê-se também que, durante a inauguração do Mercado, há uma forte presença da burguesia cearense, em um aceno sobre o quão importante era a presença daquele equipamento, criado e construído conforme os padrões franceses (Figura 17). Isso corrobora o fato que o Mercado de Ferro simbolizava desenvolvimento e acirrava as desigualdades por meio da limpeza social que excluía aqueles que não se encaixassem nos padrões estéticos e higienistas previstos.

8.3 A HISTÓRIA DO DESLOCAMENTO ESPACIAL DO MERCADO DE FERRO DE FORTALEZA: “A CIDADE ESTENDE-SE PARA TODOS OS LADOS, AINDA QUE LENTAMENTE”

Conforme os documentos, o Mercado teve um uso intenso por, aproximadamente, 40. Contudo, no início dos anos 30 a cidade de Fortaleza passou por um novo ciclo de modernização e desenvolvimento (RIOS, 2014), no qual o Mercado passou a ser considerado como uma mácula na cidade, principalmente pelas persistentes ditas inadequadas práticas de higiene que apresentava (Figura 18; Figura 19). “[...] a permanência do mercado velho constitui um escarneo atirado às faces dos habitantes de Fortaleza, que pagam pesadas taxaões, sem direito ao menos de mostrarem aos turistas, que nos visitam a sua mesa de jantar decentemente assejada...”³⁷

É possível observarmos, por meio da análise documental, que o Mercado de Ferro, da maneira que se encontrava, fugia aos novos anseios da cidade em termos de parâmetros de civilidade e progresso, agora articulados com o argumento do turismo na capital. Neste cenário, foi então planejada a construção de um novo Mercado. A existência de um novo Mercado implicaria na destituição do primeiro, principalmente por motivo da ampliação da concorrência, fortalecida pela ideia de que o Mercado era um ambiente insalubre.

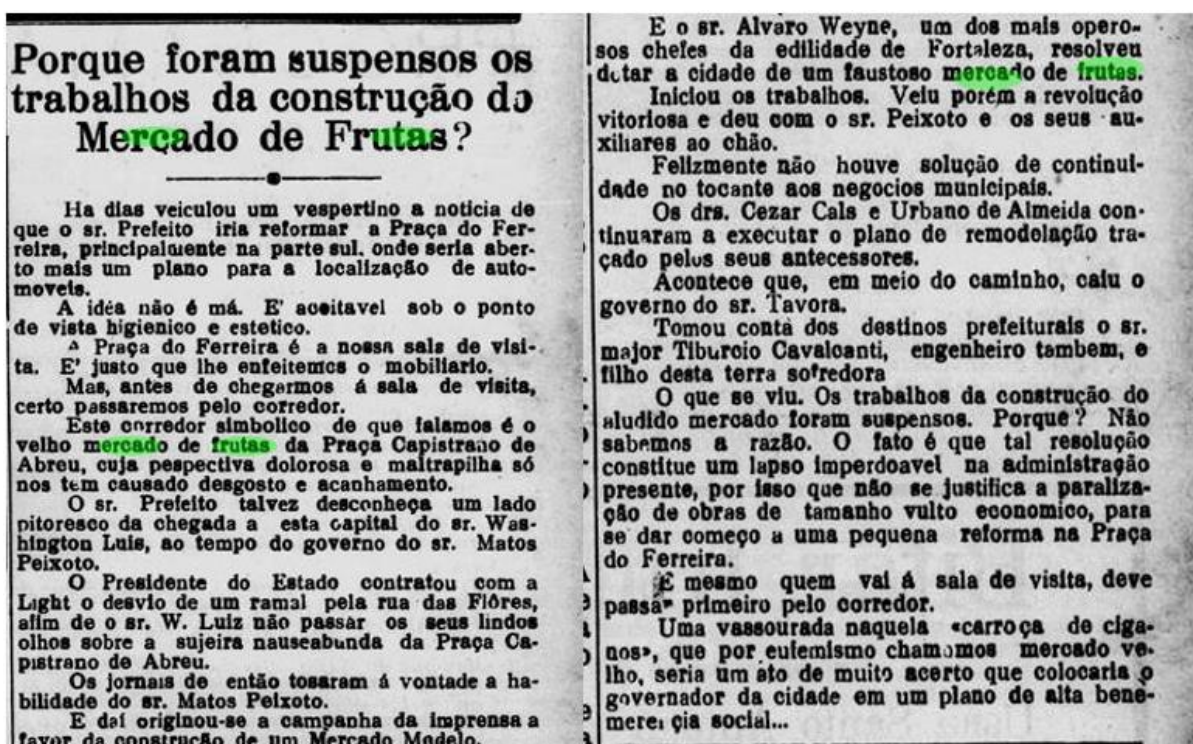
Novamente, observamos uma translocação de práticas baseada no movimento do *travel of ideas*. Essa translocação procurava distanciar o Mercado da sua realidade local e apresentá-lo como um símbolo de um espaço verdadeiramente (in)existente. Talvez tenha sido por conta desses movimentos que o Mercado possa ser considerado, inicialmente, como um lugar normativo do que um espaço socialmente construído (CERTEAU, 2008).

Em 22 de setembro de 1932 foi inaugurado o novo Mercado na Rua Conde D’Eu, quase em frente ao Mercado de Ferro (Figura 20; Figura 21; Figura 22). Denominado como

³⁷ Jornal A República, 25 de novembro de 1931.

Mercado de Frutas e Cereais, o novo local foi pensado para ser um lugar de abastecimento de gêneros alimentícios de Fortaleza, bem como fazer o papel de atração turística para os visitantes do centro da cidade. Este novo equipamento continuava a integrar um plano para ‘limpar’ e adequar Fortaleza, bem como desenvolvê-la por meio de práticas urbanas e turísticas translocadas.

Figura 18 – Nota de jornal sobre a construção do Mercado de Frutas

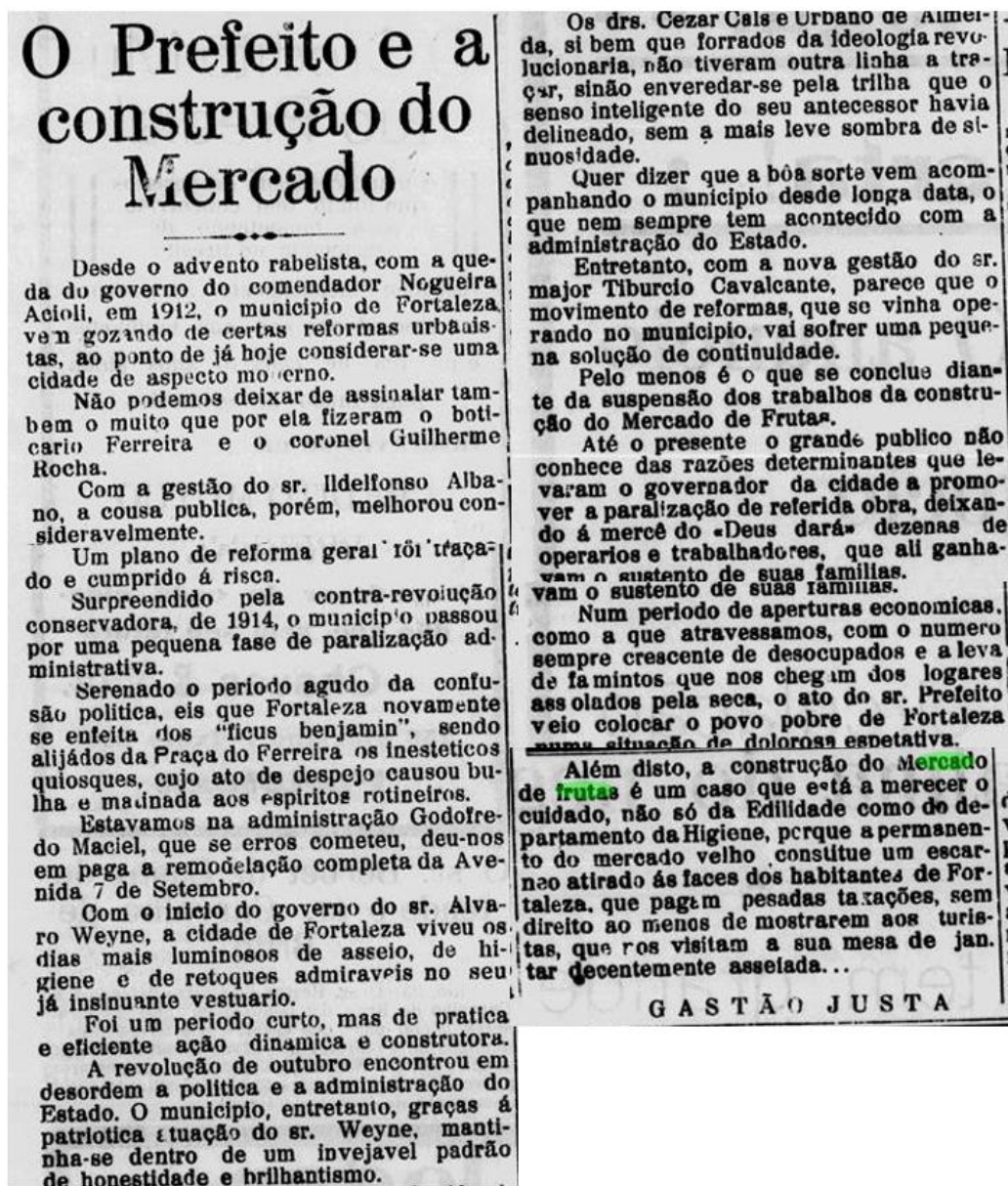


Fonte: A República, 19 de novembro de 1931.

Entretanto, antes da finalização do prédio, em 1931, a venda de carnes, frutas e verduras foi proibida no interior do edifício. Por isso, os boxes foram ocupados por produtos utilitários e decorativos. Essa normatização colaborou para a consolidação do Mercado de Frutas e Cereais como um local de venda de artesanato típico da região.

Mas, mesmo tendo suas atividades restringidas a venda de artesanatos e utilidades, a existência do Mercado de Frutas e Cereais foi suficiente para enfraquecer paulatinamente o movimento de consumidores no Mercado de Ferro. Com isso, o Mercado de Ferro perdeu gradualmente sua função de centro de abastecimento de produtos alimentícios frescos, sendo gradativamente substituído por outras formas de fornecimento desses produtos, como os supermercados (CAPELO FILHO; SARMIENTO, 2003).

Figura 19 – Nota de jornal sobre a construção do novo mercado

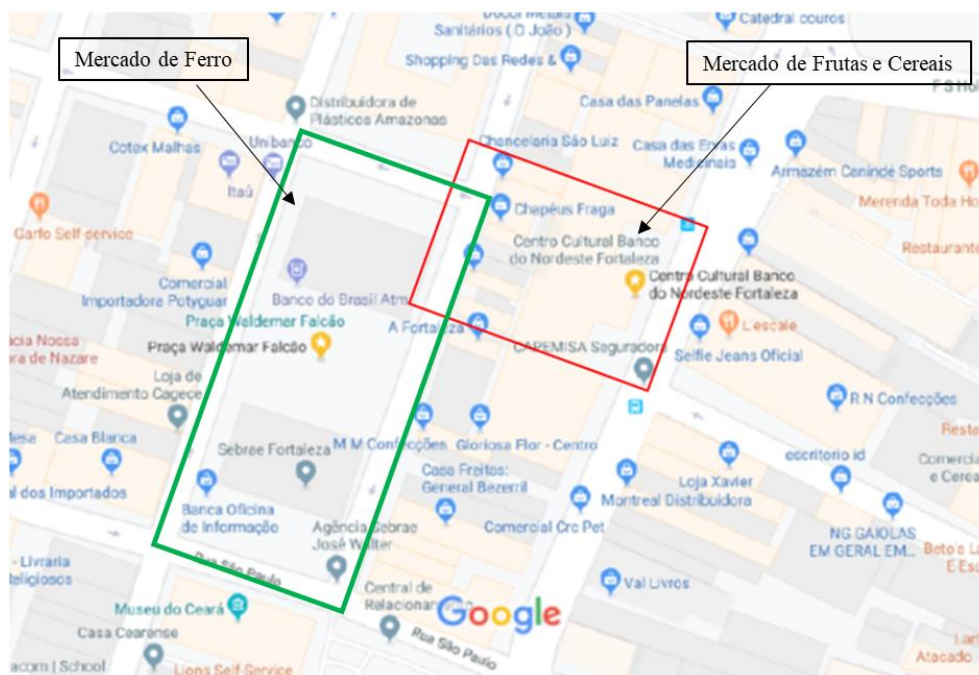


Fonte: Jornal A República, 25 de novembro de 1931.

Em 1975, o Mercado das Frutas e Cereais foi reformado e teve sua vocação turística consolidada a medida em que a cidade começava a se destacar como um destino turístico. Na década de 1990, em face da deterioração do prédio de alvenaria, uma nova edificação foi erguida, agora uma maior capacidade para receber turistas e uma diversidade ampla de produtos. Assim, em 1998, é inaugurado no Mercado Central, existente até os dias de hoje. Já o prédio do Mercado de Frutas e Cereais, depois de reformado, abrigou o Centro de Referência do Professor e, em 2013, passou a sediar o Centro Cultural do Banco do Nordeste³⁸.

³⁸ <http://plus.diariodonordeste.com.br/predios-historicos-de-fortaleza/#intro>

Figura 20 –Localização do Mercado de Frutas e Cereais (2019)



Fonte: Google Maps (2019).

Figura 21 –Mercado de Frutas e Cereais, fachada da rua Conde D’Eu (1932)



Mercado Central, de frutas e cereais, que serviu à Cidade durante muitos anos mas que depois ficou somente para artesanato.

Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em: <<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=mercado>>

Figura 22 – Mercado de Frutas e Verduras, fachada da praça Capistrano de Abreu (1950)



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em:
<<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=mercado>>

Em face do enfraquecimento do Mercado de Ferro enquanto organização responsável pelo abastecimento da cidade e dos planos institucionais de (re)organizar o Centro de Fortaleza, o Mercado de Ferro, antes *great attraction*, agora era considerado como um problema a ser solucionado pela administração municipal. Como alternativa, e considerando que uma cidade em virtude do seu crescimento não poderia contar com um equipamento que a envergonhasse e também atendendo ao anseio de expandir a cidade, que previa a descentralização de algumas atividades-chave até então restritas ao Centro de Fortaleza, o poder municipal optou por deslocar o Mercado de Ferro da praça da cidade que o abrigou durante sua existência até então.

A decisão pelo desmonte e deslocamento do Mercado veio em 19 de dezembro de 1937, quando o então prefeito Raimundo Araripe (1936 a 1945) assinou o decreto 52, que determinou a desmontagem da arquitetura de ferro do Mercado para posterior montagem em local a ser definido. Paradoxalmente, essa desmontagem e futuros deslocamentos espaciais do Mercado de Ferro foram convenientes à prefeitura para dar andamento as práticas de ampliação da cidade e urbanização de novos espaços urbanos. Dessa forma, a arquitetura de ferro do Mercado foi desmembrada, deslocando-se para dois diferentes bairros da cidade de Fortaleza:

o primeiro foram os espaços urbanos que se limitam entre os bairros do Centro e da Aldeota e o segundo foi o bairro Otávio Bonfim.

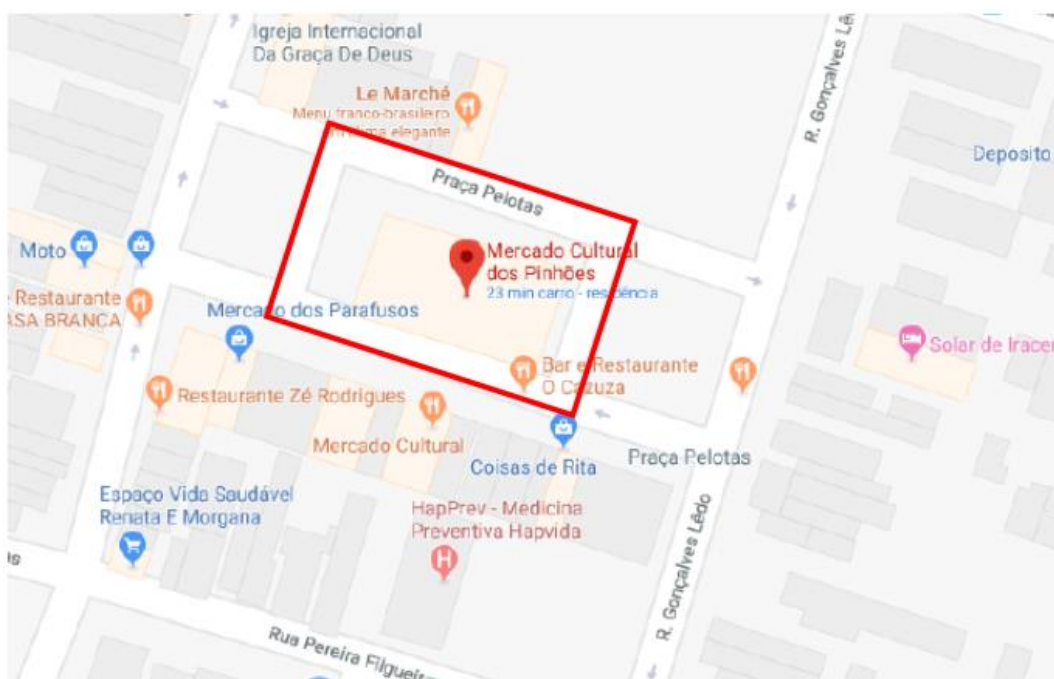
Em 4 de outubro de 1937, Dona Carlota Gouveia de Miranda Cavalcante lavrou em cartório escritura de doação de um terreno de 5 mil metros quadrados situado entre as ruas Nogueira Aciolli, Gonçalves Lêdo, Tenente Benévolo e Pereira Filgueiras em benefício da prefeitura municipal de Fortaleza. A condição para tal doação, entretanto era “a construção de um dos Mercados da Carne desta capital” (ANEXO P). Esta região, embora seja considerada por muitos pertencente ao bairro da Aldeota, de fato, se insere em seus limites no Centro da cidade de Fortaleza.

A despeito dessas tensões espaciais é importante ressaltar que a região mencionada, entre as décadas de 30 e 40, era povoada apenas por chácaras, sítios e casas de veraneio. Assim, como um projeto de deslocamento espacial e descentralização, avanço da cidade organizada e modernização, uma parte do Mercado de Ferro foi levada para esta região. O deslocamento espacial de uma parte do Mercado de Ferro para a Praça Visconde de Pelotas também representou um marco na urbanização e organização da cidade de Fortaleza, especialmente de uma parte ainda não tão movimentada do Centro. Além disso, também contribuiu para a criação e propagação no bairro de toda uma gama de práticas comerciais e higienistas, bem como uma série de desvios táticos no contexto da cidade relativos às práticas de espaço.

Com isso, a estrutura metálica do Mercado de Ferro, que anteriormente era organizada em dois grandes espaços unidos por uma espécie de passarela coberta, foi dividida e uma de suas partes, ainda desmontada, foi instalada neste espaço urbano, doado por D. Carlota Cavalcante, uma localidade repleta de árvores de pinhão, que rebatizou o Mercado de Ferro para Mercado dos Pinhões. Ainda hoje, o nome Mercado dos Pinhões é popular entre os habitantes da cidade (Figura 23). Posteriormente a inauguração dessa parte desmembrada do ‘novo’ Mercado, em 14 de setembro de 1938, a praça foi oficialmente batizada de praça Visconde de Pelotas, pela força do decreto 351 de 20 de novembro de 1937.

Dos idos de 1937 até início dos anos 70, o Mercado de Ferro sofreu a depreciação natural da sua estrutura, mas ainda manteve a atividade comercial de venda de gêneros alimentícios em seu interior. Contudo, à medida que a demanda aumentava, o lugar ficava cada vez menor, com poucos itens de infraestrutura, como banheiros e água canalizada, o Mercado novamente apresentava-se como uma vergonha que denegria a imagem da cidade (CARMO; MAIA, 2012). De igual modo, cresciam também as reclamações a respeito da limpeza física do local, justificadas pelo mau cheiro exalado pela carne, restos de frutas e verduras deixadas após o horário de funcionamento.

Figura 23 –Localização da parte remanescente do Mercado de Ferro na Praça Visconde de Pelotas, no Centro (2019)



Fonte: Google Maps.

No final da década de 70, a prefeitura cogitou remover do interior do Mercado toda a atividade comercial existente, a fim de reestruturá-lo física e organizacionalmente. Entretanto, sob protestos dos comerciantes, a ideia não vingou (CARMO; MAIA, 2012). Tencionou-se, inclusive, mudá-lo de lugar, deslocando-o para o Passeio Público. Nesse entremeio, é notório que o Mercado de Ferro, amparado pelo processo natural de deterioração da sua estrutura, iniciou também um processo de perda de vocação comercial, destacado inclusive pela própria administração municipal.

Do final da década de 70 até o final dos anos 90, o Mercado vivenciou seu esvaziamento em termos comerciais e práticos, se comparado aos seus gloriosos anos inaugurais. Em 1998, na gestão do prefeito Juraci Magalhães (1997 a 2005), a parte desmembrada do Mercado de Ferro situado à Praça Visconde de Pelotas foi restaurada com recursos provenientes de um convênio firmado entre o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Na ocasião, elementos estruturais como o piso, as colunas internas, os gradis, a cobertura, entre outros, foram recuperados.

Para o andamento da obra, foi necessária a remoção dos então permissionários do Mercado, que apenas no ano 2000 puderam retornar a suas atividades comerciais no local (CARMO; MAIA, 2012). Entretanto, o número de comerciantes já era bem reduzido pois, em

virtude da necessidade de angariar rendimentos, muitos foram em busca de outras atividades. Se consolidava assim o esvaziamento prático do Mercado, enquanto lugar de comércio da cidade. Esse processo levantou outros dilemas a serem solucionados pela administração municipal. O principal deles era: quais novos usos atribuir aos espaços do mercado, já que não lhe cabia mais o papel de abrigo da prática de comércio?

Em 2006, o Mercado de Ferro da Praça Visconde de Pelotas, ou simplesmente Mercado dos Pinhões, foi tombado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A petição inicial enviada à então secretaria municipal de cultura e desporto de Fortaleza no dia 22 de agosto de 2005, acompanhada de um abaixo-assinado com 82 assinaturas de moradores e frequentadores da região, solicitava “[...] a proteção ou mesmo tombamento de um conjunto de imóveis, localizados na Praça Visconde de Pelotas – Centro, números, 13, 17 e 21.” (ANEXO P)³⁹. O pedido foi enviado pela locatária dos imóveis, ao ser informada da previsão de demolição destes para a construção de um prédio. O documento argumentava o valor histórico da região que abrigava o Mercado de Ferro e o potencial turístico e socioeconômico do espaço enquanto polo cultural da cidade em franca expansão.

Com a intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi dado início pela prefeitura ao processo de tombamento do Mercado de Ferro. Acredito que foi levado em consideração valor histórico do Mercado, sendo a primeira obra pública concluída ainda no século XIX que se utilizou da arquitetura de ferro; e o valor arquitetônico, constituindo-se um exemplar do movimento eclético da arquitetura mundial.

A parte remanescente situada na Praça Visconde de Pelotas

Apresenta planta retangular com 40 metros de comprimento e 18 metros de largura, o que perfaz uma área total de 720m². [...] Sua estrutura é inteiramente pré-fabricada em ferro fundido, composta de uma nave central e de duas naves laterais. Este arranjo é possibilitado pelo posicionamento de 16 colunas internas com 7,30 metros de altura e 28 colunas externas e perimetrais com 2,80 metros de altura. (INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO, 2006).

A outra parte do Mercado de Ferro desmembrado foi instalada em um espaço urbano no bairro Otávio Bonfim, mais precisamente na praça Paula Pessoa (Figura 25). Nessa nova localização houve a continuidade das práticas comerciais e de urbanização até então desenvolvidas no Mercado de Ferro montado no Centro. Mais tarde, em 1960, essa parte da estrutura foi novamente desmontada, agora para dar lugar a um mercado em alvenaria, o São Sebastião (Figura 24), que existe até os dias de hoje e, atualmente, comercializa diversos itens

³⁹ Processo de tombamento nº14. Documento original no anexo P.

relacionados à alimentação. Pouco a pouco o espaço foi crescendo quantitativamente e se tornou um dos grandes centros de abastecimento de alimentos da cidade, chegando a ser o local mais importante para venda de gado nos anos 60 (CARMO; MAIA, 2012).

Em 1964, os trabalhadores de mercados públicos se reuniram para evitar o desmonte da estrutura de ferro que dava forma ao mercado São Sebastião. Era a gestão do prefeito Murilo Borges. O pleito desses trabalhadores era pela reforma e não demolição do Mercado de Ferro (CARMO; MAIA, 2012).

Contudo, em 1967, a estrutura de ferro remanescente do, hoje, Mercado São Sebastião, foi enviada ao bairro Aerolândia (Figura 27), onde permanece até o presente momento. O Mercado da Aerolândia (Figura 26) foi inaugurado em 27 de março de 1968. Composto por 50 boxes onde acontecia a venda diária de alimentos, miudezas e bebidas (CARMO; MAIA, 2012). Anterior ao estabelecimento da estrutura de ferro havia uma feira livre no local. O auge do Mercado de Ferro foram as décadas de 70 e 80, onde as práticas de comércio aconteciam de forma intensa.

Figura 24 –Parte do Mercado de Ferro montado na Praça Paula Pessoa (1950)



Fonte: Comunidade virtual Fortaleza Antiga (Facebook).

Figura 25 –Localização de parte remanescente do Mercado de Ferro na Praça Paula Pessoa (Atual Mercado São Sebastião) (2019)



Fonte: Google Maps.

Figura 26 –Localização da outra parte remanescente do Mercado de Ferro após desmonte e mudança para o bairro Aerolândia (2019)



Fonte: Google Maps.

Entretanto, devido as mudanças relacionadas as práticas comerciais, com a chegada das grandes lojas de departamento e os shoppings, com uma consequente ampliação da concorrência levou ao paulatino esvaziamento das atividades comerciais do mercado de ferro.

Aliado a isso, o desgaste físico natural da estrutura que, desde sua instalação no bairro Aerolândia, não passou por uma reforma, além do gradual abandono dos boxes por parte dos comerciantes por motivos diversos. Em 2013, a situação degradante do Mercado era divulgada pela imprensa e medidas institucionais eram reivindicadas⁴⁰. É importante ressaltar que, em 2008, o Mercado de ferro da Aerolândia, como ficou conhecido, foi tombado como patrimônio histórico pela prefeitura de Fortaleza.

Em janeiro de 2014, a restauração do Mercado da Aerolândia (Figura 27) foi iniciada e em 12 de dezembro de 2015 este Mercado, totalmente restaurado, foi entregue a população da cidade. A ideia, conforme a administração municipal, era fomentar novas práticas e fazer do lugar um espaço para trocas culturais e turísticas.

Atualmente, o Mercado de Ferro situado à Praça Visconde de Pelotas funciona como espaço para a promoção do artesanato, culinária e cultura local. Mensalmente, a secretaria da cultura do município de Fortaleza realiza, conforme calendário próprio, uma série de feiras e eventos cujo propósito principal é divulgar o trabalho de pequenos empreendedores de algumas das áreas acima mencionadas. O Mercado também conjuga uma vocação turística, dada a proximidade com a Praia de Iracema, que é ponto estratégico do turismo local da cidade de Fortaleza.

Figura 27 –Mercado da Aerolândia após seu restauro (2017)



Fonte: Disponível na comunidade virtual Fortaleza Antiga (Facebook).

⁴⁰ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/03/mercado-do-bairro-aerolandia-esta-abandonado-em-fortaleza.html>

Adicionalmente, em 26 de julho de 2017 foi inaugurado o Mercado Cultural dos Pinhões. O equipamento, estabelecido em um prédio de alvenaria anexo ao Mercado de Ferro, faz parte de um projeto da Prefeitura de Fortaleza que visa tornar a região em um polo cultural e gastronômico da cidade, por meio da manutenção de uma programação regular. O objetivo é fomentar e difundir a arte local e diversificar a oferta turística de base cultural.⁴¹

Entretanto, apesar desses eventos e fomento de novas práticas, o Mercado ainda permanece em condição de subutilização, pois os eventos são esporádicos e direcionados a um público muito específico (colecionadores de vinis e aficionados em quadrinhos, por exemplo), que também é quantitativamente restrito. Contudo, em contraponto, revelaram-se os eventos promovidos pelas organizações do entorno. Isso foi amplamente corroborado durante os procedimentos de *shadowing*, observação direta e entrevistas ocasionais e relacionais realizados no Mercado de Ferro. Em várias ocasiões distintas pude perceber o quão pouco frequentado é o mercado em si, embora seu entorno seja, boa parte do tempo, bastante movimentado.

Toda a historiografia apresentada sinaliza que o percurso da arquitetura de ferro no Ceará, e mais especificamente na cidade de Fortaleza, foi constituído de uma malha de práticas performada pela história deste percurso. Conforme relatos e descrições, as arquiteturas de ferro da igreja, do teatro e do mercado (foco desse estudo) eram consideradas melhorias relativas à da cidade e seus costumes, paradoxalmente balanceadas por persistentes práticas de locais. Nesse mote, a arquitetura de ferro, enquanto representação das classes mais abastadas (BENJAMIN, 2006, QUERIDO, 2013), tornou-se ícone de mudança social e urbana na cidade de Fortaleza, além de materializar os anseios expressos na *Belle Époque*.

A história que perpassa o Mercado se confunde com a própria história da cidade. Sua implantação foi inicialmente idealizada pela intendência municipal com um símbolo de desenvolvimento local e de afirmação política da época. Sua finalidade primeira era a organização e controle do comércio local, por meio da compra e venda de gêneros alimentícios e o pagamento de impostos por parte dos vendedores.

Os fragmentos documentais dão conta que, ao ser constituído o Mercado, além dessas transações econômicas esperadas no âmbito do seu espaço, outras pequenas organizações se estabeleciam, tanto nos espaços do seu interior, como nos espaços do seu entorno, de modo a estabelecer um constante organizar fora e dentro dos espaços do Mercado (Figura 28).

⁴¹ Conforme divulgado pela Prefeitura Municipal e Fortaleza. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-inaugura-mercado-cultural-dos-pinhoes> Acesso em: 04 de abril de 2019.

Quadro 14 – Resumo da história do Mercado de Ferro

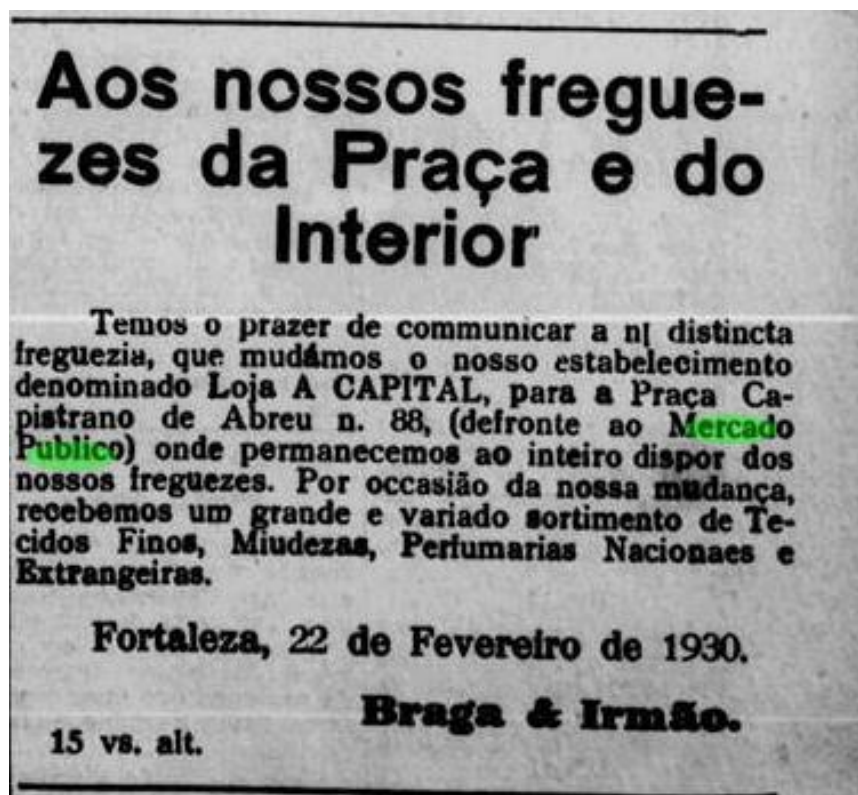
Data	Fato
10 de julho de 1808	Primeira feira semanal da Villa de Fortaleza de N. S. Assunção.
15 de junho de 1809	Barba Alardo, presidente da província, determina a construção de um mercado público.
2 de janeiro de 1810	Câmara municipal estabeleceu a construção de um mercado público.
2 de abril de 1814	Formalização dos empréstimos e doações para a construção do mercado.
19 de dezembro de 1814	Câmara recebe a primeira planta da cidade, elaborada por Silva Paulet.
1815	Início das obras do mercado.
12 de setembro de 1818	Inauguração do primeiro mercado.
1873	Primeira ideia de construir um mercado em ferro.
18 de fevereiro de 1894	Inauguração do novo galpão do mercado público.
16 de agosto de 1894	Solicitação de empréstimo para a construção do Mercado de Ferro, por Guilherme Rocha.
Novembro de 1894	Câmara autoriza as operações de crédito para a construção do Mercado de Ferro.
5 de fevereiro de 1896	Início das obras para a construção do Mercado de Ferro.
18 de abril de 1897	Inauguração do Mercado de Ferro.
22 de setembro de 1932	Inaugurado o Mercado de Frutas e Cereais.
19 de dezembro de 1937	Autorização do desmonte do Mercado de Ferro.
12 de junho de 1938	Inauguração do Mercado de Ferro na Praça Visconde de Pelotas. O Mercado para a ser popularmente conhecido como Mercado dos Pinhões.
1937	Remoção de parte da estrutura de ferro para a Praça Paula Pessoa, no Otávio Bonfim.
1967	Remoção da estrutura de ferro da Praça Paula Pessoa para o bairro Aerolândia
Dezembro de 1998	Restauro do Mercado dos Pinhões
11 de janeiro de 2006	Tombamento municipal do Mercado dos Pinhões
2008	Tombamento municipal do Mercado da Aerolândia
Janeiro de 2014	Início do restauro do Mercado da Aerolândia
12 de dezembro de 2015	Entrega do Mercado da Aerolândia restaurado.
26 de julho de 2017	Inauguração do Mercado Cultural dos Pinhões

Fonte: Elaborado pela autora.

Estar próximo ao Mercado era, inclusive, fator de vantagem competitiva para os comerciantes. Como sua estrutura estava situada no então coração do município, vários estabelecimentos eram comercialmente e geometricamente organizados em torno do mesmo. Os lugares e espaços do entorno eram transpassados por atores e práticas que valorizavam o local. Isso destaca o papel do Mercado enquanto símbolo organizativo da cidade (CERTEAU, 2008).

Nesse sentido, o Mercado se posicionava enquanto um campo aberto organizativo, capaz de eliminar as fronteiras físicas e sociais ao comércio, até então existentes na cidade, em uma dinâmica constante com a própria edificação e seus lugares e espaços, que convergiam para a organização da malha urbana da cidade (COOPER, 1976; CERTEAU, 2008).

Figura 28 –Nota de jornal sobre a organização comercial em torno do Mercado



Fonte: A Razão, 23 de fevereiro de 1930.

No seu desenrolar histórico, o Mercado também assumiu um papel protagonista no processo de (re)organização da cidade a partir dos parâmetros europeus, tanto urbanisticamente como socialmente (CASTRO, 1992). Assim, foram organizadas não apenas as dinâmicas de compra e venda, mas também, os espaços da cidade, as relações sociais existentes neles bem como as práticas operacionalizadas pelos atores sociais do contexto. Isso reflete o papel que o Mercado teve no processo do organizar espacial da cidade, seu crescimento e na disseminação de diversas práticas espaciais. Dessa forma, evidencia-se que a história do **Mercado se configura como uma prática organizadora de diferentes espaços da cidade** (VAUJANY; VAAST, 2013; COOPER, 1976; CERTEAU, 2008).

Este papel organizativo do Mercado de Ferro no espaço urbano se estende até os dias atuais e se materializa nas relações entre os espaços contíguos do Mercado e as organizações que se estabeleceram no seu entorno e adjacências, outrora e atualmente

(COOPER, 1976). Atualmente, e como será relatado nos próximos itens, as recentes práticas espaciais do Mercado de Ferro organizadas nos diferentes bairros, confirmam este movimento, ao construírem espaços contíguos entre o Mercado e a cidade, povoando estes espaços urbanos adjacentes com uma rede de micros empreendimentos voltados para as atividades de lazer, cultura e turismo. Assim, o Mercado continua perpetrando seu papel organizativo e contribuindo para a ocupação de bairros e promoção de novas ações de consumo turístico cultural local. O Mercado de Ferro foi e ainda é capaz de conferir aos lugares e espaços da cidade dinâmicas particulares de organização (CERTÉAU, 2008, KNOX *et al.*, 2008; MARINS; IPIRANGA, 2017).

Contudo e apesar disso, hodiernamente, os espaços urbanos do caminho para se chegar à praça do Mercado carecem de um conjunto de melhorias urbanas, como: iluminação, segurança e pavimentação adequados. *“Achei o caminho super esquisito e escuro”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/06/2016); *“Nós estacionamos o carro na rua Gonçalves Lêdo, onde confesso que achei bastante esquisito, pois a iluminação na rua era bem precária.”* (DIÁRIO DE CAMPO, 16/09/2017). Nos espaços da praça, no entanto, o cenário é diferente. *“Me dirigi à entrada principal do Mercado que estava iluminada na característica cor verde que costumo ver nas imagens da internet. Isso era um espetáculo à parte pois realçava a beleza da estrutura que, apesar de desgastada pelo tempo, ainda era uma bela estrutura”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/06/2016); *“vi o Mercado todo iluminado, no famoso tom de verde que encanta. Achei aquela imagem belíssima, digna de ser preservada”* (DIÁRIO DE CAMPO, 05/11/2016); *“Nesse dia o mercado estava iluminado num tom de verde, fazendo com que sua beleza ofusasse a escuridão da rua. Essa iluminação o torna particularmente lindo, porque faz com que pareça uma joia”* (DIÁRIO DE CAMPO, 16/09/2017).

A organização desses espaços da cidade, tendo como fulcro o Mercado de Ferro assumiu tons de precariedade na medida da passagem do tempo. Esse predicado é, inclusive, utilizado como argumento para o que especialistas das políticas públicas entrevistados consideraram como um processo de esvaziamento do Mercado de Ferro e de seus espaços urbanos adjacentes *“[...] Quer dizer, quando aquele mercado central acaba e se cria um outro, perde-se, esvazia-se o imaginário, e com isso perde-se clientes, perde-se consumo, perde-se diferenciais. Ficamos cada vez mais parecidos com os demais, menos nós mesmos.”* (E13).

Ainda durante as entrevistas realizadas com alguns atores dos serviços públicos, foi recorrente a referência ao Mercado de Ferro como sujo, malconservado ou perigoso. A má iluminação do entorno, a sensação de insegurança, a falta de limpeza física da praça e do Mercado remetem a uma ideia de insegurança que, de alguma forma afugenta frequentadores

potenciais. “[...] *parece que os mercados populares eles são dos pobres e os pobres eles comem qualquer coisa do jeito que for vendida pra eles, então isso é uma coisa que talvez passe por esse tipo de compreensão né.* [O poder público pensa que o Mercado] *tem que ser esculhambado, tem que ser sujo e aí a coisa desaparece e depois você fica lamentando [...]*” (E15). Assim, os dias de hoje, evidencia-se um organizar envolvendo práticas organizativas consideradas precárias dos espaços urbanos envolvidos com o Mercado de Ferro.

9 “NOSSO VELHO E MARTIR MERCADO [DE FERRO]”: CONEXÕES HISTÓRICAS NO ORGANIZAR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO

9.1 “VALENTIA VAPOROSA, POLÍCIA SANGUINÁRIA, ABUSOS INQUALIFICAVEIS”: AS MALHAS DE PRÁTICAS DE ESPAÇO NO MÉRCADO DE FERRO ENTRE 1890 E 1950

Como já evidenciado nos relatos e descrições mencionados anteriormente, o Mercado de Ferro era um cenário bastante diverso em termos de atores praticantes. Os arquivos dão conta de vários trabalhadores do Mercado, como os vendedores de peixe ou verduras (estes por vezes ambulantes), os magarefes⁴², os vendedores de frutas, os carreteiros. Os achados também sinalizam a presença de consumidores em geral, muitas senhoras, senhores, das mais diversas classes sociais. Isso faz sentido se pensarmos que o Mercado, no período da sua inauguração, era uma um centro de compras voltado para as classes mais abastadas de Fortaleza.

Outros atores, agora considerados institucionais por estarem relacionados com a então administração municipal da época, como a guarda cívica, por vezes considerada sanguinária ou inexperiente; o fiscal, que em dado momento da trajetória histórica do Mercado representou o papel de grande vilão, inimigo dos comerciantes, também eram frequentemente vistos em ação. Também emergiram dos arquivos outros tantos atores anônimos, porém reconhecidos por atributos que, em muitas das vezes, também refletiam ou se associavam a suas práticas. O bêbado, o ladrão, o estelionatário, a prostituta, o criminoso, o gatuno. Estes também foram atores que emergiram dos arquivos sempre de forma pejorativa no cotidiano do Mercado, mas que protagonizavam práticas de espaço neste mesmo contexto.

Essa pluralidade sinaliza uma rede de atores, cujas relações, em diversos momentos, se apresentaram de modo entrelaçado e, muitas das vezes, extrapolando a lógica comercial primeira de um mercado. Certeau (2008) considera esses atores como históricos, na medida em que seus movimentos e práticas associam, simultaneamente, o processo do organizar do espaço ao seu processo histórico. Nesse sentido, as três dimensões rede de atores, práticas de espaço e a história do Mercado se apresentam de forma associada na constituição do Mercado de Ferro enquanto uma organização.

⁴² Indivíduo que abate e esfolia as reses nos matadouros; açougueiro, carnicheiro. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=magarefe&oq=magarefe&aqs=chrome..69i57j0l5.1824j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em 24 março de 2019.

Tal diversidade corrobora a ideia de que os mercados são espaços sociais repletos de relações complexas que acontecem de forma concomitante e entremeada. Enquanto “salão de rua” (CERTEAU; GIARD; MAIOL, 1996, p. 159), é apresentado como um local de encontro, onde esses múltiplos atores se relacionam e, através dessa relação, as práticas de espaço são manifestas. A interação dos atores é um dos aspectos importantes na compreensão sobre a constituição do lugar e do espaço do Mercado de Ferro, enquanto um contexto composto por forças plurais (BEYES; STEYAERT, 2011). Assim, o processo de identificação das práticas de espaço baseou-se nesta dinâmica de sociabilidades construída por esses atores e refletida, direta ou indiretamente, pelos arquivos. O espaço do Mercado de Ferro era e é constantemente (re)organizado no limiar dessas (inter)relações históricas e espaciais.

Enquanto equipamento funcional da cidade, o Mercado sempre foi institucionalmente controlado pela intendência municipal. Esta ditava a forma de regulação das práticas comerciais, explanando como estas deveriam acontecer, a maneira como seus trabalhadores deveriam se trajar e se portar, bem como os preços também eram regulados. Esse controle era desenvolvido inclusive antes do estabelecimento do Mercado de Ferro. De forma intencional e gerencialmente organizada, várias normas de funcionamento eram impostas pela intendência. Esta malha de atores institucionais perpetrou um conjunto de práticas de planejamento e controle, tanto físico, financeiro e social dos lugares adjacentes ao Mercado (CERTEAU, 2008). Nesse arcabouço, estratégias arquitetônicas, estéticas e higienistas, que tinham como objetivo a normatização e normalização desses lugares conforme parâmetros ditos europeus também emergiram (CERTEAU, 2008). Essas práticas urbanas de controle atribuíram ao Mercado protagonismo urbano e social, na perspectiva da intendência municipal.

As práticas de planejamento arquitetônico, como a construção das edificações em ferro e organizar do espaço urbano extrapolaram a organização do Mercado e estenderam também a outros edifícios, como igreja e teatro, configuram como parte importante desse processo histórico do organizar urbano. Os relatos dos documentos e sujeitos históricos dão conta de que o padrão Europeu era o grande modelo a ser seguido “[...] sendo aprovada esta indicou o Sr. Coelho da Fonseca, que se mandasse levantar uma planta daquela obra, e a vista dela se consultasse para a Europa afim de verificar-se si conviria antes ser construída de ferro com cobertura de vidro [...]” (CASTRO, 1992).

Nesse sentido, a arquitetura desempenhou um importante papel ao ser considerada como um aspecto instrumental do organizar dos espaços urbanos alicerçado em no movimento de *travel of ideas* das práticas. Assim, a arquitetura em ferro revelou, além da relação paradoxal entre a cidade e o que vinha de fora, nuances e tensões referentes às práticas de espaços

desenvolvidas na cidade (DALE; BURREL, 2008). Isso coaduna o fato de que a arquitetura é um artefato que está em constata conexão e interseção com a dimensão prática da vida organizada na cidade (DALE, 2005; DALE; BURREL, 2008).

No seio desses processos históricos destacamos também um conjunto de práticas de planejamento estético que eram desempenhadas. Ao considerarmos os discursos como prática (CERTEAU, 2008), os documentos relatam uma série de ações estéticas que foram frutos da dinâmica paradoxal constituída na cidade e presente na organização do Mercado de Ferro. Havia uma constante preocupação com a díade beleza e feiura do espaço da cidade e essa inquietação levava à intendência municipal a ações que conduzissem Fortaleza, a partir da ótica gerencial, a um embelezamento do qual era considerada digna. Assim, um Mercado dentro de um ideal de beleza também fazia parte da estratégia da municipalidade de organização de (trans)formação do lugar da cidade (CERTEAU, 2008). Essa prática permite a compreensão do espaço em uma ótica processual, onde uma dimensão estética é evidenciada como parte da dinâmica organizativa dos espaços da cidade (BEYES; STEYAERT, 2011).

Assim, imbricada à prática de planejamento arquitetônico, a prática de planejamento estético visava combater o apontado processo de enfeamento do Mercado, que “[...] feri[a] desagradavelmente a vista ou o olfacto do transeunte [...]”⁴³. Um Mercado, moldado segundo os padrões europeus, seria capaz de trazer de volta a “[...] Petrópolis do norte [...]”, ou os ares de “[...] moça faceira em dia de festa [...]”⁴⁴ da cidade, por meio da limpeza (física e social) que este implementaria.

Essas práticas estéticas, configuradas essencialmente por uma constante promoção do ideal de beleza em contraponto à feiura, permearam toda a existência do Mercado enquanto equipamento comercial. A preocupação com a beleza/feiura do espaço era uma constante, a ponto de desembocar em ações que fariam emergir um Mercado-lugar, enquanto um local normativamente organizado. De forma conjugada, enquanto beleza, formosura e limpeza eram exaltadas pela administração da cidade, havia uma depreciação sistemática do que existia por parte da gestão municipal. Imundo, que feria os sentidos humanos, como tato e visão, o Mercado era tido como uma vergonha que precisava ser combatida e a única forma de fazê-lo, segundo os relatos documentais, seria por meio da sua eliminação e a construção de um novo equipamento.

Assim, um movimento de desqualificação do Mercado também manifestava uma oportunidade de promover as práticas com viés de controle e disciplina, bem como refletiam

⁴³ A República, 17 de junho de 1892. Documento original no anexo K.

⁴⁴ Idem.

intencionalidades que se ampliavam inclusive para a esfera social. Essa dinâmica reflete as práticas de planejamento higienista e civilizatório (Figura 29) que, conforme modelo europeu que se pretendia e se julgava disseminar localmente. Construir, conforme o parâmetro dos colonizadores, era sinal de civilidade e desenvolvimento que visavam resgatar a dignidade da Villa da Fortaleza.

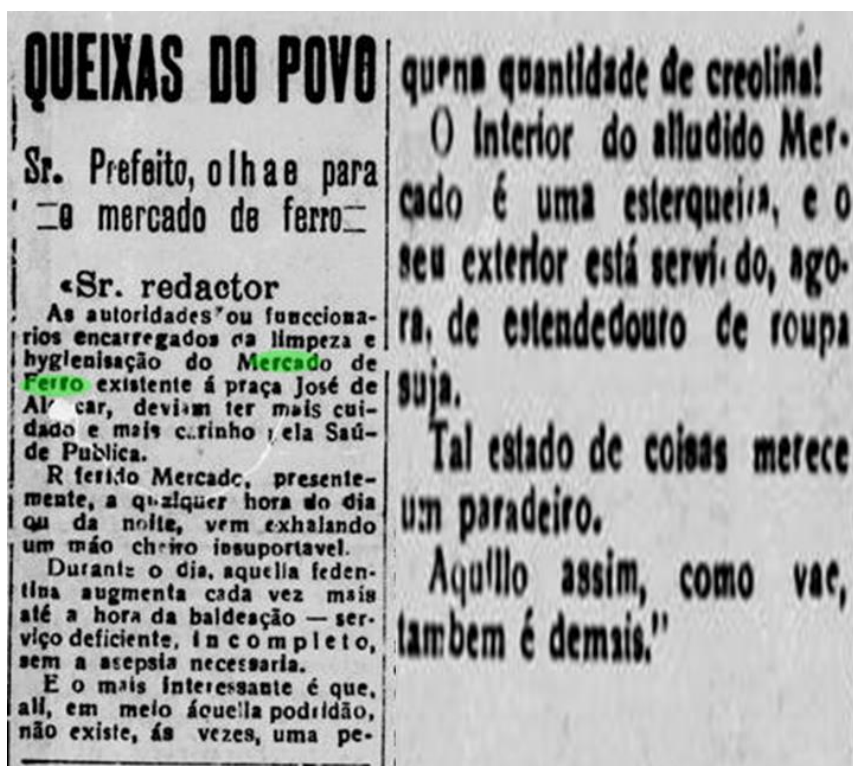


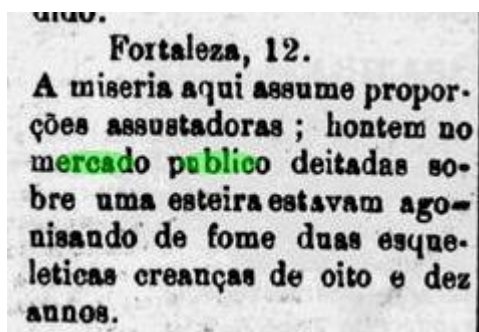
Figura 29 –Nota de jornal sobre a limpeza do Mercado de Ferro

Fonte: O Ceará, 1 de julho de 1928.

A higiene e limpeza foram também argumentos utilizados para a legitimar socialmente a vinda da estrutura de ferro do Mercado para a cidade. Seu papel era o de acolher atividades que poderiam gerar algum tipo de resíduo considerado danoso à cidade, como restos de alimentos. Entretanto, essa prática de planejamento higienista não se restringia à um ordenamento do espaço no tocante a limpeza física (resíduos dispensados nas ruas da Villa), mas também uma limpeza social, que visava espantar o signo da miséria (Figura 30). Isso fica claro no percurso histórico do Mercado, onde a presença de pessoas em condições de miséria no entorno do equipamento era sistematicamente combatida. Os mais pobres e miseráveis, pedintes, doentes e aqueles socialmente não aceitos, à época, como: bêbados, prostitutas, menores abandonados eram removidos na tentativa de constituir um espaço melhorado. Assim,

acreditava-se constituir uma cidade desenvolvida dentro de um ideal progressista. Higiene e progresso andavam de mãos dadas rumo a promessa de desenvolvimento urbano.

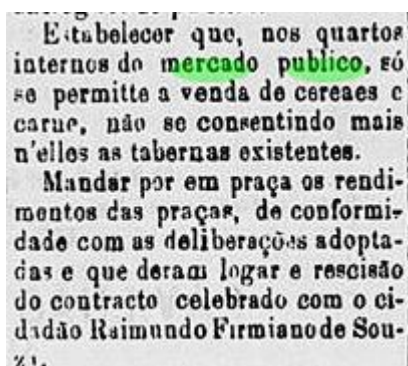
Figura 30 –Nota de jornal sobre a miséria em Fortaleza



Fonte: A Ordem, 13 de fevereiro de 1920.

De forma relacionada ao planejamento, a municipalidade ainda performava práticas de controle urbano, como a cobrança de impostos, a fiscalização das práticas, o controle de preços, o controle do comportamento dos trabalhadores, cujo objetivo era preservar a ordem e vocação inicialmente pensada para o Mercado, ou seja, lugar de compra e venda de gêneros alimentícios. Muitas dessas práticas se consolidavam através do Código de Posturas Municipal, que era o conjunto de normas que almejava disciplinar urbanamente a cidade e dar suporte para a fiscalização do cumprimento dessas ações (Figura 31). Por meio dessas práticas a intendência buscava racionalizar o Mercado enquanto um lugar de trocas comerciais.

Figura 31 –Notas de jornal sobre o controle da intendência municipal no Mercado



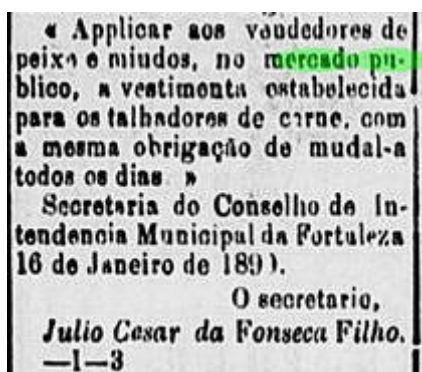
Fonte: O Libertador, 11 de janeiro de 1890.

O comércio no Mercado era rigidamente regulado pela prefeitura, com preço de produtos tabelados e impostos incidentes sobre o que era vendido. Essa prática era personificada na presença de fiscais municipais, encarregados de receber ao final do dia o equivalente em taxas. Assim, tudo que era vendido no Mercado de Ferro deveria passar pelo crivo do fiscal

da prefeitura, que também era encarregado de recolher os impostos referentes, principalmente, à venda da carne. A prática de cobrança de impostos realizada pela prefeitura constantemente culminava em conflitos com os trabalhadores do Mercado (ANEXO Q).

Além disso, a prática de regulação das maneiras de fazer dos trabalhadores do Mercado era também sistematicamente operacionalizada pela intendência, que ditava até quais as vestimentas e com que frequência deveriam ser utilizadas, sob pena de multa (Figura 32). Eram recorrentes os relatos que davam conta do papel dos agentes públicos (fiscais e polícia) de reprimir ações indesejadas que iam do linguajar dos trabalhadores do Mercado, passava por seu fardamento até as formas de atendimento aos consumidores.

Figura 32 – Nota de jornal sobre o controle da intendência municipal no Mercado



Fonte: O Libertador, 13 de janeiro de 1890.

Outro alvo da prática controle da municipalidade era a prática de comércio da carne (ANEXO R) no Mercado. A carne verde⁴⁵ era o principal insumo comercializado no equipamento. Nenhum outro gênero alimentício causou tanto debate como a carne verde, não só no Ceará, mas no Brasil como um todo (COSTA, 2016)

A carne verde, mais do que qualquer outro gênero de alimentação, persistiu no passado brasileiro como um problema de abastecimento dos centros urbanos a desafiar leis, instituições, regimes políticos, doutrinas econômicas, governantes, consumidores e soluções. Dela sempre todos se queixam - má qualidade, escassez, carestia, como uma litania que tem seus primeiros refrões no século XVII e penetra na República, sem quebra de ritmo. (LINHARES, S/D)

No final do século XIX e início do XX, a carne foi considerada como um produto de primeira necessidade e, ao mesmo tempo, de luxo (COSTA, 2016). Naquele tempo, existia grande dificuldade em produzir carne fresca suficiente para o abastecimento da população, em

⁴⁵ A carne verde é aquela de origem bovina, recém abatida. Também é conhecida como carne fresca (COSTA, 2016).

face das dificuldades de criação do gado e do armazenamento da carne após o abate. Assim, a maior parte da carne vendida na cidade era a carne do sol⁴⁶. Em Fortaleza, seu comércio era controlado pela intendência municipal.

A carne era abatida no Matadouro Público e vendida a população no Mercado de Ferro. Seu preço era estritamente regulado pela prefeitura. Evidencia-se ainda uma malha de práticas performadas em relação a carne, enquanto gênero mais procurado nos espaços do mercado. No contexto do mercado, as práticas da carne se evoluem ao conectar diferentes atores como o matadouro e o transporte Ferro Carril. Por isso, a prática do comércio de carne era alvo constante das intervenções da intendência no Mercado de Ferro (Figura 33).

Enquanto objeto de controle institucional, a carne também aguçava táticas de desvios desse modelo dito europeu dos trabalhadores do local. Certeau (2011) sugere a evidência dos desvios relativos aos modelos dominantes. Para o autor uma tática de desvio especifica a intervenção da história, onde o passado surge como ausente iluminando as mudanças dos sentidos com a produção de desvios significativos e a composição de um lugar que instaura a figuração ambivalente do passado e do futuro.

Figura 33 –Nota de jornal sobre o tabelamento do preço da carne vendida na cidade

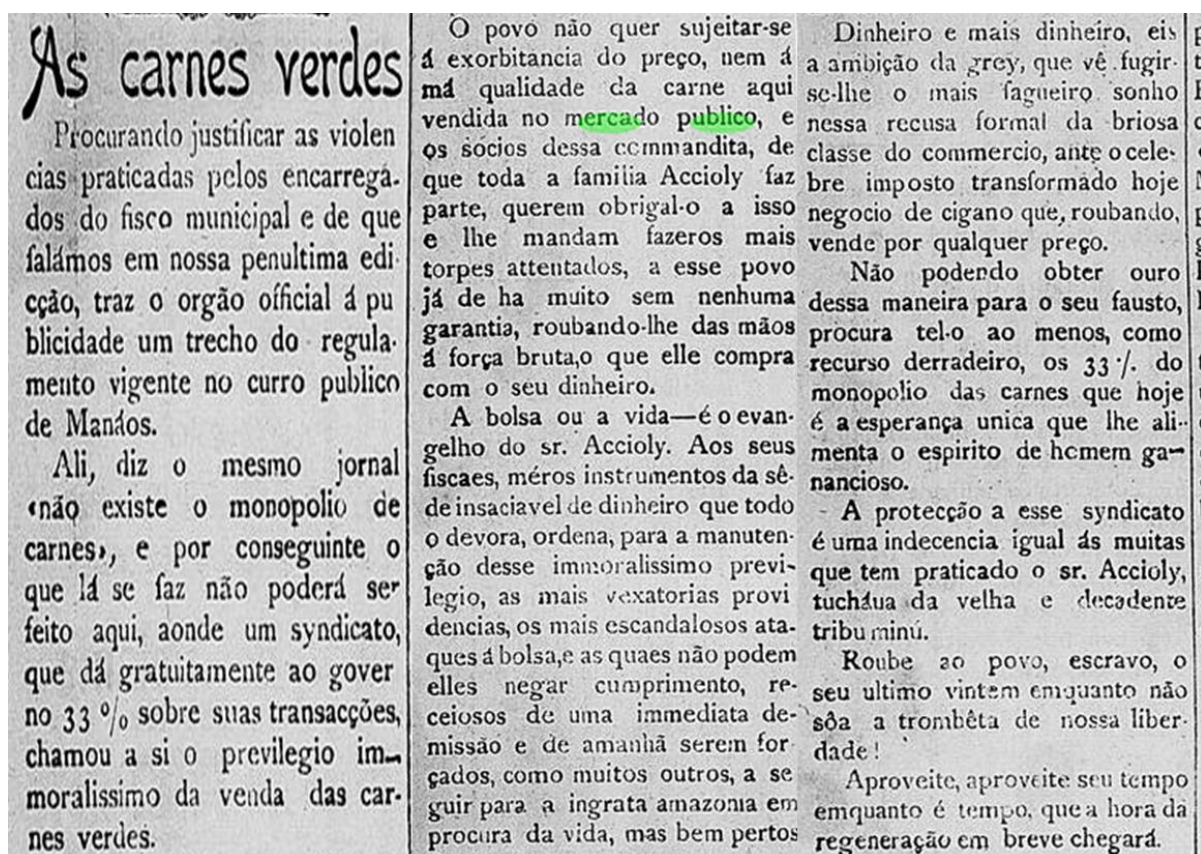
Prefeitura Municipal	
Fortaleza, 23 de Maio de 1929.	
PORTARIA N. 290	
O Prefeito Municipal de Fortaleza, usando das atribuições que lhe concedem as leis ns. 62, de 22 de Junho de 1922 e 113, de 19 de Dezembro de 1924, resolve organizar a seguinte tabella para a venda de carne verde, de suino, etc., no Mercado Publico, a vigorar do dia 2 de Junho proximo, em diante :	
Carne sem osso	1\$8.0
Carne com osso	1\$4.0
Filet	1\$0.0
Fígado	1\$8.0
Fígado misturado	1\$2.0
Carne de suino	2\$0.0
Carne de carneiro	2\$8.0
Toucinho	3\$2.0
Banha	3\$2.0
—Scientifique-se e cumpra-se	
Alvaro Nune Weyne Prefeito Municipal	

Fonte: A Razão: Independente, Político e Noticioso, 29 de maio de 1929.

⁴⁶ Típica do nordeste brasileiro, a carne de sol, denominada também carne de vento e carne do sertão, é um método de conservar alimentos de origem animal salgando-se e secando-se, em local coberto e bem ventilado, peças de carne, em geral bovina. Apesar do nome, em geral, não vai ao sol. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Carne_de_sol> Acesso em 25 de março de 2019.

A despeito dos esforços da administração municipal para oferecer carne verde à população fortalezense, eram constantes as queixas e reclamações em relação ao preço que a carne era vendida. Havia uma carestia generalizada, acompanhada da escassez do produto, que impedia o acesso dos menos favorecidos (Figura 34). A venda da carne verde, nesse contexto, também pode ser considerada como uma prática elitista, que acirrava ainda mais as diferenças sociais existentes entre os atores da cidade. Contudo, ainda assim, a carne verde era uma das estrelas do Mercado de Ferro. Sempre disputada, se não se chegasse cedo ao estabelecimento, a dona de casa não encontraria mais o produto para preparar a mistura (Figura 36).

Figura 34 – Notas de jornal sobre a carne verde

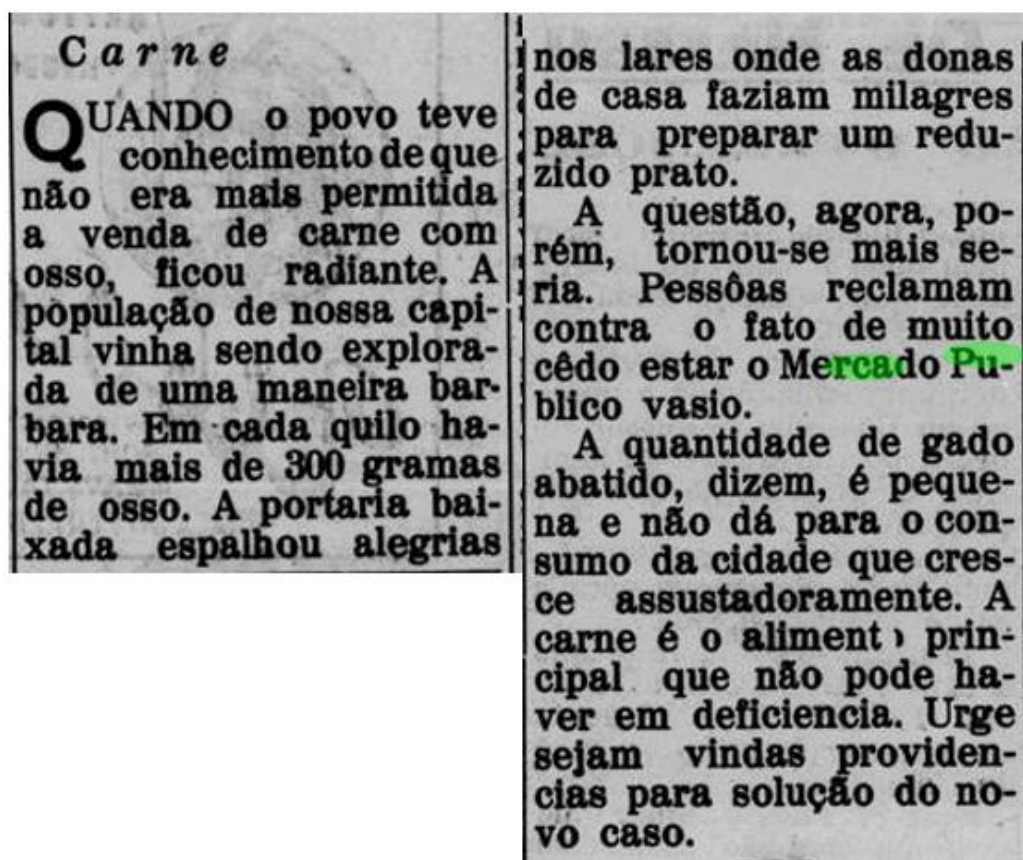


Fonte: Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso, 01 de setembro de 1905.

A prática do comércio da carne no Mercado de Ferro também contribuiu para a organização do espaço da cidade de modo que ela atraia a presença de compradores e moradores no entorno. Entretanto, seus desdobramentos também causavam transtornos, pois, frequentes eram as reclamações a respeito dos ‘rejeitos’ da carne, que ficavam expostos no Mercado e afetavam a higiene do espaço urbano adjacente.

As práticas de planejamento e controle exercidas pela prefeitura faziam emergir um mercado-lugar, ordenado, totalizado, geométrico e funcional, sem considerar os aspectos organizacionais que o perpassavam e que servia como uma forma de controlar o cotidiano (CERTEAU, 2008; CERTEAU; JAMESON; LOVITT, 1980; DALE, 2005). Nesse mote, Mercado pode ser considerado como um lugar disciplinar (KORNBERGER; CLEGG, 2004) a medida em que os atores e artefatos eram estritamente e funcionalmente distribuídos. Estável, o lugar é (re)significado a partir da localização pré-estabelecida de seus praticantes (CERTEAU, 2008; WARD, 2001).

Figura 35 – Nota de jornal sobre o preço da carne no Mercado



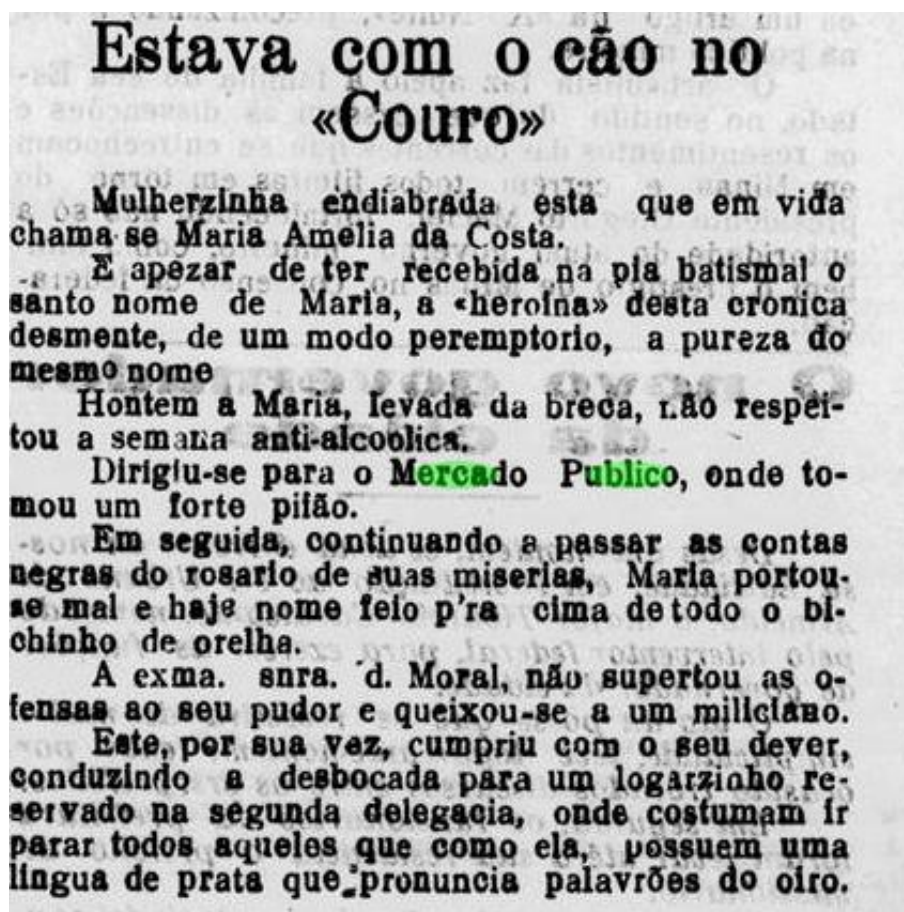
Fonte: A Razão: Independente, Político e Noticioso, 30 de maio de 1936.

Assim, mercado-lugar na cidade de Fortaleza cumpria o papel de utopia racional apontado por Ward (2001), simbolizando um modelo produtor de uma ordem planejada. Considerando o contexto da *Belle Époque*, onde a construção do Mercado de Ferro esteve inserida, podemos inferir que a ideia inicial do poder municipal era estabelecê-lo enquanto uma prática espacial de organização e controle, conjugando o que havia de mais limpo, desenvolvido e sociável na cidade.

Para além das práticas espaciais de organização e controle, os documentos dão conta de uma rede de táticas de desvios, operacionalizadas por diversos atores sociais que não a intendência, que tinham como intenção burlar as regras impostas ou mesmo constituir um espaço próprio (CERTEAU, 2008; 2011). Muitas das estratégias empreendidas pela intendência municipal eram consideradas abusivas pelos atores sociais e desencadeavam uma série de microações táticas de reação destes.

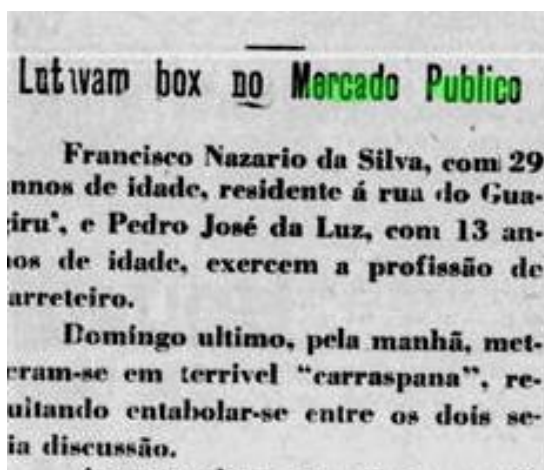
Eram frequentes, por exemplo, os relatos de brigas, principalmente entre homens, no Mercado (Figura 36; Figura 41; ANEXOS S e T). Algumas dessas práticas eram em decorrência do estado de embriagues em que essas pessoas se encontravam, sinalizando que o Mercado também era um local onde as pessoas se reuniam para beber e passar o tempo. Outras ocasiões não eram possíveis precisar o motivo do embate. A intendência tentava combater essas práticas com a prisão dos envolvidos, mas ficava evidente que esse era uma estratégia inútil, pois tais práticas se repetiam (Figura 39).

Figura 36 – Nota de jornal sobre briga praticada no Mercado



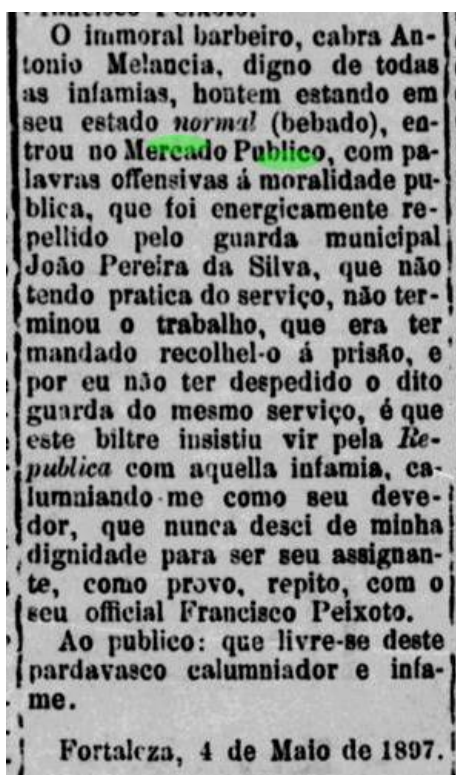
Fonte: A Razão: Independente, Político e Noticioso, 22 de outubro de 1931.

Figura 37 –Nota de jornal sobre briga no Mercado



Fonte: O Ceará, 3 de setembro de 1928.

Figura 38 –Nota de jornal sobre a prisão de Antônio Melancia por desordens no Mercado



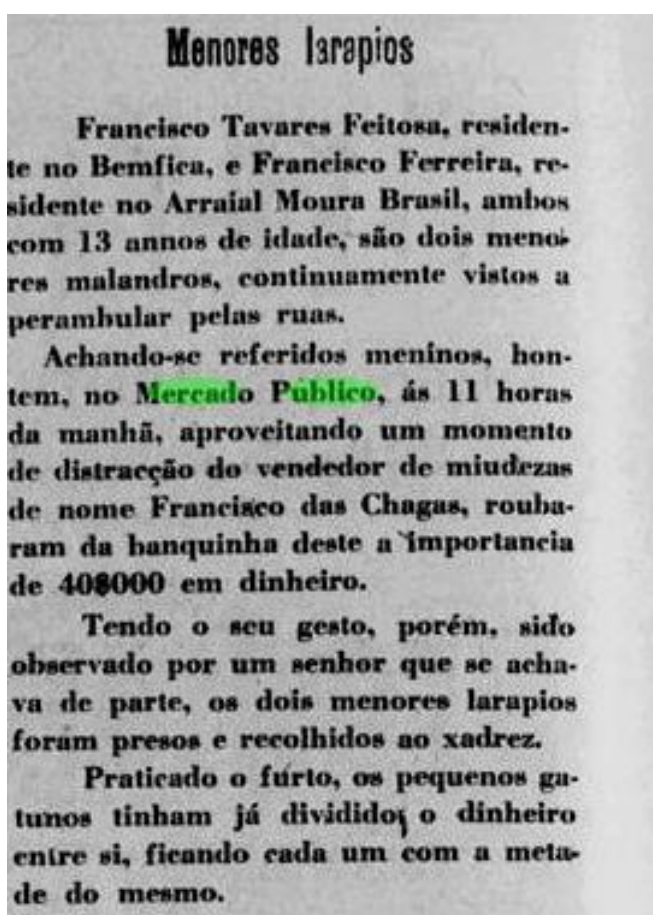
Fonte: A República, 4 de maio de 1897.

Práticas de roubos e estelionatos no Mercado também foram observadas a partir dos documentos históricos (Figura 39; ANEXO U). Não era estranho que, por ser um estabelecimento comercial, houvesse tentativas de crimes, onde atores obtinham para si vantagem ilícita a partir da indução do outro ao erro. Novamente, a intendência buscava combater tais práticas com a ação da polícia e a prisão dos envolvidos.

Outras ações, caracterizadas como práticas de pequenas violências também foram reportadas pelos documentos (Figura 40; ANEXO V). O Mercado enquanto um lugar projetado para transações cotidianas era, apesar de não ter sido inicialmente pensado para tal, permeado por pessoas de diversas camadas da sociedade. Na Fortaleza do século XIX, assim como no Brasil, de forma geral, não era estranho ver situações de opressão às minorias por meio da violência. Assim, os relatos dão conta de crianças que eram ‘corrigidas’ no Mercado com o uso da violência. Tais práticas pareciam ser comuns e socialmente toleradas no espaço do Mercado.

Ainda outras maneiras de fazer como o linguajar utilizado pelos trabalhadores do Mercado (magarefes) também foram reportadas, salientando que tal prática infringia um incômodo as “Famílias que residem nos sobrados fronteiros do Mercado de Ferro [...]”⁴⁷ e a parte ofendida solicitava, sempre que preciso, suporte da intendência para dissolver essa prática (ANEXO X).

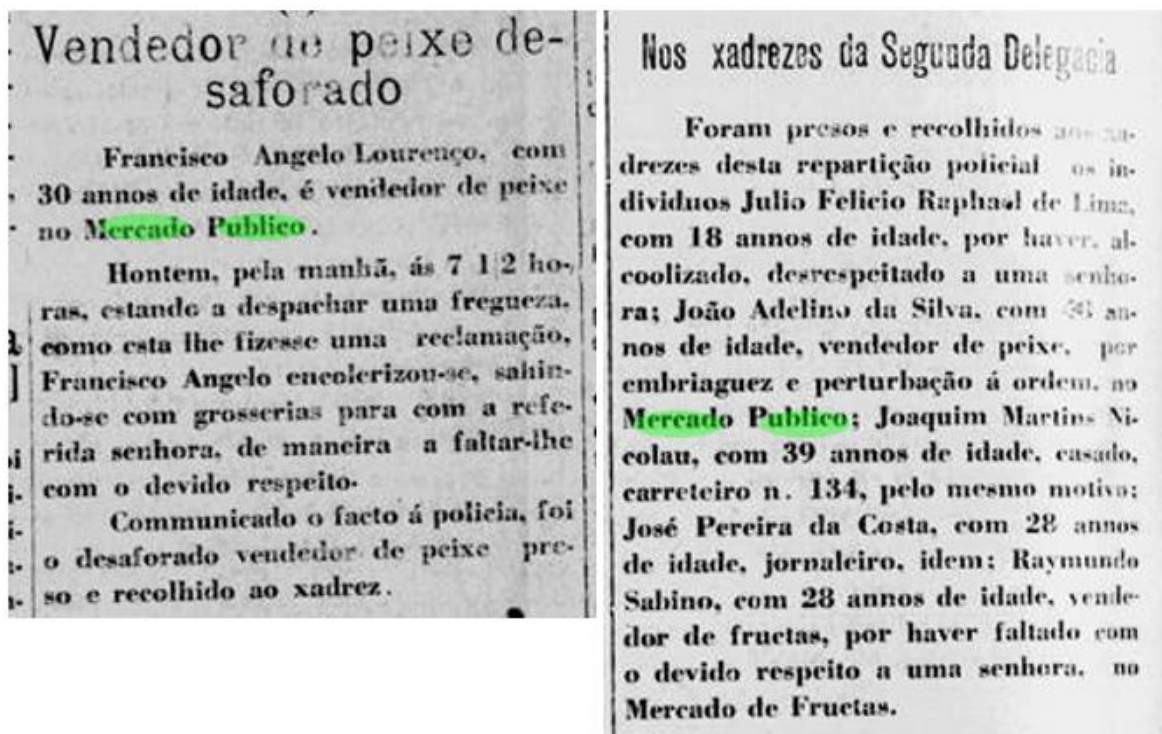
Figura 39 –Nota de jornal sobre roubo no Mercado



Fonte: O Ceará, 04 de agosto de 1928.

⁴⁷ O Ceará, 12 de setembro de 1928 (ANEXO Q).

Figura 40 – Nota de jornal sobre grosseria praticada no Mercado



Fonte: O Ceará, 7 de julho de 1928 (esquerda) e O Ceará, 6 de novembro de 1928 (direita).

Essas táticas realizadas no desenrolar do cotidiano nos levam a pensar no desenvolvimento de um espaço hostil, arena de disputas das mais diversas naturezas. Contudo, também sinalizam um espaço plural onde determinadas maneiras de fazer podiam ser empreendidas pelos praticantes de forma a construir um espaço simbólico, com o qual esses atores astuciosos se identificavam. A cada prática, ainda que considerada fora da lei ou um desvio, os atores mencionados constituíam um espaço muito particular, que ampliava a ideia de Mercado até então existente e, também, se manifestavam como uma interferência na ordem dominante da prefeitura. Essas instrumentalidades menores exercidas em uma pluralidade singular escapavam ao poder normatizador da administração municipal e formavam o cotidiano do espaço do Mercado (CERTEAU, 2008).

Uma das estratégias institucionais criticadas e revidadas por meio táticas desviantes era a prática de cobrança de impostos. Em alguns episódios, mais do que a cobrança em si, era rechaçada a forma como o processo acontecia (Figura 41). Consequentemente, foram desenvolvidas pelos trabalhadores do Mercado táticas astuciosas e minuciosas como forma de burlar a norma imposta (CERTEAU, 2008; 2011). Frequentes eram os relatos de que talhadores de carne adulteravam a balança para tirar algum tipo de vantagem, driblando assim a cobrança de impostos a seu favor. Tais astúcias fizeram, inclusive, com que a prefeitura tabelasse o preço da carne. Além disso, estes trabalhadores enviavam notas para os jornais denunciando o que

consideravam como abuso da prática estratégica de cobrança das taxas e a maneira como esta era exercida por parte da intendência (ANEXO Z).

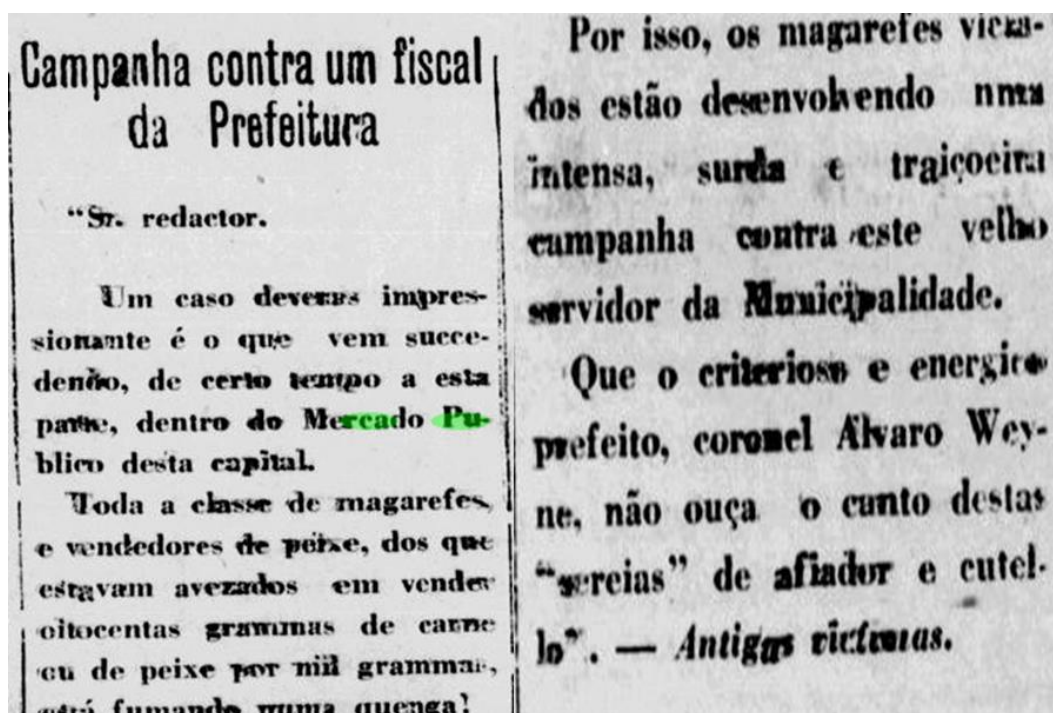
Por conseguinte, a tática de adulteração das balanças era alvo de reclamações por parte dos fregueses que, de alguma forma, também entravam nessa dinâmica, na tentativa de baratear o custo dos produtos da feira. Nesse momento se estabelecia um embate entre vendedor e comprador, que rendia muita discussão nas páginas dos jornais. Algumas posicionando-se a favor dos trabalhadores do Mercado, outras em favor dos consumidores que eram assolados pela carestia. Essas práticas de negociação entre atores faziam emergir novas práticas, como que em um jogo de ações constantemente perpetrado pelos diferentes atores e arranjos materiais. Essa dinâmica enfatiza que as práticas, sejam estratégias ou táticas, emergem em uma rede de maneiras de fazer, sendo mutuamente constituídas (CERTEAU, 2008).

Pilhérias, desavenças, lutas e garridices eram microações táticas performavam um organizar dos espaços do Mercado de Ferro em contraposição as práticas estratégicas da intendência. Estas táticas e estratégicas combinavam movimentos, nem sempre contraditórios, exercidos por atores que se (re)apropriavam dos espaços da cidade, (re)significando-os e tornando-os praticados (CERTEAU, 2008; 2011). Tais atores, anônimos e cotidianos, frequentemente produziam novos espaço que extrapolavam os espaços estratégicos normatizados e normalizados pela intendência municipal. Suas práticas muitas vezes excediam os limites racionalizantes impostos pela administração municipal e, amiúde, não conseguiam ser contidas pelas forças gerenciais da intendência.

Como práticas desviantes as táticas dos atores cotidianos tinham uma organização própria e não eram alcançados pelo nivelamento de ações proposto pela prefeitura. A partir das performances dessas táticas e estratégias o Mercado de Ferro emerge como um espaço que é constantemente (re)construído por maneiras de fazer resultantes da conveniência estabelecia entre os atores e arranjos materiais (CERTEAU, 2008; 2011; DOSSE, 2013; CERTEAU, JAMESON, LOVITT, 1980; JOSGRILLBERG, 2005; BENJAMIN, 2006). Estas microações travadas no Mercado de Ferro evocam o mercado-espaço, um contexto para além da prática básica de compra e venda (CERTEAU, 1996).

As práticas desviantes, nesse organizar particular, exercem função relacional quando lançam luzes sobre a rede de relações que é constantemente (re)construída no espaço (re)significado do Mercado de Ferro (VINCE, 2010; CERTEAU, 2008). Assim, o espaço do Mercado é resultado dessas micro-operações subalternas cotidianas organizadas, que permitem ao espaço extrapolar sua lógica comercial

Figura 41 – Nota de jornal sobre a cobrança de impostos abusiva no Mercado



Fonte: O Ceará, 11 de novembro de 1928.

Nesse cenário, era comum a existência de um constante embate entre os atores institucionalizados (polícia, guarda municipal), que lutavam para a permanência da ordem e esses sujeitos cotidianos, cujas táticas eram consideradas como um desvio que deveria ser eliminado (CERTEAU, 2008; DOSSE, 2013). Assim, estabelecia-se um jogo de funcionamentos diferentes e interferentes à vida organizada desses espaços da cidade, tendo como fulcro organizador o Mercado de Ferro.

Esses confrontos mantinham a tensão entre lugar e espaço existente e contribuíam para a construção de outros simbolismos a respeito do espaço do Mercado para além do desenvolvimento e progresso urbano (JOSGRILLBERG, 2005; MUNRO; JORDAN, 2013). Essa dinâmica reforça o caráter múltiplo, selvagem e paradoxal das práticas que em um jogo de funcionamentos diferentes e interferentes podem apresentar interferia na vida organizada da cidade (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; CZARNIAWSKA, 2007).

Também observamos que o cotidiano do Mercado, seu lugar e seu espaço, estão assentados sobre as ações de seus praticantes. Contudo, essas maneiras de fazer, em determinados momentos se mostram antagônicas e desvelam conflitos e tensões entre os atores sociais do Mercado. Assim, podemos considerar que o espaço também é resultante dessas tensões constituída a partir das práticas.

Essa tensão emerge do paradoxo existente entre as maneiras de fazer. Por um lado, havia o anseio de tornar-se Europa e, para isso, a gestão municipal não media esforços para trazer elementos que aludissem a esse desejo. Por outro lado, era cultivado localmente um conjunto de práticas muito próprio, que frequentemente se chocavam com as maneiras de fazer vindas do Velho Continente. Nesse contexto, o espaço praticado do Mercado é vislumbrado como um espaço não planejado, mas improvisado, com uma organização própria, capaz de abrigar inúmeras táticas astuciosas em um confronto constante com as normas gerencialmente planejadas.

Considerando a mutualidade constitutiva existente entre as práticas e o espaço, o Mercado emerge enquanto miríade socio material de prática que busca continuamente afirmar as subjetividades dos atores sociais (CERTEAU, 2008; COURPASSON, 2017; HANCOCK; TYLER, 2008; SCHATZKI, 2002). Conjugando múltiplas temporalidades, o espaço do Mercado é constituído a partir de uma interação (des)organizada no tempo por diversas práticas que são realizadas de forma entremeada, de modo que em alguns momentos é difícil distinguir uma da outra. É essa rede de conexões que dá suporte à prática e nos permite destacar uma malha de práticas fundamentadas em processos históricos (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2001; 2006; 2012; COOPER, 1976; BENJAMIN, 2006).

Essa rede conformada por práticas que constituem e são constituídas por tensões e conflitos revelam um paradoxo na organização do espaço do Mercado de Ferro. Há um jogo permanente onde normas e desvios são conjugados e fazem o Mercado emergir como espaço organizado e organizador da cidade (CERTEAU, 2008; CUTCHER *et al.*, 2016). O paradoxo se manifesta a medida em que uma rede de práticas antagônicas é cotidianamente (re)construída e (re)organizada pelos atores sociais. Desde a construção do Mercado de Ferro práticas de espaço como o planejamento, a estética, o controle e os desvios se amalgamam de modo a formar uma rede muito particular e alicerçada no passado e no presente histórico do Mercado. Assim, essas interconexões conformam uma rede paradoxal de práticas que são organizadas a partir do transcurso da história do Mercado e da cidade. Essa rede de práticas emerge, em partes, também como fruto do processo de *travel of ideas*, onde tempos e lugares múltiplos, porém simultâneos, se conjugam para originar um espaço simbólico (CZARNIAWSKA, 2004).

Desse modo, estas práticas se apresentam entrelaçadas a processos históricos que são amplos e dão conta, inclusive, da constituição da própria cidade. As práticas identificadas e perpetradas pelos atores sociais fazem parte de uma rede de desdobramentos históricos, fundamentada em um processo de *travel of ideas* (CERTEAU, 2008; CUTCHER *et al.*, 2016; CZARNIAWSKA, 2004). Assim, da mesma forma que hábitos, costumes e práticas foram

translocadas no espaço, na época da construção do Mercado de Ferro, a rede construída nesse tempo pretérito também organiza e é organizada pelas práticas do presente. Na medida em que o tempo histórico e cronológico avança essas práticas vão sendo (re)adaptadas, em um processo contínuo e organizativo. Assim, é possível sinalizar que **as práticas estão organizadas, também, a partir dos processos históricos vivenciados por Fortaleza.**

Com a abertura dos portos, em 1808, e o estreitar dos laços econômicos o processo da *Belle Époque* se estabeleceu e intensificou de modo a afetar a organização social (além da econômica da cidade). Nesse mote, o espaço da cidade foi alterado e (re)modelado conforme uma lógica que objetivava transformar Fortaleza em um local o mais próximo da Europa possível em diversas esferas (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; CASTRO, 1992; 1994; COSTA, 2001; CAPELO SARMIENTO, 2003).

Embora essa dinâmica tenha sua base constituída desde o processo de colonização, o seu auge se deu com a aproximação econômica da então Villa de Fortaleza com as nações europeias, especialmente Inglaterra e França, principalmente pelo comércio de algodão. Tal aproximação teve seu ponto máximo no período da *Belle Epóque*, onde a cidade sofreu um bombardeio de artefatos e práticas vindos do velho continente. Considerando de modo particular o Mercado de Ferro enquanto um equipamento urbano evidenciamos ao longo de sua trajetória histórica diversas intervenções baseadas em modos de vida que não eram locais.

Assim, com base no *corpus* de pesquisa apreendido, e considerando todas as interseções devidas, podemos sinalizar que Fortaleza foi institucionalizado um **processo histórico de europeização**, que se materializou em uma série de modificações estruturais na cidade, bem como nas práticas perpetradas pelos diversos atores sociais. A importação de equipamentos funcionais, culturais e sociais (theatro, igreja, mercado) configura como uma evidência, bem como o estabelecimento de novas dinâmicas sociais.

A ideia era, além de oferecer um novo ambiente, mais ‘civilizado’, também fomentar uma vida social. Revela-se aqui um paradoxo: se por um lado o mercado era um espaço que se prestava ao comércio da vida cotidiana, por outro lado, esperava-se também que ele se tornasse um espaço de sociabilidade local, onde as pessoas ‘distintas’ da sociedade fortalezense pudessem frequentar. Com um mercado, consultado e aprovado pela Europa, seria possível resgatar a elegância da capital cearense que, conforme os relatos arquivísticos, havia se perdido.

O que não se contava, entretanto, era que, na verdade todas essas dinâmicas que viajaram até a província do Ceará fossem paulatinamente adaptadas à realidade local. Seja a adequação da estrutura ao clima local ou as práticas que eram realizadas nesses espaços e se

transformaram a medida em que os cidadãos fortalezenses descobriam ou inventavam novas formas de praticar. Assim, a cidade percebeu um processo de tropicalização progressivo de suas edificações, seus espaços e, consequentemente, da sua organização.

Assim, em contrapartida, se constituiu também um **processo histórico de tropicalização**, como uma forma de resistência e adaptação conduzida por outros tantos atores sociais presentes no contexto do Mercado de Ferro de Fortaleza. De maneira astuciosa, esse processo se manifestou por meio de diversas das práticas de espaço sorrateiras do cotidiano, performadas pelos magarefes, vendedores de peixe, bêbados, compradores, entre outros (CERTEAU, 2008).

Tropicalizar significa adaptar aos trópicos. Essa adaptação, no que diz respeito à arquitetura de ferro no Ceará, não aconteceu apenas em termos estruturais, mas principalmente em termos sociais. Esse processo foi mediado pelo fenômeno da *Belle Époque*, que acalentava o anseio de ‘sermos civilizados e desenvolvidos’. Dessa forma, a tropicalização das estruturas e dos costumes aconteceu em meio a um dos ciclos de modernidade que Fortaleza vivenciou.

Nesse sentido, ambos os processos (europeização e tropicalização) se apresentaram de forma entrelaçada e antagônica durante a trajetória histórica do Mercado e se manifestaram de forma subjacente por meio de diversas práticas e dinâmica socioespaciais. Dessa forma, um paradoxo é evidenciado na tensão constituída entre as dinâmicas conjugadas pelos processos históricos de europeização e tropicalização. Seus desdobramentos consistem em uma rede de práticas que, entrelaçadas conferem ao Mercado o status de espaço e esse também contribui para o organizar do espaço da cidade por meio de seus deslocamentos organizativos. Aqui a prática está imbricada e sustentada por processos históricos que atuam como um passado organizador (CERTEAU, 2008).

O tempo histórico, inerente aos processos de europeização e tropicalização, dá sentido à uma rede de práticas que se estabelece como desdobramento dos primeiros (CERTEAU, 2008). Hoje, as práticas de espaço do Mercado de Ferro refletem uma polifonia de temporalidades que, unidas, organizam o fazer dos atores sociais (BENJAMIN, 2006; DOSSE, 2013). A constituição do espaço do Mercado está entrelaçada aos processos históricos que também o conformam (BENJAMIN, 2006; CERTEAU, 2008; CUTCHER *et al.*, 2016; PETANI; MENGIS, 2016). Nesse sentido, os sustentam a ideia de que há um passado organizador das práticas, com a existência de múltiplas temporalidades imbricadas nas práticas (CERTEAU, 2008; CARR; HANCOCK, 2006; PETANI; MENGIS, 2016).

Estas discussões evidenciam, mais uma vez, a intervenção da história enquanto nexos organizador das práticas de espaço do mercado de ferro, sejam estas de caráter tático e ou

estratégico. Para Certeau (2011) o conhecimento histórico é reconhecido mais por sua capacidade de evidenciar os desvios em relação as construções formais em um tempo presente e que se abrem para o futuro.

9.2 “GRANDES CASCAS VAZIAS ONDE TUDO PODE ACONTECER”: AS MALHAS CRIATIVAS DE PRÁTICAS DE ESPAÇO NO MERCADO DE FERRO DE HOJE. A CRIATIVIDADE COMO FUTURO?

No tempo presente, o Mercado de Ferro funciona como um equipamento cultural da prefeitura de Fortaleza, gerenciado pela Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Atualmente, no Mercado ocorrem eventos que são organizados e promovidos pela prefeitura: (i) Feira Afins de Vitrola, (ii) Mercado Coletivo, ambos mensalmente e o (iii) Mercado Criativo, a cada três meses. A Feira de Produtos Orgânicos também é apoiada pela prefeitura, mas é organizada pela Associação de Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO) e as atividades como forró e zumba são capitaneadas por grupos privados (QUADRO 14). É importante salientar que, desde o início da pesquisa, em 2016, este calendário sofreu algumas alterações, especialmente de eventos e dias da semana em que estes eram realizados.

“Já são ações que são permanentes nosso aí acontece uma vez por mês afins de vitrola, uma vez por mês mercado coletivo e a cada três meses o criativo que reúne os dois e faz uma grande festa, o criativo ele já tem uma programação musical mais variada.” (E15). A proposta desses eventos é dar espaço para o empreendedor local de base criativa exibir seus produtos, bem como dar oportunidade de aparição para bandas e DJ’s emergentes no cenário artístico cultural da cidade de Fortaleza.

Estes eventos se revelam enquanto prática de organização de eventos fortemente relacionados à criatividade (LEITÃO, 2015; SERRA; FERNANDEZ, 2014). A organização e promoção destas atividades por parte da prefeitura podem ser considerada como estratégias institucionalizadas pela prefeitura, que busca atribuir um uso específico ao Mercado. Enquanto aquelas operacionalizadas pelos atores cotidianos do entorno configuram táticas, ainda que relacionadas à organização desses eventos, mas que, de alguma forma, transcendem aquilo que é normativamente imposto pela prefeitura.

Quadro 15 – Programação da Economia Criativa do Mercado de Ferro e suas Adjacências (2018)

Onde	Funcionamento	O Quê	Quando?
Pizzaria	18h às 22h	Música ao vivo (mpb)	Sábado 20h às 23h
Cazuza (bar)	8h às 00h	-	-
Le Marchê (restaurante)	18h às 00h	Música ao vivo (jazz)	Quinta 21h às 00h
Bodega dos Pinhões	18h às 00h	Música ao vivo (samba)	Quinta 19h às 22h
			Sábado 20h às 22h
Papudim bar	8h às 00h	Música ao vivo (brega)	Sábado 16h às 19h
Mercado Cultural dos Pinhões	18h às 22h	Petisco do chef	Quinta a sábado
		Dj Pio	Sexta
Mercado dos Pinhões	18h às 22h	Zumba	-
		Feira orgânica	Terça 04h às 12h
		Zumba	
		Forró	Sexta 19h às 22h
		Feira do Vinil/ Babado Coletivo	Sábado 17h às 21h
		Forró	Domingo 19h às 22h
Praça Visconde de Pelotas	5h às 12h	Montagem da feira	Quarta 12h às 0h
		Feira de frutas e verduras	Quinta 05h às 12h

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Os dias com maior número de frequentadores são às terças, na Feira de Orgânicos e aos sábados, nas feiras voltadas para atividades relacionadas ao microempreendedorismo de base criativa correspondente. Através dos processos de observação, notei que a prática de organização de cada evento (Figura 42; Figura 43) tem uma produção distinta, evidenciando o

desdobrar de uma **malha de práticas relativas ao empreendedorismo de cunho criativo** que hoje organizam os espaços do Mercado de Ferro e suas adjacências urbanas, consolidando a contiguidade espacial na praça da cidade que lhe é característica desde dos anos pretéritos. Essa organização ocorre, à semelhança do que houve no passado, pelo entrelaçar de táticas e estratégias próprias, com vistas a constituir um espaço simbólico para os atores organizacionais (CERTEAU, 2008).

Figura 42 –Feira Parcecáceas, no Mercado de Ferro (2018)



Fonte: Elaborado pela autora.

Embora o calendário mensal de eventos seja divulgado pela SECULTFOR, principalmente por meio de suas redes sociais (Facebook e Instagram), com a finalidade de trazer visibilidade e atrair e formar público (QUADRO 14), há uma alegação constante por parte dos atores locais sobre a insuficiência desse procedimento. *“as atividades que acontecem no Mercado têm pouco espaço na mídia tradicional/de massa e quando algum evento é divulgado no jornal local (televisado) há um aumento do número de frequentadores do espaço.”* (E6); *“a divulgação por parte da prefeitura é mínima e, por conta disso, as pessoas encontram [o mercado de ferro] por acaso”* (E7); *“precisa de mais divulgação para que o fluxo de pessoas aumente”* (E10); *“falta divulgação institucional”* (E11).

Confrontada, a prefeitura alega que a divulgação não pode ser ampla em face da pouca estrutura do local para suportar grandes públicos. A medida em que os eventos vão

crecendo e adquirindo volume de público, a gestão municipal se vê obrigada a mover o evento de lugar:

“[...] ahhh nós já tivemos lá programações é.... que trazia um público muito grande nós tinha inclusive que rever nosso foco de público, vou dar um exemplo aqui do Luxo D’aldeia pra falar de carnaval: lá lotou de tal forma que ficou inviável de continuar ali, tanto é que nós tiramos eles e colocamos na Praça do Ferreira, a Praça do Ferreira agora é um polo deles há dez anos e lá a gente tem que levar alguns grupos que tem público razoável, mas que não tem essa perspectiva toda. E quando eles começam a crescer no local a gente infelizmente convida eles a ir a um local maior e vai fazendo esse realocamento de público [...]”. (E15)

Figura 43 –Festejos de pré-carnaval (2019)



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme relatos de alguns entrevistados, houve também a percepção de desinvestimento contínuo por parte do poder municipal no Mercado de Ferro. Segundo esses atores, atividades como a apresentação de chorinho (aos domingos) e dança de salão (às sextas) deixaram de ser realizadas por falta de investimento da prefeitura “*a prefeitura não pagava pelos eventos organizados dentro do mercado às sextas e domingos*” (E12). Os comerciantes dos bares do entorno atribuem à prefeitura o que eles consideram como o abandono do Mercado de Ferro e da sua história “[...] *a prefeitura deixou de lado o Mercado [...]*” (E12).

Outros atores fazem uma correlação das atividades existentes no Mercado com uma questão política, alegando que “*nos tempos da Luiziane era bom*” (E12), em referência a ex-

prefeita Luiziane Lins (2005 a 2012), antecessora do prefeito Roberto Cláudio (2013 a atualmente). Ainda é apontado o fato, constatado pelo próprio calendário das práticas de eventos criativos, que *“a programação da prefeitura é muito dispersa, não há um padrão [...]”* (E12). Isso reforça ainda mais a promoção e organização, ainda que de forma latente, do esvaziamento espacial anteriormente já evidenciado: *“[...] os dois mercados que a gente tá falando que hoje eles não funcionam mais, eles funcionam de outra forma, na verdade são grandes cascas vazias onde qualquer coisa pode acontecer dentro dele né.”* (E14).

Embora, para a prefeitura, *“[...] o mercado dos pinhões pra gente ele é um espaço muito estratégico nesse sentido [...]. Ele tem esse papel estratégico pela história dele, pela importância que ele tem pra cidade de Fortaleza [...]”*. (E15) é visível uma inconsistência na prática de organização de eventos no Mercado de Ferro. Não obstante, essa lacuna organizacional se coloca também como uma oportunidade para as pequenas organizações, como os bares e os restaurantes, sobretudo a vocação gastronômica e artística, exercidas nos espaços adjacentes contíguos ao Mercado de Ferro de assumirem um papel protagonista no organizar de práticas de eventos criativos, transformando estes espaços da praça da cidade: *“Os bares do entorno também têm um papel importante nesse processo, pois eles são responsáveis por organizar uma programação semanal que acontece no Mercado e, assim, atrair pessoas para este espaço”* (E2). A atuação dos atores dos espaços adjacentes ao Mercado é reconhecida até mesmo pelo poder institucionalizado *“[...] aquele público da redondeza eles gostam muito daquele forrozinho da terceira idade né, então eles simpatizam lá começam permissionários, eles pagam a banda e fazem o forró tradicional [...]”* (E15).

Além disso, é em torno do organizar desses eventos relacionados à atividades criativas que hoje, e com possibilidades futuras, se desenvolvem as práticas dos atores ordinários. As feiras organizadas pela prefeitura possuem público oscilante em termos quantitativos. Há feiras com maior público, como o Mercado Coletivo e outras onde o público é menor, como a feira de quadrinhos e vinis. Nos bares e restaurantes dos espaços do entorno ao Mercado de Ferro, quando há música ao vivo, há sempre um número razoável de pessoas que transita por entre o Mercado e as ruas que atravessam a praça da cidade. *“O que me chamou a atenção nessa primeira visita (nunca tinha estado lá) é [...] o movimento (de pessoas e atividades) [...]”* (DIÁRIO DE CAMPO, 17/05/2016); *“Entrei pela porta principal e já senti que a “vibe” era bem diferente da feira de orgânicos, embora o movimento não configurasse uma lotação, era maior do que o que eu tinha visto na feira de orgânicos no mês anterior.”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/06/2016).

Esse foi um aspecto que me chamou bastante atenção em todos os processos de observação que realizei. Embora não exista uma lotação grande, há sempre um fluxo de pessoas que transita por entre o Mercado de Ferro e os equipamentos atuantes nos espaços urbanos adjacentes, como o Mercado Cultural dos Pinhões e os bares. Os espaços do Mercado e do seu entorno emergem quando práticas são perpetradas, incluindo a prática de organização de eventos (CERTEAU, 2008; SCHATZKI, 2006). As adjacências, contudo, tornam-se evidentes quando os atores organizacionais ordinários, como os vendedores, artesãos, o pipoqueiro, a vendedora de balas na entrada e os consumidores passam a participar deste espaço com suas práticas (venda, negociação, consumo, etc).

O elemento em comum que une essa rede de atores, entretanto, são as **práticas de mobilidades de caráter ambulatório**⁴⁸. Os atores do Mercado efetuam dinâmicas muito particulares de caminhadas entre os espaços urbanos envolvidos que reveste o Mercado de Ferro e suas adjacências urbanas de movimentos espaço-temporais. Esta rede de atores transita por entre os expositores, para no meio e observa o histórico quadrilátero do Mercado de Ferro, movem-se rapidamente ou lentamente por entre as passagens, conformando um outro espaço, agora (re)significado por essas ambulações.

Esta prática também nos permite enxergar uma estética do espaço. Através da tangibilidade dos passos, é possível comunicar que, naquele momento, o Mercado não é apenas um lugar de compra e venda, mas um espaço historicamente simbólico e (trans)formado por meio das caminhadas dos seus praticantes (CERTEAU, 2008; BEYES, STEYAERT, 2011). A **prática de mobilidade** organizada por meio de caminhadas sinaliza a (pré)existência de um Mercado de Ferro que não existe quando esta prática está ausente e leva a organização dos espaços urbanos envolvidos para uma esfera além de suas funcionalidades, invocando a associação de dimensões históricas, rítmicas e estéticas organizadoras (CERTEAU, 2008; BEYES, STEYAERT, 2011). Assim, o movimento a partir das práticas de mobilidade emerge enquanto categoria empírica dos tempos pretéritos, presente e futuro, pois sua performance comunica tanto pelo tato e como pelo deslocamento de quem a executa. A mensagem se refere à produção de um espaço próprio que é constituído pelo ato de caminhar.

As práticas de mobilidade são compreendidas no sentido de ritmo de deslocamento, as vozes dos passos que enunciam o lugar (CERTEAU, 2008; DALE; BURREL, 2008). Nesse sentido, os passos dos atores organizacionais nos contam que, nos dias de feiras e eventos, o

⁴⁸ Que se move sem cessar, que não está sempre no mesmo ponto. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambulat%C3%B3rio/> > Acesso em 1 de abril de 2019.

histórico Mercado de Ferro (re)torna como palco de trocas comerciais, onde sua essência histórica espacial é rememorada e (re)vivida. O ritmo das caminhadas, revelam também sociabilidades móveis que vão além da questão comercial típica de um mercado, envolvendo nestes espaços atuais a sua conotação criativa, se abrindo para tempos futuros. Aqui, as práticas de mobilidade no entorno urbano do Mercado de Ferro, as formas como os atores caminham, (re)constroem e (re)organizam uma rede de espaços de lazer, turismo, cultura e empreendedorismo.

Tais práticas de mobilidade resultam em processos de *spacing*, onde o movimento gerando pela caminhada empreende um processo de geração de espaço (BEYES; STEYAERT, 2011). Tal dinâmica transborda a forma material de se compreender e apreender o espaço, ampliando-a para abordagens imateriais e sensíveis como o tato exercido durante a caminhada, acompanhado pelas memórias históricas que se tem sobre o Mercado. Estas práticas refletem uma apreensão para além da representação material e são capazes de desvelar dimensões de transformação espacial nos limites do que discutimos acima.

Essas práticas de mobilidades reforçam as históricas **práticas espaciais contíguas** (pré)existentes entre o Mercado de Ferro e as atuais organizações criativas instaladas em suas adjacências urbanas. A caminhada e a deambulação urbana dos atores são o elo que tonifica essas históricas passagens e contiguidades espaciais (Figura 44). Existentes desde os tempos primeiros, se fazer presente no Mercado constitui-se como uma prática de espaço. Hoje, os atores demarcam sua presença através da caminhada, onde se apropriam do lugar e o transformam em espaços múltiplos e plurais (CERTEAU, 2008).

Nos relatos de suas trajetórias, observamos que as práticas de espaço do Mercado de Ferro também assumem um caráter flexível na medida em que são (re)configuradas e (re)organizadas, em partes, por processos históricos (RASCHE; CHIA, 2007; CERTEAU, 2008; BENJAMIN, 2006). Emerge então uma rede híbrida de ações, tendo como nexos conector uma malha de práticas organizativas de caráter histórico que atuam nos espaços urbanos de hoje e com reflexos futuros (BEYES; STEYAERT, 2011; CERTEAU, 2008; DALE; BURRELL, 2008; VAUJANY; VAAST, 2011; THRIFT, 2007; BENJAMIN, 2006; GIOVANNONI; QUATTRONE, 2017).

Figura 44 – Interseção espacial do Mercado

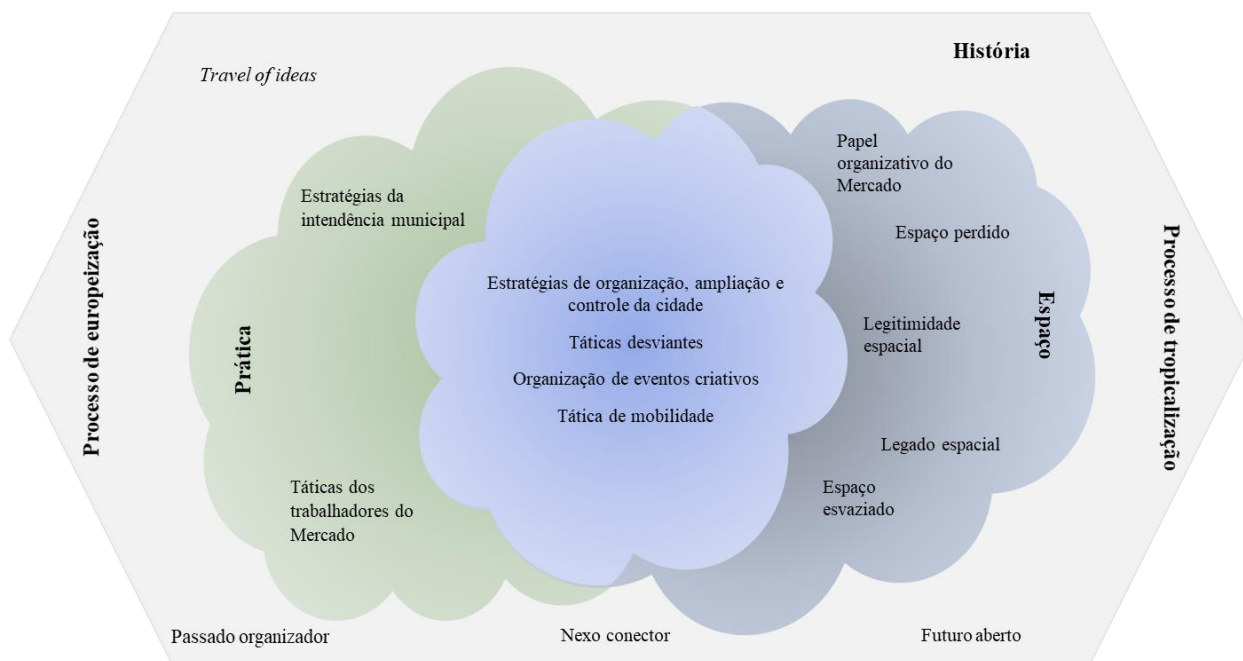


Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a malha de práticas de mobilidades de caráter ambulatorio fragmenta e (re)organiza a memória do espaço urbano, evidenciando os nexos históricos conectores, performados nas contiguidades espaciais que ligam os espaços da praça da cidade onde o Mercado de Ferro está instalado. Tal processo faz emergir o complexo organizacional entre o mercado-espaço e as pequenas organizações criativas instaladas em suas adjacências contíguas, caracterizando um processo de organizar amalgamado e único (CERTEAU, 2008).

Nesse contexto, emerge agora um conjunto organizacional complexo composto pelo Mercado, as organizações do entorno e seus espaços contíguas, de modo a compor uma unidade organizacional que atua na praça do Mercado. Não há mais dentro ou fora, as fronteiras são apagadas quando o Mercado e seu entorno começam a ser ocupados pelos seus frequentadores. Na verdade, essa ocupação viabiliza as práticas de espaço e fazer com que os marcos delimitadores entre Mercado e demais organizações seja eliminada.

Figura 45 – Interconexões processuais do organizar histórico das práticas de espaço



Fonte: Elaborado pela autora.

Na medida em que o tempo cronológico avança, tendo base os pretéritos processos de europeização e tropicalização entrelaçados, o tempo histórico da memória atua como conector e organizador de um tempo futuro, influenciando novas práticas de espaço que vão sendo (re)apropriadas em um processo organizativo da cidade (CERTEAU, 2008; BENJAMIN, 2006; DOSSE, 2013). Hoje, as práticas de espaço do Mercado de Ferro refletem uma polifonia de temporalidades conectoras, organizando o fazer dos atores e arranjos materiais envolvidos. Nesse contexto, o passado organizador das práticas de espaço do Mercado de Ferro emerge enquanto base para vislumbrar um futuro para a urbe em análise (Figura 45).

10 “PRÉ-EXISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS” NA CIDADE: O PASSADO ORGANIZADOR DAS PRÁTICAS DE ESPAÇO E SEUS DESDOBRAMENTOS CRIATIVOS FUTUROS

Os relatos constituídos evidenciaram uma historicização das práticas de espaço, a partir das translocalizações e dos movimentos paradoxais entre as práticas operacionalizadas. Esse processo contribui para iluminar o papel organizativo do Mercado de Ferro em relação aos espaços da cidade que lhes são contíguos. Nesse sentido, as práticas de espaço articulam a história como nexo conector da dinâmica organizativa socioespacial desses pedaços da cidade, delineando projetos de futuros possíveis (BENJAMIN, 2006; PETANI; MENGINS, 2016; CERTEAU, 2008). O Mercado de hoje é resultado de práticas de espaço mediadas por (des)construções históricas que emergiram à medida que os atores sociais construíam uma rede de táticas e estratégias que (re)significavam o Mercado. Essa rede de maneiras de fazer é constantemente (re)organizada a medida em que outras dinâmicas emergem.

A obra do historiador Michel de Certeau é bastante ampla em vista da diversidade de discussões abordadas em seus textos, de modo que pode ser acessado por várias disciplinas (NAPOLITANO; PRATTEN, 2007). Contudo, ênfases importantes no trabalho de Certeau recaem sobre a discussão a respeito da subjetificação do cotidiano e os processos de resistência desenvolvidos pelo homem comum e o engajamento dessas dinâmicas com o passado, podendo este ser (re)escrito por meio das práticas, que se apresentam historicamente conectadas.

Por outro lado, a literatura nos Estudos Organizacionais, ainda que passados 15 anos do *historic turn*, aponta para uma subteorização a respeito do passado enquanto realidade vivida (SRINIVAS, 2012; WEATHERBEE, 2012). Dessa forma, o presente pode ser o produto de uma série de eventos, mas é algo sujeito a processos discursivos que interferem na forma como ele é lido e compreendido (WEATHERBEE, *et al.*, 2012).

Quando trazemos essa discussão para o terreno das práticas, observamos compreensões constituídas a partir dos processos discursivos que (trans)formam o passado perpassam a operacionalização das práticas no presente, fazendo emergir uma história relacional (WEATHERBEE, 2012; DUREPOS, *et al.*, 2011). Nesse sentido, os lugares são histórias fragmentárias de passados roubados e de tempos empilhados que podem se desdobrar ou não, enquanto histórias no estado de quebra-cabeças, enigmas a espera de suas rememorações no presente com abertura para os tempos futuros (CERTEAU, 2008, p. 189).

Assim, “[...] trata-se de atribuir à sua historicidade o movimento que reconduz os procedimentos de análise para suas fronteiras, até o ponto em que mudam, ou mesmo se

perturbam [...]” (CERTEAU, 2008, p. 64). Dessa forma, há uma historicidade implícita na organização das práticas de espaço relatadas nesta pesquisa, que as torna manipuláveis a medida em que se depara com uma multiplicidade espaço-temporal. Hoje, o Mercado de Ferro é um reflexo de (des)construções históricas enquanto nexos conectores de práticas de espaço que emergiram à medida que os atores e arranjos construíam uma ampla rede de práticas de variados tipos que (re)significavam o Mercado no presente, abrindo espaços futuros.

Conforme anteriormente colocado, hoje evidencia-se o atuar de diferentes práticas urbanas para desvelar o mercado-lugar, por parte da prefeitura. Práticas de organização de eventos relacionados à criatividade, ainda que de forma efêmera e precária, tentam manter o uso histórico e normativo do lugar. Ao mesmo tempo, seu significado enquanto lugar para compra e venda de gêneros alimentícios perdeu força perante os atores sociais. “[...] *o Mercado tinha uma estrutura apropriada para dança, apenas [...]*”. Sua qualidade de mercado é sugerida por outras atividades também comerciais, mas com um foco presente e futuro direcionado para práticas relacionadas às trocas econômicas e sociais. Apesar dessa dinâmica refletir um processo de (re)significação, perpetrado tanto pelas práticas de organização de eventos como pelas práticas de mobilidades operacionalizadas pelos atores e arranjos criativos atuantes em seus espaços contíguos, o Mercado de Ferro é visto como “[...] *uma coisa assim muito improvisada, muito errático e tal, diferente de quando eles eram uma coisa só [...]*” (E15).

Segundo o representante da prefeitura, responsável pela organização dos eventos realizados no Mercado há

um ciclo natural da cidade de Fortaleza, [...] você tem um espaço que tem um custo pra manter [...], com uma oferta onde a demanda não procura mais está sendo procurado em outros locais, então ele foi naturalmente se resignificando. Eu acho que o resignificado dele hoje isso vem de uns cinco a seis anos pra cá. É um resignificado muito voltado pra essa área da gastronomia, ele está se tornando um polo mais gastronômico, aí é um novo resignificado pode ser que seja uma coisa passageira, pode ser permanente, pode ter uma nova leva de outras atividades, mas hoje eu não consigo ver, eu não consigo como frequentador também, ele voltar àquela questão mesmo de mercado no exemplo de São Sebastião. (E15)

Conforme anteriormente relatado, a inauguração de outros equipamentos no entorno, como Mercado Cultural dos Pinhões (MCP), também contribui para esse processo de (re)significação do Mercado, juntamente com os bares do entorno urbano. Mesmo funcionando de quinta à sábado “*o movimento de clientes como um todo melhorou com a chegada do MCP pois só então foi autorizado o fechamento da rua pela prefeitura de quinta a domingo.*” (E12).

Embora não exista uma organização formal de todos esses atores (bares, Mercado Cultural, mercado de ferro, restaurantes etc.), é notável que há uma organização informal

particular e subjacente entre estes que, muitas vezes, nos leva a confundir o Mercado de Ferro com as organizações do entorno urbano. Em dias de funcionamento, é quase impossível separar o que está acontecendo no mercado de ferro, daquilo que ocorre no entorno ou no MCP. “*se tratando da praça do mercado como um todo, cada um tem sem papel.*” (E2).

Contudo, hoje, a questão que se coloca é: como amalgamar o organizar entre estes diferentes atores e suas práticas correspondentes, visando um futuro para este espaço urbano da cidade no qual está instalado o histórico Mercado de Ferro? Como sua história poderá ser rememorada para atuar como nexo conector no organizar das práticas de espaço que lhes são legítimas para a sua perpetuação futura?

Hoje, o Mercado é considerado não apenas pela histórica arquitetura de ferro translocada durante o período do *travel of ideas*, mas também pela rede de pequenas organizações criativas instaladas em suas adjacências e que lhe é contígua na sua organização espaço temporal. Dessas memórias práticas que lhe são organizadoras, evidencia-se um **Mercado de Ferro enquanto uma organização que emerge da interseção entre fronteiras espaço e histórico temporal.**

Apesar dos inúmeros deslocamentos e translocalizações espaciais em tempos pretéritos e atuais que desfocaram sua história fundadora, o Mercado de Ferro ainda resiste, inclusive, mantendo a sua legitimidade espacial na praça da cidade (VAUJANY; VAAST, 2013; PETANI; MENGIS, 2016). Contudo, se faz jus atuar no fortalecimento da sua legitimidade histórica (VAUJANY; VAAST, 2013), com o intuito de resgatar estes espaços históricos perdidos. Assim, temos um futuro aberto diante de possibilidades organizativas a partir das práticas espaciais historicamente organizadas. Esse caminho reforça a relevância do entrelaçamento entre história e prática na criação e organização de espaços na cidade.

As discussões tecidas acima, inevitavelmente, levam a uma reflexão a respeito do que pode ser praticado em termos de organização das práticas de espaço do Mercado, considerando que este é um espaço que emerge da fronteira de interação entre práticas e história. Hoje, enquanto um espaço público direcionado para a cena cultural da cidade de Fortaleza, há a necessidade de reforçar a narrativa histórica da construção do Mercado. Conforme observado por meio das observações e entrevistas do *shadowing*, embora os atores reconheçam a existência de uma história, eles não conhecem a história em si. Esse desconhecimento implica na possibilidade de precarização do espaço por meio das práticas.

Nesse sentido, em termos de formulação de políticas públicas, acreditamos ser fundamental o papel da gestão municipal em desvelar amplamente a história do Mercado, bem como direcionar a (re)construção histórica relacionada ao conjunto urbano da arquitetura de

ferro, não só da cidade de Fortaleza, mas de outras cidades cearenses que também possuem suas arquiteturas de ferro em espaços perdidos, mas legitimados historicamente.

Os achados sinalizam a impossibilidade do uso do Mercado enquanto centro de atividades comerciais, pela ausência de uma estrutura que possibilite a continuidade da venda de gêneros alimentícios em seu interior. Desse modo, apontamos como caminho viável a utilização consistente e sistemática da estrutura do Mercado de Ferro como palco para o desenvolvimento de atividades culturais e criativas, trazendo, inclusive, a participação da sociedade civil, por meio da organização não apenas de feiras, mas uma integração com outras atividades como eventos escolares ou universitários, por exemplo.

Nesse mote, a economia criativa emerge enquanto possibilidade para a apropriação do espaço do Mercado de Ferro. Para tanto, é necessária uma articulação no âmbito das políticas públicas em prol da promoção do Mercado enquanto um espaço apto para receber e promover atividades relacionadas à economia criativa. Uma política de revitalização dos espaços de arquitetura de ferro da cidade, considerando e (re)afirmando sua história pode contribuir para o estabelecimento de ações voltadas à economia criativa. Essas, por sua vez, cumprem o papel de atrair e reter atores sociais, permitindo assim o estabelecimento de suas práticas.

Um meio para a consecução dessa revitalização é a educação patrimonial. Ações voltadas para a promoção da história do Mercado, bem como todo o circuito da arquitetura de ferro na cidade podem ser úteis no sentido de se fazer conhecer a história do Mercado (e outros equipamentos) e contribuindo para a consolidação da história do equipamento em si, tirando-a da obscuridade. Assim, programas de educação patrimonial que conjuguem história, tanto para os atores locais como para aqueles externos, podem contribuir de maneira positiva para as dinâmicas de práticas de espaço da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza.

Tais ações podem contribuir para consolidar tanto o legado histórico dos espaços de arquitetura de ferro bem como a sua (re)significação, além de contribuir para a construção de novas malhas de práticas, incluindo até mesmo atores que até então não se fazem presentes neste contexto, como aqueles da iniciativa privada. Fortalecer a história e a divulgação da mesma é uma maneira de fomentar a operacionalização de outras práticas de espaço capazes de (re)constituir o legado espacial do Mercado e suas adjacências.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo nessa pesquisa foi compreender o organizar das práticas de espaço urbano no contexto da arquitetura de ferro à luz da perspectiva histórica. Para tanto, utilizamos as abordagens metodológicas da etnografia de arquivos e do *shadowing* no período de maio/2016 a janeiro/2019. Como resultado desses processos, 218 documentos foram coletados, 15 entrevistas e 14 observações diretas foram realizadas, ambas últimas relacionadas à abordagem do *shadowing*. O resultado, obtido por meio de uma análise historiográfica do *corpus* empírico, foi uma contextualização densa do percurso histórico do Mercado de Ferro, bem como suas práticas de espaço (CERTEAU, 2011; DECKER, 2013).

O processo de levantamento, imersão e mapeamento do contexto histórico da arquitetura de ferro aconteceu conforme o percurso sugerido por Decker (2013) e Stoler (2009) para etnografias de arquivo, que consistiu na imersão e reflexão em documentos. Dessa forma, foram investigadas 6 fontes arquivísticas que resultaram em 218 documentos históricos. Durante e após o processo de coleta desse material procedemos a imersão nos arquivos, com o intuito de seguir as vozes, silêncios, percursos e desvios estabelecidos por e entre eles.

Destacamos aqui que a pesquisa apresentou resultados de intensa pluralidade, na qual é possível percorrer inúmeros caminhos de interpretação. Este se configura como um ponto positivo da pesquisa, dada suas várias possibilidades, mas ao mesmo tempo poderia levar a uma dispersão interpretativa. Dada esta característica, a análise é fruto de um caminho interpretativo baseado na extensa revisão de literatura elaborada, nos percursos, vozes, silêncios, práticas e seus desdobramentos identificados, bem como no nosso posicionamento ontoepistemológico. Também procuramos evidenciar o caminho frutífero que pode surgir a partir da interação entre história e Administração quando investigamos as práticas de espaço. Isso eleva e confirma a relevância, bem como o clamor por mais pesquisas históricas.

Nesse sentido, o percurso da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza teve como pano de fundo uma malha de práticas de urbanização, higienização e ampliação da cidade relacionadas ao processo histórico de europeização que permaneceu restrito a capital da então Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção. Expresso pela *Belle Époque*, e fundamentado na dinâmica do *travel of ideas*, o processo de europeização, refletido pelas práticas mencionadas, foi responsável por uma série de modificações no contexto dos espaços da cidade, assim como também de suas práticas de espaço relacionadas.

Contudo, esse processo não transcorreu de forma ileso, mas sofreu tensões oriundas das dinâmicas locais já existentes. O processo histórico caracterizado nessa pesquisa como

tropicalização foi responsável por uma série de táticas e desvios no praticar desses espaços organizados conforme uma lógica europeia. Esses desvios se manifestaram através das maneiras de fazer dos atores sociais cotidianos e subalternos à europeização.

Assim, evidenciamos que as vozes que permeiam os discursos emersos dos arquivos privilegiam o poder institucionalizado da intendência municipal, fazendo frente à uma demanda de burguesia fortalezense por um alinhamento aos padrões europeus de tecnologia, urbanidade e vida. Por outro lado, essas mesmas vozes silenciam outra parte da população, que não participa ou se manifesta a respeito das decisões relativas à europeização sofrida por Fortaleza. Estes atores silenciados, entretanto, conjugavam no seu cotidiano diversas práticas desviantes que, de forma entrelaçada com as maneiras de fazer impostas pela prefeitura, geraram uma tensão paradoxal, sustentada de forma indireta por processos históricos de europeização e tropicalização.

O percurso da arquitetura de ferro, mais especificamente do Mercado de Ferro, iluminou também o processo de organização dos espaços da cidade, constituído sob égide de práticas europeizadas que se estabeleceram juntamente com a arquitetura de ferro do Mercado, entremeando-se às práticas locais pré-existentes. Essa dinâmica, além de materializar um paradoxo a partir da tensão entre o que vinha de fora e o que existia aqui em termos de práticas, também contribuiu não apenas para a urbanização de Fortaleza, como também para a operacionalização e organização das práticas de espaço pelos atores sociais da cidade.

Os achados nos mostram um percurso histórico assentado em uma malha composta por práticas estratégias e táticas diversas que tonificaram o Mercado de Ferro como um lugar de comércio e um espaço praticado. Práticas de comércio, de construção, de aplicação de melhorias à urbe, entre outras citadas ao longo da contextualização densa, revelam maneiras de fazer que concebem um lugar normatizado e um espaço com significados e organização própria. Este conjunto de práticas constrói e reflete o papel organizativo do Mercado no contexto da cidade.

Atualmente, o Mercado permanece desempenhando esse papel organizativo, mas com tons de precariedade na medida em que o Mercado e seu entorno contam com ruas sem iluminação, sem limpeza de resíduos urbanos, insegurança e má conservação. Estes aspectos têm se tornado argumento para um processo de esvaziamento do Mercado em termos de atividades desenvolvidas no seu interior e, consequentemente, no número de frequentadores.

Conjugando a abordagem da etnografia de arquivos com a perspectiva do *shadowing* identificamos práticas de espaço no contexto histórico da arquitetura de ferro e suas redes de conexão no atual contexto da cidade. A partir da investigação dos documentos

históricos direcionada pela etnografia de arquivos observamos a existência de uma rede composta pelas práticas de planejamento e controle urbano. Nesse conjunto, as estratégias comerciais, de planejamento arquitetônico e estético com vistas a uma melhoria da cidade, bem como uma organização baseada na higiene e civilidade da cidade foram empreendidas pela intendência municipal a fim de normatizar e disciplinar um espaço que não necessariamente refletia os anseios da maioria da população fortalezense, mas certamente refletia as tensões de poder político e demarcava ainda mais as diferenças entre os estratos sociais já existentes.

As estratégias de controle urbano eram operacionalizadas e materializadas na figura do fiscal da prefeitura e da polícia, que tentavam garantir que tudo o que foi estabelecido no planejamento da intendência fosse cumprido. Desde os trajés dos trabalhadores do Mercado, bem como o pagamento das taxas devidas e o comércio da carne, principal item comercializado no Mercado, eram rigorosamente controlados pela prefeitura. Havia um cerceamento das ações tanto dos trabalhadores, bem como dos frequentadores do Mercado. Qualquer prática fora do padrão era combatida com medidas punitivas.

Ademais, as práticas operacionalizadas pela prefeitura intentavam garantir a manutenção do Mercado-lugar, estabelecido a partir de um conjunto de regras, normatizado pela gestão municipal, que investia em tentativas de controlá-lo e dominá-lo à medida em que empreendia as práticas de planejamento e controle. Cada coisa em seu lugar, contidas e estanques, desvelam uma organização racional do Mercado, com base em parâmetros previamente definidos.

Nesse aspecto, embora o esforço da intendência fosse evidente, era difícil coibir as astúcias desenvolvidas pelos atores plurais do Mercado. Desse modo, os documentos históricos dão conta de várias táticas implícitas nas ações cotidianas dos atores considerados ordinários como os vendedores de carne, de peixe, verdureiros ou meros frequentadores. Os desvios perpetrados por esses atores, na forma de negociações, pequenas violências, adulterações de mecanismos de comércio, entre outras manifestações não pré-estipuladas pela administração municipal, podiam ser observadas no âmbito do Mercado. Essas táticas combinavam movimentos, algumas vezes contraditórios, que promoviam um processo de (re)apropriação do espaço do Mercado a partir de uma organização particular.

E foi nesse movimento da malha de práticas de espaço, entre estratégias e táticas, que se deu a consolidação do Mercado-espaço, sinônimo de movimento e recusa da ordem imposta. O Mercado-espaço manifestou-se no limiar entre as (re)significações performada pelos atores sociais cotidianos, historicamente mediadas. As táticas, observadas a partir dos documentos, evidenciam um espaço para além do mercadejar, mas também de afirmação,

disputas e sociabilidades. Foi a partir da dinâmica constante formada pelas estratégias e táticas empregadas que o Mercado era evidenciado como um espaço.

Atualmente, essa rede de prática sofreu algumas alterações, considerando o curso do tempo histórico. No Mercado de Ferro, considerado após seu deslocamento para a praça Visconde de Pelotas, sua restauração e tombamento, observamos a existência de uma malha de práticas relacionadas à organização de eventos, agora desenvolvidas pela prefeitura por meio da secretaria municipal de cultura. A organização dos eventos culturais realizados mensalmente é uma estratégia institucionalmente operacionalizada, mas não apresenta a mesma força das práticas comerciais desenvolvidas anteriormente, quando o Mercado ainda atuava como centro de comércio da cidade.

Nesse sentido, hoje, o Mercado é permeado por práticas que organizam eventos criativos. Algumas, estrategicamente estabelecidas pela prefeitura, buscam definir um calendário institucional com eventos de fomento à exposição do microempreendedorismo. Concomitantemente, as pequenas organizações contíguas ao Mercado de Ferro também exercem essas práticas organizativas de eventos criativos, seguindo uma lógica particular, não formalizada, que (re)define os espaços em torno do Mercado e contribuem para a manifestação de uma organização complexa a partir das práticas de espaço.

Essas práticas das pequenas organizações do entorno são reforçadas por táticas de mobilidade de caráter ambulatório, perpetrada por uma rede de atores que se forma a partir da existência dos eventos de base criativa. Expositores, frequentadores, vendedores e transeuntes, a partir de seus deslocamentos, performam a (pré)existência um Mercado-espaço revelada a partir das práticas. A rede conformada entre essas maneiras de fazer também reforça a confluência espacial e organizativa do Mercado enquanto uma organização emerge da interseção entre as fronteiras histórico-espaciais.

De forma correlata à essa prática de organização de eventos, observamos a existência da prática de mobilidade, conjugada pelos frequentadores do equipamento e seu entorno. As ambulações pedestres conformadas por estes atores por meio de suas caminhadas revelam um espaço vivo e (re)significado em uma espécie de palco para o cenário do empreendedorismo, do lazer, da gastronomia e do turismo. As práticas de caráter ambulatório, juntamente com a organização dos eventos, evidenciam a complexidade da organização do Mercado, que hoje não conjuga apenas a estrutura de ferro, mas também as microorganizações do entorno. Esse conjunto, formado pelo Mercado em si, pelos bares e restaurantes e, mais recentemente, pelo Mercado Cultural dos Pinhões, dedicado exclusivamente à gastronomia, conforma a complexa organização do Mercado, que não subsiste sem as demais.

As práticas de espaço que foram longamente desenvolvidas no Mercado entre 1897 e 1998 ratificaram tanto a vocação comercial do local, bem como desenvolveram um significado espacial próprio, de sociabilidades tropicalizadas. O papel organizativo do Mercado, se manifesta na prática de esconder o Mercado que já não servia mais aos padrões colocados, especialmente quando se consideravam os turistas que começavam a chegar na cidade.

Nesse sentido, podemos tecer uma rede de práticas evidenciadas, do passado e do presente, nos possibilitaram a realização de uma crítica da dinâmica histórica subjacente ao processo organizativo das práticas de espaço, sugerindo que há um passado organizador das destas e que também influencia no papel organizativo do Mercado na cidade. A interseção constante entre os processos históricos de europeização e tropicalização aflora caminhos para as práticas desenvolvidas pelos atores performadores do Mercado. Nesse sentido, evidenciamos uma organização histórica das práticas de espaço, que se desdobra no organizar da cidade.

Contudo, essas conexões históricas do Mercado são transformadas na medida em o espaço deixa de ser praticado a partir da lógica comercial. Assim, embora o Mercado não perca sua legitimidade histórica, que é intrínseca a ele, o equipamento esvaziou-se espacialmente na medida em que sua vocação comercial foi dissipada. Considerando o passado histórico, o tempo presente do espaço do Mercado e suas adjacências urbanas refletem uma organização precária e dispersa, mas o seu futuro está aberto às práticas que viabilizem e consolidem o organizar de outras práticas de espaço urbano, como o empreendedorismo, por exemplo.

Por fim, buscando refletir de forma prática, sinalizamos a importância que o reconhecimento do passado organizador das práticas de espaço no Mercado e que isso pode contribuir para a gestão deste patrimônio municipal. Nesse sentido, sugerimos o fortalecimento do legado histórico e espacial do Mercado por meio da ampliação do conhecimento da sua história, bem como do uso sistemático e constante de seu espaço no cenário cultural da cidade.

Como um passo importante nesse processo, sugerimos a utilização de programas e práticas de educação patrimonial, com o objetivo de fortalecer a história das construções em arquitetura de ferro na cidade. De forma concomitante, a elaboração de políticas públicas com vistas a revitalização desses espaços, também pode contribuir para a construção de um futuro para o Mercado de Ferro.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui ao expor o papel organizativo do Mercado, no contexto da arquitetura de ferro nos dias de hoje, considerando todo seu percurso histórico, bem como destaca a natureza e a organização das práticas em uma perspectiva histórica. Além disso, através da elucidação das práticas e como estas estão organizadas, esperamos que este

estudo contribua como fundamento, aliado a outras pesquisas, para a elaboração de políticas públicas que interfiram no uso dos espaços da cidade considerando sua trajetória histórica e seu papel organizativo no contexto urbano.

Outra contribuição, de caráter teórico, é a fundamentação da interseção entre as práticas de espaço e a abordagem histórica em Estudos Organizacionais. A pesquisa mostra que a história é um elemento importante a ser compreendido quando nos deparamos com realidades organizacionais onde o espaço é constantemente (re)significado pelas práticas. Com isso, além de preenchermos o contínuo chamamento por pesquisas que se utilizem de abordagem histórica, ampliamos a compreensão das práticas de espaço dentro de uma perspectiva que abrace os percursos históricos dos espaços da cidade. Nesse mesmo mote, buscamos dar destaque à abordagem de Michel de Certeau no entendimento das discussões históricas a respeito das práticas de espaço, expandindo assim os pontos de discussão até então centrados em uma geografia da representação baseada em Lefebvre.

Em termos teóricos, também procuramos contribuir, através desta tese, com o emprego da abordagem da etnografia de arquivos. Tal lente, até então carente de aplicações empíricas, apresentou-se como uma abordagem legítima e possível de ser aplicada à estudos de caráter histórico, especialmente pela capacidade de desvelar vozes e silêncios, percursos e desvios, imbricados nos documentos históricos. Assim, esta pesquisa alarga o leque de possibilidades de estudos que tenham como pano de fundo a história no âmbito dos estudos organizacionais.

Como limitação, destacamos as dificuldades inerentes a abordagem da etnografia de arquivos. A conservação e acesso a documentos históricos foi um dos aspectos limitantes da pesquisa a medida em que as instituições públicas responsáveis pela guarda desse material encontram-se em situação de precarização e o acesso a eventuais acervos particulares é limitado. Dessa forma, reconhecemos que, mesmo em face do amplo material histórico coletado, certamente não o abarcamos em sua totalidade, embora tenha sido feito um esforço de pesquisa nessa direção.

Outra limitação da pesquisa foi a restrição do campo. Enquanto decisão de pesquisa optamos por investigar de modo aprofundado o Mercado de Ferro da cidade de Fortaleza. Tal decisão foi tomada levando em consideração o tempo para a execução da investigação, bem como considerando a relevância do Mercado enquanto uma organização com papel importante no contexto econômico e social da cidade. Desse modo, deixamos de abarcar outros locais da cidade com arquitetura em ferro, mas que podem trazer contribuições para a compreensão da história no organizar das práticas de espaço. Assim, acreditamos que uma investigação que

abrace os outros espaços de arquitetura de ferro na cidade possa ampliar o resultado desta pesquisa.

Outros aspectos, como o estético, surgiram no decorrer da discussão do *corpus* desta pesquisa. Estes não foram explorados em sua totalidade nesta tese pois não era esse o objetivo. Por isso, a dimensão estética e corpórea, imbricados nas práticas de espaço se mostram como uma sugestão de pesquisa para estudos vindouros, de modo a ampliar as compreensões já que esta frequentemente está presente nos espaços organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, C.; LANGLEY, A. The double edge of ambiguity in strategic planning. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 2, 2014.
- ALCADIPANI, R; BERTERO, C.O. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, p. 154-169, 2014.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**. London: Verso, 1991.
- ARGYRIS, C.; SCHON, D. A. **Organizational learning: a theory of action perspective**, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company Reading, 1978.
- BARBOSA, C. H. M. Organização, formação e atuação policial durante a “oligarquia Accioly” em Fortaleza-CE (1896-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.
- BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: a invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, v. 5, n. 9, p. 314-339, 2003.
- BARROS, A. Uma narrativa sobre os cursos superiores em administração da FACE/UFGM: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 7-25, 2014.
- BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n., p. 608-623, 2016.
- BARROS, A. Antecedentes dos cursos superiores em administração brasileiros: as escolas de comércio e o curso superior em administração e finanças. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1. p. 88-100, 2017.
- BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. A criação do curso superior em administração na UFRGS em 1963: uma análise histórica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 3-15, 2018.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.
- BARROSO, O. **Theatro José de Alencar**: o teatro e a cidade. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2002.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. **Os pensadores**: textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p.63-81.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petropolis: Vozes, 2004.
- BEYES, T.; MICHELS, C. The production of educational space: heterotopia and the business university. **Management Learning**, v. 42, n. 5, p. 521-536, 2011.

BEYES, T.; STEYAERT, C. Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space. **Organization**, p. 1-17, 2011.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management & Organizational History**, v. 11, p. 5-30, 2006.

BOOTH, *et al.* Accounting for the dark side of corporate history: organizational culture perspectives and the Bertelsmann case. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 18, p. 625-644, 2007.

BROWNLIE, D.; HEWER, P. Articulating consumers through practices of vernacular creativity. **Scandinavian Journal of Management**, v. 27, p. 243-253, 2011.

BRULON, V.; PECI, A. Os processos de (des)organizar em favelas: as mudanças em elementos sócio materiais e a fluidez do espaço social. **Sinergia**, v. 19, n. 1, 2015.

BRUNNINGE, O. Using history in organizations: how managers make purposeful reference to history in strategy processes. **Journal of Organizational Change Management**, v. 22, n. 1, p. 8-26, 2009.

BURREL, G. **Pandemonium**: towards a retro-organization theory Burrel. London: [s.n.], 1997.

CAPELO FILHO, J.; SARMIENTO, L. **Mercado de ferro**: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhães. Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda., 2003.

CAPOTE, T. A day's work. In: CAPOTE, T. **Music for chameleons**. London: Abacus, 1975.

CARMO, I. P. S. X; MAIA, N. M. **Seis quilômetros entre nós dois**. 2012. 133f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CARNEIRO, A. BARROS, A. Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, p. 14-23, 2017.

CARNEIRO, A.; BARROS, A.; WANDERLEY, S. Organizational archives and historical narratives: practicing reflexivity in (re)constructing the past from memories and silences. **Qualitative research in Organizations and Management**, v. 14, n. 3, p. 280-294, 2018.

CARR, A. N.; HANCOCK, P. Space and time in organizational change management. **Journal of Organizational Change Management**, v. 19, n. 5, p. 545 – 557, 2006.

CARRIERI, A. P. *et al.* Pesquisa histórica em administração: a (re)construção identitária da Galeria do Ouvidor em Belo Horizonte (MG). **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 46, p. 9-22, 2016.

CARTER, R. G. S. Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence. **Archivaria**, v. 61, 2006.

CARVALHO NETO, A.; FERREIRA NETO, N.; DUARTE JÚNIOR, R. **150 anos de arquitetura metálica no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

CASTRO, J. L. Arquitetura de ferro no Ceará. **Revista Instituto do Ceará**, v. 106, p. 63-94, 1992.

CASTRO, J. L. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 108, p. 43-90, 1994.

CASTRO, J. L. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Ceará, v. 119, p. 107-153, 2005.

CASTRO, J. L. O centenário do Theatro José de Alencar 1910-2010. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 124, p. 73-150, 2010.

CASTRO, J. L. Arquitetura no Ceará: o século XIX e algumas antecedências. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 128, p. 9-68, 2014.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petropolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, M. **The writing of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

CERTEAU, M.; JAMESON, F.; LOVITT, C. On the oppositional practices of everyday life. **Social Text**, n. 3, p. 3-43, 1980.

CHARTIER, R. History, time and space. **Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics and the Arts**, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2011.

CHIA, R. From modern to postmodern organizational analysis. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 579-604, 1995.

CHIA, R. **In the realm of organization**. London: Routledge, 1998.

CHRISTENSEN, L. Metaphors of change: descriptions of change within the practice of social work for socially marginalized people. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 6, n. 2, p. 118-128, 2017.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an historic turn? **Business History**, v. 46, n.3, 331-352, 2004.

CLEGG, S. The bounds of rationality: power/history/imagination. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 17, n. 7, p. 847-863, 2006.

CLEGG, S; KORNBERGER, M. Organizing space. In: CLEGG, S.; KORNBERGER, M. (Eds.). **Space, organizations and management theory**. Copenhagen, Denmark: Liber and Copenhagen Business School Press, 2006. cap. 9, p. 143-162.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J. R. S. (Org.). **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Confronto entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 37, 2014.

COLLINS, H.; KUSH, M. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge: MIT Press, 1998.

CONLEY, V. A. Processual practices. **The South Atlantic Quartely**, v. 100, n. 2, 2001.

COOK, T. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2012.

COOPER, R. The open field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 999-1017, 1976.

COOPER, R.; BURREL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COOPER, R.; FOX, S. The texture of organizing. **Journal of Management Studies**, v. 27, n. 6, p. 575-582, 1990.

CORAIOLA, D. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil. **CadernosEbape.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 254-269, 2012.

CORBETT-ETCHEVERS, I.; MOUNOUD, E. A narrative framework for management ideas: disclosing the plots of knowledge management in a multinational company. **Management Learning**, v. 42, n. 2, p. 165-181, 2011.

CORRADI, G.; GHERARDI, S.; VERZELLONI, L. Through the practice lens: where is the bandwagon of practice-based studies heading?. **Management Learning**, v. 41, n. 3, p. 265-283, June., 2010.

COSTA, A. S. M. História e administração: novas teorias e práticas de pesquisa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 6, p. 718-718, 2014.

COSTA, A. S. M. Historic turn: em busca de um marco teórico crítico para estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 232-233, 2015.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D.; MARTINS, P. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.

COSTA, A. S. M.; MANCEBO, R. C.; PESSOA, L. A. G. P. Museus corporativos estratégicos: uma análise do espaço de memória da cervejaria Bohemia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, p. 100-117, 2016.

COSTA, A. S. M.; PESSÔA, L. A. G. P. História e memória no discurso publicitário na revista Veja. **RPCA**, v. 10, n.1, p. 19-35, 2016.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil militar brasileira: A perspectiva da comissão nacional da verdade. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 15-29, 2018.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. MONTEIRO, C. A. V. Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 2, p. 122-144, 2016.

COSTA, C. T. da. **O sonho e a técnica**: a arquitetura de ferro no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.

COSTA, E. M. O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2016.

COURPASSON, D. The politics of everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843-859, 2017.

CUNHA, O. M. G. Do ponto de vista de quem? Diálogo, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUTCHER, L. *et al.* Spaces and places of remembering and commemoration. **Organization**, v. 23, n.1, p. 3-9, 2016.

CZARNIAWSKA, B. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**. Liber: Sweden, 2007.

CZARNIAWSKA, B. **A tale of three cities**: or the glocalization of city management. New York: Oxford University Press, 2002.

CZARNIAWSKA, B. On time, space and action nets. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.

CZARNIAWSKA, B. Why I think shadowing is the best field technique in management and organizations studies? **Qualitative Research in Organizations and Management**, v. 9, n. 1, p. 90-93, 2014.

DALE, K. Building a social materiality: spatial and embodied politics in organizational control. **Organization**, v. 12, n. 5, p. 639-678, 2005.

DALE, K.; BURRELL, G. **The space of organization & the organization of space**: power, identity & materiality at work. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008.

DECKER, S. The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 155-173, 2013.

DECKER, S. Solid intentions: an archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering. **Organization**, v. 21, n. 4, p.514-542, 2014.

DELAHAYE, A. *et al.* The genre of corporate history. **Journal of Organizational Change Management**, v. 22, n. 1, p. 27-48, 2009.

DENIS, J. L.; LANGLEY, A.; ROULEAU, L. Strategizing in pluralistic contexts: rethinking theoretical frames. **Human Relations**, v. 60, n.1, p. 179-215, 2007.

DEY, P.; TEASDALE, S. Exploring the spatial and temporal dimensions of micro-resistance: the tactical mimicry of social enterprise by English third sector organizations. **Organization**, v. 23, n. 4, p. 485-504, 2015.

DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, v. 15, n. 27, p. 85-96, 2013.

DOWN, S. The use of history in business and management, and some implications for management learning. **Management Learning**, v. 32, n. 3, p. 393-415, 2001.

DUREPOS, G.; MILLS, A. J.; WEATHERBEE, T. G. Theorizing the past: realism, relativism, relationalism and the reassembly of Weber. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 267-281, 2012.

EIKELAND, O.; NICOLINI, D. Turning practically: broadening the horizon. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 2, p. 164-174, 2011.

ENGESTROM, Y. **Learning by expanding**: an activity theoretical approach to developmental research. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.

FARIA, A. M.; LEITE-DA-SILVA, A. R. Michel de Certeau nos estudos organizacionais: caracterização da produção científica estrangeira no período de 2006 a 2015. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL EM PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 40., 2016, Bahia. **Anais...** Costa do Sauípe: ANPAD, 2016. 1 CD-ROM.

FEATHERSTONE, M. Archive. **Theory, Culture & Society**, v. 23, n. 2-3, p. 591-596, 2006.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, p. 1-14, 2011.

FERNANDES, F.; BEZERRA, M.; IPIRANGA, A. Da escola de administração do Ceará (EAC) para o CESA/UECE: uma trama histórica. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 18., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de competitividade do turismo nacional**: relatório Brasil. Brasília, 2015. 92 p.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 227-253, 2012.

FIGUEIREDO, M. D.; OLIVEIRA, J. S. Os espaços das etnografias e as etnografias dos espaços nos estudos organizacionais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2015.

FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, A. A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013.

FOSTER, *et al.* History as social memory assests: the example of Tim Hortons. **Management & Organizational History**, v. 6, n. 1, p. 101-120, 2011.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREHSE, F. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, n. 36, p. 131-156, 2005.

FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2012.

GAGLIARDI, P. **Symbols and artifacts**: views of the corporate landscape. Berlin: Grutyer, 1990.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GBERARDI, S. **Organizational knowledge**: the texture of workplace learning. Blackwell Publishing, Oxford, 2006.

GILLOCH, G. **Myth and metropolis**: Walter Benjamin and the city. Cambridge: Polity Press, 1996.

GIOVANNONI, E.; QUATTRONE, P. The materiality of absence: organizing and the case of the incomplete cathedral. **Organization Studies**, p. 1-23, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/0170840617708005>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONZALEZ-SANS, J. D.; NOREÑA-PEÑA, A.; AMEZCUA, M. New ways for nursing inspired by the works of Michel de Certeau. **Nursing Philosophy**, v. 19, n. 2, 2017.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Revista Gestão e Conexões**, v. 4, n. 1, 2015.

GRANZOW, M. The production of public space in a small Canadian city: an analysis of spatial practices in the revitalizing of Galt Gardens. **Space and Culture**, v. 20, n. 3, p. 1-15, 2017.

GREENWOOD, A.; BERNARDI, A. Understanding the rift, the (still) uneasy bedfellows of history and organization studies. **Organization**, v. 21, n. 6, p. 907-932, 2014.

GUÉRIN, F. *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo**. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

GUZMAN, G. The grey texture of practice and knowledge: review and framework. **European Business Review**, v. 25, n. 5, p. 429-452, 2013.

HALFORD, S. Towards a sociology of organizational space. **Sociological Research**, v.9, n.1, 2004.

HALFORD, S.; LEONARD, P. Place, space and time: contextualizing workplace subjectivities. **Organization Studies**, n. 27, v.5, p. 657-76, 2005.

HAMILAKIS, Y. Archeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archeology and anthropology. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 40, p. 399-414, 2011.

HANCOCK, P.; TYLER, M. 'MOT your life': critical management studies and the management of everyday life. **Human Relations**, v. 57, n. 5, p. 619-645, 2004.

HATCH, M. The symbols of office design: an empirical exploration. In: GAGLIARDI, P. (Ed.). **Symbols and artifacts: views of the corporate landscape**. Nova Iorque: De Gruyter, 1990.

HATCH, M.; SCHULTZ, M. Toward a theory of using history authentically: historicising in the Carlsberg Group. **Administrative Science Quarterly**, n. 62, v. 4, p. 657-697, 2017.

HAWKING, S. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

HERNES, T. **The spatial construction of organization**. Amsterdam, Netherlands: John Benjamins, 2004.

HJORTH, D. Organizational entrepreneurship with de Certeau on creating heterotopias (or spaces for play). **Journal of Management Inquiry**, v. 14, n. 4, p. 386-398, 2005.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 26, out./dez., 2016.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 65-91, 2010.

IPIRANGA, A. S. R.; CHAYM, C. D.; SOUSA, F. G. P. Relatos sobre o organizar do sócio passado em uma patente brasileira de biotecnologia. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 2, p. 133-147, 2016.

IPIRANGA, A. S. R.; CHAYM, C.; GERHARD, F. ANTi-História: Relatos sobre o Organizar de Redes de Translações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS da ANPAD, 9., 2016, Belo Horizonte **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2016a. 1 CD-ROM.

IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S. O organizar da estética especial: uma história tátil da praça dos leões. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 31, 2017.

JACQUES, R. History, historiography and organizations studies: the challenge and the potential. **Management & Organizational History**, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.

JENLIK, P. M. Creating public spaces and practiced places for democracy, discourse and the emergence of civil Society. **Syst. Pract. Act. Res.**, v. 20, p. 429-440, 2007.

JOHANSSON, M.; KOCIATKIEWICZ, J. City festivals: creativity and control in staged urban experience. **European Urban and Regional Studies**, v. 18, n. 4, p. 392-405, 2011.

JOSGRILBERG, F. **Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras, 2005.

KEULLEN, S.; KROEZE, R. Understanding management gurus and historical narratives: the benefits of a historic turn in management and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 2, p. 171-189, 2012.

KIESER, A. Why organizations theory needs historical analyses and how this should be performed. **Organizational Science**, v. 5, n. 4, p. 08-620, 1994.

KNOX, H. *et al.* Enacting airports: space, movement and modes of ordering. **Organization**, v. 15, n. 6, p. 869–888, 2008.

KORNBERGER, M.; CLEGG, S. R. Bringing space back in: organizing the generative building. **Organization Studies**, v. 25, n. 7, p. 1095-1114, 2004.

KORPIAHO, K.; PÄVIÖ, H.; RÄSÄNEN, K. Anglo-American forms of management education: a practice-theoretical perspective. **Scandinavian Journal of Management**, v. 23, n. 1, 36-65, 2007.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEAL, A. B. *et al.* **Mercados de ferro do Brasil**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2011.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden, MA: Blackwell, 1991.

LEITÃO, C. S. Por um Brasil criativo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 18, 2015.

LEITE-DA-SILVA, A. R. **As práticas sociais e o “fazer estratégia”: um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim**. 2007. 301f. Tese (Doutorado em Administração). – Departamento de Ciências Administrativas, Programa de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LEITE-DA-SILVA, A. R.; CARRIERI, A. de P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **RAUSP**, v. 46, n. 2, p. 122-134, 2011.

LEITE-DA-SILVA, A. R.; CARRIERI, A. de P.; SOUZA, E. M. A constructionist approach for the study of strategy as social practice. **Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 1-18, 2012.

LIMA, C. I. S. Abram as cortinas: o teatro na cidade de Fortaleza do início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

LOPES, L. L. S. *et al.* Memorable Space Practices of Galleria Pedro Jorge. In: LATINAMERICAN AND EUROPEAN MEETING ON ORGANIZATIONS STUDIES, 6., 2016, Viña del Mar. **Proceedings...** Viña del Mar: ERASMUS, 2016.

LOPES, L. L. S.; IPIRANGA, A. S. R. The Iron Market's Organizing: a proposal of a historical ethnography in archives. In: ANNUAL INTERNATIONAL ETHNOGRAPHY SYMPOSIUM, 12., 2017, Manchester. **Proceedings...** Manchester: University of Manchester, 2017.

LÖW, M. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 2, p. 17-14, 2013.

LÖW, M. The constitution of space: the structuration of space through the simultaneity of effect and perception. **European Journal of Social Theory**, v. 11, n. 1, p. 25-49, 2008.

LUSSAULT, M.; STOCK, M. Doing with space: towards a pragmatics of space. **Soc. Geogr.**, v. 5, p. 11-19, 2010.

LYOTARD, J. A ciência pós-moderna como pesquisa de instabilidade. In: LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 99-110.

MACKAY, R. B. What if?: synthesizing debates and advancing prospects of using virtual history in management and organization theory. **Management & Organizational History**, v. 2, n. 4, p. 295-314, 2007.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CHIA, R. Sensemaking, storytelling and the legitimization of the elite business careers. **Human Relations**, v. 65, n. 1, p. 17-40, 2011.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARCUS, G. E. Multi-sited ethnography: five or six things I know about it now. In: COLEMAN, S.; HELLERMANN, P. V. (Eds.). **Multi-sited ethnography**: problems and possibilities in the translocation of research methods. [S.I]: Routledge, 2011.

MARCUS, G. E. The once and future ethnographic archive. **History of Human Science**, n. 11, v. 4, p. 49-63, 1998.

MARÉCHAL G.; LINSTEAD, S.; MUNRO, I. The territorial organization: history, divergence and possibilities. **Culture and Organization**, v. 19, n. 3, p. 185-208, 2013.

MARINS, S.; IPIRANGA, A. S. R. Práticas espaciais ampliadas: um estudo entre uma organização e suas circunvizinhanças. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL EM PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2015. 1 CD-ROM.

MARREWIJK, A. V. Aesthetic experiences of designed organisational space. **Int. J. Work Organisation and Emotion**, v. 4, n. 1, 2011

MASSEY, D. Places and their pasts. **History Workshop Journal**, v. 39, n. 1 p. 182-92, 1995.

MCDONALD, T. **The historic turn in the human sciences**. Michigan: The University of Michigan Press, 1996.

MCDONALD, S. Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research. **Qualitative Research**, v. 5, n. 4, p. 455-473, 2005.

MCDONALD, S.; SIMPSON, B. Shadowing research in organizations: the methodological debates. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 9, n. 1, p. 3-20, 2014.

MCKINLAY, A. Dead selves: the birth of the modern career. **Organization**, v. 9, n. 4, p. 595-614, 2002.

MCKINLAY, A. Following Foucault into the archives: clerks, careers and cartoons. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 137-154, 2013.

MIETTINEN, R.; SAMRA-FREDERICKS, D.; YANOW, D. Re-turn to practice: an introductory essay. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1309-1327, 2009.

MILLS, A. J. *et al.* Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history. **Management & Organizational History**, v.11, n. 2, p. 67-76, 2016.

MILLS, A. J.; MILLS, J. Digging archaeology: postpositivist theory and archival research in case study development'. In: PIEKKARI, R.; WELCH, C. (Eds.). **Rethinking the case study in international business and management research**. London: Edward Elgar, 2011. p. 342-60.

MILLS, A. J.; WEATHERBEE, T. G.; DUREPOS, G. Reassembling Weber to reveal the past-as-history in management and organization studies. **Organization**, v. 21, n. 2, p. 225-243, 2013.

MINTZBERG, H. Structured observation as a method to study managerial work. **The Journal of Management Studies**, v. 7, n.1 p. 87-104, 1970.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MUNRO, I.; JORDAN, S. Living space at the Edinburgh Festival Fringe: spatial tactics and the politics of smooth space. **Human Relations**, v. 66, n. 11, p. 1497-1525, 2013.

NAPOLITANO, V.; PRATTEN, D. Michel de Certeau: ethnography and the challenge of plurality. **Social Anthropology**, v. 15, p. 1-12, 2007.

NG, R. Y. K.; HÖPFL, H. Objects in exile: the intimate structures of resistance and consolation. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 6, p. 751-766, 2011.

NICOLINI, D. Stretching out and expanding work practices in time and pace: the case of telemedicine. **Human Relations**, v. 60, n. 6, p. 889-920, 2007.

NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. Introduction: toward a practice-based view of knowing and learning in organizations. In: NICOLINI, D; GHERARDI, S; YANOW, D. (Orgs.). **Knowing in organizations: a practice-based approach**. London: Sharpe. 2003. p. 3-31.

O'DOHERTY, D. *et al.* New sites/sights: exploring the white spaces of organization. **Organization Studies**, v. 34, n. 10, 1427-1444. 2013.

OCASIO, W.; MAUSKAPF, M.; STEELE, C. W. J. History, society, and institutions: the role of collective memory in the emergence and evolution of societal logics. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, 2015.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Micropolítica das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

ORLIKOWSKI, W. J. Engaging practice in research: phenomenon, perspective, and philosophy.” In: GOLSORKHI, D.; ROULEAU, L.; SEIDL, D.; VAARA, E. (Eds.). **The Cambridge handbook on strategy as practice**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010. p. 23-33.

ORLIKOWSKI, W. J. The sociomateriality of organisational life: considering technology in management research. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, p. 125-141, 2010.

ORTNER, S. B. Theory in anthropology since the sixties. In: DIRKS, N. B.; ELEY, G.; ORTNER, S. B. (Eds.). **Culture/power/history: a reader in contemporary social theory**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p. 372-411.

PAIM, E. A.; GUIMARÃES, M. de F. Imagens da modernidade capitalista em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, n. 8, 2012.

PANAYIOTOU, A. Spacing gender, gendering space: a radical “strong plot” in film. **Management Learning**, v. 46, n. 4, p. 427-443, 2014.

PANAYIOTOU, A.; KAFIRIS, K. Viewing the language of space: organizational space, power and resistance in popular films. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 264-284. 2011.

PELTONEN, T. Multiple architectures and the production of organizational space in a Finnish university. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 6, p. 806-821, 2011.

PERDIGÃO, D. A. *et al.* Deposited remembrance: the construction of an organizational memory at the extinct banco da lavoura (BANLAVOURA) de Minas Gerais. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 16, n. 2, p. 92-126, 2015.

PETANI, F. J.; MENGIS, J. In search of lost space: the process of space planning through remembering and history. **Organization**, v. 23, n.1, p.71-89, 2016.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2011.

PONTE, T. Fortaleza belle époque:1880/1925. In: CHAVES, G.; VELOSO, P.; CAPELO, P. (Orgs.). **Ah, Fortaleza!**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

QUARESMA JÚNIOR, E. A.; PEIXOTO, D. L.; CARRIERI, A. de P. A cristalização de uma microrrevolução francesa: o caso das cooperativas de Salinas-MG. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 162-184, 2013.

QUERIDO, F. M. Fetichismo e fantasmagoria da modernidade capitalista: Walter Benjamin leitor de Marx. **Outubro Revista**, v. 21, 2013.

RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M. (Eds.). **Interpretive social science**. Berkeley: University of California Press, 1979.

RAELIN, J. Toward an epistemology of practice. **Academy of Management Learning & Education**, v. 6, p. 495-519, 2007.

RASCHE, A.; CHIA, R. Strategy practices: what they are (not). In: EUROPEAN GROUP OF ORGANIZATION STUDIES, 23., 2007, Viena. **Proceedings...** Viena: EGOS, 2007. Disponível em <
https://www.egosnet.org/jart/prj3/egos/resources/dbcon_def/uploads/10668_Strategy_Practices_FINAL.pdf >. Acesso em: 08 out. 2017.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RENNSTAM, J. Object-control: a study of technologically dense knowledge work. **Organization Studies**, v. 33, n. 8, p. 1071-1090, 2012.

RIBEIRO, G. L. Tropicalismo e europeísmo: modos de representar o Brasil e a Argentina. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia UNB, 2001.

RIOS, K. S. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, F. da S.; ICHIKAWA, E. Y. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 97-112, jan./abr. 2015.

RORTY, R. **The linguistic turn**. Chicago: University of Chicago, 1967.

ROWLINSON, M. *et al.* Narratives and memory in organizations. **Organization**, v. 21, n. 4, p. 441-446, 2014.

ROWLINSON, M. *et al.* Social remembering and organizational memory. **Organization Studies**, v. 31, n. 1, p. 69-87, 2010.

ROWLINSON, M. Management & organizational history: the continuing *historic turn*. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 4, p. 327-328, 2013.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J.; DECKER, S. Strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organizational theory. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 3, 2014.

SAMPAIO, I. C. *et al.* A estratégia como prática social: o pensar e o agir em um programa social governamental. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 479-500, 2013.

SANDBERG, J.; TSOUKAS, H. Grasping the logic of practice: theorizing through practical rationality. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 338-360, 2011.

SANTOS, F. R. dos. Fantasmagoria: a chave para compreensão da modernidade em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, n. 17, 2016.

SANTOS, J. V. P. As apropriações dos espaços da galeria do ouvidor em Belo Horizonte (MG). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL EM PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2015. 1 CD-ROM.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-Cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-57, 2012.

SCHATZKI, T. A prime on practices. In: HIGGS, J. *et al.* (Eds.). **Practice-based education: perspectives and strategies**. Rotterdam: Sense Publishers, 2012. p. 13-26.

SCHATZKI, T. R The sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.

SCHATZKI, T. R. Introduction practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Eds.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 10-23.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19. 2002.

SCHWARZKOPF, S. The market order as metaphysical loot: theology and the contest legitimacy of consumer capitalism. **Organization**, v. 19, n. 3, p. 281-297, 2012.

SCLAVI, M. **Ad uma spanna da terra**. Milão: Feltrinelli, 1989.

SERRA, N.; FERNADEZ, R. S. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, v. 11, n. 4, p. 355-372, 2014.

SERRATE, H. W. FANTINEL, L. D. Representações de espaço e sociabilidades organizacionais em dois cafés na grande vitória. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n.4, p. 81-98, 2014.

SHORTT, H. Liminality, space and the importance of ‘transitory dwelling places’ at work. **Human Relations**, v. 68, n. 4, p. 633-658, 2015.

SILVA, G. G. **Arquitetura de ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, M. C. V. L. **Uma revolução no tempo das trocas: arquitetura do ferro na cidade de Fortaleza (1860-1910)**. 2015. 245f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, P. T. F.; LIMA, J. E. P. O observador dos panoramas e o flâneur: reflexão sobre a obra Paris, a capital do século XIX de Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, n. 13, 2014.

SNIRVAS, N. The possibilities of the past: two routes to a past and what they tell us about professional power. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 237-249, 2012.

SNIRVAS, N.; FARIA, A. de A. Brushing management history against the grain. In: ANNUAL MEETING OF THE ACADEMY OF MANAGEMENT, 75., 2015, Vancouver. **Proceedings...** Vancouver: ACAD. MANAGE. PROC., 2015. Disponível em: <<http://proceedings.aom.org/content/2015/1/17422.short>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. M. Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, p. 1-15, 2013.

SPIEKER, S. **The big archive**. Cambridge, MA: MIT Press, 2008.

STACEY, R. **Complex responsive processes in organizations**. London: Routledge, 2001.

STEELE, F. **Physical settings and organizational development**. Massachusetts: Addison, 1973.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science**, v. 2, p. 87-109, 2002.

STOLER, A. L. **Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense** Princeton: Princeton University Press, 2009.

STRATI, A.; MONToux, P. G. de. Introduction: organizing aesthetics. **Human Relations**, v. 55, n. 7, p. 755-766, 2002.

SUDDABY, R.; FOSTER, W. M. History and organizational change. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 19-38, 2016.

TAYLOR, S.; BELL, E.; COOKE, B. Business history and the historiographical operation. **Management & Organizational History**, v. 4, n. 2, p. 151-166, 2009.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: a narrative review of research on organizational space. **International Journal of Management Review**, v. 9, n. 4, p. 325-346, 2007.

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. de P.; PEIXOTO, T. C. O cotidiano da cidade de Belo Horizonte na revista Veja BH: a classe média alta, a cidade poderosa e os dilemas do planejando versus o vivido. **Revista Gestão & Conexões**, v. 4, n. 2, 2015.

TRINDADE, T. A.; COSTA, A. M. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 2, p. 407 – 436, 2017.

TUAN, Y. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUOMELA, R. **The philosophy of social practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TYLER, M.; COHEN, L. Spaces that matter: gender performativity and organizational space. **Organization Studies**, v. 31, n. 2, p. 175-198, 2010.

ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VAARA, E.; LAMBERG, J-A. Taking historical embeddedness seriously: three historical approaches to advance strategy process and practice research. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, 2015.

VÁSQUEZ, C. B.; GROLEAU, B. C. Notes from the field on organizational shadowing as framing. **Qualitative Research in Organizations and Management: An international Journal**, v. 7, n. 2, p. 144-165, 2012.

VAUJANY, F. X.; VAAST, E. If these walls could talk: the mutual construction of organizational space and legitimacy. **Organization Science**, n. 25, v. 3, p. 713-31, 2013.

VAUJANY, F.; MITEV, N. **Materiality and spaces: organizations, artefacts and practices**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan UK, 2013.

VIEIRA, E. F. O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 1, n. 1, 2003.

VINCE, R. The spatial psychodynamics of management learning. **Management Learning**, v. 42, n. 3, p. 333-347, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIZEU, F. Em Algum Lugar do Passado: Contribuições da Pesquisa Histórica aos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 36-46, 2010a.

VIZEU, F. (Re) contando a velha história: reflexões sobre a gênese do management. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 780-797, 2010b.

VORLEY, T.; RODGERS, P. Home is where the business is: incidents in everyday life and the formation of home-based business. **International Small Business Journal**, v. 32, n. 4, p. 428-448, 2012.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WANDERLEY *et al.* Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção presente. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais**, v. 3, n.8, 2016.

WANDERLEY, S. E. P. V.; COSTA, A. S. M. Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964: entrevista com Martina

Spoehr Gonçalves. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, p. 1070-1106, 2016.

WARD, G. Michel de Certeau's "spiritual spaces". **The South Atlantic Quarterly**, v. 100, n. 2, 2002.

WARF, B.; ARIAS, S. Introduction: the reinsertion of space in the humanities and social Science. In: WARF, B.; ARIAS, S. (Eds.). **The spatial turn: interdisciplinary perspectives**. Routledge: London, 2009.

WEATHERBEE, T. Caution! This historiography makes wide turns: historic turns and breaks in management and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 203-218, 2012.

WEATHERBEE, T. *et al.* Theorizing the past: critical engagements. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 193-202, 2012.

WHAPSHOTT, R.; MALLETT, O. The spatial implications of homeworking: a lefebvrian approach to the rewards and challenges of home-based work. **Organization**, v. 19, n.1, p. 63-79, 2011.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

WHYTE, W. How buildings means: some issues of interpretation in the history of architecture. **History and Theory**, v. 45, n. 2, 2006.

XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. de P. Discurso e as cidades: um estudo sobre Cataguases-MG baseado na produção literária modernista da Revista Verde. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 948-965, 2016.

YBEMA, S. The invention of transitions: history as a symbolic site for discursive struggles over organizational change. **Organization**, v. 21, n. 4, p. 495-513, 2014.

ZALD, M. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

ZALD, M. N. More fragmentation: unfinished business in linking the social sciences and the humanities. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 251-261, 1996.

ZALD, M. N. Spinning disciplines: critical management studies in the context of the transformation of management education. **Organization**, v. 9, n. 3, p. 365-385, 2002.

ZHANG, Z.; SPICER, A.; HANCOCK, P. Hyper-organizational space in the work of J. G. Ballard. **Organization**, v. 15, n. 6, p. 889-910, 2008.

ZICKAR, M. J. Digging through dust: historiography for the organizational sciences. **Journal of Business and Psychology**, v. 30, n. 1 p. 1-14, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Você poderia me falar um pouco sobre a história do mercado?

Como foi o processo de tombamento do Mercado?

No seu entendimento, qual seria a organização ideal desse espaço? A que ele deveria servir?

O que poderia ser feito em termos de políticas públicas para um melhor aproveitamento do espaço do Mercado?

Você acredita que em Fortaleza há um processo de valorização histórica da arquitetura de ferro como um todo? Por quê? Se não, qual seria um caminho para essa valorização?

APÊNDICE B – Carta de apresentação da pesquisadora

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado(a) senhor(a),

Eu, **Luma Louise Sousa Lopes**, aluna regularmente matriculada no curso de **Doutorado em Administração**, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), venho pelo presente, apresentar-me enquanto doutoranda para realização de pesquisa e entrevistas nesta instituição, a fim de dar andamento à **tese** intitulada *O Organizar das Práticas de Espaço à Luz da Perspectiva Histórica: A Arquitetura de Ferro na Cidade de Fortaleza*, com o objetivo compreender o organizar das práticas de espaço urbano à luz da perspectiva histórica na cidade de Fortaleza. Este trabalho está sendo orientado pela professora Dr.^a Ana Silvia Rocha Ipiranga, docente do PPGA/UECE.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta instituição, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Luma Louise Sousa Lopes

Doutoranda

Programa de Pós-Graduação em Administração

Universidade Estadual do Ceará

Prof.^a Dr.^a Ana Sílvia Rocha Ipiranga

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Administração

Universidade Estadual do Ceará

APÊNDICE C – Carta de autorização para pesquisa

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM
BANCO DE DADOS/ACERVO DE DOCUMENTOS**

Prezado(a) senhor(a),

Eu, **Luma Louise Sousa Lopes**, aluna regularmente matriculada no curso de **Doutorado em Administração**, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), venho pelo presente, **solicitar autorização** para realização pesquisa no acervo de documentos históricos abrigados por esta instituição, a fim de dar andamento à pesquisa de **tese** intitulada O Organizar das Práticas de Espaço à Luz da Perspectiva Histórica: A Arquitetura de Ferro na Cidade de Fortaleza, com o objetivo compreender o organizar das práticas de espaço urbano à luz da perspectiva histórica na cidade de Fortaleza. Este trabalho está sendo orientado pela professora Dr.^a Ana Silvia Rocha Ipiranga, docente do PPGA/UECE.

Durante a pesquisa, serão analisados os materiais históricos (jornais, livros, entre outros) em busca de informações sobre o Mercado dos Pinhões, ícone da arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta instituição, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Luma Louise Sousa Lopes

Doutoranda

Programa de Pós-Graduação em Administração

Universidade Estadual do Ceará

Prof.^a Dr.^a Ana Sílvia Rocha Ipiranga

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Administração

Universidade Estadual do Ceará

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa O Organizar das Práticas de Espaço à Luz da Perspectiva Histórica: A Arquitetura de Ferro na Cidade de Fortaleza. Os objetivos deste estudo consistem em compreender o organizar das práticas de espaço urbano a luz da perspectiva histórica na cidade de Fortaleza

Caso você autorize, você irá participar de uma entrevista aberta, com perguntas relacionadas à arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza, mais especificamente sobre o Mercado dos Pinhões.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador. Caso se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. As suas respostas não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Luma Louise Sousa Lopes – Doutoranda

lumalouise@gmail.com

ANEXOS

ANEXO A – Lista de documentos digitalizados disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Ceará

Autos e Sumários de Querela		1	Cx.01 lv.02 (1780-1793)
		2	Cx01 lv.04 (1802-1806)
		3	Cx.01 lv.05 (1806-1822)
		4	Cx02 lv.06 (set 1807)
		5	Cx02 lv.07 (1811)
		6	Cx02 lv.08 (1814-1816)
		7	Cx02 liv.09 (1817-1822)
		8	Cx.03 lv.10 (autos de querela o primeiro escrivão da correição da Comarca do Ceará 1823-1824-1829) Cx 03 lv.11 (1829-1832)
		9	Cx 03 lv.12 (1829 – 1832) / registro de protesto de letras (1839-1843)
		10	Cx.04 lv.14 (1789-1791 Aracati)
		11	Cx.04 lv.15 (sumário de culpa fortaleza 1802-1806)
		12	Cx.04 lv.16 (Aquiraz – 1806)
		13	Cx.05 lv.17 (sumário de querela – fortaleza 1818)
		14	Cx 05 lv.19 (Icó - 1816-1823)
Câmaras Municipais	DVD 01	15	Acaraú cx. 011851-1875
	DVD 02	16	Aquiraz cx. 05 1876-1921
		17	Aracati cx. 14 1853-1921
		18	Araripe, Arneirós, Água Verde cx.20 1874-1921
		19	Canindé, Coité (atual Aratuba) cx. 29 1852-1921
		20	Cascavel cx. 30 1835-1905
	DVD 03	21	Crato cx.34 1829-1870
		22	Crato cx. 35 1871-1916
	DVD 04	23	Lavras cx. 34 1829-1920
		24	Morada nova cx.63 1877-1920
		25	Riacho de sangue cx.73 1843-1920
		26	Saboeiro, Senador Pompeu cx.74 1857-1921
		27	Santa Quitéria cx.76 1857-1921

	DVD 05	28	Santana cx.75 1866-1921
		29	São Francisco cx.79 1850-1915
	DVD 06	30	São Matheus cx.80 1829-1920
		31	Sobral cx.82 1830-1859
	DVD 07	32	Paracuru, Parangaba, Arronches (atual Parangaba) cx. 67 1829-1935
	DVD 08	33	São Bernardo (atual Russas) cx. 77 1823 – 1856
Governo da Capitania	DVD 01	34	Caixa 01: livro 01 (antigo 132) – cópia diário m. Beck
		35	Caixa 02: livro 02 (antigo 16) - ações cíveis 1761 – 1775
		36	Livro 03 (antigo 67) - Adm. fazenda, despesas e receita 1812 – 1826
		37	Livro 04 (antigo 107) - apreensões de escravos viçosa 1817 – 1828
		38	Livro 05 (antigo 106) - apreensões de escravos sobral 1817
		39	Caixa 15: livro 51 (antigo 780) - registro de nomeações 1783 – 1789 Livro 52 (antigo 29) - registro de nomeações 1789 – 1790
		40	Caixa 17: livro 58 (antigo 10) - registro de patentes 1754 – 1823 Livro 60 (antigo 13) - patentes e provisões 1760 – 1803
	DVD 02	41	Gov. Da capitania - caixas 01,02,03,04,05,06,07.
		42	Nomeações de oficiaes inferiores dos regimentos de milícia 1804-1820
		43	Registro de officios aos capitães mores, comandantes de districto e directores de índios 1812-1813; 1816-1817
		44	Registro de patentes 1759 – 1765

DVD 03	45	Registro de patentes da câmara de fortaleza 1754-1823
	46	Atas do conselho consultivo 1821-1822 e junta do governo provisório da província 1822-1823 cx. 09 lv. 29
	47	Offícios ao escrivão deputado intendente de marinha e agente de carreira pessoas das capitanias 1813-1816 cx.8
	48	Offícios ao escrivão deputado intendente da marinha juiz da alfândega agentes de correios e pessoas particulares da capitania 1816-1819 cx.08
	49	Ofício dirigido aos militares desta capitania (gov. Da capitania do Ceará aos militares da capitania) 1813-1814
	50	Ofícios ao escrivão deputado intendente da marinha e agente de carreira. Pessoas particulares da capitania – 1812-1813
	51	Ofícios dirigidos a governadores de vários estados e outras autoridades por Manoel Inácio de Sampaio 1818-1822 lv.112
	52	Registro de ofícios dirigidos aos militares desta capitania 1815-1817 cx.10 lv.16
	53	Registro de ofícios as autoridades fora da capitania – 1812-1817
	54	Registro dos ofícios dirigidos aos militares desta capitania 1814-1815 cx.10 lv.89
	55	Registro dos ofícios dirigidos aos militares desta capitania cx.10 lv.65a

DVD 04	56	Registro dos offícios da capitania do Ceará aos militares da capitania 1817-1818 cx.11 lv.38
	57	Assentamento de passaporte e testamentos cx. 16 lv. (antigo 72)
	58	Governo da capitania do Ceará a pessoas empregadas no serviço militar cx. 12 lv. 40 (58)
	59	Governo da capitania do Ceará ao gen. Da marinha portuguesa e ao régio tribunal superior militar, ofício 1809-1816 cx. 13 lv. 44 (63)
	60	Governo das armas às cortes gerais portuguesa e ministérios no rio de janeiro, ofício (livro duplo) 1822-1823 cx. 13 lv. 46
	61	Ministro do reino, portarias, bandas e ordens régias 1801-1811 cx. 14 lv. 48
	62	Ministro dos negócios da fazenda e presidente real erário ao governo lv. 47
	63	Ministro e secretário de estado nos negócios estrangeiros e da guerra ao governo da capitania do Ceará, ofícios 1808-1814. Cx. 14 lv. 49
	64	Ministro e secretário de estado nos negócios ultramarinos ao governo da capitania do Ceará. Registros de cartas régias e avulsos. 1821-1823 cx. 14 lv. 50
	65	Patentes confirmadas por sua alteza real (ofícios de tropas, milícias e ordenanças). Registro de patentes de oficiais de ordenanças 1814-1829. Cx. 21 lv. 72

		66	Patentes de oficiais de milícias 1804-1808. Cx. 20 lv. 68
		67	Patentes de oficiais de ordenações 1804-1814 cx. 20 lv. 69
		68	Patentes de comandantes de povoações 1804-1814. Cx. 20 lv. 69
		69	Patentes de comandantes de povoações e lugares desta capitania 1804-1828. Cx. 21 lv. 70
		70	Patentes e nomeações 1872-1873 cx. 18 lv. 63
		71	Patentes régias e imperiais 1813-1828 cx. 21 lv. 71
		72	Registro de passaporte. 1813-1866 cx. 16 lv. 56
		73	Registro de saída do dinheiro dos órfãos. 1813-1820. Cx. 16 lv. 54
Governo da Província	DVD 01	74	Governo das armas, ministro do reino, ministro dos negócios da fazenda. Contas, correspondências, patentes, protocolos. Provimientos, provisões do conselho ultramarino. Livros digitalizados, lv. 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84
	DVD 02	75	Governo da província, ofícios ao ministro estrangeiro (1826-1949),
		76	Ofícios dirigidos ao comandante das armas e ofícios militantes (1829),
		77	Ofícios a diversas autoridades (1836-1838)
	DVD 03	78	Ofícios expedidos para fora da província 1836-1841 cx. 12 lv. 33 (antigo 33- b)
		79	Ofícios expedidos da secretaria do governo do Ceará 1837-1839 cx. 13 lv. 35 (antigo 38-b); 1837-1840 cx. 13 lv. 36 (antigo 37-b)

		80	Ofícios expedidos a diversas autoridades. 1837-1840 cx. 13 lv. 37 (antigo 40-b); 1838-1839 cx. 14 lv. 39 (antigo 41-b)
		81	Registro geral das correspondências 1838-1839 cx. 14 lv. 40 ofícios expedidos a diversas autoridades 1841 cx. 15 lv. 49 (antigo 43-b)
		82	Registro de ofícios do governo da província 1841-1843 cx. 15 lv. 53 (antigo 45-b)
		83	Ofícios a diversos 1846 cx 16 lv73
		84	Registro de ofício da presidência da província a diversos funcionários – 1846-1847. Cx16 lv74 (antigo 54-b)
		85	Ofícios expedidos a presidentes e outras autoridades fora da província – 1848-1850 cx17 lv80 (antigo 58-b)
		86	Registro de ofícios da presidência da província. 1848-1854 cx17 lv 81 (antigo 56-b)
		87	Correspondência da secretaria do governo. 1848-1854. Cx18 lv 82 (antigo 57-b)
		88	Registro de ofício a diversos autoridades da província. 1850 cx18 lv.86
		89	Ofícios ao ministério da marinha. 1850-1865 cx.18 lv.89
		90	Ofícios expedidos a ministros: 1854-1858 cx19 lv. 102 (antigo 66-b) 1854-1873 cx19 lv.103 (antigo 70-b)
		91	Registro de ofícios da presidência da província do Ceará a diversos ministros 1876 cx. 20 lv. 190

		92	Registro de ofícios da presidência da província do Ceará dirigidos ao inspetor da tesouraria da fazenda 1876 cx. 20 lv. 191
		93	Registro de ofícios dirigidos pela presidência da província do Ceará às mesas paroquiais de fortaleza, Mecejana, Amarração, Vila do Trairi, Aracati, Quixeramobim, vila da palma 1876 cx. 20 lv. 192
		94	Registro de ofícios da presidência da província do Ceará dirigidos ao adjunto ao adjunto promotor da vila da cachoeira 1876 cx. 21 lv. 193
		95	Registro de ofícios da presidência da província do Ceará dirigido ao inspetor da tesouraria provincial 1876 cx. 21 lv. 194
		96	Registro de ofícios da presidência da província do Ceará a diversas câmaras municipais 1876 cx.21 lv. 195
	DVD 04	97	Registro de ofícios da presidência da província (1877-1878)
			-Cx. 22 lv. 200, 201, 202
			-Cx. 23 lv. 203, 204
			-Cx. 25 lv. 208, 209
			-Cx. 26 lv. 210, 213
			-Cx. 27 lv. 211, 214
			-Cx. 28 lv. 215, 216
			-Cx. 31 lv. 225
			-Cx. 32 lv. 226, 227
			-Cx. 33 lv. 228, 229
			-Cx. 34 lv. 230, 231
			-Cx. 35 lv. 232, 233
	DVD 05	98	Registro de ofícios da presidência da província (1878-1880)
			-Cx. 36 lv. 234, 235

			-Cx. 37 lv. 236, 237
			-Cx. 38 lv. 238, 239
			-Cx. 39 lv. 240, 241
			-Cx. 40 lv. 242, 243
			-Cx. 41 lv. 244, 245, 246
			-Cx. 42 lv. 247, 248, 249
			-Cx. 43 lv. 250, 252, 253
			-Cx. 44 lv. 255, 256, 257
			-Cx. 45 lv. 258, 259
	DVD 06	99	Registro de ofícios da presidência da província (1880-1882)
			-Cx. 45 lv. 258, 259, 260
			-Cx. 46 lv. 261, 262, 263
			-Cx. 47 lv. 265, 266, 267
			-Cx. 48 lv. 268, 269, 270
			-Cx. 49 lv. 271, 272, 273
			-Cx. 50 lv. 274, 275, 276
			-Cx. 51 lv. 277, 278, 279
			-Cx. 52 lv. 282, 283, 284
			-Cx. 53 lv. 285, 286, 287, 288
	DVD 07	100	Registro de ofícios da presidência da província (1883-1884)
			-Cx. 54 lv. 292, 293
			-Cx. 55 lv. 294, 295
			-Cx. 56 lv. 296, 297, 298
			-Cx. 57 lv. 299, 300, 302
			-Cx. 58 lv. 303, 304, 305
			-Cx. 59 lv. 306, 307, 308, 309
			-Cx. 60 lv. 310
	DVD 08	101	Registro de ofícios da presidência da província (1884)
			-Cx. 60 lv. 311. 312
		102	Registro de ofícios da secretaria do governo aos presidentes e membros das mesas eleitorais e vários distritos e comarcas (1884)
			-Cx. 61 lv. 313
		103	Registro de ofícios da presidência da província (1884)

			-Cx. 61 lv. 314, 315
			-Cx. 62 lv. 316, 317
		104	Registro de ofícios do palácio da presidência da província (1884)
			-Cx. 62 lv. 318
			-Cx. 63 lv. 319
		105	Registro de ofícios da secretaria da província dirigido ao administrador dos correios (1884)
			-Cx. 63 lv. 320
		106	Registro de ofícios da presidência da província (1884)
			-Cx. 63 lv. 321
			-Cx. 64 lv. 322, 323, 324, 325
			-Cx. 65 lv. 326, 327, 328, 329
			-Cx. 66 lv. 330, 331, 332
			-Cx. 67 lv. 333
		107	Nova coleção (documentos diversos)
	DVD 23	108	P1- registro de ofícios da presidência da província dirigidos a vários ministérios – 1885 cx. 67 lv. 334
		109	P2- registro de ofícios da secretaria do governo da província dirigidos ao inspetor geral da instrução pública – 1885 cx. 67 lv. 335
		110	P3- registro de ofícios do palácio do governo dirigidos aos promotores de várias comarcas – 1886-1889 cx. 68 lv. 336
		111	P4- registro de ofícios da secretaria do governo da província dirigidos a juizes de direito de várias comarcas 1885 cx. 68 lv. 337
		112	P5- registro de ofícios da secretaria do governo da província dirigidos a juizes

			de direito de várias comarcas 1886 cx. 68 lv. 338
		113	P6- registro de ofícios dirigidos ao presidente da província 1859 cx. 69 lv. 03
		114	P7- registro de ofícios dirigidos ao presidente da província 1873 cx. 69 lv. 07
		115	P8- registro de ofícios dirigidos ao presidente da província 1874 cx. 69 lv. 08
		116	P9- registro de diversas portarias do governo da província 1841-1843 cx. 70 lv. 01
		117	P10- registro de ofícios dirigidos ao presidente da província 1841-1873 cx. 70 lv. 02
		118	P11- registro de ofícios do governo da província 1842 cx. 70 lv. 03
		119	P12- registro de ofícios da província do Ceará para os delegados e subdelegados de polícia da província 1846-1848 cx. 71 lv. 05
		120	P13- polícia 1849-1852 cx. 71 lv. 08
		121	P14- registro de portarias 1851-1853 cx. 72 lv. 09
		122	P15- registro de nomeação e demissões de delegados e subdelegados da província do Ceará 1853-1856 cx. 72 lv. 10
		123	P16- registro de previsões, portaria e diplomas de nomeações expedidas pelo governo das províncias do Ceará 1853-1872 cx. 72 lv. 12
		124	P17- registro de ofício do presidente da província do Ceará; remoção de professores; promoções de delegados de polícia: demissões e nomeações de

			subdelegados de polícia 1855-1858 cx. 72 lv. 13
		125	P18- registro de ofícios do presidente da província do Ceará: demissões e nomeações de subdelegados de polícia 1857-1860 cx. 73 lv. 14
		126	P19- nomeações, relação das distribuições de recrutas, remoção de professores e demissões 1859-1863 cx. 73 lv. 16
		127	P20- demissões de delegados e subdelegados de polícia; demissões de 1º suplente de delegados; demissões de 3º suplentes de delegados 1866-1867 cx. 74 lv. 22
	DVD 24	128	P21- nomeações para diretor de instrução pública, lente de geometria do liceu: exonerações e nomeações 1864-1865 cx. 73 lv. 19
		129	P22- nomeações de delegados e subdelegados de polícia 1864-1865 cx. 74 lv. 20
		130	P23- nomeações de promotores públicos; nomeações de suplentes de juízes municipais 1867-1873 cx. 75 lv. 24
		131	P24- nomeações de delegados e subdelegados de polícia 1869-1871 cx. 75 lv. 25
		132	P25- nomeações de delegados de província 1869-1871 cx. 75 lv. 26
		133	P26- divisão de fortaleza em distritos criminais, nomeações de promotores públicos, nomeações de juízes substitutos, instalação da comarca de

		Maranguape. 1874-1875 cx. 76 lv. 32
	134	P27- nomeação de membros do conselho literários do liceu, demissão de alferes, nomeações de inspetores de distritos; abertura de créditos, nomeação. 1875 cx. 76 lv. 33
	135	P28- exoneração de delegados e subdelegados 1875 cx. 76 lv. 34
	136	P29- portarias de passagens doadas pela presidência da província do Ceará. 1876 cx. 76 lv. 35
	137	P30- portarias de polícia 1876 cx. 77 lv. 36
	138	P31- nomeação de tabeliães e escrivães; nomeações de promotores públicos; exonerações de juizes municipais cx. 77 lv. 37
	139	P32- nomeação da comissão de socorro públicos da seca de Baturité, Barbalha, boa vista, Assaré, Cascavel, Telha, Bom Sucesso, Brejo Seco, Saboeiro, Boa Viagem, Camocim, Canindé, São João do Príncipe, Canhoeira. 1877 cx. 77 lv. 38.
	140	P33- nomeação do chefe de polícia da província, demissão de suplentes delegados de polícia. 1877. Cx. 77 lv. 39.
	141	P34- nomeações, aberturas de créditos extraordinários, demissão de coletores das rendas provinciais, estatutos da associação tipográfica cearense. 1877, cx. 78 lv. 40.

		142	P35- portarias de licenças 1777-1878 cx. 78 lv. 41
		143	P36- registro de ofícios da presidência da província do Ceará contendo portarias de passagens. 1877- 1878 cx. 78 lv. 42
		144	P37- registro de ofícios da presidência da província do Ceará sobre assuntos diversos. 1884 cx. 79 lv. 45
		145	P38- registro de ofícios da presidência da província do Ceará sobre assuntos diversos. 1884 cx. 79 lv. 46
		146	P39- nomeação. 1878-1880 cx. 79 lv. 47
		147	P40- registro de ofícios da presidência da província do Ceará contendo licenças. 1879- 1880 cx. 80 lv. 48
		148	P41- registro de ofícios da presidência da província do Ceará contendo demissões de delegados e subdelegados de polícia e nomeações de suplentes de delegados. 1879- 1880 cx. 80 lv. 48a
		149	P42- registro de ofícios da presidência da província do Ceará contendo nomeações e demissões de delegados e subdelegados de polícia. 1880 cx. 80 lv. 49
		150	P43- registro de portarias de licenças concedidas pelo presidente da província do Ceará 1880 cx. 81 lv 50
		151	P44- registro de portarias de licenças concedidas pelo presidente da província do Ceará 1881- 1882 cx. 81 lv 51
		152	P45- registro de portarias do governo da província do Ceará 1881-1882 cx. 81 lv 52
		153	P46- registro de ofícios da presidência da província do

			Ceará contendo nomeações 1883 cx. 82 lv. 56
		154	P47- registro de licenças concedidas pelo presidente da província 1883 cx. 82 lv 57
		155	P48- registro de ofícios da presidência da província do Ceará contendo exonerações 1884 cx. 82 lv. 58
		156	P49- registro de nomeações feitas pela presidência da província do Ceará 1884 cx. 82 lv. 59
	DVD 25	157	P50- portarias da polícia 1884 cx. 83 lv. 60
		158	P51- registro de ofícios da presidência da província contendo nomeações e exonerações 1884 cx. 83 lv. 62
		159	P52- registro de portarias do governo da província do Ceará 1885 cx. 83 lv. 63
		160	P53- registro de nomeações e exonerações feitas pela presidência da província 1885 cx. 84 lv. 64
		161	P54- registro de portarias de licenças e passagens concedidas pelo palácio da província do Ceará 1886 cx. 84 lv. 67
		162	P55- registro de ofícios da secretaria do governo da província do Ceará concedendo passagens e licenças 1888 cx. 84 lv. 69
		163	P56- minutas de nomeação, exoneração assinadas pelo presidente da província João Araújo Freitas Henriques 1870-1871 cx. 85 lv. 01
		164	P57- minutas de ofícios dirigidos a presidência da província 1875 cx. 85 lv. 02

		165	P58- minutas de ofícios dirigidos a tesouraria da província 1877 cx. 86 lv. 03
		166	P59- minutas de ofícios à presidência da província 1877 cx. 86 lv. 03a
		167	P60- minutas de ofícios dirigidos a tesouraria da província 1877 cx. 87 lv. 04
		168	P61- minutas de ofícios dirigidos ao inspetor tesouraria 1877 cx. 87 lv. 05
		169	P62- minutas de ofícios dirigidos a diversos ministros 1877 cx. 87 lv. 06
		170	P63- minutas da câmara de diversas localidades 1877 cx. 88 lv. 07
		171	P64- minutas da câmara assinadas por Francisco de Farias Lemos e Caetano E. Pessoa 1887 cx. 88 lv. 08
		172	P65- minutas das comissões de socorros públicos de várias localidades assinadas por Caetano E.C. Pessoa e c. E. Menezes 1887 cx. 89 lv. 09
		173	P66- minutas de ofícios dirigidos a comissão de socorros públicos 1887 cx. 89 lv. 10
		174	P67 e p68- minutas das agências de vapores 1877-1879 cx. 90 lv 11
		175	P69- minutas da comissão de compras e transporte de gêneros assinadas por Caetano E. C. Pessoa 1877-1879 cx. 90 lv. 12
		176	P70- minutas de ofícios dirigidos aos juízes de paz de diversas localidades 1877-1880 cx. 91 lv. 13
		177	P71- minutas das comissões de socorros públicos encarregadas de transportes e gêneros em

		178	Diversas assinadas por Caetano E.C. Pessoa 1877-1880 cx. 91 lv. 13a
		179	P72- minutas das comissões de socorros públicos assinadas por Caetano E.C. Pessoa 1877-1880 cx. 91 lv. 14
		180	P73- minutas das comissões de socorros públicos assinadas por Caetano E.C. Pessoa 1877-1880 cx. 92 lv. 15
		181	P74- minutas aos delegados e subdelegados e assembleia provincial 1877-1880 cx 92 lv. 15a
	DVD 26 (ESCRAVOS)	182	P1-1º cartório de fortaleza – Feijó escrituras de compra e venda de escravos 16/11/1870 a 16/06/1873 lv 357
		183	P2-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 1861-1865
		184	P3-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 08/06/1878 a 20/08/1878
		185	P4-1º cartório de fortaleza – Feijó escrituras de compra e venda de escravos 1876-1878 lv 359
		186	P5-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 18/02/1878 a 30/04/1878
		187	P7-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 19/07/1877 a 18/02/1878
		188	P8-1º cartório de fortaleza – Feijó escrituras de compra e venda de escravos 1873-1876 lv 361
		189	P9-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 1872-1873 lv.362

		190	P10-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 1875-1876 lv.358
		191	P11-1º cartório de fortaleza – Feijó escrituras de compra e venda de escravos 1878-1881 lv 360
		192	P12-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 1865-1872 lv.805
		193	P13-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 24/01/1879 a 20/10/1879
		194	P14-2º cartório de fortaleza – Severo escrituras de compra e venda de escravos 05/08/1843 a 10/02/1849
		195	Obs.: pasta p6 está vazia
	DVD 27	196	P75-minutas ao inspetor da tesouraria da fazenda assinadas por Caetano Estellita C. Pessoa 1877-1883 cx. 92 lv. 16
		197	P76-minutas das comissões de socorros públicos 1878 cx. 93 lv.17
		198	P77-minutas a tesouraria da fazenda assinadas por José Júlia Albuquerque Barros 1878 cx. 93 lv. 18
		199	P78-minutas ao inspetor da tesouraria da fazenda assinadas por Ferreira Aguiar e Paulino M. P. da Fonseca 1877- 1880 cx. 94 lv. 19
		200	P79-minutas do chefe de polícia 1877 cx. 94 lv. 19a
		201	P80-minutas ao capitão do porto assinadas por J.J, Ferreira de Aguiar; José Júlio Albuquerque de Barros 1878-1880 cx. 94 lv. 20
		202	P81-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria

		provincial 1879 cx. 95 lv. 21
	203	P82-minutas de ofícios assinadas por José Júlio Albuquerque de Barros 1879-1880 cx. 95 lv. 22
	204	P83-minutas de ofícios dirigidos aos correios 1880 cx. 96 lv. 23
	205	P84-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria provincial 1880 cx. 96 lv. 24
	206	P85-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria da fazenda 1880 cx. 97 lv. 25
	207	P86-minutas de ofícios dirigidos a diversos ministérios 1881 cx. 97 lv. 26
	208	P87-minutas de ofícios dirigidos ao presidente 1881 cx. 98 lv. 27
	209	P88-minutas ao presidente da província assinadas por a de b Pimentel; Miguel Ferreira de Melo entre outros 1881-1883 cx. 99 lv. 31
	210	P89-minutas de ofícios dirigidos a diversos ministros 1882 cx. 100 lv. 32
	211	P90-minutas de ofícios dirigidos a diversos ministros 1882 cx. 100 lv. 33
	212	P91-minutas de ofícios dirigidos aos tesoureiros das mesas eleitorais de várias paróquias 1882 cx. 101 lv. 34
	213	P92-minutas de ofícios dirigidos ao corpo de polícia, santa Casa de misericórdia entre outros 1882 cx. 101 lv. 35
	214	P93-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor geral

Dvd 28			da instrução pública 1883 cx. 102 lv. 36
	215		P94-minutas de ofícios às câmaras municipais 1883 cx. 102 lv. 37
	216		P95-companhia brasileira de navegação assinada por domingos Antônio Raiol 1883 cx. 103 lv. 38
	217		P96-minutas aos juízes municipais assinados por Pedro Leão Veloso, Perdigão de Oliveira e outros 1881-1882 cx.98 lv. 29
	218		P97-minutas ao diretor geral da instrução pública 1881-1882 cx. 99 lv. 30
	219		P98-minutas ao chefe de polícia 1881 cx. 98 lv. 28
	220		P99-aos agentes da companhia brasileira e pernambucana 1883 cx. 103 lv. 39
	221		P100-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1884 cx. 103 lv. 40
	222		P101-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1885 cx. 104 lv. 42
	223		P102-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1885 cx. 104 lv. 43
	224		P103-minutas de ofícios dirigidos a diversas pessoas 1885 cx.105 lv. 44
	225		P104-minutas de ofícios dirigidos a diversas câmaras 1885 cx.105 lv. 45
	226		P105-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1885 cx. 105 lv. 46
	227		P106-minutas de ofícios dirigidos aos juízes de direito de várias comarcas 1885 cx. 106 lv. 47

		228	P107-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1885 cx. 106 lv. 48
		229	P108-minutas de ofícios dirigidos aos juízes de paz e as mesas eleitorais 1885 cx. 106 lv. 49
		230	P109-minutas de circulares a diversas pessoas 1885 cx. 107 lv 50
		231	P110-minutas de ofícios dirigidos aos correios, à diretoria do comércio e outros 1885 cx. 107 lv 51
		232	P111-minutas de ofícios dirigidos ao inspetor do tesouro provincial 1885 cx. 107 lv. 52
		233	P112-minutas de ofícios a diversos ministros 1885 cx 108 lv 53
		234	P113-ordem de pagamento para o corpo de polícia, nomeação, exonerações e outros 1885 cx. 108 lv 54
		235	P114-exonerações, nomeações, outros. 1885 cx. 108 lv 55
		236	P115-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria provincial 1886 cx 109 lv 56
		237	P116-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria provincial 1886 cx 109 lv 57
		238	P117-minutas de ofícios dirigidos a tesouraria provincial 1886 cx 109 lv 58
		239	P118-minutas de ofícios dirigidos aos juízes de direito de várias comarcas 1886 cx. 109 lv. 60
		240	P119-minutas de ofícios dirigidos ao corpo de polícia e outros 1886 cx. 110 lv 61

		241	P120-minutas de ofícios dirigidos aos correios 1886 cx. 111 lv 62
		242	P121-registro de ofícios às mesas eleitorais e juntas apuradas 1886-1889 cx 111 lv 63
		243	P122-minutas de ofícios dirigidos à tesouraria provincial 1886 cx 111 lv 64
		244	P123-minutas de ofício dirigidas às câmaras municipais 1886 cx 111 lv 65
		245	P124-minutas de ofícios dirigidos aos juízes municipais 1886 cx 112 lv 66
	Dvd 29	246	Câmara municipal de Cascavel cx. 31 1881-1920
	Dvd 30	247	Câmara municipal de Campos Sales (antigo príncipe imperial) cx. 33 1881-1921
		248	Câmara municipal de Messejana cx. 60 1780-1931

ANEXO B – Lista de documentos disponíveis na Biblioteca Pública Governador Menezes

Pimentel

	PUBLICAÇÃO	CIDADE	DATA
1	Diário do Governo do Ceará	Quixeramobim	1824
2	Diário do Conselho Geral da Província do Ceará	Fortaleza	1830 a 1831
3	Semanário Constitucional	Fortaleza	1882
4	Correio da Assembleia Provincial	-	1839/40
5	O Cearense	Fortaleza	1846 a 1891
6	O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas e Industriaes	Fortaleza	1845 a 1860
7	O Araripe	Fortaleza	1855 a 1864
8	O Sol: jornal litterario, político e crítico	Fortaleza	1856 a 1898
9	A Estrella	Fortaleza	1859 a 1860
10	A Semana	Fortaleza	1859
11	O Monge	Fortaleza	1861
12	A Constituição	Fortaleza	1865 a 1876
13	A Liberdade: Jornal Político, Litterario e Crítico (CE) - 1864	Fortaleza	1864
14	O Sobral	Sobral	1866
15	Aurora Cearense	Fortaleza	1866
16	Tribuna Cathólica	Fortaleza	1867 a 1869
17	A Consciência	Sobral	1867
18	Echo do Norte	Fortaleza	1867
19	Jornal da Fortaleza	Fortaleza	1870
20	O Meirinho	Fortaleza	1872/77
21	O Oriente	Fortaleza	1871
22	Fraternidade	Fortaleza	1873 a 1877
23	Pyrilampo	Fortaleza	1874
24	Sobralense	Sobral	
25	A Brisa	Fortaleza	1875
26	Mocidade: Publicação Quinzenal - Trata de Letras (CE) - 1876	Fortaleza	1876
27	Século XIX	Fortaleza	1876
28	O Lynce	Fortaleza	1877
29	O Retirante	Fortaleza	1877 a 1878
30	O Colossal	Fortaleza	1878 a 1879
31	Echo do Povo	Fortaleza	1879 a 1880
32	A Ordem: Orgão Conservador (CE) - 1879 a 1880	Baturité	1879 a 1880
33	Granjense	Granja	1881
34	Gazeta de Baturité	Baturité	1881 a 1882
35	Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE) - 1881 a 1890	Fortaleza	1881 a 1891
36	Nihilista	Baturité	1881

37	Ypiranga	Baturité	1881
38	A Luz	Fortaleza	1883
39	Cariry	Crato	1884
40	O Cruzeiro	Baturité	1887 a 1892
41	A Ordem	Sobral	
42	Vanguarda	Crato	1887 a 1888
43	O Cacete	Fortaleza	1888
44	Charuto	Fortaleza	1889 a 1904
45	A Pátria	Fortaleza	1889 a 1890
46	Tribuna Comercial	Fortaleza	
47	Cratense	Crato	1890
48	A Verdade: Orgam Hebdomadario Catholico (CE) - 1892	Fortaleza	1890 a 1893
49	O Combate	Fortaleza	1891 a 1896
50	A Ideia	Viçosa	1891 a 1893
51	O Norte	Fortaleza	1891 a 1892
52	O Operário	Fortaleza	1892 a 1893
53	Oitenta e Nove	Baturité	1892 a 1903
54	A Cidade	Sobral	1899 a 1904
55	O Engraixador	Sobral	1902
56	Liberdade	Fortaleza	1902
57	A Liça	Crato	1903
58	O Rascunho	Fortaleza	1903
59	Sapataria Cyrino	Fortaleza	1903
60	Unitário	Fortaleza	1908
61	O Diabo	Fortaleza	1904
62	O Galhato	Fortaleza	1904 ihc
63	Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso (CE) - 1904 a 1911	Fortaleza	1904 a 1911 bpmgp
64	Monera	Fortaleza	1904 ihc
65	A Navalha	Fortaleza	1904 ihc
66	Primeiro de Maio	Fortaleza	1905 a 1909
67	O Raio X	Fortaleza	1904 ihc
68	O Ferrão	Fortaleza	1905 ihc
69	Cruzeiro do Norte	Fortaleza	1908 a 1912 bn 1913 aci
70	O Philomático	Sobral	1906 uva
71	O Rebate: jornal independente (CE) - 1907 a 1913	Sobral	1907 bn 1907 a 1910 uva 1911 uva
72	Coleção de Leis do Ceará e Mensagens	Fortaleza	1908 a 1913 Ufc
73	O Rosário	Aracati	1908 a 1918 bn
74	Santelmo	Baturité	1908 a 1912 bn
75	O Bandeirante	Fortaleza	1910 1911 aci
76	A Pátria	Sobral	1910 a 1912

77	A República	Fortaleza	1911
78	Cinema-Club	Sobral	1912 a 1915 uva
79	Nortista: "Acharei um caminho ou abril-o-ei" (CE) - 1913 a 1914	Sobral	1913 a 1914 uva
80	Phenix	Fortaleza	1912 bpmgp
81	Grêmio	Sobral	1914 a 1915
82	A Lucta	Sobral	1914 a 1924 uva
83	O Norte Philatelista	Fortaleza	1914 bpmgp
84	A Ibiapaba	Ubajara	1915 bpmgp
85	A Conquista	Fortaleza	1917 e 1918 aci
86	Don José	Sobral	1916 uva
87	Gazeta do Cariri	Crato	1924 e 1925 bpmgp
88	O Jornal (CE) - 1916	Fortaleza	1916 bn
89	Ubajara	Ubajara	1916 bpmgp
90	Jornal Pequeno	Aracati	1917 bpmgp
91	A Ordem: Trabalho e justiça (CE) - 1916 a 1933	Sobral	1916 a 1941
92	A Verdade	Baturité	1917 a 1956
94	Correio da Semana	Sobral	1918 a 1948
95	Polyanthéa	Viçosa	1918 bpmgp
96	O Annunciador	Aracati	1920 bpmgp
97	Camocim-Jornal	Camocim	1921 a 1924 acl
98	O Clarim	Baturité	1921 bpmgp
99	Predial Jornal	Sobral	1922 uva
100	Folha Avulsa	Aracati	1922
101	A Communa	Acaraú	1924 bpmgp
102	Correio do Norte	Ipu	123 e 1924 acl
103	Gazeta da Serra	Ubajara	1924 e 1925 bpmgp
104	Quinze de Agosto	Sobral	1924 uva
105	O Caixeiral	Iguatu	1925 uva
106	Correio da Serra	Guaramiranga	1925 e 1926 bpmgp acl
107	O Xicote	Sobral	1926 e 1927 uva
108	O Ceará... Moleque	Fortaleza	1926 acl
109	O Combate	Fortaleza	1926 bpmgp
110	Chrysallida	Sobral	1927 a 1929 bpmgp
111	A Evolução	Sobral	1927 uva
112	Terral do Brasil	Sobral	1927 uva
113	O Trabalho	Sobral	1927 a 1929 uva
114	A Cultura	Sobral	1928 a 1930 uva

115	A Esquerda	Fortaleza	1928 bpmgp
116	O Povo	Fortaleza	
117	Ubajara	Ubajara	1928 a 1934 bn
118	O Bandeirante	Fortaleza	1929 a 1931 aci
119	A Razão: Independente, Político e Noticioso (CE) - 1929 a 1938	Fortaleza	1929 a 1938
120	Scentelhas Eucharisticas	Sobral	1930 e 1931 uva
121	Brasil Livre	Sobral	1930 e 1931 uva
122	O Combate	Massapê	1931 uva
123	O Escudo	Sobral	1390 e 1931 bpmgp
124	Pátria Nova	Fortaleza	1930 e 1931 bpmgp
125	A Razão	Camocim	1931
126	O Debate	Sobral	1931 e 1932 uva
127	O Município	Granja	1932 bpmgp
128	O Jornal (CE) - 1932 a 1935	Sobral	1932 a 1935 bn
129	Legionario: Semanario Nacional Syndicalista (CE) - 1933 a 1934	Fortaleza	1933 a 1934 Arquidiocese
130	A Luneta	Sobral	1935 uva
131	O Patronato	Sobral	1933 a 1937 uva
132	A Ordem	Aracati	1934
133	A Verdade	Sobral	1934 e 1935 uva
134	O Elefante	Sobral	1935 uva
135	O Estudante	Sobral	1935 e 1936 uva
136	O Crato	Crato	1937 bpmgp
137	A Ideia	Aracati	1936
138	A União	Massapê	1936
139	Democracia: órgão da grande loja do Ceará (CE) - 1937	Fortaleza	1937 aci
140	O Ginásio	Sobral	1937 uva
141	Jornal do Ceará (CE) - 1937	Fortaleza	1937 aci
142	O Vagalume	Sobral	1937 uva
143	Diário do Congresso	Sobral	1941
144	O Estudante	Sobral	1941 uva
145	A Doutrina	Baturité	1946 1947 1950 bpmgp
146	O Ferroviário	Fortaleza	1946 e 1947 bpmgp
147	Quixadá Jornal	Quixadá	1946 e 1948
148	Âncora	Cajazeiras	1946 a 1954 aci

149	A Voz dos Práticos	Fortaleza	1957 a 1962
150	O Jaguaribe	Aracati	1957
151	O Aracati	Aracati	1958
152	O Suburbano	Fortaleza	1961
153	Luzeiro	Fortaleza	1965
154	Diário Oficial do Ceará	Fortaleza	1914 bpmgp
155	Relatório dos Presidentes da Província do Ceará	Não informada	1836 a 1889 bpmgp
156	Testamento e Inventário do Senador Paula Pessoa	Não informada	1866 a 1867
157	Ata da Inauguração da Escola Normal da Província do Ceará	Não informada	1884
158	Relatórios de Presidentes da Primeira República - Ceará	Não informada	1891 a 1910 1911 a 1925 1926 a 1930
159	Centenário do Instituto de Educação do Ceará	Fortaleza	
160	Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará	Fortaleza	1900 a 1901 ufc
161	Publicações Diversas		1904 a 1936 1911 e 1912 aci
162	Cartas Políticas sobre a Campanha Eleitoral em Sobral		1920
163	Coletânea de Artigos sobre o Beato José Lourenço		1934 a 1984
164	Ordem dos Penitentes		1937 bpmgp
165	Album de Recortes		1950
166	Memorial		

Fonte: Catálogo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, disponível no Espaço Estação.

ANEXO C – Lista de documentos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

1	Império do Brasil: Diário do Governo
2	Gazeta Cearense
3	Documentos
4	Correio da Assembleia Provincial
5	Império do Brasil:
6	O Desesseis de Dezembro
7	O Cearense Jacaúna
8	O Clarim da Liberdade
9	O Cearense Jacuna
10	O Maranguape
11	O Nortista Gazeta Política e Moral
12	O Nortista
13	Pedro II
14	O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas e Industriaes
15	Aos Homens Honestos
16	O Cearense
17	Vinte e Trez de Julho
18	Município: Liberdade, Ordem, Progresso
19	O Juiz do Povo
20	O Sol: jornal litterario, político e crítico
21	O Sete de Setembro
22	A Ordem: periódico político e litterario
23	A Semana: Jornal Litterario, Industrial, Noticioso e Commercial
24	O Argos Cearense: Jornal Político e Liberal
25	O Fura
26	O Monje (CE) - 1861
27	Pedro II (CE) - 1840 a 1889
28	A Constituição (CE) - 1863 a 1889
29	União Artística (CE) - 1864
30	O Tribuno do Povo (CE) - 1863
31	Gazeta Official: A Gazeta Official do Ceara (CE) - 1862 a 1864
32	O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas e Industriaes (CE) - 1845 a 1860
33	A Voz da Religião no Cariri: Ide em todos os pontos, ensinae a todos os povos (CE) - 1868 a 1870
34	O Sol: jornal litterario, político e crítico (CE) - 1856 a 1898
35	O Cearense (CE) - 1846 a 1891
36	Aurora Cearense: Jornal Illustrado, Litterario, Scientifico e Noticioso (CE) - 1866
37	A Liberdade: Jornal Político, Litterario e Crítico (CE) - 1864
38	Jornal do Ceará (CE) - 1868
39	Publicações Diversas (CE) - 1867 a 1913
40	A Estrella: Jornal Recreativo (CE) - 1860

41	O Almanak: Late fusum opus est, -et multiplex, -et prope quotidie novam... (CE) - 1867
42	Tribuna Catholica (CE) - 1867 a 1869
43	O Echo do Norte: Jornal Litterario, Crítico e Noticioso (CE) - 1867
44	A America (CE) - 1861
45	O Tagarella: jornal livre, crítico e noticioso (CE) - 1865
46	O Vulcão (CE) - 1864
47	A Lancêta: Jornal de Medicina, Physiologia, Cirurgia, Chimica, Pharmacia, Litteratura e Noticioso (CE) - 1863
48	A Ordem: Orgão Conservador (CE) - 1879 a 1880
49	Maranguapense: Jornal Litterario, Commercial e Noticioso (CE) - 1874 a 1875
50	O Meirinho (CE) - 1874 a 1884
51	Almanak da Província do Ceará: Administrativo, Mercantil e Industrial (CE) - 1873
52	Jornal da Fortaleza: Folha política, commercial e noticiosa: Sustenta as ideas liberaes (CE) - 1870
53	Despertador: Jornal Crítico e Noticioso (CE) - 1871
54	Mocidade: Publicação Quinzenal - Trata de Letras (CE) - 1876
55	Pyrilampo (CE) - 1874
56	A Brisa: Jornal Litterario, Recreativo e Noticioso (CE) - 1875
57	O Lynce (CE) - 1877
58	Echo do Povo: Orgam da Opinião Pública - Publica-se semanalmente (CE) - 1879 a 1880
59	O Caréca: Jornal Crítico e Noticioso (CE) - 1871 a 1872
60	A Liberdade: Orgão do Partido Liberal (CE) - 1876 a 1877
61	O Retirante (CE) - 1877 a 1878
62	Lírio: Publicação Recreativa, dedicada ao Bello-Sexo Cearense (CE) - 1875
63	Tejuassú (CE) - 1875
64	Tribuna Catholica: Orgão político do partido Cathólico (CE) - 1876 a 1878
65	Tribuna do Povo (CE) - 1877
66	A Metralhadora: Jornal Satyrico (CE) - 1877
67	O Baturité: Neutro entre os Partidos Políticos (CE) - 1878
68	Mercantil: Orgam dos Interesses Industriaes (CE) - 1877
69	Thesoura (CE) - 1879
70	Gazeta do Norte: Orgão Liberal (CE) - 1880 a 1890
71	Revista Trimensal do Instituto do Ceará (CE) - 1887 a 1900
72	Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE) - 1881 a 1890
73	Jornalzinho (CE) - 1883
74	Fortaleza: Orgam da Oppinião Publica, Commercio e Agricultura - Completa neutralidade política (CE) - 1889
75	Município de S. Anna: Neutro entre os Partidos (CE) - 1882 a 1888
76	Gazeta Suburbana: Edição Especial Commemorativa da Solemne Redempção dos Escravos da Província do Ceará (CE) - 1884
77	O Ceará: Jornal neutro entre os Partidos - Publicação Hebdomadaria (CE) - 1888
78	A Evolução: Orgam Scientifico, Litterario e Noticioso (CE) - 1888
79	Gazeta do Sobral: Orgão Imparcial (CE) - 1881 a 1888
80	Nihilista: Propriedade de uma Associação (CE) - 1881

81	A Ordem: Orgam dos interesses sociaes (CE) - 1888 a 1902
82	O Bilontra (CE) - 1889 a 1891
83	O Batel :Periódico Recreativo, Crítico e Litterario (CE) - 1886
84	Vinte e Cinco de Março (CE) - 1884
85	Vanguarda (CE) - 1887 a 1888
86	Diário do Conselho Geral da Província do Ceara (CE) - 1880
87	A Luz: Jornal Litterario e Crítico (CE) - 1883
88	A Avenida: Semanario Crítico e Litterario (CE) - 1889
89	O Domingo: Folha Litteraria (CE) - 1888
90	A Greve: Orgão Pessoal (CE) - 1882
91	Equador: Orgão dos Interesses Públicos (CE) - 1882
92	A Onda: Jornal Crítico e Recreativo (CE) - 1882 a 1883
93	A Quinzena: Propriedade do Club Litterario (CE) - 1888
94	Reform Club (CE) - 1881
95	O Sol (CE) - 1883
96	O Voto (CE) - 1881
97	O Brazil: Ordem e Progresso (CE) - 1889
98	A Liberdade: Orgam Litterario (CE) - 1889
99	Telephone (CE) - 1881
100	Mequetrefe: Jornal de Todos e de Tudo (CE) - 1881
101	Orsini (CE) - 1881
102	Alcoviteiro (CE) - 1881
103	Morcêgo: Publica-se de quando em vez para moer aos safados e comer os negreiros (CE) - 1881
104	O Triumpho (CE) - 1882
105	O Telescopio (CE) - 1882
106	Torpêdo (CE) - 1882
107	A Vaga: Jornal Crítico e Recreativo (CE) - 1882
108	Século (CE) - 1883
109	Manivão: Orgão do Povo (CE) - 1883
110	Baturitéense: Orgam dos interesses do Município (CE) - 1883
111	O Trovão (CE) - 1884
112	O Viajante (CE) - 1886
113	Sertanejo (CE) - 1888
114	Almanach Cearense: Para 1883 - Calendario, Annuncios, Pilherias (CE) - 1883
115	Província do Ceará (CE) - 1885
116	Libertador-Kermesse: Edição Única - A memória do General Tibúrcio (CE) - 1887
117	Annaes da Assembleia Legislativa do Ceara (CE) - 1887
118	Granjense (CE) - 1881
119	Revista da Academia Cearense (CE) - 1896 a 1901
120	A Cidade (CE) - 1899 a 1904
121	Revista Primeiro de Maio (CE) - 1891
122	O Estado do Ceará: Publicação Diária (CE) - 1890 a 1891
123	O Pão da Padaria Espiritual (CE) - 1892 a 1895
124	Arthur Oscar: Honra ao Mérito (CE) - 1896

125	A Idéa: Semanario Litterario, Crítico e Noticioso (CE) - 1891 a 1899
126	O Independente: Orgão dos Interesses do Povo - Edição Semanal (CE) - 1897
127	A Opinião: Orgão de interesse geral e propaganda contra o jogo (CE) - 1897
128	Silva Jardim (CE) - 1891 a 1892
129	Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (CE) - 1891 a 1930
130	Bilontra: Orgão desafinado (CE) - 1891
131	Charuto: Orgam do Povo (CE) - 1891
132	O Corisco: Orgam Contra os Buchecheiros (CE) - 1898
133	O Pagão (CE) - 1896
134	A Palestra: Orgam Crítico e Pilhérico (CE) - 1896
135	Pimpão (CE) - 1897
136	O Papagaio (CE) - 1896
137	Alvorada: Orgam Litterario Recreativo e Noticioso (CE) - 1895
138	O Bond: Publicação Diária - Jornal das Moças (CE) - 1890 a 1891
139	O Ceará Moléque: Revista Caricata (CE) - 1897
140	O Divulgador: Orgam da Pharmacia Gonzaga (CE) - 1899
141	O Frivolino: Jornal Illustrado (CE) - 1897
142	Gazeta Cearense (CE) - 1829
143	19 de outubro: Orgam Estudantil (CE) - 1891
144	A Pilheria: Jornal Crítico (CE) - 1897
145	O Relampago (CE) - 1890
146	A Rua (CE) - 1897 a 1898
147	O Equador: Orgão Popular (CE) - 1896
148	Mensageiro: Orgão Crítico e Prozaico (CE) - 1891
149	A Vacca (CE) - 1891
150	O Maniva (CE) - 1891
151	Asqueroso: Orgam Arrecadante (CE) - 1896
152	O Symbolo (CE) - 1896
153	O Macaco (CE) - 1896
154	A Vassoura: Orgão da limpeza da Rua e dos bolços (CE) - 1898
155	A Urtiga: Orgão das Realidades (CE) - 1898
156	O Baluarte: Propriedade de uma Associação - Publicação Tri-Mensal (CE) - 1898 a 1899
157	O Sol (CE) - 1898 a 1904
158	Centro Cearense: Boletim Trimestral (CE) - 1899
159	O Theatro (CE) - 1899
160	Mororó: Jornal neutro entre os Partidos Políticos (CE) - 1899
161	O Vadio (CE) - 1899
162	16 de Fevereiro: Orgam Popular (CE) - 1893
163	Voz do Povo (CE) - 1893
164	Phenix Caixeiral (CE) - 1893 a 1905
165	Evolução: Revista Litteria. Scientifica e Critica (CE) - 1893
166	A Trepção: Orgam Hebdomadario-Humorístico e Essencialmente Trepador (CE) - 1893
167	Gutenberg: Orgam Imparcial (CE) - 1893

168	Gustavo Sampaio: <i>Orgão Patriótico e Noticioso</i> (CE) - 1894
169	A Lucta: <i>Folha Neutra</i> (CE) - 1894
170	A Reforma: <i>Periódico Litterario e Noticioso</i> (CE) - 1894
171	O Ideal: <i>Jornal Litterario e Scientifico</i> <i>Orgão dos Alumnos do "Instituto de Humanidades"</i> (CE) - 1894
172	A Alvorada: <i>jornal noticioso</i> (CE) - 1894
173	O Ceará Ilustrado: <i>Revista Artística, Litteraria e Scientifica</i> (CE) - 1894
174	Diário do Ceará: <i>Folha Popular</i> (CE) - 1894 a 1896
175	O Diabo: <i>Orgão Infernal</i> (CE) - 1895
176	A Bolaxa: <i>Poético e Instruidor</i> (CE) - 1895
177	Iracema: <i>Revista do Centro Litterario</i> (CE) - 1895 a 1897
178	O Figarino: <i>Revista Humorística e Illustrada</i> (CE) - 1895 a 1897
179	A Jandaia: <i>Revista da Classe Estudantal</i> (CE) - 1895
180	Galeria Cearense: <i>Em homenagem ao Merecimento - Publicação mensal</i> (CE) - 1895 a 1897
181	A Penna: <i>Revista Scientifico-Litteraria</i> (CE) - 1895
182	Ceará: <i>Orgão do Partido Republicano Democrático</i> (CE) - 1895 a 1896
183	O Republicano (CE) - 1895 a 1896
184	O Lápis (CE) - 1895
185	Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (CE) - 1896 a 1902
186	Mensagens do Governador do Ceará para Assembleia (CE) - 1891 a 1930
187	Athleta: <i>Jornal Crítico, Litterario e Scientifico</i> (CE) - 1891
188	O Telephone (CE) - 1891
189	A Legalidade: <i>Homenagem dos Operários do Libertador aos Salvadores da República</i> (CE) - 1891
190	O Século (CE) - 1891 a 1892
191	A Luz: <i>Periódico Litterario e Noticioso</i> (CE) - 1892
192	A Verdade: <i>Orgam Hebdomadario Catholico</i> (CE) - 1892
193	O Bemteví: <i>Orgão da Chicana</i> (CE) - 1892
194	O Besouro: <i>Orgão Prosaico</i> (CE) - 1892
195	Correio do Cariry: <i>Orgão Político, Litterario e Noticioso</i> (CE) - 1892
196	O Diário (CE) - 1892
197	Alfredo Peixoto: <i>Edição Única</i> (CE) - 1892
198	Oliveira Paiva (CE) - 1892
199	José de Alencar: <i>Orgão da Sociedade Litteraria José de Alencar</i> (CE) - 1892 a 1893
200	Mefisto: <i>Orgam dos Conspiradores Infernaes</i> (CE) - 1893 a 1894

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO D – Lista de documentos do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional que reportaram resultados válidos.

	JORNAL	OCORRENCIAS	RESULTA DOS VÁLIDOS
1	A Razão: Independente, Político e Noticioso (CE) - 1929 a 1938	348	51
2	O Cearense (CE) - 1846 a 1891	319	7
3	A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceara (CE) - 1892 a 1897	295	36
4	A Constituição (CE) - 1863 a 1889	150	-
5	Pedro II (CE) - 1840 a 1889	116	-
6	Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE) - 1881 a 1890	113	33
7	A Lucta: Folha Neutra (CE) - 1894	106	-
8	Gazeta do Norte: Orgão Liberal (CE) - 1880 a 1890	106	8
9	A Ordem: Trabalho e justiça (CE) - 1916 a 1933	87	5
10	O Rebate: jornal independente (CE) - 1907 a 1913	72	
11	A Imprensa: Orgam do Partido Democrata Sobralense (CE) - 1924 a 1932	61	-
12	Pátria (CE) - 1910 a 1915	54	-
13	A Cidade (CE) - 1899 a 1904	50	1
14	O Ceará (CE) - 1928	46	19
15	Libertador (CE) - 1930 a 1936	34	-
16	Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso (CE) - 1904 a 1911	24	12
17	Brazil Livre: Orgam Official da Alliança Liberal (CE) - 1930 a 1931	22	-
18	Ipu em Jornal: Castigat Ridendo Mores (CE) - 1957 a 1962	20	-
19	Gazeta do Sobral: Orgão Imparcial (CE) - 1881 a 1888	16	-
20	O Jornal (CE) - 1932 a 1935	15	-
21	O Sitiá (CE) - 1924 a 1925	14	-
22	Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (CE) - 1896 a 1902	12	3
23	Jornal da Fortaleza: Folha política, commercial e noticiosa: Sustenta as ideas liberaes (CE) - 1870	11	-
24	O Combate (CE) - 1934 a 1935	11	1
25	Mensagem Apresentada á Assembléa Legislativa (CE) - 1936 a 1960	10	-
26	Gazeta Oficial: A Gazeta Official do Ceara (CE) - 1862 a 1864	9	-
27	Revista Trimensal do Instituto do Ceará (CE) - 1887 a 1900	9	4

28	Jornal do Ceará (CE) - 1868	8	-
29	O Maranguape	8	-
30	A Ordem: Orgão Conservador (CE) - 1879 a 1880	7	-
31	Folha do Littoral: Orgão Commercial e de Informações Geraes (CE) - 1918 a 1919	7	-
32	Nação (CE) - 1932	7	3
33	Correio de Juazeiro: Semanario Independente e Noticioso (CE) - 1949 a 1950	6	1
34	Echo do Povo: Orgam da Opinião Pública - Publica-se semanalmente (CE) - 1879 a 1880	6	-
35	Mercantil: Orgam dos Interesses Industriaes (CE) - 1877	6	-
36	Diário da Manhã (CE) - 1929	5	-
37	O Almanak: Late fusum opus est, -et multiplex, -et prope quotidie novam... (CE) - 1867	5	-
38	O Jornal (CE) - 1916	5	-
39	Annaes da Assembleia Legislativa do Ceara (CE) - 1887	4	1
40	Relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (CE) - 1891 a 1930	4	-
41	Mensagens do Governador do Ceará para Assembléia (CE) - 1891 a 1930	3	-
42	Sertanejo (CE) - 1888	3	-
43	Diário Official (CE) - 1914	2	-
44	Legionario: Semanario Nacional Syndicalista (CE) - 1933 a 1934	2	1
45	Município de S. Anna: Neutro entre os Partidos (CE) - 1882 a 1888	2	-
46	O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas e Industriaes	2	-
47	O Diabo: Orgão Infernal (CE) - 1895	2	1
48	O Retirante (CE) - 1877 a 1878	2	-
49	A Gazetinha: Litterario e Noticioso (CE) - 1900 a 1906	1	1
50	A Luz: Periódico Litterario e Noticioso (CE) - 1892	1	-
51	A Nota (CE) - 1917 a 1921	1	-
52	Granjense (CE) - 1881	1	-
53	Mororó: Jornal neutro entre os Partidos Políticos (CE) - 1899	1	1
54	Nihilista: Propriedade de uma Associação (CE) - 1881	1	-
55	O Debate (CE) - 1931 a 1932	1	-
56	O Figarino: Revista Humorística e Illustrada (CE) - 1895 a 1897	1	-
57	O Lynce (CE) - 1877	1	-
58	O Pão da Padaria Espiritual (CE) - 1892 a 1895	1	1
59	O Sertão (CE) - 1948 a 1949	1	-

60	O Sol (CE) - 1898 a 1904	1	1
61	Pyrilampo (CE) - 1874	1	-
62	Quixadá: Jornal (CE) - 1946 a 1948	1	-
63	Revista da Academia Cearense (CE) - 1896 a 1901	1	1
64	Telephone (CE) - 1881	1	-
65	Tribuna Catholica (CE) - 1867 a 1869	1	-
		2243	192

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO E – Lista de documentos disponíveis no Instituto Histórico do Ceará

1	A Malagueta	1821 a 1824
2	Diário do Ceará	1824
3	Diário de Pernambuco	1825
4	Correio da Assembleia Provincial	1837 e 1838 dig
5	Pedro II	1840 a 1889/ 1838 dig
6	Gazeta Official	1863 dig/ 1917 a 19
7	O Cearense	1849,1851, 1854, 1855, 1857, 1858, 1860, 1870, 1869
8	O Saquarema	1852 e 1853 dig
9	O Juiz do Povo	1853
10	O Commercial	1853 e 1854
11	O Sol	1859 a 1863
12	Gazeta Official	1863 a 1919
13	A Constituição	1882 e 1884
14	A Liberdade	1864
15	A tribuna do povo	1863
16	O Sobral	1865 dig
17	Tribuna Catholica	1868 a 1873
18	Jornal da Fortaleza	1868 e 1869 dig
19	Commercio do Ceará	1869 dig
20	Meirinho	1981 dig
21	Fraternidade	1873 a 1875
22	Maranguapense	1875 dig
23	A Liberdade	1876 a 1877 dig
24	Mocidade	1876 dig
25	O Retirante	1877 a 1878 dig
26	Município	1879
27	A Pátria	1879
28	Brazil Catholico	1880 a 1881
29	Libertador	1881 dig
30	Equador	1881
31	Gazeta do Norte	1881 a 1890
32	A Onda	1882
33	Pacotilha	1886 dig
34	Fraternidade e Progresso	1886
35	A Quinzena	1187 e 1888
36	Voz do Povo	1893 dig
37	Cacete	1888 dig
38	Charuto	1903 e 1904
39	Fortaleza	1890 dig
40	Vanguarda	1889
41	A Idea	1892

42	O Bond	1890 a 1891 dig
43	O Estado do Ceará	1890 e 1891
44	19 de Outubro	1891
45	O Maniva	1891
46	Athleta	1892
47	A Taba	1891
48	Correio Oficial	1892
49	Echo Estudantal	1892
50	O Norte	1892 dig
51	A Luz	1892
52	O Pão	1892 dig
53	José de Alencar	1892
54	O Diário	1892
55	A República	1898 e 1910
56	O Orvalho	1894
57	A Alvorada	1895
58	Reporter	1897
59	A Palavra	1898
60	O Corisco	1898
61	O Theatro	1899
62	A Coisa	1890
63	O Montanhez	1901
64	O Bohemio	1901
65	A Gazetinha	1901
66	Iracema	1901
67	O Saca-risco	1900
68	Ceará Nu	1901
69	Sul do Ceará	1901
70	Gazeta da Serra	1901
71	Sal do Ceará	1901
72	O Zig Zag	1904
73	O Serrano Baturité	1902 dig
74	O Astro	1901 dig
75	A Penna	1904
76	O Engraixador	1902
77	Liberdade	1902
78	Sapataria Cyrino	1903
79	Unitário	1903 a 1976
80	O Rascunho	1903
81	A Agulha	1904
82	O Diabo	1904
83	A Catita	1904
84	A Flauta	1904
85	A Navalha	1904
86	Monera	1904

87	O Galhato	1904
88	O Raio X	1904
89	A Estrella	1905
90	Jornal do Domingo	1905
91	O Ferrão	1905
92	O Aracaty	1906
93	A Voz do Trabalhador	1908 a 1915
94	A Constelação	1909
95	A Alvorada	1911
96	Folha do Povo	1913 e 1931
97	Correio do Ceará	1921 a 1982
98	Jornal do Commercio	1922
99	A Verdade	1919, 1920, 1958
100	A tribuna do povo	1921 a 1924
101	O Nordeste	1922 a 1927 dig/1928 a 1963
102	O Diabo a 4	1922 a 1924
103	O Combate	1956
104	o Sitiá	1924 a 1927 dig
105	Quixadá - Ilustrado	1926
106	Gazeta de Notícias	
107	Diário Oficial	1933 a 1976
108	Legionário	1933
109	Diário da Assembleia Nacional	1933 e 1934
110	O Levita	1950
111	O Liceu	1960
112	Trincheira	1948 e 1949
113	Diário do Ceará	1950
114	O Jaguaribe	1956 e 1958
115	O Estado	1942 a 1957
116	Infância	1937
117	A Rua	1936
118	O Diário do Povo	?
119	Tribuna do Ceará	1971 a 2000
120	O Viver	1957
121	Educação e Cultura	1962
122	A Ferragista	1977 a 1982
123	Meio Dia	1980
124	Diário do Nordeste	1984 a 1996
125	De Fato	1984 e 1985

ANEXO F – Trecho do Código de Posturas Municipais, 1893.

A CAMARA MUNICIPAL DA FORTALEZA RESOLVE DECRETAR O SEGUINTE CÓDIGO DE POSTURAS PARTE SEGUNDA SALUBRIDADE PUBLICA <i>Das generos alimenticios destinados ao consumo publico</i> Art. 21.—Os generos destinados ao consumo publico só poderão ser vendidos nos lugares previamente designados pela Intendencia, ou com licença della. O infractor incorrerá na multa de dez mil réis. Art. 22.—Serão multados em vinte mil réis : § 1.º Todos os que venderem generos alimenticios de primeira necessidade falsificados com ingredientes que não prejudiquem a saúde ; § 2.º Os que venderem agua, ou quaisquer outros liquidos alimenticios em vasilhas que não estejam limpas, ou sejam de metal cuja oxidação prejudique a saúde ; § 3.º Os que expuserem à venda fructas não sazonadas, devendo estas ser inutilizadas pelos fiscaes. Art. 23.—Incorrerão na multa de cinquenta mil réis, alem da perda dos generos alimenticios, que serão lançadas ao mar ou enterradas à custa do infractor : § 1.º Os que venderem ou expuserem à venda qualquer genero alimenticio deteriorado ou corrompido ; § 2.º Os que falsificarem o genero alimenticio ou lhe misturarem substancias prejudiciaes à saúde ; § 3.º Os que expuserem à venda fructas não sazonadas, devendo estas ser inutilizadas pelos fiscaes. Art. 24.—Incorrerão na multa de cinquenta mil réis, alem da perda dos generos alimenticios, que serão lançadas ao mar ou enterradas à custa do infractor : § 1.º Os que venderem ou expuserem à venda qualquer genero alimenticio deteriorado ou corrompido ; § 2.º Os que falsificarem o genero alimenticio ou lhe misturarem substancias prejudiciaes à saúde ; § 3.º Os que fabricarem pão com farinha ou agua de má qualidade ; § 4.º Os que expuserem à venda pão que não esteja sufficientemente cozido e bem levedado ; § 5.º Os confeitores ou quaisquer outras pessoas que pintarem os doces com oxidos, sabs ou quaisquer tintas prejudiciaes à saúde. § 6.º Os que expuserem à venda generos alimenticios sem as precauções indispensaveis para a sua boa e sã conservação, de modo que sejam susceptiveis de prompta e facil damnificação. Art. 25.—As casas destinadas à venda de quaisquer generos alimenticios serão apropriadas, arcejadas e conservadas com todo o asseio, tanto no que diz respeito ao edificio como aos utensilios de que se servirem. O infractor incorrerá na multa de vinte mil réis, obrigado ainda a fechar a casa até que satisfaça plenamente a todos os requisitos deste artigo. § unico. Acham-se comprehendidos neste artigo os restaurantes, hotéis, casas de pasto, botequins e quaisquer vendas de comidas feitas. Art. 26.—Os mercadores ambulantes de generos alimenticios, sob qualquer forma ou estado, são obrigados a trazer os objectos, de que se servirem na condução delles, completamente assados, e cobertos. Exceptuam-se as fructas. O infractor incorrerá na multa de dez mil réis, prohibindo-se a continuação da venda, até que se verifique o cumprimento desse artigo. Art. 27.—É prohibido lançar nas fontes e nos poços publicos ou particulares substancias organicas ou immundicias. O infractor incorrerá na multa de cinquenta mil réis obrigado ainda à limpeza. Art. 28.—É tambem prohibido vender genero alimenticio de uma qualidade e denominação por outra diversa, de modo que seja o comprador iludido, e se manifeste má fé da parte do vendedor. O infractor a multa de trinta mil réis. Art. 29.—As fontes, tanques, depositos e chafarizes d'agua potavel serão conservados com todo o asseio. Ao infractor a multa de cinquenta mil réis, obrigado ainda ao fechamento delles até que sejam completamente limpos. Art. 30.—Ninguém poderá vender agua, que não tenha sido previamente examinada pelo medico da Intendencia, e julgada por este boa para o consumo, exame que se entenderá tambem ao poço donde a mesma agua é retirada. § 1.º Para o fim deste artigo cada vendedor d'agua deverá munir-se de um certificado dado pela Intendencia, e o trará consigo para exhibi-lo quando exigido.	<i>Carne verde para o consumo</i> Art. 31.—Fera do mercado publico ninguem poderá matar gado para o consumo publico ou particular. Ao infractor a multa de trinta mil réis. Art. 32.—A carne que for tirada do matadouro publico, só poderá ser vendida no mercado municipal ou nos açougues licenciados pela Intendencia. Ao infractor a multa de trinta mil réis. Art. 33.—É prohibida a venda da carne secca no mercado publico, nos açougues particulares e em quaisquer estabelecimentos commerciaes. Exceptua-se o sarque. Ao infractor a multa de dez mil réis, sendo inutilizada a carne exposta à venda. Art. 34.—Não poderá ser abatido gado algum que esteja doente, cansado ou demasiadamente magro. Art. 35.—A matança do gado não poderá começar antes de uma hora da tarde, salvo o destinado para a provisão de navios surtos no porto, e que tenham de partir. Art. 36.—A carne do gado abatido será conduzida do matadouro para o mercado publico em carros apropriados da Ferro-carril do Ceará, e bem assim para os açougues particulares. Para os açougues particulares, estabelecidos em pontos em que não vão ter linhas de carris de ferro, a carne deverá ser conduzida em carros apropriados, conforme o modelo dado pela Intendencia, ou simplesmente por animais, conforme as instruções dadas pela mesma Intendencia. O infractor soffrerá a multa de quarenta mil réis. Art. 37.—É prohibido vender-se carne de gado abatido no mesmo dia. Ao infractor a multa de vinte mil réis. Art. 38.—Não se poderá abater gado algum, sem que tenha se demorado nos curraes do matadouro pelo menos quarenta e oito horas, com excepção do gado que for do pasto e não estiver cansado. Art. 39.—O estado das carnes será verificado, pelo medico, antes de serem ellas conduzidas para os seus destinos, e sendo consideradas impróprias para o consumo, serão immediatamente apprehendidas, lançadas ao mar, enterradas ou cremadas, segundo a determinação do dito medico, correndo todas as despesas por conta do seus respectivos donos. Art. 40.—As visceras ou miúdos do gado abatido só poderão ser retirados depois de convenientemente limpos. Art. 41.—Os carros ou os animais de condução de carne, e bem assim os seus conductores, deverão ser limpos e desinfectados. Art. 42.—Os carros ou os animais de condução de carne, e bem assim os seus conductores, deverão ser limpos e desinfectados. Ao infractor será imposta a multa de dez mil réis. Art. 43.—Ninguem poderá abrir talhoes ou açougues sem licença da Intendencia, a qual não poderá conceder-se sem que se verifiquem as condições exigidas. Ao infractor a multa de cinquenta mil réis, obrigado a fechar o açougue. Art. 44.—É prohibido cortar a machado os ossos de gado abatido para o consumo publico, devendo empregar-se para isso serrões e facas apropriadas. Ao infractor a multa de dez mil réis. Art. 45.—Os talhadores de carne deverão estar de camisa branca com mangas curtas e avental limpo de fazenda tambem branca que cubra a parte anterior do corpo desde o pescoço até os joelhos. O infractor pagará a multa de dez mil réis. Art. 46.—Não poderão ser empregadas na condução, preparo e venda de carne, pessoas que soffram molestias cutaneas ou contagiosas e não forem vaccinadas. Pela violação deste artigo será multado em trinta mil réis aquelle que empregar em seu serviço pessoas naquellas condições. A disposição deste artigo não faz extensiva aos que conduzirem, pesarem ou venderem quaisquer outros generos alimenticios. Art. 47.—A Intendencia providenciara para que o seu medico examine diariamente o gado destinado ao consumo, na occasião de entrar para o matadouro a fim de não ser abatido o que estiver doente ou demasiadamente magro. Art. 48.—Não é permittido vender carne verde depois de uma hora da tarde. O infractor pagará a multa de trinta mil réis e a carne que existir será apprehendida e mandada enterrar ou incinerar. Art. 49.—As carnes que pelo seu aspecto ou cheiro indiquem principio de corrupção serão mandadas enterrar pelo fiscal, depois de ouvido o medico, incorrendo a pessoa que as expoz a venda na multa de vinte mil réis. Art. 50.—Só podem ser empregados no serviço de talhar e vender carnes verdes, nos talhoes ou açougues deste municipio, os individuos matriculados perante a Intendencia. Aos contraventores a multa de dez mil réis. § unico. Para requerer a matricula é preciso juntar a petição attestado da autoridade ou de dois cidadãos qualificados do districto de sua residencia, que abone a sua conducta e attestado medico para provar não estar comprehendido nas disposições do artigo. Art. 51.—O talhador ou açougueiro que for encontrado a falsificar as peçadas ou que se portar mal, depois de convenientemente admoestado pelo fiscal, pagará a multa de vinte mil réis e na reincidencia lhe será cassada e annullada a matricula e respectivo titulo.
---	---

§ unico. — É permitido aos fiscaes, ajudantes e guardas municipais fazerem, acto immediato a venda, apprehensão de qualquer peçada de carne sem a verificarem se está ou não exorta.

Art. 53. — A matricula de que trata o art. 51 será extensiva aos magarefes, sujeitos igualmente á mesma penalidade, no caso de mau comportamento, ou desobediencia formal ás ordens da Intendencia, e terá vigor por doze meses completos.

Art. 54. — Logo que um talhador mudar de profissão dará parte á Intendencia para se proceder na matricula ás precisas notas. O infractor pagará a multa de dez mil réis.

Art. 55. — Além da pena acima indicada, o intendente, nas faltas menos graves, poderá suspender os magarefes e talhadores até sessenta dias no maximo.

Art. 56. — Serão abatidas diariamente no matadouro publico tantas rezes para o consumo publico quantas forem necessarias para abastecer a população, cabendo ao intendente dar as providencias necessarias para que não haja falta, tudo de accordo com as leis vigentes.

Art. 57. — A feira dos gados grossos se fará no matadouro publico desta capital ou no logar que mais conveniente fór em dois dias de cada semana, designados pelo intendente, com approvação da Camara Municipal.

Art. 58. — A venda dos porcos, carneiros e cabras será feita na praça que a Intendencia designar, em edital, sendo obrigados os vendedores a tê-los ali expostos até o meio dia. Ao infractor a multa de vinte mil réis.

Art. 59. — Ninguém poderá comprar aos boiadeiros gados grossos, antes de terem estes entrado na feira. Ao infractor a multa de cinquenta mil réis.

(Continúa)

A CAMARA MUNICIPAL DA FORTALEZA RESOLVE DECRETAR O SEGUINTE

CODIGO DE POSTURAS

PARTE SEGUNDA

Peixe para o consumo

Art. 60. — Só é permitida a venda de peixe fresco no mercado publico; sendo prohibido salgar o depois de exposto a venda. Ao contraventor a multa de trinta mil réis.

Art. 61. — É prohibido trazer para o mercado peixe com tripas ou sem estar convenientemente lavado. Ao infractor a multa de dez mil réis.

Art. 62. — Os vendedores de peixes são obrigados a matricula, como os magarefes e talhadores, e sujeitos ás mesmas penas dos artigos 51, 52, 53, 54, 55.

§ unico. — Igualmente estão sujeitos, no exercicio da profissão, ao disposto nos artigos 46 e 47.

Venda de leite

Art. 63. — Todos os vendedores de leite ficam obrigados a matricular-se na Intendencia e serão numerados. Ao infractor a multa de dez mil réis.

Art. 64. — Será designada pela Intendencia uma praça para nella ter lugar a venda de leite, devendo o vendedor ali expor o até aoito horas da manhã, e podendo dessa hora em diante vendê-lo pelas ruas da cidade. Ao infractor a multa de vinte mil réis.

Art. 65. — Antes de ser exposto á venda, deverá o leite ser examinado, e no caso de achar-se impuro será derramado em logar conveniente, sendo multado o infractor em vinte mil réis.

Art. 66. — Será cassada a matricula ao vendedor de leite que por mais de tres vezes trazer leite impuro para a venda.

Art. 67. — O leite deverá ter um peso especifico correspondente ao de 1038 a 1034 na temperatura de 15.º e conter pelo menos 3%, de gordura.

Art. 68. — No caso de duvida ou contestação opposita pelo vendedor do leite, será este remetido num vaso fechado e lacrado para o medico, afim de se examinar se está nas condições exigidas.

§ unico. — Este exame será feito por meio do lacto-densímetro de Quevenne, do lactoscopo de Dezer, ou do lactobutyrometro de Marchand ou outros instrumentos por ventura mais aperfeçoados.

Art. 69. — Verificado que o leite sujeito ao exame definitivo não está nas condições do artigo 67, será o vendedor multado em vinte mil réis, e sujeito ás despesas feitas com o exame que poderá tambem ser commettido a qualquer profissional, caso seja preciso, no entender do medico, e mediante approvação do intendente.

Art. 70. — É prohibido vender o leite de vacca depois de cujo parto não tenham decorrido mais de oito dias, sob pena de dez mil réis de multa.

Art. 71. — É prohibido na venda ou condução de leite empregar medidas, vasos, que não estejam no mais rigoroso estado de asseio, sob pena de multa de dez mil réis.

Art. 72. — É prohibido vender leite de vacas doentes e especialmente affectadas de molestias contagiosas, infecciosas ou constitucionaes ou que estejam em mas condições de nutrição. Ao infractor a multa de trinta mil réis.

Art. 73. — Só poderão fornecer leite as vacas que forem julgadas aptas pelo medico da Intendencia ou pelo inspector de hygiene.

Art. 74. — Os vendedores de leite, que depois das oito horas da manhã, percorrerem as ruas da cidade, deverão munir-se do competente passe de fiscal encarregado da fiscalização do leite.

Art. 75. — As vaccarias não poderão ser estabelecidas nos pontos centraes da cidade, que forem determinados pela Intendencia e devem os logares occupados pelos animais e suas dependencias offerecer condições de asseio e hygiene apropriadas, o que será julgado pelo medico da Intendencia, sob pena de cinquenta mil réis de multa, e de ser fechada a vaccaria.

Art. 76. — Todo vendedor de leite é obrigado a apresentar attestado medico que prove ter sido vaccinado e que não sofra de molestia de pelle ou contagiosa. Dez mil réis de multa ao infractor.

Asseio da cidade

Art. 77. — É prohibido lançar nas ruas, praças e mais logares publicos da cidade, aguas servidas, materias fecaes, animaes mortos, lixo, vidros, ou quaisquer imundicies. O infractor pagará a multa de dez mil réis e será obrigado a remover o objecto ou materia nociva, quando for possivel.

§ unico. — Nesta prohibição não se comprehende o lixo das casas particulares, depositado nas respectivas portas, de accordo com as instruções dadas pela Intendencia.

Art. 78. — Fica tambem prohibido estabelecer dentro da cidade, no perimetro urbano designado pela Intendencia:

- § 1.º Fabrica de cortume;
- § 2.º Fabrica de sabão e oleos;
- § 3.º Deposito de couros e sebo em rama;
- § 4.º Salgadeiras;
- § 5.º Deposito de sal;

§ 6.º Outras quaisquer fabricas ou depositos, cujas materias exalem mau cheiro e concorram para viciar a atmosfera.

§ 7.º Fundições, ferrarias e quaisquer estabelecimentos de obras metallicas.

O infractor será multado em cinquenta mil réis e obrigado a remover a fabrica ou deposito no prazo que for estabelecido, sob pena de ser feita a remoção á sua custa por parte da Intendencia.

Art. 79. — O matadouro publico será o deposito geral e unico de couros de gado abatido para o consumo.

Art. 80. — As fabricas permittidas no centro da cidade, como padarias, refinação de assucar e outras, deverão ter chaminés cuja altura será determinada pela Intendencia e de modo que fiquem superiores ao telhado da fabrica e dos predios vizinhos. O infractor pagará a multa de trinta mil réis.

§ unico. — As ditas fabricas ficam sujeitas á inspecção dos fiscaes para que velem pela limpeza dellas, obrigando os donos a trazê-las sempre assuciadas e remover diariamente os residuos. Ao contraventor a multa de trinta mil réis.

Art. 81. — Fica prohibida a criação de porcos nos quintaes. O infractor pagará a multa de dez mil réis, apprehendendo o fiscal o animal, que será recolhido ao deposito, e não poderá d'ahi sahir senão para o talho; e além da multa pagará o dono todas as despesas. Não sendo o animal procurado no prazo de cinco dias, será talhado e vendido, revertendo o producto para os cofres municipaes.

Art. 82. — É prohibido:

§ 1.º O deposito ou accumulção de materias de qualquer natureza para obras ou outro qualquer fim nas ruas, praças e calçadas das casas.

§ 2.º Amassar barro ou cal nos passeios ou calçadas e no calçamento.

§ 3.º Estender couros salgados ou espichados nas ruas e praças da cidade.

§ 4.º Lançar dos sobrados ou casas terreas para a rua agua, embora limpa.

§ 5.º Levantar cercas de qualquer natureza, ou mesmo concertal-as, no perimetro da cidade.

§ 6.º Plantar coqueiros no terreno comprehendido na planta da cidade.

Ao infractor de qualquer destes paragraphos a multa de dez mil réis, obrigado ainda a remover a sua custa o objecto prohibido, dentro do prazo que lhe for marcado.

Art. 83. — É prohibido ter cloaca nos quintaes. Ao infractor a multa de cinquenta mil réis, obrigado a fechá-la immediatamente.

Art. 84. — A limpeza ou despejo de materias fecaes, será feita exclusivamente no logar que a Intendencia designar, o qual só poderá ser ao noroeste da cidade.

ANEXO G – Recorte histórico da construção do primeiro mercado na Villa da Fortaleza

MERCADO PÚBLICO. — Pequeno quadro com saídas para a rua Senna Madureira e praça do conselheiro José de Alencar. Tem tres ordens de quartos dos lados do sul, leste e norte com frentes para o pateo e uma, a do poente, para a praça Alencar, a qual comunica com o mesmo pateo, cujo centro é occupado por insignificante barracão para a venda de peixe.

Este edificio foi construido de modo curioso.

Na sessão de 15 de Junho de 1809, a camara municipal acôrdou por determinação do Governador Barba Alardo publicar e affixar editaes para se fazer um **mercado publico** em que se vendessem todos os generos de primeira necessidade nos sabbados, sendo o primeiro no 1º de Junho seguinte no dia sabbado, e dahi em diante em todos estes dias, e um mercado annual e feira franca nos dias 15, 16 e 17 do mez de agosto, continuando todos os annos em os mesmos dias, cujos editaes logo se fizeram publicar.

Não surtindo effeito aquella resolução, na sessão de 2 de Janeiro de 1810, a camara, attendendo que não tinha mercado para nelle se venderem os generos e evitar-se o monopolio principalmente da farinha, resolve que se estabeleça um mercado dentro do pateo e estacada dos paços do conselho, (casa n. 42 da rua Senna Madureira) servindo de abrigo aos rigores das estações o telheiro, que já se achava feito dentro do mesmo pateo á esquerda do portão, que dava serventia a praça da Carolina (José de Alencar) ou o largo atraz da casa que servia de paços do Conselho, cuja praça e portão

180

REVISTA TRIMENSAL

seriam francos ao publico desde as 6 horas da manhã até as 6 da noite para as compras e vendas.

Arruinado o edificio e sendo indispensavel fazer-se uma praça nova, applicando-se para esse fim os 4\$ 000 reis da imposição nas aguardentes, e esta rendendo quando muito annualmente 300\$ 000 reis, de modo que só no fim de quatro annos se p.deria fazer a praça, acceitou a camara em sessão de 2 de abril de 1814 os offerecimentos dos capitães-mores Lourenço da Costa Dourado, negociante da villa, de adiantar dinheiro até aquantia de 1:200\$ 000 reis para dita obra, e Antonio José da Silva Castro para apromptar todos os materiaes necessarios, celebrando-se contracto entre elles e a camara no mesmo dia, o qual foi assignado pelo Juiz de Fora, presidente José da Cruz Ferreira, vereadores João da Rocha Moreira, Francisco Felix Bezerra e Albuquerque e o Procurador José Xavier de Castro e Silva e pelo dois offerecentes.

Em sessão de 19 de setembro do mesmo anno, reconhecendo a camara a muita utilidade do mercado, visto que nelle poderia evitar-se os monopolios, haveria mais facilidade nas compras e vendas e dellas resultaria um quasi patrimonio com que não só o mesmo mercado podia ser pago, mas até chagaria a construir novas e uteis obras; e porque já havia sido acceita a proposta dos dignos capitães-mores Dourado e Silva Castro, resolveram os vereadores officiar ao Governador pedindo-lhe determinasse ao seu ajudante de ordens, o tenente coronel Antonio José da Silva Paulet, houvesse de fazer a planta, a qual, depois de approvada, seria posta em execução; determinando mais na mesma sessão que o mestre da obra seria Antonio Simões Ferreira de Faria, e que as janellas da casa de suas sessões que ficavam para o norte e olhavam para o terreno em que havia de ser edificada a dita obra, fossem tapadas, fazendo-se dos dois quartos uma sala, visto que desta maneira não ficava prejudicado o predio por ter a dita sala que assim ficava sendo pela demolição da parede, que dividia aquelles dois quartos, mais espaçosa, concorrendo afinal alem da necessidade que havia de terreno para o mercado que qualquer chaguam ou intervallo deixado no dito logar desformosearia sobre modo a obra e mesmo a casa e villa.

Fonte: Revista Trimestral do Instituto do Ceará, nº 9 p. 179, 1895.

Para ser levado a effeito aquelle edificio, foi proposta a demolição das casas de Antonio da Costa Souza (à esquerda da que tem o n. 42 da rua Senna Madureira) por estar encravada no terreno em que devia ser erigido o mercado, e igualmente a do corpo da guarda, entre uma e outra, que se achava nas mesmas condições, para o que na sessão de 26 do mesmo setembro mandaram que se desse ao referido Costa Souza 160\$000, porquanto foi avaliada sua casa, pertencendo-lhe ainda todos os materiaes, que se podessem aproveitar.

Quanto a casa da guarda foi apeada á custa da camara, tendo-se obtido permissão do Governador.

Em 19 de dezembro recebeu a camara o officio do tenente coronel Paulet, datado de 22 de novembro, em que remettia a planta para a nova praça do mercado, a qual sendo feita de conformidade com o plano da reedificação da villa, foi approvada.

O procurador Bernardo José Teixeira arrendou em 25 de Janeiro de 1815 um quarto da nova feira a Vicente de Barros, outro a Manoel Francisco da Costa, outro a Manoel Lopes, outro a Manoel Pereira, outro a Felisarda Maria da Costa e outro a Manoel Joaquim de Almeida Neiva a 1\$440 por mez.

Na sessão de 29 de outubro de 1817 a camara autorisou ao procurador da mesma que justasse com Antonio Simões Ferreira a obra do parapeito dos quartos que se haviam feito no **mercado publico**, e na de 28 de novembro do anno referido que se destinasse um daquelles quartos para os pescadores venderem o seu peixe, e outro para os lavradores venderem os seus generos, sem que por isso pagassem pensão alguma.

Para auxilio da obra do **mercado publico**, S. Magestade em officio de 7 de março de 1818, vindo pela meza do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro, confirmou a contribuição dos 4\$000 reis por cada pipa de aguardente, que entrasse na villa.

A camara desejando significar seu reconhecimento ao dr. José da Cruz Ferreira, pelo trabalho que teve com a criação do mercado, de cuja edificação havia resultado tantas vanta-

gens a villa e ao patrimonio da mesma camara, e bem assim ao governador Manoel Ignacio de Sampaio, que para elle muito tinha concorrido, acordou na sessão de 12 de setembro de 1818 que se collocasse por cima da porta do lado de oeste, que dá sahida para a praça da Carolina, a inscripção:

Em 12 a praça pelo Cruz fundada.

Em 15 por Sampaio edificada, e ainda em agradecimento ao capitão-mór Lourenço da Costa Dourado, que concorreu voluntariamente com o emprestimo de todo o dinheiro para a factura do dito mercado, e ao capitão-mór Antonio José da Silva Castro, que forneceu todos os materiaes para o mesmo, igualmente mandou se collocasse esta outra inscripção por cima da porta do lado de leste, que sae para a rua Direita dos Mercadores (Senna Madureira):

Aqui Dourado e Castro permaneçam.

Cidadãos generosos nunca esqueçam.

Na mesma data officiou-se ao engenheiro Paulet, agradecendo o risco e plano dos edificios e mais obras publicas da villa.

Em hasta publica do dia 1º de Julho de 1826, na forma do Accordão de 22 de Fevereiro desse anno, arrematou o negociante José Antonio Machado, pela quantia de 3:000\$000 reis a obra dos quartos da casa da camara, praça da Carolina, para patrimonio da mesma, os quaes teriam duas portas na frente da praça e uma na frente de detras para sahida do quintal; que no primeiro e ultimo quartos se faria um portão para serventia da casa da camara e do Juiz de Fora, que na mesma morava, entendendo-se com a mesma camara para no caso de Manoel Caetano de Gouveia ceder 10 palmos de terreno pegado ao ultimo quarto, levantar-se mais uma porta na frente que serviria do ultimo portão, obrigando-se o arrematante a entregar até o fim de Fevereiro do anno de 1827 a obra prompta e não o fazendo, seria responsabilizado pelos alugueres de 1º de Março em diante a preço de 4\$000 reis cada um.

No sessão de 21 de Março do referido anno de 1827, a mesma camara assentou concluir os serviços do mercado inclusive o telheiro para abrigo dos lavradores.

Dessa data em diante o mercado passou por pequenos

reparos, que em nada alteraram a sua forma á excepção dos quartos actualmente em numero de 12 bastantes elegantes, occupados por objectos de commercio, que são procurados com preferencia, pagando-se por elles elevados alugueres.

ANEXO H - Registro histórico da construção do primeiro mercado na Villa da Fortaleza

12 DE SETEMBRO — Conclusão da casa, que serve actualmente de mercado publico de Fortaleza.

Não havia até então um mercado publico. A pequena e grande permuta eram feitas em lojas e vendas, que se encontravam na antiga Rua dos Mercadores (hoje Senna Madureira) e na Rua do Rosario.

— Fortaleza, 12 de Setembro.

Em 1812 a Camara mandou que no pateo da casa de suas sessões, cercado de madeira e no meio do qual havia um telheiro, se estabelecesse uma feira.

Em Janeiro de 1814 resolveu a Camara fazer uma casa para ribeira, restaurando com esse fim o imposto de 4\$000 sobre pipa de aguardente estabelecido para aquisição de uma casa em que ella funcionasse, e em Abril do mesmo anno os Capitães-môres Lourenço da Costa Dourado e Antonio José da Silva Castro tomaram a si a construção do edificio, concorrendo o primeiro com um emprestimo de dinheiro e o segundo com os materiaes precisos.

As respectivas obras tiveram começo no anno seguinte (1815) sob a direcção do portuguez Antonio Simões e sob os planos e vistas de Silva Paulet, ficando o edificio definitivamente entregue ao publico na presente data.

Para lembrança dos nomes daquelles que mais concorreram para esse melhoramento mandou a camara (verificação do mesmo dia 12 de setembro) fazer umas inscrições.

Foi este o Termo de veriação da Camara Municipal da cidade da Fortaleza, relativamente á casa, que serve de mercado publico.

« Aos doze dias do mez de Setembro de mil oitocentos e dezoito annos, n'esta Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assumpção, capitania do Ceará Grande, na casa da Camara que serve de Paços do Conselho, ahi comparecerão o juiz de fóra, presidente pela lei, do senado e mais camaristas com seu procurador Luiz da Costa Gomes com migo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, para effeito de se fazer vereação como com effeito se fez da forma e maneira seguinte: Acordarão que em demonstração de agradecimento em que está esta Camara ao Dr. José da Cruz Ferreira pelo grande trabalho que teve com a criação do mercado publico, de cujo estabelecimento tem resultado tantas vantagens a esta villa e ao património desta mesma camara, e em demonstração igualmente do agradecimento ao Illm.º Governador Manoel Ignacio de Sampaio, de cujos auxilios e com a sua influencia conseguiu se a sua edificação. Para memoria pois deste nosso agradecimento, e para constar ao publico e aos vindouros, haja de se pôr por cima da porta do lado do Oeste, que sahe para a Praça da Carolina a seguinte inscripção:

Em 12 a praça pelo Cruz fundada.

Em 15 por Sampaio edificada.

Acordarão mais que em demonstração tambem do agradecimento em que esta Camara está ao capitão-mór Lourenço da Costa Dourado, que concorreu voluntariamente com todo o emprestimo de dinheiro para edificação da dita obra do mercado publico e ao capitão-mór Antonio José da Silva Castro, que concorreu com todos os materiaes precisos para ella, que posto se lhe pagassem, com tudo fez grande serviço pela difficuldade que então havia de taes materiaes, por cuja falta nada se effectuaria, si elle senão se prestasse a isso, mais por serviço do que por interesse, segundo as suas circumstancias solidas, o que reconhecemos. Por todos estes respeito, e para constar igualmente ao publico e aos vindouros este nosso agradecimento, haja de se pôr por cima da porta do lado de Leste, que sahe para a rua direita a seguinte inscripção:

« Aqui Dourado e Castro permanecem.

Cidadãos generosos nunca esqueçam.»

Acordarão mais em se fazer um officio de agradecimento ao Coronel Antonio José da Silva Paulet pelo risco e pelo plano da edificação dos edificios desta Villa e mais obras publicas e pedindo-lhe o favor de nos dar risco da nova cadeia que esta Camara vai edificar. E por não haver mais que acordar mandarão fazer este termo em que se assignarão. Eu Antonio de Oliveira Castro, escrivão da Camara que o escrevi. Joaquim Lopes de Abreu, Francisco Felix Bezerra de Albuquerque, Manoel Caetano Vianna, Luiz da Costa Gomes. (Coll. Studart vol. 6.º).

Fonte: Revista Trimestral do Instituto do Ceará, n. 10, p. 403 e 404, ano 1896.

ANEXO I – Nota de jornal sobre a organização do transporte da carne em 1880.

Artigos de posturas seguintes :

Art. 1.º as carnes expostas a venda no mercado publico d'esta capital, serão transportadas nos carros da Companhia—Ferro Carril—nas condições do contracto firmado pela Camara Municipal com a mesma Companhia.

Art. 2.º A companhia não poderá perceber, por cada rez que transportar do matadouro para o **mercado publico**, quantia excedente a oito centos reis, que lhe será paga pelo dono da rez, ou seu representante, no acto da entrega no mercado.

Art. 3.º O infractor incorrerá na multa de dez mil reis, e do duplo na reincidencia.

Secretaria da Camara Municipal, 15 de Junho de 1880.

O secretario,
Julio Cezar da Fonseca Filho.

Fonte: Gazeta do Norte: Órgão Liberal, 10 de junho de 1880.

ANEXO J – Notas de jornal sobre a de venda de pontos comerciais

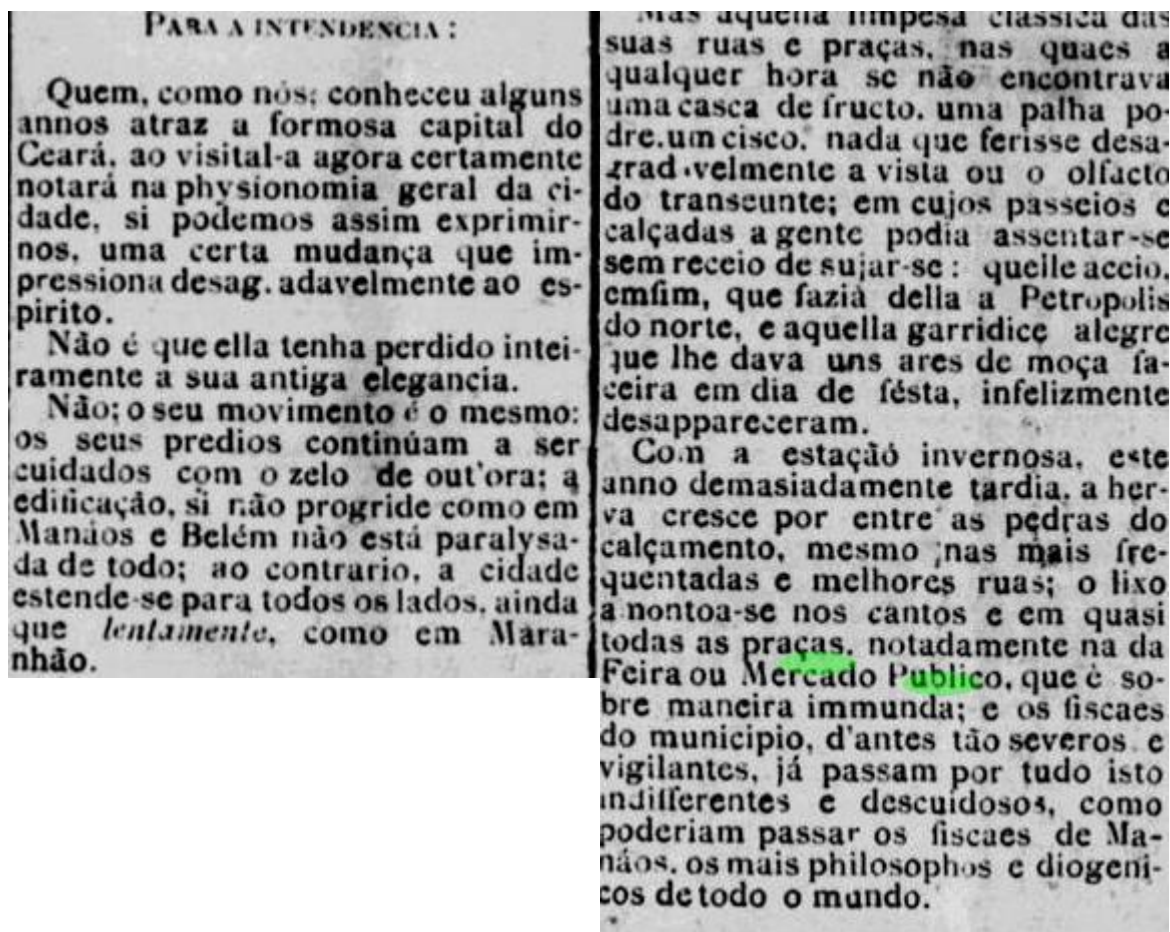
Bom ponto A Traspassa-se a chave do quarto n. 22 do interior do mercado publico, tem poucas mercadorias e em perfeito estado. A tratar no mesmo quarto. Ceará, 7 de Maio de 1890. 276—5—1	Atenção B Vende-se um bom ponto para negocio dentro do quadro do mercado publico, quarto numero 17, com um bom sortimento. A venda é devida ao dono do estabelecimento achar-se doente e ter que tratar-se. Quem pretender dirija-se ao mesmo Sr. que fará negocio.
Atenção C Traspasse se a posse do quarto n. 16 no interior do Mercado Publico. A' tratar com o proprietario, <i>José Vidal Busson.</i> 1—3	VENDE-SE D O quarto n. 16, no interior do mercado publico, com pouco sortimento. O motivo da venda é o dono retirar-se para fora do Estado. Quem pretender dirija-se ao mesmo. 1050—1—8

Fonte: A: O Cearense, 8 de maio de 1890; B: O Cearense, 4 de setembro de 1890; C: O Cearense, março de 1891; D: A República, 31 de outubro de 1892.

ESTABELECIMENTO E Vende se o estabelecimento de molhados n. 17 dentro do mercado publico, com armação e muitas mercadorias, em perfeito estado. O dono se assim o faz, é porque acha se com a saude alterada. Quem pretender comprar, dirija-se no mesmo estabelecimento que fará negocio com o abaixo assignado. Fortaleza, 14 de Setembro de 1892, <i>Pastor Nepomoceno de Castro</i> 844—1—4	Bom ponto para negocio F Vende-se por preço commodo o ponto do quarto n. 8, do internato do mercado publico; excellente para negocio de seccos e molhados, á tratar no mesmo. Fo taleza, 2 de Abril de 90. Approvados pela Inspectoria Geral de Hygiene do Imperio.
---	---

Fonte: E: A República, 17 de setembro de 1892; F: O Cearense, 3 de abril de 1890.

ANEXO K – Notas de jornal sobre a necessidade de melhoramentos no Mercado Público.



Fonte: A República, 17 de junho de 1892.

ANEXO L – Nota de jornal sobre a solicitação de um novo mercado?

A REPUBLICA
FORTALEZA 20 DE AGOSTO DE 1894

Empréstimo Municipal

Abaixo publicamos a mensagem, que aos Vereadores da Câmara Municipal d'esta cidade dirigiu o seu Intendente, nosso distincto amigo coronel Guilherme Rocha, em data de 16 do corrente.

É um documento que muito o honra, e que vem provar mais uma vez quanto elle se esforça em dotar o municipio de melhoramentos importantes, correspondendo assim ao mandato que tão dignamente desempenha

El a :

Senhores Vereadores da Câmara Municipal da Fortaleza.

A instante necessidade de um **mercado publico** nesta capital se afirma cada vez mais de dia para dia pela progressão continua da população e pela marcha parallelá da civilização a que lhe é dada seguir, no curso evolutivo do seu natural desenvolvimento.

O **mercado publico** existente, se é licito denominar se assim um parciêiro repulso todos os seus aspectos, é um documento bem triste para todos nós e cujo valor exacto pode mui bem ser aquilatado pela simples inspecção visual do mais vulgar observador.

Não sou affeito ao exagero e ao desmedido, o que avanco é uma verdade de evidencia sensível como a propria luz, a luz que nos fêre a retina e nos dá a visão nitida das coisas.

O nosso actual mercado é uma vergonha, duro é assim qualificar o; é um attestado da nossa incuria ou indifferença pelos interesses publicos, que já vai tocando as raízes além das quaes só se pode encontrar o aniquilamento desolador.

O nosso actual mercado, repito e nunca é demais fazê-lo, é uma vergonha, e deixá-lo permanecer um crime. Nas condições em que se acha, sem asseio e sem conforto, incapaz de corresponder aos fins de sua criação fôco nutrido de elementos deletérios, um arcabouço em ruínas repellentes, é a negação absoluta da hygiene como o é da esthetica.

Melhoral-o, é uma medida improrogavel, pois tudo quanto nelle existe contribue harmonicamente para torná-lo inservivel.

Só nos resta portanto uma providencia, que não se deve fazer esperar, sem gravissimo detrimento, e é a construção desde já de um novo mercado, feito com toda a arte, que venha satisfazer o grande interesse do municipio, posto em causa.

Sei que a Câmara Municipal não dispõe de recursos financeiros para tentar, por si mesma, independente de um esforço extranho, tamanho empreendimento; mas pode lançar mão de operações de credito, que tragam elementos de vida para a sua iniciativa e para o seu successo final, que deve hoje constituir o nosso principal e ardente desideratum.

Provoquemos, com animo resolutivo e audaz firmeza esse esforço por meio do credito. E como havê-lo, nas circumstancias economicas dominantes em todo o paiz, quando os capitães, em movimentos de concentração, se retrahem na mais meticulosa desconfiança?

Os cofres do Estado estão ahí repletos de numerario, em completa immobilidade, e tudo denuncia que o augmento d'elle se vai fazendo de um modo progressivo, attenta a prosperidade crescente das nossas industrias, fontes da sua receita, e attenta a tendencia pronunciada mente economica do executivo, na observancia integral e rigorosamente justa do respectivo orçamento.

Não é por consequencia fora de proposito, e antes pelo contrario muito curial, solicitar dos poderes legislativos do Estado um empréstimo, resgatavel em amortizações parciaes e passivel de uma taxa razoavel de juro, da quantia de trezentos contos de reis, quanto se faz preciso para termos um bom mercado, capaz de figurar n'uma capital

Fonte: A República, 20 de agosto de 1894.

como a nossa; e como medida complementar, solicitarmos igualmente a reversão para este município do imposto que incide sobre o abatimento de gado vaccum para o consumo, por um certo e determinado prazo, sufficiente para que, a titulo de auxilio, possamos com brevidade solver o debito contrahido.

Quando digo que a quantia de trezentos contos de reis é a precisa para o novo mercado, é porque os estudos orçamentarios, e bem assim os trabalhos graphicos, já se acham devidamente feitos, por minha propria iniciativa.

A confiança na solvabilidade do município reside sobretudo nos rendimentos peculiares do novo mercado, que sem duvida alguma terá de attingir uma cifra bastante lisonjeira, se attendermos a cifra dos rendimentos do actual mercado, que, a despeito das suas más accommodações e disposições, dá uma terça parte da receita municipal.

O emprestimo, de que se trata, pode ser effectuado, sem nenhum prejuizo, por qualquer face que seja enfrentado, e não pode jámais re-

pugnar aos interesses collectivos do Estado.

Se os poderes legislativos do Estado, compenetrarem se do assumpto proposto, estou certo que não se negarão em proporcionar ao município da Fortaleza, sede do Estado, um dos melhoramentos mais uteis, dando ao poder executivo auctorisação para emprestar ao dito município a quantia necessaria para a sua plena realisação, mediante as condições que forem previamente ajustadas, em bom dos interesses em jogo.

O que não padecer duvida é que o mercado actual é uma excrescencia nociva, que não pode ser mais tolerada em nosso organismo social, cuja eliminação constitue uma necessidade irresistivel, e para a qual todos devem concorrer, na medida de suas faculdades.

Felizmente, para o bom desempenho de semelhante commettimento que se projecta, representa o poder executivo do Estado um militar distincto, que por seus nobres sentimentos e idéas grandiosas, orienta-se, na intuição e na gestão dos publicos negocios, de um modo digno de geraes e sinceros applausos, estímulos fecundantes para os seus futuros successores.

Aguardo a vossa deliberação, que não pode deixar de ser senão uma affirmativa solemne de tudo quanto tenho expedido, em prol do mais alto interesse do município, que é áquelle que se liga ao magno assumpto da hygiene publica.

Saúdo-vos.

GUILHERME CEZAR DA ROCHA.

Intendente.

ANEXO M – Nota de jornal sobre o pedido de empréstimo para a construção de um novo Mercado.

A Camara Municipal, em sessão, resolveu endereçar ao Poder Legislativo do Estado, por intermédio do seu respectivo Presidente, o Exm.^o Sr. Dr. Bezerril, a mensagem do Sr. Intendente, que acabou de ser publicada.

Acreditamos que a concessão do empréstimo, com destino especial tão útil, terá em breve uma realidade concreta, pois o Estado pode ter nos bens do municipio, no proprio mercado construido, a garantia precisa e infalível para o pagamento integral d'elle, na forma que fôr estatuida, em beneficio reciproco.

Pelo regimen passado, os bens immoveis municipaes não eram susceptiveis de hypotheca; hoje, porem, com o novo regimen instituido, é da competencia das Camaras Municipaes legislarem sobre a hypotheca de ditos seus bens. (Constituição do Estado, art. 101 n.^o 10).

Para se promover o engrandecimento do Estado, é preciso garantir a vida da collectividade por meio de todos os melhoramentos defensivos que tragam, de modo directo ou indirecto, a saúde publica e o consequente bem estar geral—synthese da hygiene social.

Se não comprehendemos o Estado prestamista, nas condições ordinarias da sua existencia politica, com tudo, nas condições excepcionaes, como as que se apresentam actualmente, não nos repugna admittil o como tal.

Se não comprehendemos o Estado prestamista, nas condições ordinarias da sua existencia politica, com tudo, nas condições excepcionaes, como as que se apresentam actualmente, não nos repugna admittil o como tal.

Se a nossa opinião tivesse o valor definitivo de uma votação unanime, na Assembléa Legislativa do Estado, o empréstimo, de que se trata, desde já teria a consagração legal merecida, certos de que receberiamos, em compensação civica, os applausos dos contemporaneos e as benções dos posterios

Fonte: A República, 20 de agosto de 1894.

ANEXO N – Nota de jornal sobre o discurso de inauguração do Mercado de Ferro

A REPUBLICA
FORTALEZA 10 DE ABRIL DE 1897.

O NOVO MERCADO

Com toda solemnidade e perante um numeroso concurso de senhores e cavalheiros realisou-se hontem a inauguração do sumptuoso mercado publico d'esta cidade que é o mais bello e talvez o mais confortavel da America do Sul e para sua descripção que vai em outro lugar chamamos a attenção dos leitores.

A's 9 horas em ponto, em presen-
do exm.º sr. presidente do Estado do exm.º sr. d. Joaquim José Vieira, bispo d'esta diocese e muitas autoridades civis e militares teve lugar a solemnidade da benção, officiante o ex.º rev.º e sr. bispo do Ceará.

Ao contra de um espaçoso vão do edificio, estava collocada uma mesa ricamente adornada, onde tomaram lugar o exm.º sr. presidente do Estado o benemerito senador Accioly, occupando o centro o virtuoso prelado e em roda muitas pessoas gradas da sociedade cearense.

Num brilhante discurso e int ade-
te coronel Guilherme Rocha fez o historico do esforço empregado, do 'trabalho dispendido', sendo ouvido com muita attenção pelo numero auditorio.

Ao concluir o honrado intendente a. ex.º e illustre dr. Accioly, declarou inaugurado o mercado e se congratulou com a população pelo melhoramento realizado.

Em nome do commercio falou e
tão, o negociante João Ricardo, da casa «Sobral», que concluiu seu discurso, offerecendo uma rica caneta cravejada de brilhantes e uma penha d'ouro para assignaturas da acta d'aquella solemnidade, que foi encerrada com algumas palavras de saudação, dirigidas ao povo do municipio pelo chefe do Estado senador Accioly.

Levantada a sessão um ligeiro lunch foi offerecido ás pessoas presentes.

O mercado que hontem foi inaugu-
rado e que redundo em enormes beneficios para esta cidade, pelas condições hygienicas que offerece, manda a justiça que confessamos. é um producto da inabalavel força de vontade de um homem que um dia imaginou e realisou a bella obra.

Esse individuo que perpetuou tão
h nrosamente seu nome e que tão relevantes serviços ha prestado á causa publica no Ceará é o coronel Guilherme Cesar da Rocha, actual intendente municipal a cujos esforço, dedicação deve a Fortaleza contar em uma de suas praças o mais bello, confortavel e elegante mercado do Brasil.

Do nosso illustre amigo dr. Theodorico Filho recebemos os interessantes dados que se seguem concernentes a parte technica e descriptiva do novo mercado:

«Nada ha mais difficil do que idealizar-se monumentos publicos e executal-os em todos seus detalhes; alliar o util ao agradável, a solidez com a economia, a belleza architectural com as regras que nos ensina a hygiene publica, a commodidade com a perfeita harmonia em todas as suas formas».

Felizmente para orgulho do povo cearense é o novo mercado uma destas obras que preenche todas aquellas condições e em que a concepção humana pode manifestar-se com grande brilhantismo.

Situado em uma das mais bellas praças da Fortaleza é esta obra a mais bem acabada dentro todos os edificios quer publicos quer particulares desta cidade e

em seu genero nenhuma na America do Sul e bem raras na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte lhe levão a palma.

De forma perfeitamente quadrada, tendo cada lado quarenta metros de comprimento, abrange portanto o novo mercado uma área de mil e seiscentos metros quadrados.

Esta elle dividido em tres grandes secções, uma das quaes, a central, com largura de cinco metros sobre quarenta de comprimento serve de avenida ou entrada geral e duas outras secções lateraes, cada uma medindo uma área equivalente a setecentos metros quadrados, onde estão assentes oito compartimentos de tres metros de comprimento sobre quatro de largura cada um, destinado ao commercio de carnes, peixes e miúdos, ficando todos elles separados entre si por grandes e espaçosas vias. Estes compartimentos se achão por sua vez subdivididos em oito cubiculos cada um, sendo, portanto, de sessenta e quatro o numero delles.

É todo o mercado construido de ferro, tendo a sua cobertura de zinco apoiada sobre quarenta e oito columnas internas, trinta e duas das quaes são de forma architectonica a mais bella possível, afora quarenta e quatro columnatas externas.

O embasamento que circunda o edificio é formado por elegantes columnas de cantaria em pedra calcarea do Itapahy.

O edificio tem oito entradas, tres em cada uma das frentes e duas nas partes lateraes.

Todos os melhoramentos, como gaz, agua em abundancia, exgotto para aguas servidas forão plenamente executados de maneira a satisfazer as condições as mais rigorosas impostas pela hygiene.

Sua altura maxima é de dose metros, tendo seis parapeitos que o isolam completamente.

O peso da parte metalica monta a 210 mil kilos. Foi fabricado nas officinas de Juillatet Póli-
latis em Orleans tendo sido o projecto de planejamento o notavel engenheiro architecto Lefèvre.

Como complemento dessa grandiosa obra forão assentes conjuntamente dois elegantes micro-rios e uma caixa d'agua de vinte metros cubicos, apoiada sobre seis columnas para limpeza do mesmo mercado e que é diariamente abastecida por uma bomba accionada á gaz de força de um cavallo-vapor.

Fonte: A República, 19 de abril de 1897.

Esta obra, que vem prestar os mais incontestaveis serviços a Fortaleza e que há muito era reclamada como uma necessidade palpitante, foi executada administrativamente pela Camara Municipal desta cidade sob a direcção do engenheiro A. Theodorico Filho, sendo administrador da mesma obra o habil artista Manoel de Villa Nova.

As obras de alvenaria tiveram começo a 5 de fevereiro de 1896; a 18 de abril do mesmo anno foi lançada a pedra fundamental e a 18 de abril de 1897 foi inaugurado o grande mercado.

Montavão suas despesas geraes á cerca de trescentos e sessenta contos de reis.

Damos em segui a a allocução proferida pelo sr. coronel intendente Guilherme Rocha:

MEUS SENHORES.

Sinto-me feliz vendo hoje realçada uma das minhas mais ardentes aspirações de homem publico.

Sinto-me feliz, repito; porque para conseguila, as difficuldades transpostas no afan foram tantas, assumiram proporções tamanhas e aspectos tão desoladores, que rememoral-as não me é dado neste momento de expansão jubilosa.

Afinal veni e venci porque luctei. Luctei renhidamente, sem treguas e nem repouso. A victoria, porém, não me cabe inteira ou melhor não me pertence. Se obtive-a, comprehendendo uma grande necessidade, devo a meus dignissimos collegas da Camara Municipal, passados e presentes, que nunca hesitaram um só instante sequer em alentar-me com o almo vigor, que constitue a medulla de leão dos combatentes, e sem a qual todas as conquistas por melhor emprehendidas se malogram como simples tentamenos.

Por mais tremendas que fossem as emergencias sobrevindas, cada qual mais preponderante, nunca desalleci, é certo; porque hauria sem cessar na hão vontade, homogenea e solidaria de todos elles, como n'uma fonte de indetectivel energia, o esforço vibrante e preciso para que a idéa por mim traduzida em facto, sob o signo fatidico de uma benéfica inspiração, tivesse em breve, a despeito da ousadia de sua execução, a mais cabal e definitiva objectivação, em honra d'esta terra, cujos destinos serão grandes, por mais que traitem de vilmente deprimila.

Os sacrificios por mim experimentados, em successão ininterrupta, no percurso de uma verdadeira via dolorosa, acham-se totalmente compensados.

Sinto-me feliz, ainda uma vez repito, esquecendo-me de todas as agruras que me pungiram, de modo inextoravel, para só me lembrar que a nossa bella Fortaleza, pouco hoje, sob o ponto de vista artistico, o primeiro mercado do Brazil e quiza d'America do Sul.

Aqui o tendes, meus concidadãos, no campo de vossa visão, ao alcance de vosso tacto; aqui o tendes ao vosso serviço, ao serviço que constitue um dos principaes objectivos da hygiene administrativa, assignalada e constante cogitação de todos os estadistas e de todos os publicistas.

É digno de vós, de vossos filhos, de vossos netos; utilisai-vos d'elle, como de um vosso dominio, que o é, porque elle exprime concretamente, na sua mais elevada significação, o producto commum de uma iniciativa patriótica, fecundada e levada a effeito pela colaboração generosa de todos vós, na convivencia fraternal do bem publico.

As grandes obras monumentaes de um povo são escolas de virtude cívica e tem missão civilisadora. N'ellas se aprende a amar o progresso, que se afirma pela solidão do espirito e pela união geral dos espiritos e dos corações.

Eu felicito á cidade da Fortaleza pelo seu novo mercado, um bello monumento, que attesta o seu valor como povo culto, esplendida prova documental de quanto merece na conceito universal do progresso.

N'uma só pa'avra se resume todo o feral de honra da nobreza cívica: O dever.

A lucta pela sua supremacia exige hoje a maior de todas as coragens.

N'esta obra, que vedes erguida só por vós e para vós, concidadãos, eu tive a coragem do dever cumprido.

Estou satisfeito. É todo o meu galardão.

Eu tenho a distincta honra de pedir a s. exc. o sr. presidente do Estado, senador Antonio Pinto Nogueira Accioly, se digne declarar inaugurado este mercado.

O nosso prezado amigo sr. coronel Guilherme Rocha enviou-nos o seguinte:

« Tendo havido na confecção e distribuição dos convites para a inauguração do novo mercado, por parte dos agentes encarregados do serviço, diversas omissões involuntarias, peço desculpa por semelhante falta, de que não sou responsavel.

ANEXO O – Nota de jornal sobre a inauguração do Mercado de Ferro

UM MERCADO NOVO

Da *Gazeta Commercial e Financeira* do Rio:

Recebemos pelo ultimo paquete do norte diversas photographias do mercado publico da Fortaleza (Ceara) um dos edificios sumptuosos do continente sul-americano, sem rival entre os da sua natureza quer no nosso territorio, quer no Rio da Prata, onde os mercados gozaram outr'ora de uma certa celebridade.

Durante a nossa rapida permanencia na bella capital cearense, tivemos occasião de apreciar de perto o adiantamento da construcção e o bom gosto artistico dos filhos d'aquella gloriosa terra, revelado ainda nos mais pequenos detalhes, n'uma ostentação de progresso que muito diz em favor da cultura d'aquelle povo.

E não vai n'isto lisonja descaída e a impressão nitida de que ainda em nervamos indelevel recordação, produzida mais do que pela belleza natural da cidade pelo esforço que os cearenses fazem para eleval-a no conceito unanime de todos os que a visitam.

A's municipalidades de Fortaleza devem-se todos os melhoramentos alli existentes e tratando-se de uma capital relativamente pequena e de um Estado que tantos reveses tem soffrido pela crudelidade do destino, causa justa surpresa encontrar-se tão importantes empreendimentos.

Isto prova quanto vale a iniciativa municipal quando applicada em obras de interesse publico e quando não se preoccupa em absoluta de outra qua'quer tendencia senão a de procurar o bem estar do povo.

O mercado recém inaugurado, cuja photographia pode ver-se na sala da nossa redacção, tem to

as linhas d'um verdadeiro monumento. O seu corte e a sua estrutura impõem e deixam ver, desde logo, que se procurou reunir-lhe a belleza da forma e a convenção do estylo, umas das essenciaes condições requeridas em construcções d'aquella natureza: a hygiene. Este desideratum foi cumprido á risca, pois basta um golpe de olhar para se formar uma idéa completa da limpeza do edificio e da facilidade com que circula o ar em todas as suas vastissimas dependencias.

Pelos seguintes dados, os leitores ficarão orientados:

« De forma perfeitamente quadrada, tendo cada lado quaranta metros de comprimento, abrange o novo mercado uma área de mil e seiscentos metros quadrados.

Está elle dividido em tres grandes secções, uma das quaes, a central, com largura de cinco metros sobre quaranta de comprimento serve de avenida ou entrada geral e duas outras, secções iguaes, cada uma medindo um área equivalente a setecentos metros quadrados, onde estão assentes oito compartimentos de treze metros de comprimento sobre quatro de largura cada um, destinados ao commercio de carnes, peixe e miudos, ficando todos elles separados entre si por grandes e espaçosas vias. Estes compartimentos se acham por sua vez subdivididos em oito cubiculos cada um, sendo, portanto, de sessenta e quatro o numero d'elles.

Fonte: A República, 18 de junho de 1897.

ANEXO P – Escritura de doação do terreno da praça Visconde de Pelotas para a prefeitura

544

39

ALEXANDRINO DIOGENES
NOTARIO PUBLICO
SUBSTITUTO
OSMAR DIOGENES
Escritorio
Rua Barão do Rio Branco -1054
Ceará-Fortaleza



28

Traslado 1º
Livro . . . 46
Folhas . 302/304



Escritura de DOAÇÃO A TÍTULO GRATUITO
DE UM TERRENO DE CINCO MIL METROS QUADRADOS (5.000m²)
DE DONA CARLOTTA GOUVEIA DE MIRANDA
C. V. L. A. PREFEITURA MUNICIPAL
DE FORTALEZA, NA FORMA ADIANTE DECLARA-
DA:

Saibam quantos esta virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e trinta e s e t e (1937) aos 4 de Abril (4) dias do mez de ABRIL n'esta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, Republica dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartorio compareceram, por me ter sido esta distribuida, partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante doadora, DONA CARLOTTA GOUVEIA DE MIRANDA CAVALLANTE, brasileira, viúva, proprietaria, residente nesta Capital, neste ato representada por seu bastante procurador DOMINGOS GILSON DE SA-BOIA, conforme a procuração adiante transcrita; e, de outro lado, como outorgada donataria a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, neste ato representada por seu prefeito interino ANTONIO// GOMES DE FREITAS, brasileiro, casado, residente nesta Capital, ambos bem conhecidos do tabelião interino que esta subscrive e das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fé. E, perante as testemunhas pela outorgante doadora, como está sendo representada, me foi dito que, sendo senhora e legitima possuidora, por justo titulo e aquisição legal// de um terreno de cerca de cinco mil metros quadrados (5.000m²), situado na quadra compreendida entre as ruas Nogueira Acioli, Gonçalves Lobo, Tenente Benevolo e Pereira Filgueiras, tudo de acordo com a planta que me foi exibida, e com a petição numero seis mil oitocentos e quarenta e quatro (6.844), devidamen-



devidamente processada pela referida Prefeitura, fazia do aludido terreno, por sua livre e espontanea vontade, sem coação// ou influencia de quem quer que sêja, doação inter-vivos gratuitamente a referida outorgada, com a condição, porem, da mesma outorgada donataria, nêle construir um dos mercados da carne desta Capital. Disse, ainda, a outorgante doadora que, desde já, transfere, a mesma outorgada donataria, toda a posse, direito, dominio, ação e servidão que exercia, até este momento, sobre o mencionado imovel, para que a outorgada o considere como seu, que fica sendo de hoje em diante, por força desta escritura o na melhor forma de direito, sendo que dito imovel, cujo valor é de VINTE CONTOS DE REIS (rs:-20:000\$000), acha-se livre de todo e qualquer onus ou embaraço judicial ou extra-judicial. Pela outorgada donataria me foi dito, em presença das testemunhas, que aceitava a presente escritura em todos os seus termos, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir fielmente a condição ou encargo, com que a doação lhe foi feita pela outorgante doadora. Deixa de pagar imposto de transmissão, por// ser interessado o municipio de Fortaleza, e pelo mesmo motivo// não me apresentaram as certidões de que trata o artigo mil cento e trinta e sete (1.137), do Código Civil Brasileiro. Disse, por ultimo, a outorgada que deixava de pagar laudemio relativamente ao imovel doado em virtude de não ser o mesmo devido, responsabilizando-se, no entanto, por esse pagamento, caso a isto esteja obrigada. E' do teor seguinte a procuração a que acima me referi:- "Livro n. 42-A. fls. 566. 1º traslado. Estados Unidos do Brasil. (continha as armas da Republica). Estado do Ceará. Comarca de Fortaleza - Cartorio Ponte. Dr. Francisco Ponte. Notario - Rua Major Facundo - 392. Telefone - 290. Traslado de Procuração bastante que faz De Carlota Gouveia de Miranda Cavalcante. Suibam os que o presente instrumento de // procuração bastante virem que, aos dois (2) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e 37, da era cristã, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, Republica dos// Estados Unidos do Brasil, comparece como outorgante em meu cartorio, De Carlota Gouveia de Miranda Cavalcante, brasileira, // viuva, proprietaria, residente nesta Cidade, reconhecida como o proprio pelas testemunhas, abaixo nomeadas e assinadas, de// cuja identidade e capacidade juridica dou fé. Então, perante as mesmas testemunhas, disse o outorgante que nomeava e constituia seu bastante procurador a Domingos Gerson de Saboya, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta Capital, com poderes amplos e ilimitados para gerir e administrar todos os seus negocios; podendo receber qualquer importancia que lhe fôr devida, seja qual for a proveniencia da divida; representa-la perante as repartições publicas da União, do Estado e do Municipio; receber juros de apolices, depositar e retirar dinheiro

de Bancos e Casas Bancárias; movimentar contas correntes, emitir e endossar cheques; vender, doar, hipotecar, permutar, alie-
nar, enfim, a qualquer título bens imóveis de sua propriedade;
adquirir bens em seu nome, convencionar, pagar e receber preços,
firmar recibos; dar e receber quitações; assinar escrituras, es-
tipulando cláusulas e condições; transmitir direito, domínio, po-
se e ação, responder pela evicção, assinar contratos de locação,
pagar impostos, taxas e emolumentos, representa-la em juízo em/
qualquer ação em que fôr interessada, usar dos impressos, que
adota, na parte útil e substabelecer - Impressos - Disse ainda
o outorgante que ao seu referido procurador concedia os poderes
seguintes, quando expressamente ratificados; requerer, alegar
e defender seus direitos, perante qualquer juízo ou tribunal,/
em qualquer ação cível, crime ou comercial, prosseguindo em se-
us termos, até sentença final e sua execução; assinar os respec-
tivos articulados, oferecer, em juízo, o que for necessário, nos
incidentes que aparecerem, interpor os recursos legais, sabive-
is na espécie, como sejam embargar, agravar, apelar; requerer
inventários e partilhas, embargos, arrestos, sequestros e pre-
catórios; fazer justificações, habilitações, louvações, protes-
tos e contra-protestos, notificações judiciais; requerer falen-
cias e nestas intervir, quando requeridas por outrem, votando/
e sendo votado; aceitando e impugnando concordatas, habilitan-
do e impugnando créditos e propondo ações reivindicatórias; de-
sistir e variar de ações; e, finalmente, intervir em qualquer/
procedimento judicial em que o outorgante seja direta ou indire-
tamente interessado como autor, réu, assistente ou oponente, bem
como substabelecer em outros, o que tudo promete dar por bom,
firme e válido. De como assim o disse do que dou fé - lavrei /
este instrumento que, lido e achado conforme, assinando com as
testemunhas a tudo presentes, que ouviram a sua leitura: Joaquim
Nogueira Lima e Vicente Pinto Quezado. Eu, Wilson Fontenele da
Silveira, escrevente, a escrevi. E eu, Francisco Ponte, tabeli-
ão, a subscrevi. Fortaleza, 2 de setembro de 1937. (aa): -Carlo-
ta Gouveia de Miranda Cavalcante. Testes: -Joaquim Nogueira Lima,
Vicente Pinto Quezado. (selado original com uma estampilha//
federalde 2\$000 e a taxa de saúde). Está conforme. Dou fé. Da-
ta supra. Eu, Francisco Ponte, tabelião, a subscrevo e assino. Em
testemunho (sinal publico) da verdade. Francisco Ponte - 1\$ ta-
belião Publico. Desta e selo - 8\$200. Deligencia - 10\$000. Rs: -
18\$200 - Ponte. Continua o carimbo: -Dr. Francisco Ponte - 1\$//
Tabelião - Fortaleza." De como assim o disseram, outorgaram con-
trataram e aceitaram, lavrei a presente escritura que lhes sen-
do lida, em presença das testemunhas, e por todos achada con-
forme, assinam, juntamente com as mesmas testemunhas, que são:
Antonio Joaquim de Oliveira Freire e Hugo de Gouveia Soares//
Pereira, moradores nesta Capital. Eu, Alvaro Mello, escrevente



30

K

a escrevi. E eu, Osmar Diogenes, tabelião interino que a sub-
crevo. (aa):-P.P. DOMINGOS GERSON DE SAPOYA. ANTONIO GOMES DE /
FREITAS. Testemunhas:-ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA FREIRE. HUGO
DE SOUZA SOARES PEREIRA. Trasladaa em seguida. Fortaleza, qua-
tro (4) de outubro de mil novecentos e trinta e sete (1937).Eu,
Alvaro Mello, escrevente autorizado que a datilografei. E eu,
Osmar Diogenes, tabelião interino do segundo oficioque a sub-
crevo e assino em publico e raso de que uso.-

Em testemunho *af.* da verdade

Osmar Diogenes
(Osmar Diogenes)

Tabelião interino do 2º Oficio.-

Escritura nº=881000=
afie



Registrada às fls. 85
do Livro de registro de moções da
Prefeitura Em 4 de 10 1937
Coradell

ANEXO Q - Notas de jornal sobre a cobrança de impostos no Mercado.

ECHOS E NOTICIAS Impostos de feira No dominio dos oligarchas minús, é a característica do seu mando a tributação exagerada a todos os ramos da actividade. En tudo de que se possa haver um ganho, embora com mil sacrificios e exiguas compensações, lança-se um imposto extorsivo, uma taxa pesadissima que vem muitas vezes afugentar esses pequenos mercadores do interior que se destinam á cidade em procura de venda para os seus productos. Não é só o fisco estadual que os apavora; o municipal tambem se constitue o horrivel phantasma para todos elles, ameaçando sorver-lhes os lucros todos de seu trabalho insano.	Tributos ha que são cobrados quotidianamente no mercado publico desta capital, e que só podemos comparar com verdadeiras taxas de guerra impostas aos vencidos. Paga-se ali ao arrematante desse abusivo imposto quantias exageradissimas e desproporcionaes á extensão do commercio de cada um, e que são extorquidas sem que para alguém tenham a appellar. E' de admirar mesmo como ainda esses pequenos mercadores se animam a vir aos barracões da feira, expôr seus productos. Talvez o receio de perdê-los totalmente a isto os obrigue. Cobram-se ali taxas que,	calculadas annualmente, se elevam a quantias consideraveis e que excedem ás impostas pelo Estado ás proprias casas commerciaes. O matuto paga annualmente por cada uma carga de fructas que todo o dia traz ao mercado 73\$000; de um taboleiro com bolinhos, confeitos, etc, 36\$500 ou 73\$000; um vendedor de queijos, por uma banca, 109\$500; um vendedor de fumos, afóra o imposto do Estado, 146\$000; de reides, 109\$500; de raizes medicinaes, e artefactos de palha, 182\$500; de calçados, afóra 30\$000 devidos ao Estado, 182\$500; de uma caixa de roupas e miudezas, — sem direito aos domingos — 313\$000; por uma banca na 'Cosinha do Povo' para vender arroz cosido com feijão, 219\$000.	E tudo nessa mesma proporção, assaltando-se impunemente á pobreza, a quem se explora dessa maneira. A quem devemos favores tamanhos? A' Camara ou ao arrematante desse imposto? A este, parece que não, pois, sendo do regimen dos tempos a torpe especulação, nada faz do que seguir nas aguas. A'quella sim, porque devia estabelecer o quantum a cobrar de cada um, evitando assim a vergonhosa especulação que diariamente se faz aos que vendem no mercado publico.
---	---	---	---

Fonte: Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso, 22 de maio de 1907.

Abusos municipaes Muitas camaras por ahi á fóra, vulgando illimitado o campo de sua acção, como corporação legislativa, exercem um poder discricionario absoluto, sem obediencia á norma alguma do direito, invadindo até a esphera de poderes outros completamente distinctos. As suas taxas orçamentarias, após a usurpação inconstitucional que lhes foi feita dos disímos, têm subido de ponto a excederem algumas o duplo do que já exorbitantemente tributa o Estado. Os seus codigos de posturas, taes são os abusos 'nelles decretados, que melhormente poder-se-iam denominar de <i>imposturas</i>. Camaras ha cuja legislação chega a prohibir <i>discussão em voz alta, discursos ou recitativos no theatro, vaia a actores, cadeiras á calçada, entradas de carro nas ruas por occasião da celebração da missa conventual</i>.	o uso de esporas e mais cousas de igual quilate, sendo punido com a multa, em geral de 100 o contraventor de tão irrisorias disposições, que, felizmente, foram levadas pela corrente do ridiculo. Taxas e posturas ha, entretanto, que subsistem apesar de expressa determinação em contrario. Assim a lei da organização municipal descriminando as rendas do municipio, dá como privativa deste <i>entrada de generos ou exposição á venda de quaesquer mercadorias nas areas dos mercados publicos</i>. Ora nas cidades e villas em que não existe mercado publico deve de ser considerada <i>ipso facto</i> insubsistente essa fonte de receita. Entretanto localidades conhecemos onde não havendo nem sequer um lugar que se dê a denominação commum de mercado, pagam taxas todos os conductores de cargas de generos de qualquer especie, até mesmo de artigos de exportação.	Considerar-se area de mercado publico a area urbana é o cumulo do absurdo. Nas povoações, em geral, é tambem essa contribuição escrupulosamente arrecadada. Por sua vez a prescripção legal que veda ás Camaras a criação de impostos de transito pelo seu territorio, raro é o municipio em que não é violada. Ainda a lei organica municipal definindo as despesas a que estão obrigados os municipios, determina entre outras muitas a da <i>construção e conservação das estradas publicas</i>; no emtanto mui poucas são as municipalidades que não commetem esta obrigação aos proprietarios, comminando-lhes penas no caso de infracção. Como estas são decretadas muitas outras arbitrariedades prejudiciaes aos interesses do povo que, inconsciente de sua soberania em certos casos, somente sabe obedecer, sem appello, nem aggravo.	Como estas são decretadas muitas outras arbitrariedades prejudiciaes aos interesses do povo que, inconsciente de sua soberania em certos casos, somente sabe obedecer, sem appello, nem aggravo. Ninguém está sujeito a render obediencia a imnosicões iniustas. embora revestidas com capa de lei. Primeiro que tudo reclamem a quem de direito, quando não attendidos: recalcitrar é o recurso legal. Manoel Satyro.
--	--	--	--

Fonte: Jornal do Ceará, 12 de setembro de 1904.

ANEXO R – Notas de jornal sobre a venda da carne no Mercado de Ferro

O problema da carne verde

A situação é das mais críticas

Hoje, não haverá carne verde no Mercado Público

Fonte: O Ceará, 9 de dezembro de 1928.

Para maior aflicção do pobre

A Prefeitura aumenta o preço da carne

PORTARIA Nº 315

Fonte: O Ceará, ver data de 1928 (esquerda) e A República, 8 de abril de 1895 (direita).

Se a carne comprada no mercado público, como se diz, é de tal ordem que não pode ser dada para alimentação, porque a parte prejudicada não se dirige a autoridade competente para receber a devida providência? e comprar carne preta, só pelo prazer de comprar a, para depois ser inutilizada em casa?

A vida no Ceará

A vida no Ceará está ficando muito pesada para as nossas forças.

Os míseros recursos de que dispomos, são insuficientes para fazer face às despesas.

Tudo vai ficando caro, e principalmente o que diz respeito às carnes.

A verde, que é talhada no mercado público, além de ser de péssima qualidade e má, devido à falta de pastagens nos sertões, está sendo talhada a 1:200 réis o kilo, e a talhadores que deitam 200 grammas, ou mais, de osso!

A carne de suíno, que era vendida de 1:600 a 1:800, passou a 2:000.

A de bovino e lanígero, que quando há poucos dias era vendida a 2:000, está custando de 500, e há dias que é talhada a 3:000!

Note, se o sr. intendente não proceder assim, os demos revoltar-se-ão contra s. exc., especialmente contra o mercado público, sobre cujo estabelecimento elles farão cair sua colera luciferina, desprendendo um formidável dilúvio de enxôfre, do qual resultará a mais tremenda catastrophe!

Abaixo, pois, a carestia da carne verde!

Fóra os vandálicos exportadores de gado!

Fonte: A Gazetinha, 27 de outubro de 1900 (esquerda) e O Diabo, 13 de janeiro de 1895 (direita).

Monopólio de carnes verdes

A empresa que contractou por monopólio o fornecimento de carnes verdes á capital está matando de fome a população.

Desde que entrou Fevereiro, não tivemos mais carne que prestasse e, mesmo assim, a que tem sido exposta á venda é insuficientíssima para o consumo da população, que tem augmentado com a concurrencia de emigrantes e excede talvez a quarenta mil almas.

Os preços tem sido elevados a 800 réis com osso e a 1200 réis sem elle, aproveitando o contractante do barracão do peixe para vender peixe salgado a 1200 rs.

A empresa está matando 15 a 20 bois diariamente e reduzindo á ração os habitantes da Fortaleza.

A's 8 horas da manhã já ninguém encontra o q' comprar no Mercado Publico e tem de recorrer á carne do sul ou guardar o dia, sendo o povo ludibriado pelos felizes apaignuados do sr. Accioly, cuja tribu vive á tripa forra e explora por essa forma os lucros crescentes do syndicato.

Iremos ao encontro desses especuladores.

Por hoje, porém, vão estas poucas linhas para as quaes chamamos a attenção do coronel Guilherme Rocha, Intendente municipal, que ás vezes simula interessar-se pelo bem publico.

Fonte: Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso, 27 de fevereiro de 1905.

Carne pôdre no Mercado !

Sr. redactor

Sabbado, no mercado da Carne Verde, foi vendida ao publico, ao preço de artigo superior, carne pôdre e bi-chada. E' o cumulo!!

A compra foi effectuada ás primeiras horas da manhã e como a victimia reclamasse do fiscal da Prefeitura, este respondeu por cima dos hombros que nada podia fazer, em vista da carne ser producto do Matadouro Modelo.

E' o cumulo!!!

Fonte: O Povo, 17 de janeiro de 1928.

Uma Carta do Fiscal do Mercado

Recebemos a seguinte carta :

«Sob o título «As tabelas de preços da Prefeitura», o seu conceituado vespertino inseriu na sua edição de 12 do corrente uma publicação em que se diz que as tabelas de preços organizadas pela Prefeitura para o Mercado Público não vêm sendo observadas pelos magarefes, acrescentando que nenhuma providência toma a fiscalização municipal para coibir o abuso.

Na qualidade de responsável pela fiscalização do Mercado Público, venho afirmar a v.s. que não exprime a verdade a informação levada a esse jornal e na qual decerto se baseou a notícia veiculada.

O certo é que todas as infrações cometidas pelos vendedores são punidas rigorosamente pela fiscalização, aliás com todo o apoio do exmo. sr. Prefeito Municipal.

Para prová-lo basta referir que, já na atual administração do honrado dr. Raimundo Araripe, inúmeras têm sido as multas impostas por infrações às tabelas de preços.

preços.

E se alguma infração ha sido cometida sem a punição legal, a culpa cabe exclusivamente a alguns compradores, que, por esse ou aquele motivo, deixam de comunicar á fiscalização o excesso de preço que lhes é cobrado, impossibilitando, assim, o corretivo.

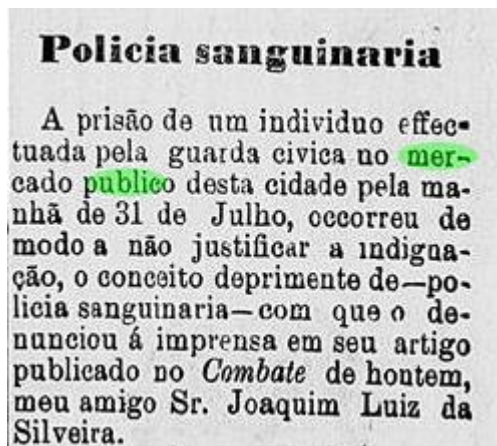
Por isso mesmo, aproveitando a oportunidade, eu quero solicitar pelo seu jornal, aos compradores a quem fôr exigido preço superior ao fixado pela Prefeitura, que levem imediatamente o fato ao meu conhecimento, certos de que as providências se farão imediatamente sentir.

Nunca foi outra a minha maneira de agir, de acôrdo, aliás, no momento, com as constantes recomendações do digno Prefeito Municipal.

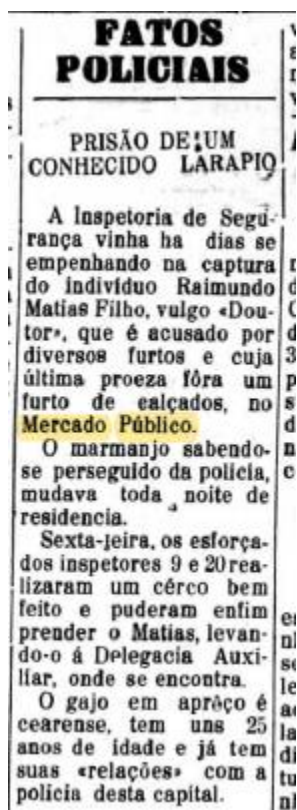
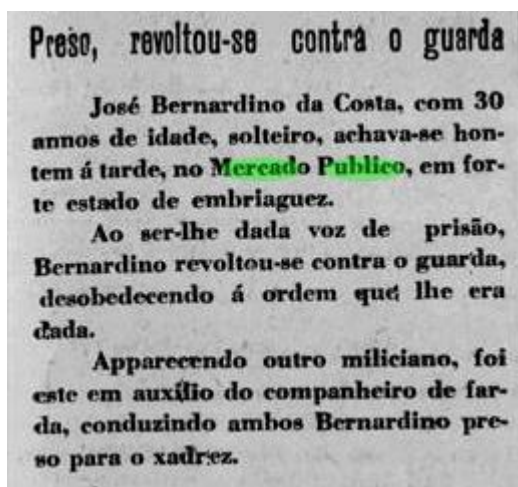
Grato pela publicação destas linhas, subscrevo-me, com alto apreço,
(s) FRANCISCO VIEIRA
Fort. 14 - 8 - 36.

Fonte: O Povo, 17 de agosto de 1936.

ANEXO S – Notas de jornal sobre prisões no Mercado.



Fonte: O Cearense, 31 de agosto de 1890 (esquerda) e O Cearense, 5 de agosto de 1891 (direita).



Fonte: O Ceará, 25 de julho de 1928 (esquerda) e O Povo, 20 de março de 1934 (direita).

ANEXO T – Notas de jornal sobre brigas praticadas no Mercado de Ferro.

Esbofeteou o desaffectedo

José Bernardino da Costa, com 30 annos de idade, residente no Arraial Moura Brasil, de nacionalidade portugueza, exerce a profissão de padeiro.

Hontem, pela manhã, encontrando-se com o seu desaffectedo João Bandeira, no Mercado Publico, que se achava em frente a uma banca de fructas, applicou no mesmo forte bofetada no rosto, sem dar tempo a que se defendesse.

Preso pelo guarda 149, o luso foi conduzido ao xadrez, onde ficou recolhido.

Foram ás vias de facto

Francisco Angelo da Silva, com 26 annos de idade, residente á rua Agapito dos Santos, e Sebastião Alves Corrêa, com 21 annos de idade, casado, são vendedores ambulantes de peixe.

Hontem, encontrando-se ambos no Mercado Publico, estando o primeiro a vender peixe, por questão de somenos importancia, travaram viva discussão, acalorando-se em pouco tempo os animos.

Fonte: O Ceará, 14 de julho de 1928 (esquerda) e O Ceará, 9 de novembro de 1928 (direita).

Valentia vaporosa que acaba com a prisão

Manoel Amaro da Costa, com 28 annos de idade, é vendedor ambulante de verduras.

Sempre que a venda lhe é lucrativa, permittindo-lhe guardar nas algibeiras alguns nickéis, atira-se infallivelmente á “pinga”, desforrando-se com vantagem dos dias em que seguiu á risca os preceitos da “lei secca”.

Não admira, portanto, que a bebedeira em que se mette o jornaleiro seja das mais ruidosas e perturbadoras.

Commumente vai curtil-a entre as paredes frias dos xadrezes.

Para attestarmos tal asserção, haja vista a scena hontem desenrolada no Mercado Publico, da qual foi o vendedor de verduras protagonista.

Terminada a venda de quiabos, alfaces, abricós (não eram das hortas do “nosso amado”) abacates, etc., poz-se o nosso homem a “chupar” gostosamente a “branquinha”, passando em pouco tempo para o estomago respeitavel dóse de aguardente, que daria para embriagar a tres.

Não se brinca com faca de ponta

José Claudio da Rocha, com 40 annos de idade, casado, e Francisco Vieira exercem a profissão de carreteiro.

Encontrando-se, hontem, pela manhã ambos no Mercado Publico, poz-se cada um a dirigir pilherias contra o outro, sem que viesse nenhum a agastar-se.

Fonte: O Ceará, 18 de dezembro de 1928 (esquerda) e O Ceará, 14 de dezembro de 1928 (direita).

O dia de ontem foi dos seus.

Muito cedo, ainda, munida de uma vantaja da carga-dupla da poderosa agunha que, no conceito da giria, póde mais do que Deus, botou-se para o Mercado Público, onde encontrou, «muiada» de fazer dó sua companheiro de oficio e de copo de nome Maria Adelaide da Silva.

Após longa e «documentada» palestra, as duas Dalilas baratas, ao que parece, aborrecidas já de tanta conversa fiada, agarraram-se ali mesmo e tentaram perturbar a doce «quietude» do nosso «tranquilo» Mercado.

Felizmente havia um guarda perto e foi fácil por termo á inferneira, uma vez presas e conduzidas ao posto policial mais proximo as duas

Fonte: A Nação, 27 de janeiro de 1932.

«Box» no Mercado

Em virtude de terem ido aos bofetes no Mercado Público, estiveram de molho na policia do 2o. distrito os heróis José Ferreira de Araujo e Antonio Luis de França.

LUTA NO MERCADO PÚBLICO

Novamente vêem ás malhas policiais os inveterados amantes da desordem e do alcool José Gomes da Silva e Paulo Leopoldo da Silva. O cenario por eles procurado, desta feita, foi o Mercado Público, em que os dois travaram luta corporal. Resultou da peleja serem ambos recambiados pelos guardas 216, 293 e 69 á delegacia, apresentando José Gomes um ferimento no rosto direito.

Fonte: A Nação, 30 de janeiro de 1932 (esquerda) e O Povo, 18 de setembro de 1934 (direita).

de que nos ocupámos linhas acima, por uma destas constantes ironias do destino, foi também dar com o costado num dos «beliches» da segunda.

Motivou este «extranho» acontecimento o fato de ter Beatriz agredido e ferido a socos e dentadas uma sua colega de profissão que acode pelo nome de Antonia dos Santos, vulgo Satanaz de traz de portas.

Serviu de arena a esse «tragico comico» encontro femenino, o nosso velho e martir Mercado Público, apreciado campo para estas sangrentas e ferocissimas lutas.

Fonte: A Nação, 14 de janeiro de 1932.

ANEXO U – Notas de jornal sobre roubos e estelionato no Mercado.

Pegado com a bocca na botija

Hontem, pela manhã, quando se achava a subtrahir um par de calçados de uma casa commercial sita no **Mercado Publico**, foi preso, sendo recolhido ao xadrez da 2ª Delegacia, o individuo Antonio Ferreira dos Santos, com 28 annos de idade, maritime.

Mais uma victima das cedulas falsas

Mais uma victima da circulação das cedulas falsas compareceu, hontem, á policia a queixar-se de haver recebido dinheiro desta natureza.

Chama-se referido "christo" Raymundo Nonato de Almeida.

Achava-se hontem, o mesmo, em uma mercearia do **Mercado Publico**, quando ali appareceu o individuo José Santanna, o qual encapoeou ao dono do estabelecimento, lhe trocasse a importância de 100\$000.

A cedula que apresentava tinha o numero 086.084, serie 15.

Fonte: O Ceará, 15 de dezembro de 1928 (esquerda) e O Ceará, 26 de setembro de 1928 (direita).

ECHOS & FACTOS

A Gatunagem

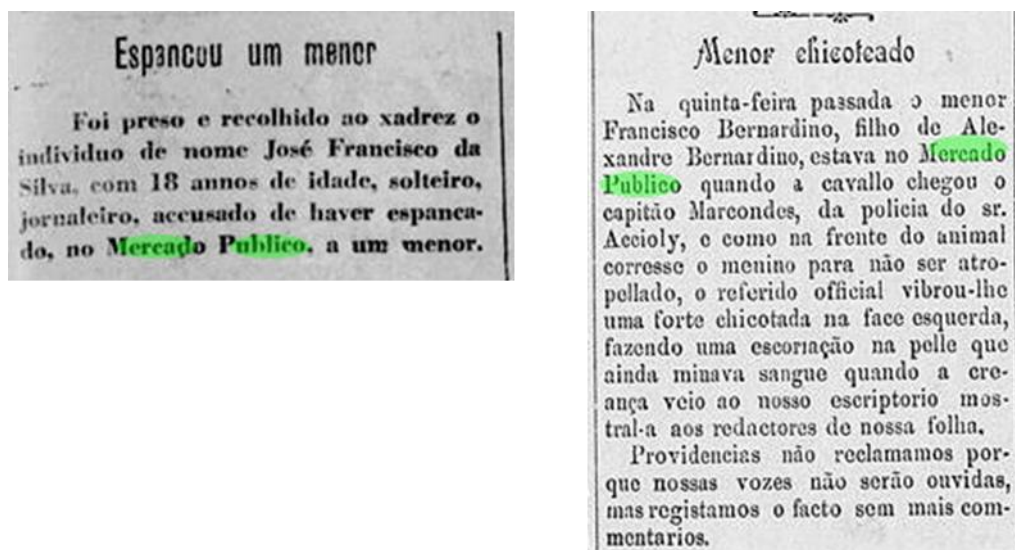
O numero de roubos está augmentando.
Os gatunos estão ficando semvergonhas.
Diminuem as garantias da propriedade particular.
O cidadão precisa dormir com o revolver dentro da rede.

Innumeros têm sido os roubos praticados, nestes ultimos tempos, nos quartos do **mercado publico**.
O gatuno utiliza-se de uma escada.
Guinda se, por meio della ao telhado.
Levanta as telhas.
Serra as ripas.
Amarra a corda.
Desce.

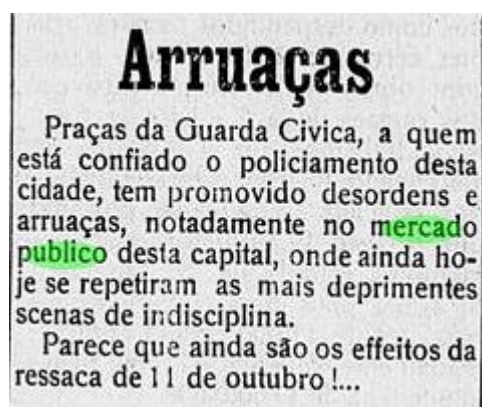
Descança. Reconforta-se. Rouba o dinheiro que encontra. As mercadorias que quer, vae, embora lentamente, levando a escada.

Fonte: A Ordem, 10 de outubro de 1928.

ANEXO V – Nota de jornal sobre violência no Mercado

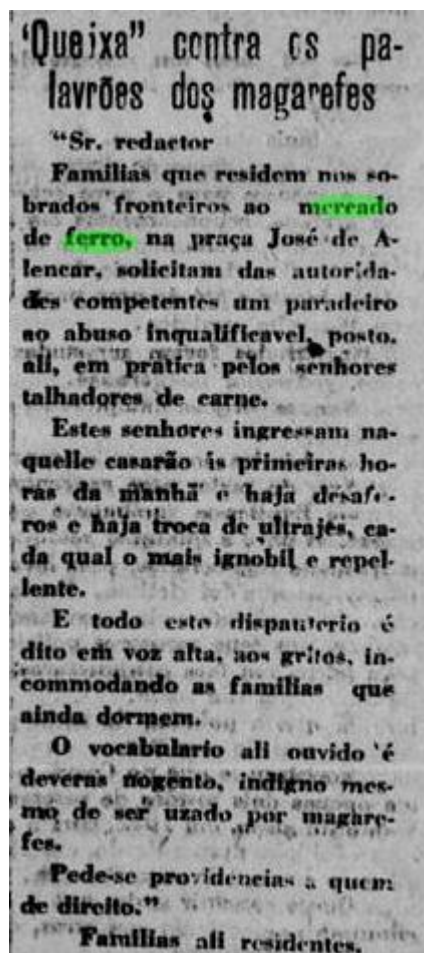


Fonte: O Ceará, 18 de setembro de 1928 (esquerda) e Jornal do Ceará, 12 de setembro de 1904 (direita).



Fonte: Jornal do Ceará, 13 de outubro de 1911.

ANEXO X – Notas de jornal sobre o linguajar utilizado no Mercado



Fonte: O Ceará, 12 de setembro de 1928.

ANEXO Z – Notas de jornal sobre conflitos com o fiscal da prefeitura

Os Verdureiros e a Prefeitura lesados nos seus interesses

Com vistas ao sr. Prefeito Municipal

Os Verdureiros do Mercado Público estão sendo victimas de graves irregularidades.

Como se sabe, a municipalidade construindo o Mercado novo e adoptando nelle certas medidas de hygiene, onerou aquellos pequenos negociantes com o accrescimo de impostos.

Até ahi se justifica, uma vez que as autoridades estavam zelando não só pelas condições de asseio do Mercado, bem como concorrendo para o progresso da cidade.

Pe'o mercado :—E' exorbitante o preço, em que estão se mantendo os generos de 1.^a necessidade no nosso mercado publico. E' materia que com mais espaço pretendemos abordar.

E' desaforo !

Estamos ao lado dos pobres consumidores.

Fonte: Legionário, 1 de abril de 1933 (esquerda) e Fonte: Mororó, 29 de abril de 1899 (direita).

O fiscal Viçira deve continuar no Mercado

"Sr redactor.

Antes mesmo da permanencia do illustre dr. Godofredo Maciel, no governo prefetural desta capital, já a nossa população clamava e reclamava contra os roubos vergonhosos dos pesos de carne e de peixe do Mercado Publico de Fortaleza.

Todos os dias, as reclamações eram feitas pela imprensa contra o modo irregular e criminoso dos magarefes do Mercado de Ferro da praça José de Alencar, que, surripavam cynicamente por cada kilo de carne vendido, de cem a cento e cincoenta grammas.

Para o Mercado foi nviado o fiscal Viçira que vem procedendo de maneira criteriosa e muito imparcial.

Por isso que, os magarefes que prejudicavam a população, estão exercendo uma campanha terrivel contra aquelle benissimo funcionario.

Mas o digno prefeito municipal, sr. Alvaro Weyne, deve conservar, sr. redactor, aquelle fiscal no Mercado Publico, a bem dos interesses do povo ladiabrio e da decencia e moralização do governo municipal".

*PREFEITURA MUNICIPAL. Portaria n. 182

O Prefeito Municipal de Fortaleza, tendo chegado á conclusão, em virtude de observações pessoal effectuadas nas feiras de gado, não ser possível conservar, no momento, a tabella por que está sendo vendida, a carne de bovinos, e, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º da lei nº 113, de 19 de Dezembro de 1924, resolve determinar ao fiscal do Mercado Publico que faça observar, fielmente, para a venda de carne vaccum naquelle proprio da municipalidade, a partir de 9 do corrente, até ulterior determinação, a seguinte tabella de preços :

Carne sem osso	18800
Carne com osso	18400

Fonte: O Ceará, 17 de novembro de 1928 (esquerda) e Fonte: A Ordem, 13 de outubro de 1928 (direita).